

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NOVOS RECIFES, VELHOS NEGÓCIOS
POLÍTICA DA PAISAGEM NO PROCESSO CONTEMPORÂNEO DE
TRANSFORMAÇÕES DA BACIA DO PINA – RECIFE/PE: UMA ANÁLISE DO
PROJETO NOVO RECIFE

David Tavares Barbosa

Recife, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NOVOS RECIFES, VELHOS NEGÓCIOS

POLÍTICA DA PAISAGEM NO PROCESSO CONTEMPORÂNEO DE
TRANSFORMAÇÕES DA BACIA DO PINA – RECIFE/PE: UMA ANÁLISE DO
PROJETO NOVO RECIFE

David Tavares Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel

Co-orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun

Recife, 2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238n Barbosa, David Tavares.

Novos Recifes, velhos negócios : política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Bacia do Pina – Recife/PE : uma análise do Projeto Novo Recife / David Tavares Barbosa. – Recife: O autor, 2014.

244 f. il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.

Coorientador: Prof. Dr. Jan Bitoun.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DAVID TAVARES BARBOSA

**“NOVOS RECIFES, VELHOS NEGÓCIOS. POLÍTICA DA PAISAGEM NO
PROCESSO CONTEMPORÂNEO DE TRANSFORMAÇÕES DA BACIA DO PINA
– RECIFE/PE: UMA ANÁLISE DO PROJETO NOVO RECIFE”**

Dissertação defendida e APROVADA, pela banca examinadora:

Co-orientador : _____
Dr. Jan Bitoun (UFPE)

2º Examinador : _____
Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic - UFPE

3º Examinador : _____
Dra. Norma Lacerda Gonçalves – MDU/UFPE

**RECIFE – PE
13/03/2014**

Quantos sacos de cimento há em ti, Recife?

Quantos sacos de cimento há em ti, Recife?

Quiçá meu coração não fique concreto

Quiçá meu coração não vire cimento

Quantos sacos de cimento?

Quantos sacos de concreto?

Quantos sacos de concreto?

Quantos sacos de cimento?

Que saco, Recife!

Que meu coração não fique concreto, porra!

Miró da Muribeca

Dedico as próximas páginas, repletas de carinho e apreço, para:

Minha mãe, Eliete,

Meu pai, Nailton,

E meus irmãos,

Nós vencemos!

AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação não foi uma tarefa fácil. Contratempos se apresentaram no caminho e somente com a ajuda de algumas pessoas pude ser capaz de finalizar mais essa etapa de vida. De início, gostaria de agradecer a minha família, em especial meu pai, Nailton e Eliete e minha irmã Sarah, sem esquecer das minhas tias, tios, primos e avós. Eles foram os maiores incentivadores de meus estudos. Todo meu empenho para o estudo e a pesquisa começou por vocês. Para vocês dedico os louros de mais um trabalho finalizado.

Agradeço imensamente aos dois professores que me orientaram pela atenção e paciência que devotam para esclarecer minhas dúvidas e inquietações de diversas ordens. Agradeço a Caio Maciel, meu mestre, agradeço pelo empenho, amizade, confiança, pelas palavras sempre sábias, carinho e sorrisos com o qual ele sempre me recebeu. Nunca me esquecerei de seu apoio incondicional. Agradeço Jan Bitoun, sua simpatia, suas colocações sempre sábias e as sugestões levantadas à pesquisa. A pesquisa não seria a mesma sem seu apoio. Aos demais professores que compõem a banca da defesa desta dissertação, Bertrand, Norma, Ana Cristina e Luiz Eugênio, agradeço pela disponibilidade em participar desse processo final, bem como a contribuição que vocês me deram em suas aulas, palestras e diálogos que se estabeleceram ao longo da experiência acadêmica.

Aos amigos, sempre presentes e devotos, fica a certeza que além das palavras aqui depositadas, vocês terão sempre minha gratidão e amor incondicionais. Para Pietro, agradeço pela presença constante desse grande amigo em todo o desenvolvimento da pesquisa, me incentivando nos estudos e me ajudando a compreender os mundos das imagens. A ti, meu irmão, te dou todo carinho possível no mundo. Conta sempre comigo.

Agradeço a Pedro por toda sua ajuda nos trabalhos de campo, no processo das leituras das teorias que escolhi dialogar, bem como com todas as risadas que aparecem no meu rosto com tua convivência. Espero ter sempre a tua companhia nas próximas caminhadas da vida devotando sempre vários sorrisos em homenagem ao Pedro do mundo.

Agradeço também aos demais amigos que fiz no LECgeo e que me ajudaram de diversas formas na condução dessa pesquisa: Cássia, Robson, Bruno Halley, Danuza, Girlan, Bruna, Izabela, Mercedes, Saulo e todos os demais membros do laboratório sempre presentes no dia-a-dia e nas reuniões festivas. Obrigado pelos cafés, conselhos e sorrisos oferecidos. Agradeço ainda aos professores Claudio Ubiratan e Mônica Cox pelo apoio, confiança e palavras acalentadoras.

Agradeço ao meu núcleo familiar alternativo: Anderson, Cassandra, João, Jan e Ivan. Não sei quais palavras usar para agradecer o apoio de vocês. Por temer que a simplicidade das palavras não traduza o grande carinho e gratidão que sinto por vocês, deixo aqui um breve obrigado, mas carregado dos melhores sentimentos. Agradeço também Dhiego, Davi e Esdras (Kamui!) pela amizade sincera e pelos momentos únicos na companhia de vocês. Agradeço também aos meus amigos de turma do PPGEIO mais presentes: Alexandre, Caline e Renata, que sempre tive conversas agradáveis e ótimas trocas acadêmicas. Agradeço a todos os demais alunos e professores do programa, pelos debates em sala de aula e corredores do CFCH.

Agradeço imensamente cada pessoa que participou das sessões do Cineclub LECgeo, onde pude dialogar minhas propostas de pesquisa, dúvidas e descobertas com pares tão múltiplos e instigadores. Nessa dissertação encontram-se muitas análises que só foram possíveis com essa roda de diálogo criado nesses mais de dois anos de projeto de extensão.

Agradeço ainda ao apoio no fornecimento de materiais, informações, contatos e questões para problematizar na pesquisa que me forneceram os membros do grupo Direitos Urbanos, os frequentadores dos Ocupe Estelita, bem como a Nilson Andrade e Maria das Graças por toda ajuda que me deram quando solicitei conselhos e materiais ao desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, agradeço a Capes, pela concessão da bolsa que contribuiu no desenvolvimento desta pesquisa, permitindo assim uma dedicação exclusiva aos estudos, sem o qual, seria bem mais difícil o aprofundamento de meus estudos. Enfim. Se esqueci nomes, peço perdão. Gostaria de registrar um obrigado e um abraço caloroso a todos que me ajudaram nessa árdua caminhada acadêmica estabelecida para conclusão deste mestrado.

RESUMO

A pesquisa objetiva compreender os referentes ideológicos e representações espaciais presentes na disputa, entre atores hegemônicos e contra-hegemônicos, do processo contemporâneo de transformação da Bacia do Pina e, especialmente, do Cais José Estelita, com a possível implantação do empreendimento Novo Recife. A pesquisa foi desenvolvida mediante revisão bibliográfica, iconográfica, análise de projetos e planos urbanísticos, atividades de campo e participação em debates sobre a implantação do referido empreendimento. Buscamos assim, apontar que na transformação contemporânea destes espaços, ocorre a seleção de imagens e discursos, que são constantemente ressignificados, alterando assim, a relação sociedade-espço e perspectivas de planejamento da cidade. Nesta pesquisa, encaramos o empreendimento Novo Recife não apenas como um projeto isolado de reconfiguração territorial, mas como um evento interligado a uma dinâmica recente e atual de expansão de grandes projetos nos espaços centrais do Recife, onde desde 1990 tem se multiplicado uma série de antecipações cognitivas (projetos, planos de ação, leis) e antecipações espaciais (projetos viários, megaempreendimentos comerciais e residenciais, dentre outros) cujo objetivo principal corresponde a renovar e revalorizar as “margens risonhas” do Capibaribe e demais espaços líquidos da cidade, vistos como um capital simbólico a explorar. Neste processo de renovação dos espaços, percebemos que, correlata ao processo de valorização destes espaços, ocorre uma ampliação do espetáculo da paisagem, onde a *paisagem-lugar* (materialidade do espaço) vira *paisagem-retórica* (modo de ver, modo de fazer ver, modo de convencer e modo de vender), onde os atores hegemônicos promovem a valorização desta *paisagem-retórica* a partir da negação das formas de negociações e participação sobre as reformas sugeridas aos territórios em questão. Assim, nossa proposta de investigação corresponde a analisar as intervenções materiais, mas também, as estratégias simbólicas e ideológicas presentes na produção de novos discursos e representações que busquem legitimar e/ou contestar as ações de “reestruturação urbana” que vem ocorrendo na Bacia do Pina.

Palavras-chave: Projeto Novo Recife. Paisagem. Representações. Planejamento estratégico

ABSTRACT

The objective research comprehends the ideological basis and spatial representations presentes on dispute, between the hegemonic actors and conter-hegemonics, of the contemporary processo of Pina's bay transformation and, specially, from José Estelita Wharf, with the possibly implementation of the "Novo Recife" interprise. The research was developed by bibliographical review, iconographic, project analisis and urbanistic plans, field activitys and participation on debates about the implementation of that interprise. Our goal is so, point that in the contemporary transformations of those spaces, happens the image selections and speechs, that are constantly re arranged, modifying the space-society relation and prospectives of plannings of the City. In this reseach, we face the "Novo Recife" interprisenot just as a isolated project of territorial reconfiguration, but as a interligated event with a recent dynamic and actual of great project expansion on city center of Recife, where since 1990 has mutiplicate in a serie of cognitive antecipations (Projects, use plans, laws) and spatial antecipations (viary projects, commercial and residential megainterprises, a.o.), whose main objective corresponds the renew and revalue the "smile margins" of Capibaribe and other liquid spaces of the city, seen as a symbolic capital to explore. In this renew process of the spaces, we see that, correlated with this revalue project of those spaces, occurs an spectacle ampliatiion of the landscape, where the *landscape-place* (space materiality) turns *landscape-rhetoric* (forms of see, forms of do see, forms of convince and forms fo sell), where the hegemonic actors promotes the revalue of that *landscape-rhetoric* from the negation of negotiation and participation forms on the reforms suggested to the territories in game. Thus, our research proporsition corresponds to analyse the material interventions, but also, the symbolic and ideology strategies presents on the production of new speechs and representations that aim for legitimize and/or contestate the actions of "urban reestruturation" that now occurs on Pina bay.

Keywords: Novo Recife Project. Landscape. Representations. Strategic planning

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Pina, 2014: Verticalização que se aproxima	17
FIGURA 02 – Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”	41
FIGURA 03 – Estuários do Recife: Planície, ilhas e cidade em conformação	73
FIGURA 04 – Coque, década de 1970	78
FIGURA 05 – Pina e Centro do Recife, século XIX	80
FIGURA 06 – Palafitas e Verticalização: Comunidade Beira Rio, Pina, 2012	82
FIGURA 07 – Torres Gêmeas – Persistência na paisagem	106
FIGURA 08 – Torres Gêmeas – Persistência na paisagem	107
FIGURA 09 – Torres Gêmeas – Persistência na paisagem	107
FIGURA 10 – <i>Shopping</i> RioMar e Torres Empresariais	109
FIGURA 11 – <i>Shopping</i> RioMar e comunidade de palafitas da Bacardi, 2011	109
FIGURA 12 – Planta Geral da Via Mangue	110
FIGURA 13 – Via Mangue (Túnel do Pina)	111
FIGURA 14 – Obras da Via Mangue (Alça do Viaduto Capitão Temudo)	111
FIGURA 15 – Linha Verde: Antecipação cognitiva de valorização imobiliária	113
FIGURA 16 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife	114
FIGURA 17 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife	115
FIGURA 18 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife	115
FIGURA 19 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife	116
FIGURA 20 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife	116
FIGURA 21 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife	117
FIGURA 22 – Recife Antigo de Coração: Lazer no espaço público	118
FIGURA 23 – Recife Antigo de Coração: Lazer no espaço público	118
FIGURA 24 – Recife Antigo de Coração: Lazer no espaço público	119
FIGURA 25 – Recife: Shoppings, torres, vias expressas e palafitas	121
FIGURA 26 – Simulação gráfica do Projeto Novo Recife	127
FIGURA 27 – Novo Recife (“Presente e Futuro no Cais José Estelita”)	130
FIGURA 28 – Simulações de um Novo Recife: ordem, cenários e cartões-postais	141
FIGURA 29 – Simulações de um Novo Recife: ordem, cenários e cartões-postais	141
FIGURA 30 – Simulações de um Novo Recife: ordem, cenários e cartões-postais	141
FIGURA 31 – Simulações de um Novo Recife: ordem, cenários e cartões-postais	141

FIGURA 32 – Simulações de um Novo Recife: ordem, cenários e cartões-postais	141
FIGURA 33 – Recife: Vazios urbanos e a necessidade do “novo”	145
FIGURA 34 – Recife: Vazios urbanos e a necessidade do “novo”	145
FIGURA 35 – Memórias e cenários para um Novo Recife	152
FIGURA 36 – Memórias e cenários para um Novo Recife	152
FIGURA 37 – Memórias e cenários para um Novo Recife	152
FIGURA 38 – Novo Recife: Memórias de androide	154
FIGURA 39 – Novo Recife: Memórias de androide	154
FIGURA 40 – Águas que se descortinam	160
FIGURA 41 – Águas que se descortinam	160
FIGURA 42 – Águas que se descortinam	160
FIGURA 43 – Brasília Teimosa nos desígnios da MD	163
FIGURA 44 – Cartaz do Primeiro #OcupeEstelita	179
FIGURA 45 – “Mapa-convite” do #OcupeEstelita	180
FIGURA 46 – “Mapa-convite” do #OcupeEstelita+1	181
FIGURA 47 – Ocupe Estelita, 15 de abril de 2012	184
FIGURA 48 – Ocupe Estelita, 15 de abril de 2012	185
FIGURA 49 – Ocupe Estelita, 15 de abril de 2012	185
FIGURA 50 – Ocupe Estelita, 15 de abril de 2012	186
FIGURA 51 – Ocupe Estelita, 15 de abril de 2012	186
FIGURA 52 – Ocupe Estelita +1, 28 de abril de 2013	187
FIGURA 53 – Ocupe Estelita +1, 28 de abril de 2013	187
FIGURA 54 – Ocupe Estelita +1, 28 de abril de 2013	188
FIGURA 55 – Ocupe Prefeitura, 30 de novembro de 2012	189
FIGURA 56 – Ocupe Prefeitura, 30 de novembro de 2012	189
FIGURA 57 – Poética e política nos muros do Cais José Estelita	192
FIGURA 58 – Poética e política nos muros do Cais José Estelita	192
FIGURA 59 – Poética e política nos muros do Cais José Estelita	192
FIGURA 60 – Folder Ocupe Prefeitura (21/12/2012)	195
FIGURA 61 – Novos Recifes fálicos	199
FIGURA 62 – Novos Recifes fálicos	199
FIGURA 63 – Novos Recifes fálicos	199

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Mapa de Localização da cidade do Recife	67
MAPA 02 – Bacia do Pina e Centro do Recife	68
MAPA 03 – Bairro do Pina e Parque dos Manguezais – Pina/Recife	88
MAPA 04 – Grandes Empreendimentos no Recife: Proximidades e Continuidades	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. Por uma abordagem cultural integradora: Significados, registros visuais e percepções da paisagem	26
1.1. Por uma abordagem cultural integradora	27
1.2. Representando o visível: Dos registros visuais à percepção da paisagem	43
1.3. Da paisagem ao território, do território à paisagem: Significando e delimitando espaços	56
2. Construindo o cenário. A Bacia do Pina e os grandes empreendimentos: antecipações cognitivas e antecipações espaciais	66
2.1. “De como os moradores da Aldeia Teimosa construíram na marra a sua cidade” ...	71
2.2. A Bacia do Pina e os grandes empreendimentos: Antecipações cognitivas e antecipações espaciais	84
2.2.1. Da desativação da estação Rádio Pina ao Parque dos Manguezais	87
2.2.2. Projeto Capital e o destacar das águas	90
2.2.3. Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda: diálogo a portas fechadas	100
2.2.4. Shoppings, torres e avenidas: o carnaval das construtoras	104
2.3. Projeto Novo Recife: Produzindo cenários de um futuro (in)desejado	124
3. Hegemonia, contra-hegemonia e política da Paisagem: O debate sobre o Novo Recife	135
3.1. Imagens e discursos hegemônicos do Novo Recife	137
3.1.1. Do presente caótico à tirania do novo: O Novo Recife que cresce com poda .	137
3.1.2. Paisagens belas, realidades distópicas: olhos míopes, memórias de andróides	149
3.1.3. O estuário que se descortina: 1km de cenários na beira d’água	157
3.2. Imagens e discursos contra-hegemônicos: Ocupando espaços, transformando mentes	166
3.2.1. Novos Recifes: desvelando escalas, intenções, nomes e sobrenomes	171
3.2.2. A cidade é nossa. Ocupe-a!	178
3.2.3. Da crise à contestação: Outros novos Recifes são possíveis	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205

REFERÊNCIAS	213
ANEXOS	230

INTRODUÇÃO

Geógrafos de abordagem cultural asseguram que além da existência da geografia acadêmica, cada indivíduo apresenta uma *geosofia*, *geografia vernacular* ou *forma pré-científica* de percepção, envolvimento e organização dos espaços. De diferentes formas, uma ampla gama de estudo tem buscado mostrar que comportamentos, práticas concretas, discursos e representações, inclusive científicas, não são puros e sem arestas, pois por trás dos sujeitos, sempre haverá subjetividades, valores, idiossincrasias e histórias particulares que não podem ser controladas inteiramente (MACIEL, 2004; BERDOULAY, 2012; CLAVAL, 2012; COSGROVE, 2004).

Partindo de tal consideração, faz-se necessário esclarecer que mais que capricho para tema de dissertação, o tema e a área escolhidos para essa análise vinculam-se a histórias, emoções e sentimentos particulares que remetem, antes de inquietações acadêmicas, a memórias compartilhadas. Para explicar a ligação entre os contextos da pesquisa e algumas histórias familiares, tomaremos a liberdade de utilizar a primeira pessoa dos tempos verbais nesta breve introdução. Só a partir dessa liberdade de fala é possível explicar a forma como a cidade está em mim.

Sempre residi no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife logo, bem distante da Bacia do Pina, no centro do Recife. Nos momentos de férias escolares, os deslocamentos para aproveitar o intervalo dos estudos costumavam ser sempre o mesmo: da casa em São Lourenço da Mata até o beco estreito, com odor forte e sons elevados na comunidade do Bode, bairro do Pina. A casa da avó materna foi cenário constante de férias, visitas e confraternizações familiares. Lá, poucas coisas chamavam atenção além das atividades lúdicas, da praia ou novas experiências cotidianas.

Dos tempos passados, algumas memórias são constantemente lembradas. Dentre elas, a lembrança que uma linha verde sempre esteve nas discussões familiares, deixando a matriarca familiar preocupada sobre a permanência na casa que ela conquistou da maré ainda na década de 1950. A casa erguida no terreno movediço dos manguezais do Pina e do qual esta senhora sempre contou aos netos, com orgulho, o processo lento de acomodação de sua residência e dos vizinhos, começou, ao menos desde o ano 2000, a sofrer com a dúvida da ameaçada de remoção que iria permitir que o complexo viário nomeado de ‘Linha Verde’ pudesse passar e levar o progresso à recantos da cidade por mim desconhecidos.

Naquele momento, ninguém sabia exatamente o traçado desta linha verde. As notícias eram fragmentadas, desconexas, ameaçadoras e inconclusivas. Falava-se de

remoções, transformações no bairro do Pina por completo, mas nomes, números e datas desse processo de transformação ocorrer nunca eram revelados. A única certeza era a fala daqueles que defendiam a linha verde imaginária: a cidade precisa crescer, desenvolver, acumular riqueza e atingir o progresso, sendo que tal crescimento tinha seu preço: passar por cima dos territórios conquistados da lama por essas famílias.

Ao finalizar esse trabalho em fevereiro de 2014 a casa que me traz lembranças da infância permanece intacta. Entretanto, os boatos de possíveis remoções continuam sendo amplificadas pelo bairro. Ampliam-se ações de recadastramento das famílias, recadastramento do qual pouco se fala sobre o real motivo. Torres empresariais e residências se aproximam cada vez mais das casas (FIGURA 01). A vida é de incerteza e morar no local por mais de 50 anos não parece ser garantia de permanência para as famílias locais.

FIGURA 01 – Pina, 2014. Verticalização que se aproxima



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Março de 2014.

Logo depois da entrada na universidade me apercebi que no Recife existem as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – que, ao menos no papel da lei, garante a permanência das comunidades assim denominadas no tecido urbano local. Através de

consultas, percebi que a casa da minha avó materna se enquadra no perímetro da ZEIS Pina. Essa legislação protege, mas ao mesmo tempo, permite-nos levantarmos a incógnita sobre até quando tal legislação será válida, visto que no Recife leis constantemente tem sido revistas para permitir que interesses hegemônicos sejam postos em prática.

Neste sentido, debater o Novo Recife nesse estudo dissertativo se justifica não por questões polêmicas ou por modismo, mas pela relevância que o debate sobre o referido empreendimento imobiliário sugere acerca das relações de poder assimétricas presentes no planejamento urbano da cidade. Relações assimétricas que, olhando para o passado, compreendo que já se faziam presentes antes de conhecer criticamente o fator urbano recifense.

Muito embora esse empreendimento proponha sua construção no Cais José Estelita, localizado na margem esquerda da Bacia do Pina, este apresenta um potencial metafórico que possibilita discutir questões problemáticas que se estendem ao conjunto da cidade, visto que a escala de ação das empresas envolvidas no projeto extrapola a bacia do Pina – e que este espaço constitui-se numa espécie de vitrine e/ou fachada para os que transitam entre os bairros mais ao norte (incluindo o antigo centro) e a porção sul da cidade (sobretudo o bairro de Boa Viagem). Pensamos que, o caso em tela do cais Jose Estelita, numa antiga zona portuária é exemplar e pode ser apreciado, senão como um modelo, pelo menos como revelador das perspectivas mais atuantes no modo de se conceber e organizar o espaço da capital pernambucana, cujas proposições de renovação¹ assumem o caráter de mudanças vertiginosas bastante contestáveis.

O objetivo central desta pesquisa se apresenta então como a análise sobre os referentes ideológicos presentes nos debates e representações envolvidos com o recente processo de conformação da Bacia do Pina como nova centralidade da cidade. Propõe-se analisar as relações entre as representações espaciais dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos da cidade relacionadas ao debate do Projeto Novo Recife.

¹ Neste ponto, há que se destacar que adotaremos nesse trabalho um cuidado no uso de palavras comumente empregadas nas análises sobre intervenções urbanas das cidades. Palavras como '*revitalização*', '*requalificação*', '*reurbanização*', dentre outros termos correlatos, serão utilizadas destacadas entre aspas e em itálico. Adotamos tal cuidado visando reforçar que tais termos correspondem a visões e concepções retiradas de terceiros, a partir da análise de documentos, textos, discursos ou representações. Em nossa concepção, o Projeto Novo Recife, assim como outras intervenções aqui consideradas, não correspondem a projetos de '*requalificação*', '*revitalização*' ou '*reurbanização*', visto o conteúdo político e ideológico implícito a tais termos e que serão debatidos mais a frente, no capítulo 03. Tais empreendimentos são aqui considerados enquanto projetos de renovação urbana, pensando a renovação com sentido de substituição e/ou transformação de formas e funções de paisagens urbanas e seus correlatos espaços e usos públicos.

Neste sentido, ao desenvolver essa análise das relações tecidas entre discursos, representações e processos de disputa territorial verificados em projetos de reestruturação urbana, buscaremos estabelecer ao longo do trabalho uma aproximação entre as ideias de referentes ideológicos, antecipações cognitivas e antecipações espaciais.

A partir da ideia dos referentes ideológicos, difundido por Berdoulay (2012), que pode ser compreendido como o conjunto de representações (crenças, valores, atitudes, pressuposições e sensibilidades) utilizadas pelos indivíduos para justificar ou guiar suas condutas espaciais, desejaremos mostrar que tais representações dialogam diretamente com a instituição daquilo que chamamos de antecipações cognitivas e antecipações espaciais. Como antecipações cognitivas, consideramos o conjunto de ideias, leis, planejamentos e pensamentos (logo, referentes ideológicos), que apresentam um potencial de redefinir a organização territorial das cidades. Estas iniciam um processo de mudança – cognitiva e perceptiva da cidade, mas também de formulação das ações –, propondo cenários desejados e estratégias de desenvolvimento e possibilitando o estabelecimento de antecipações espaciais, que no dizer de Corrêa (2008, p. 39), corresponde a práticas localizadas em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas.

Neste sentido, debater as questões aqui propostas pode nos ajudar a pensar no amanhã, a refletir sobre o que vem sendo construído desde agora (e também de antes) em nossas cidades. Repensar desde nossas escolhas individuais até a construção de legislações municipais mais justas e realmente participativas. Conforme reforça Tomás Lapa, “se o que construímos no Recife, até hoje, foi com o apoio das leis, é preciso que repensemos essas leis” (LAPA, 2011, p. 19). E pensar no amanhã vincula-se exatamente aos anseios de uma abordagem cultural da geografia que aspira ser social, pois segundo admite Berdoulay (2012, p. 122) “a cultura não é somente uma questão de herança do passado nem é feita da experiência presente; ela corresponde, talvez, antes de tudo, a uma projeção no futuro”. Tal postura nos previne da adesão a qualquer argumento nostálgico ou conservador quanto à paisagem cultural.

Ao desenvolver este trabalho, utilizaremos como guia teórico-metodológico a abordagem cultural integradora, desenvolvida pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2008). Ao utilizar esta abordagem, buscaremos apontar que as dimensões de análise do espaço – cultura, economia, política, natureza, etc. – encontram-se cada vez mais interconectadas (HAESBAERT, 2008), sendo assim, mister ao cientista social considerar a complexidade dos fenômenos cotidianos.

A partir destes aportes teóricos, a presente reflexão buscará problematizar a análise dos movimentos das ideias e dos imaginários em suas conexões com os horizontes de vida, evidenciando de que forma estes se entrelaçam na construção e transformação das paisagens urbanas, em especial para esta apreciação, da cidade do Recife. Em outras palavras, pretende-se destacar como as crenças e valores incrustados nas representações espaciais e tramas discursivas dos cidadãos interferem nas práticas concretas responsáveis pela constante transformação do espaço urbano. De modo específico, como os diferentes modos de ver, representar e planejar o território da Bacia do Pina, segundo diferentes segmentos sociais (prefeitura, agentes imobiliários, sociedade civil, etc.) revela ao mesmo tempo tanto uma batalha de referentes ideológicos quanto uma guerra de interesses bastante contraditórios sobre aquela porção da cidade, seus significados, valores e usos.

Percebe-se então que a proposta central da dissertação é desenvolver uma análise do fator urbano que destaque as disputas simbólicas presentes nas cidades em suas produções discursivas, imaginárias e paisagísticas – com resultados palpáveis na vida dos habitantes e no cotidiano de luta por cidadania. Para tal, partimos da premissa que vivemos numa sociedade com ampla produção de imagens², propondo então, uma reflexão dos usos da imagem nos debates e ações de planejamento urbano do Recife. Na contemporaneidade, a cidade torna-se cada vez mais complexa, pois se observa uma veloz reprodução deste espaço a partir de diferentes imagens, produzidas por diferentes técnicas, com diferentes objetivos. Verifica-se desde uma ampliação de imagens *cleans* de cartões-postais, nas mais diferentes esferas de comunicação, até a produção de vídeos com objetivos de retomar o debate sobre o direito à cidade.

Percebemos que o debate sobre a multiplicação dos produtos imagéticos se ampliaram grandemente na geografia. Destaca-se, por exemplo, que Barbosa (2012b, p. 19) afirma o desenvolvimento de uma “nova forma de percepção do espaço e do tempo que se instaura em nossas existências”, ou ainda, conforme Maciel (2009, p. 41) que lembra em artigo sobre os estereótipos regionais do sertão nordestino o fato de vivermos numa “civilização da imagem” que “tem popularizado e naturalizado uma série de ‘modernas paisagens arquetípicas’”. Neste sentido, torna-se central reforçar que a produção imagética

² A geografia interessada em fenômenos culturais vem desafiando a desvalorização da imagem pela ciência. Numa “civilização da imagem”, como afirma Gilbert Durand (1998), não faz sentido ignorarmos o seu valor explicativo e seu papel na constituição dos referentes ideológicos.

de sensações e novas percepções espaciais correspondem a um dos mais fortes componentes da sociedade atual.

Assim, dentre outras questões buscaremos ventilar de que forma nestes debates são tematizadas as questões relacionadas ao direito à cidade, ao planejamento do espaço público e às metamorfoses da paisagem urbana do Recife. A análise das disputas simbólicas presentes no Recife será problematizada a partir das relações percebidas entre os denominados referentes ideológicos, as representações paisagísticas e algumas reconfigurações espaciais observadas na cidade do Recife, com base na aludida abordagem cultural da geografia definida como integradora.

O trabalho está organizado em três partes complementares. No primeiro capítulo buscaremos aprofundar a partir da sugestão de Haesbaert (2008, p. 395-398) a visão da Geografia Cultural como uma abordagem integradora capaz de reconhecer o “cultural” como uma das múltiplas e inseparáveis dimensões do espaço social, interessando-se assim em reconhecer o caráter múltiplo dos fenômenos geográficos. Nesta parte não focaremos nossas análises nesta abordagem cultural integradora apenas através do território, como foi a escolha do referido autor, mas incorporaremos a análise da paisagem, bem como a produção de imagens e representações paisagísticas e territoriais, buscando apresentar a possibilidade que o debate dessas questões oferece em agregar as dimensões dialéticas de conformação do espaço social.

Consideramos que a paisagem corresponde a uma forma, aos aspectos visuais de um território, mas também ao conjunto de narrativas e qualidades discursivas que falam e constroem esta porção territorial, sendo a paisagem assim formada da relação dialética entre essas duas esferas espacializantes, de forma próxima à formação dos territórios: a partir de relações de poder, sociais, econômicas, políticas, culturais, dentre outros³. Neste sentido, torna-se fator de destaque em nossa análise defender que as paisagens sempre revelarão em suas análises os imaginários partícipes da construção de um território, quer seja este uma realidade concreta, vívida, quanto virtual e/ou digital. Em todo caso,

³ Ao admitir que a paisagem corresponde a uma forma, abrimos aqui uma reflexão que merece ser desenvolvida sobre as aproximações estabelecidas entre o conceito da paisagem e a análise deste em dois campos do saber científico: a Geografia e o Urbanismo. Apesar da leitura sobre a paisagem nestas duas disciplinas reconhecer a dimensão ‘forma’ como um dos pilares sustentadores da paisagem, estas pouco tem dialogado entre si no sentido de aprofundar uma reflexão interdisciplinar sobre o conceito. Embora não faça parte de nosso objetivo aprofundar as relações entre esses saberes na conceituação sobre a paisagem, reconhecemos a necessidade de que Geografia e Urbanismo aprofundem o debate interdisciplinar sobre as relações percebidas entre a constituição de paisagens, a dinâmica de suas formas e as questões emocionais, simbólicas e cotidianas presente na conformação destas.

territórios concretizam a relação entre poder e referentes ideológicos, donde a paisagem pode ser vista como um elemento incontornável no estabelecimento e estabilidade de unidades territoriais na “civilização da imagem” em que vivemos.

Há que se destacar que esse percurso teórico se fez necessário porque nas análises previamente desenvolvidas sobre a consolidação da centralidade da Bacia do Pina, sinalizada por empreendimentos como o Novo Recife, constatou-se que as representações paisagísticas e territoriais da cidade tem sido agenciadas com um papel central no atual debate sobre projetos recentes que admitem promover a “*revitalização*” do centro do Recife. Percebe-se uma “batalha de imagens” onde mapas interativos, filmes, criações de realidades virtuais, produção de imagens de impacto no geral, estão se multiplicando no debate sobre as opções de planejamento para porções estratégicas da cidade.

O segundo capítulo corresponde ao recorte de análise da realidade empírica em questão, a Bacia do Pina, considerando a importância temporal nas transformações espaciais deste espaço. No primeiro ponto analisaremos a particularidade da formação histórica dos espaços desta bacia, buscando destacar as sociabilidades, as organizações e as formas de luta e resistência das comunidades fixadas neste espaço ao longo de grande período da história social do Recife. Posteriormente, partiremos para analisar os “períodos densos” da bacia do Pina, onde destacamos os períodos cheios de eventos, de novas dinâmicas, de novos processos, de alteração das práticas socioespaciais que redefinem os papéis deste espaço.

Será destacado como período denso aquele compreendido entre 1990 e 2012, tendo seu marco inicial o ano de desativação da antiga rádio Pina, ligada as Forças Armadas brasileiras, para ativação do que atualmente é conhecido como Parque dos Manguezais. A importância deste evento como delimitação inicial do nosso período denso de eventos corresponde ao fato que a desativação desta rádio deixou de limitar a verticalização das edificações da sua região de influência, eliminando restrições à altura para a construção de novos edifícios, liberando ao mercado imobiliário a construção de prédios de altos gabarito, iniciando assim, um processo de “*boom*” imobiliário no bairro do Pina. O marco temporal final desta pesquisa corresponde ao ano de 2013, onde a discussão acerca do Projeto Novo Recife continua em debate durante a gestão do prefeito Geraldo Júlio, carregada de batalhas judiciais e indecisões sobre o futuro da construção ou anulação do projeto em questão.

O segundo capítulo se encerra com a apresentação do empreendimento Novo Recife, buscando destacar os detalhes observados na elaboração do projeto, bem como das estratégias desenvolvidas para tentar concretizar o plano. Centraremos o debate sobre o projeto Novo Recife a partir de algumas questões que chamam a atenção em todo o *imbróglgio* de sua discussão: o debate sobre a relação percebida deste empreendimento com a paisagem; a discussão sobre as escalas de produção do projeto, que apresenta aspectos que ligam a sua execução ao olhar para dentro e para fora da cidade do Recife; e por fim, as relações e questionamentos que suscita sobre o público e o privado, seja estas esferas o espaço ou os interesses e aspirações.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos discursos e representações paisagísticas e territoriais desenvolvidas pelos grupos hegemônicos e contra-hegemônicos envolvidos no debate do empreendimento Novo Recife, seja para justificar e viabilizar sua implantação, quer para contestar sua concretização. Parte-se do pressuposto de que os referentes ideológicos das elites locais estão impregnados por uma colonialidade que marca a cultura nacional, tal como exposto por Bosi (1992): a promoção de projetos como o Novo Recife, aqui sempre visto como um fenômeno dentro de um movimento mais amplo, visa ocupar os territórios do Recife, para construir e venerar uma ideia de cidade partida e reafirmar um novo sentido de cidade, ligando o passado, ao presente e futuro. Com isto, propõe-se mostrar que, a luta observada no Recife é material, cultural e política, e vinculam-se as escolhas prospectivas do planejamento urbano da cidade do Recife. A análise dos grupos considerados enquanto ‘contra-hegemônicos’ será centrada na problematização das estratégias, discursos e representações desenvolvidas pelos grupos que tem se organizado para contestar intervenções urbanas no Recife: Direitos Urbanos e coletivos de audiovisual (Vurto, Contravento e [projetotorresgêmeas]).

A pesquisa foi desenvolvida através de uma sequência de etapas, que incluíram revisão bibliográfica e iconográfica, somado a análise de diferentes documentos, publicações e projetos da prefeitura municipal do Recife, um conjunto de análises de campo e uma observação participante em grupos virtuais, nos Ocupes desenvolvidos pelo grupo Direitos Urbanos e em debates acerca da dinâmica do espaço público do Recife. Estas etapas não foram divididas em períodos de execução, pois algumas necessitaram permanecer em desenvolvimento durante todo o período de execução, caso da revisão bibliográfica, da análise dos documentos oficiais da Prefeitura do Recife e idas ao campo.

A análise dos documentos, publicações e projetos da prefeitura municipal do Recife foi delimitada a partir de um recorte temporal: de 1998, quando é debatido e publicado o Projeto Capital, até o ano de 2012, período em que o Projeto Novo Recife foi ‘aprovado’ – cercado de irregularidades – e intensamente debatido em múltiplos canais – mídia, grupos de resistência, como o Grupo Direitos Urbanos e o Ocupe Estelita⁴, eventos acadêmicos e artísticos, dentre outros. Assim, dos documentos oficiais lançados no período de 1998-2012, destacamos uma análise mais aprofundada do Projeto Capital e do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, pois ambos apresentam claras ligações nas intervenções que propõem ao Cais José Estelita. Convém lembrar que, a análise desses documentos oficiais foi conduzida não a partir de uma interpretação das legislações, mas sim de uma explanação destes enquanto discursos oficiais do poder público sobre a cidade do Recife e sobre os projetos de renovação dos espaços pesquisados. Como foi de nosso interesse interpretar as representações espaciais destes grupos, além destes documentos, também foram analisados materiais de campanha publicitária e outras publicações e discursos públicos que envolviam os assuntos elencados nesta pesquisa.

As análises de campo foram desenvolvidas a partir de uma postura reflexiva, onde se desenvolveram trabalhos de campo segundo duas abordagens: uma primeira abordagem de campo através de observações e diálogos nos espaços públicos do estuário do Pina durante os Ocupe Estelita desenvolvidos, bem como em outros momentos de atividades normais. Na segunda abordagem, privilegiamos uma observação mais direta, a partir da utilização de métodos como a fotografia e a observação da vivência e do cotidiano destes espaços selecionados durante o primeiro momento.

Por fim, convém lembrar que outra escolha metodológica foi desenvolvida ao longo da pesquisa: a participação em rodas de discussão e espaços de diálogo de movimentos como “Direitos Urbanos”, “Ocupe Estelita” e eventos promovidos por atores e instituições interessados no debate da espacialidade pública do Recife e vinculados – direta e indiretamente – a algum desses grupos. A nossa participação nesses grupos iniciou-se em

⁴ O Direitos Urbanos corresponde a um grupo de diálogo formado na internet, em especial na rede de relacionamentos *Facebook*, com objetivo de articular um grupo de diálogo sobre o modelo contemporâneo de ocupação e transformação da cidade do Recife. O Direitos Urbanos pode ser compreendido como um grupo de contestação e proposição de ideias a partir de uma metodologia de atuação variada (ocupações, usos políticos da arte, “batalhas jurídicas”, dentre outros) organizada a partir de demandas insurgentes, e grandes projetos anunciados que requerem uma contestação emergencial. Dentre as diversas atuações do grupo, destaca-se o Ocupe Estelita, ocupação festiva e cultural, mas também política e de debate, influenciada por ocupações que sacudiram o mundo a partir de 2011, tais como o Occupy Wall Street, o 15-M e a Primavera Árabe. O Direitos Urbanos e O Ocupe Estelita serão analisados mais detalhadamente no item 3.2.

janeiro de 2012, com a participação efetiva em alguns movimentos de ocupação do Cais José Estelita, participação nas audiências públicas realizadas sobre o Projeto Novo Recife, assim como outros eventos promovidos por membros desses grupos – tais como mostras de cinema, debate com especialistas em questões urbanas e autoridades vinculadas aos órgãos governamentais.

CAPÍTULO 01

POR UMA ABORDAGEM CULTURAL INTEGRADORA:
SIGNIFICADOS, REGISTROS VISUAIS E PERCEPÇÕES DA
PAISAGEM

1.1.POR UMA ABORDAGEM CULTURAL INTEGRADORA

Estudos sobre as questões culturais na geografia podem ser conduzidos a partir de diferentes abordagens. Com efeito, observa-se na geografia humana uma grande diversidade de perspectivas de análise culturais que, conforme Claval (2008) correspondem ao resultado de diferentes posições e postulados teóricos de matrizes acadêmicas pregressas. A dita geografia cultural, em particular aquela desenvolvida posterior ao *cultural turn* que se desenvolve nesta disciplina na década de 1970, se caracteriza por uma pluralidade de conhecimentos e métodos, por uma heterotopia epistemológica, conforme nos indica Duncan (2000). A geografia cultural corresponderia então, a um espaço institucional com diferenças teóricas importantes, e não um espaço de partilha de um único projeto intelectual⁵.

Alguns autores, quando comentam sobre a virada cultural na geografia, afirmam que esta se baseou numa crescente atenção atribuída ao aspecto interdisciplinar da “cultura” (SCHEIN, 2005, SAHR, 2008; CORRÊA e ROSENDAHL, 2000; COSGROVE, 1999). Para Schein (2005, p. 18) há um conjunto de características que explicam um pouco dos objetivos dos estudos culturais na geografia. A saber: i) almejam analisar as práticas culturais e suas relações de poder; ii) buscam desenvolver análises sobre o contexto social e político no qual a cultura se manifesta; iii) interpretam a cultura como objeto de estudo, mas também como uma localização do criticismo político e da ação; iv) procuram expor e superar a cisão entre formas de conhecimento tácito e formas de conhecimento objetivo; v) correspondem a estudos que se comprometem com uma espécie de avaliação moral das sociedades modernas, estando assim comprometidos com uma “reconstrução da sociedade pelo envolvimento político crítico”.

Ciente desta diversidade de postulados presentes na geografia dita cultural, assumiremos como corpo teórico-metodológico deste trabalho os aportes fornecidos pelas reflexões teóricas que propõem o desenvolvimento de uma abordagem cultural integradora, tomando a direção apontada por Haesbaert⁶ (2004; 2006; 2007; 2008). Esta abordagem

⁵ Para Corrêa e Rosendahl (2005) essas diferenças dentro da geografia de abordagem cultural se aprofundam ainda mais quando se analisa suas matrizes teóricas, caracterizada por uma heterogeneidade de redes estabelecidas com geógrafos europeus e norte-americanos, donde se destacam três grupos de grande importância, formadores de uma “heterotopia geográfica, sem a ascendência de nenhum grupo”: i) a matriz saueriana; ii) a Nova geografia cultural; iii) o grupo que segue o “*approche culturelle*” de Paul Claval.

⁶ A abordagem cultural integradora foi defendida por Haesbaert no artigo intitulado “Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora”, publicado em 2008. No entanto, esta abordagem do autor pode ser encontrada em outras obras publicadas que versam sobre o debate do

aponta que as dimensões de análise do espaço – cultura, economia, política, natureza, etc. – encontram-se cada vez mais interconectadas, onde a denominada geografia cultural encontra-se cada vez mais envolvida em problemáticas políticas, econômicas e sociais, assim como as demais áreas da disciplina também se aproximaram das perspectivas culturais (HAESBAERT, 2008).

Esta “invasão” de esferas como a cultura e a política em diferentes dimensões do existir torna-se então um dos fatores de maior destaque da condição contemporânea. Como demonstra Maciel (2009) as influências notadas pela entrada de discussões mais políticas na geografia humana estimularam, dentre outras questões, a observação das disputas de sentido geradas pela cultura como prática sócio-espacial, através do qual percebe-se um aprofundamento nos elos entre as geografias ditas cultural e política⁷. Linda MacDowell, ao analisar os efeitos da “virada cultural” da disciplina nos anos 1990 e sua influência nos subcampos de geografia econômica, política e cultural também aponta para a emergência de novas interconexões entre eles, atestando que as fronteiras disciplinares têm sido repensadas desde então (McDOWELL, 2000, p.184-195).

Acreditamos então que estas esferas de análise se associam e se correspondem, apresentando assim um papel de evitar que naturalizemos o campo de análise destas esferas, reduzindo assim o “risco de cair numa perspectiva ingênua que tende a ver a cultura como uma expressão quase que espontânea das representações dos atores sociais” (CASTRO, 2012a, p. 164).

Partindo das considerações sobre os problemas e cuidados que Castro (2012a) aponta no estudo da cultura e da política na geografia cultural, bem como das contribuições de McDowell (2000) sobre as conexões entre economia e cultura, há que destacar dois pontos que pensamos ser importante nos estudos destas autoras para se aproximar da

território, quando este interpreta a categoria em questão como algo que envolve a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto das representações do espaço, interpretando assim o território como formado numa dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço (HAESBAERT, 2004, p. 42).

⁷ A íntima aproximação entre a esfera da cultura e a da política, no entanto, não é compreendida como algo estável e aceitável para todos. Para Eagleton (2005, p. 30-33), por exemplo, a dialética entre cultura e política não se dá numa relação de complementariedade, mas sim de oposição, pois este enxerga a cultura como um “antídoto à política”, apelando ao equilíbrio, enquanto a política é vista exclusivamente em sua forma partidária, tendenciosa e manipuladora. Assim, a cultura não apresentaria os interesses parciais e as posições de valor manifestas na ideia de política, mas sim “um livre e auto deleitante jogo do espírito no qual todas as capacidades humanas podem ser desinteressadamente estimuladas e desenvolvidas” (p. 30). Não compactuamos com esta leitura de Terry Eagleton pois interpretarmos que sua análise da cultura ainda está vinculada a uma visão desta enquanto uma superestrutura, da mesma forma que pensamos ser sua abordagem da política não apropriada para este estudo, mas torna-se importante que reconheçamos que a abordagem aqui desenvolvida não é a única forma de analisar a questão aqui em tela.

abordagem cultural aqui defendida: i) economia, cultura e política – bem como as demais esferas que se queiram reconhecer na dimensão espacial da sociedade – não se contrapõem dialeticamente, nem são separados das formações e dos mundos sociais, pois estas esferas, antes de dimensões de análise do espaço, correspondem a ações sociais, e são por estas afetadas, impactando nas materialidades, mas também nos costumes, nos significados e convenções; ii) nenhuma destas esferas se sobrepõem as outras, sendo importante reforçar em nossas análises a interconexão, a relação dialética entre estas.

Assim, ao compreender o cultural em suas múltiplas e indissociáveis conexões com as outras dimensões do espaço, reconhecendo assim as imbricações e limiares existentes entre a cultura, com a política, a economia, a natureza, dentre outros, nos possibilita reforçar a proposta de Haesbaert (2008), quando este afirma que a abordagem cultural integradora da geografia deve preocupar-se com os cruzamentos, com as interseções, com as conexões dos fenômenos que compõem o espaço geográfico, pois em suas palavras:

Sem diluir a especificidade e a relevância do cultural em si, devemos entendê-lo dentro de concepções não dicotômicas ou dissociativas, mais híbridas, preocupando-nos sempre mais em discutir os vínculos (economia-cultura, cultura-política...), numa “abordagem cultural integradora”, do que em identificar limites ou fronteiras. [...] Assim, o que propomos aqui como abordagem integradora envolve tanto uma interpretação, a nível epistemológico, que de algum modo integre múltiplas dimensões (cultural, econômica e política, por exemplo) quanto o reconhecimento do caráter híbrido ou múltiplo de muitos dos próprios fenômenos geográficos que efetivamente estamos abordando (HAESBAERT, 2008, p. 397-398).

Assim, ao utilizar esta abordagem, gostaríamos de desenvolver uma análise das subjetividades e do trabalho humano na construção dos espaços, sem buscar reduzir estas dimensões de análise a categorias objetivas de análise do espaço. Conforme nos lembra Cosgrove (2003), conceitos como o de cultura nos permite unir em nossas análises os aspectos fundamentais do ser social: o trabalho e a consciência, que se tornam compreensíveis apenas quando pensarmos a cultura através da prática, e não apenas através da procura de definições claras e objetivas.

Assim procedendo, pretendemos demonstrar que a cultura não “serve” apenas como um instrumento manipulável a serviço dos planejadores e gestores do espaço, mas corresponde a um importante aspecto de análise da geografia social, pois os espaços além de realidades meramente concretas são construídos através dos referentes ideológicos que cada qual carrega nas práticas cotidianas de vivência dos lugares (Berdoulay, 2012), através de suas atividades mentais, emocionais e afetivas, que variam segundo a posição

social destes sujeitos. Utilizamos o termo “referentes ideológicos” no sentido exposto por Berdoulay (2012), que interpreta-os como:

[...] reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações (crenças, valores, pressuposições, atitudes, sensibilidades) que o indivíduo utiliza para justificar ou guiar suas condutas, especialmente diante de situações particulares. [Neste sentido] os referentes ideológicos entram na composição de sistemas de significação e ação que se manifestam na dinâmica da paisagem (BERDOULAY, 2012, p. 113-114).

Em tal ponto, podemos afirmar junto com Vincent Berdoulay (2012) que a cultura corresponde a um esforço individual para melhor compreensão/interação do e com o mundo, ou simplesmente, corresponde a uma “questão de sentido”, de “afirmação do sujeito”. Se a cultura corresponde a um conjunto de normas que precisa ser cotidianamente reproduzida pelas ações humanas, então eis nesse ponto o potencial criativo e libertário da cultura frente a reprodução das relações sociais cotidianas no/do espaço: a interdependência na co-construção entre sujeito e lugar, representada pela reflexividade destas noções interdependentes (BERDOULAY, 2012).

Muito embora a noção de espaço remeta a uma polissemia de interpretações, esta categoria consegue revelar com clareza a diversidade dos modos de vida, dos costumes, das ações simbólicas e das práticas dos seres humanos nos diversos momentos da vida pessoal e coletiva, apresentando estas práticas uma dimensão espacial intrinsecamente relacionada na (re)produção dos fatos sociais (BERDOULAY, 2012). Assim, a cultura considerada sob a perspectiva do espaço só pode existir se o indivíduo tiver consciência de si, de seus objetivos e aspirações próprios, pois a cultura e a reflexividade das ações humanas apresenta-se diretamente relacionada à produção e reprodução constante dos espaços.

Conforme nos informa (CLAVAL, 2008, p. 26), a maioria dos processos humanos e sociais é sociocultural ou político-culturais, pois a cultura corresponde a uma interiorização de práticas, conhecimentos e valores que os indivíduos recebem, capaz de transformar-lhes num ser social. A cultura adquire a capacidade de orientar a ação humana, assegurando assim, o funcionamento da sociedade. Tal como nos informa Cosgrove (2003, p. 118) a partir de suas reflexões entre os vínculos da abordagem cultural com a análise marxista:

Para nossa compreensão de cultura corresponder à evidência da prática precisamos voltar à noção de modo de produção como um *modo de vida*, incorporando a cultura *dentro* da produção humana, ligada em igualdade dialética com a produção material de bens. A consciência humana, ideias e crenças são parte do processo produtivo material.

Augustin Berque em suas análises sobre a paisagem-marca e a paisagem-matriz também nos alerta sobre esta necessidade de considerar a materialidade nos estudos da geografia cultural, visto que a materialidade, como uma marca de uma civilização, possibilita que o geógrafo cultural desenvolva análises sobre as consciências, a estética e a moral envolvida nesta construção. Eis suas palavras:

[...] a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria – marca que ela considerará como uma *geo-grafia* em primeiro grau: a escrita da Terra por uma sociedade. Essa marca possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais, na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz (BERQUE, 2012, p. 241).

É neste sentido que se faz importante reforçar a ideia desenvolvida por Cosgrove (2003) de cultura como prática, da compreensão de cultura para além de uma estrutura independente dos homens, mas interpretar esta como um meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída, através do qual as pessoas transformam o mundo material cotidiano num mundo de símbolos significativos, que atribuem sentido e atrelam valores (COSGROVE; JACKSON, 2000, p. 16-25). Conforme admite Teixeira Coelho (2008, p. 66),

[...] cultura não é apenas filmes e óperas e artes visuais, cultura é também recuperação de zonas urbanas decaídas [...] cultura é também, como propõe Anthony Giddens, *responsabilidade individual reforçada*. Cultura também é, como sugere Nestor Canclini, cidadãos organizados em rede e participando daquilo que é oferecido. Cultura é uma cidade arquetonicamente sugestiva, que saiba harmonizar as necessidades evidentes de preservação do patrimônio com a acolhida do novo indispensável à vitalização do imaginário.

Convém lembrar que, a abordagem cultural da geografia, segundo Gomes (2005, p. 47) corresponde a um “manifesto através do qual se pretende demonstrar que não pode haver compreensão sobre a organização do espaço sem levar em consideração o contexto cultural”, onde através da promoção de análises centradas na cultura, a geografia pode abandonar os resquícios do naturalismo e positivismo que ainda restam na Geografia Humana (ver também CORRÊA e ROSENDAHL, 2000; CORRÊA, 1999; COSGROVE, 1999).

Há que se retomar então, a explicação desenvolvida por Haesbaert (2008). Reconhecer a abordagem integradora envolve tanto uma interpretação, a nível epistemológico, quanto reconhecer o caráter múltiplo dos fenômenos geográficos que analisamos. Tal como alguns autores vêm alertando, os espaços tem assumido grande complexidade, enquanto conceito ou experiência, na contemporaneidade (LOPES, 1995;

HARVEY, 2009; CORRÊA, 2011; BAUMAN, 2001; 2009; CANCLINI, 2008; COSGROVE, 2004; SAHR, 2008).

Para Harvey (2009, p. 188-189) observa-se uma mudança na experiência do espaço e do tempo neste período tido como pós-moderno, que atribui uma complexidade ao espaço, na medida em que cada sociedade concebe seu espaço de forma particular, a nossa experiência subjetiva tem levado a percepção do espaço a domínios de imaginação e fantasias que “produzem espaços e mapas mentais como mensagens da coisa supostamente ‘real’”. Neste sentido, Harvey (2009, p. 189) sugere que:

Considero importante contestar a ideia de um sentido único e objetivo de tempo e de espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas. Não defendo uma dissolução total da distinção objetivo-subjetivo, mas insisto em que reconheçamos a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção.

Neste sentido, nos é sugerido por este autor que cada formação social incorpora práticas, sentidos e conceitos ao tempo e ao espaço, os quais passam a ser construídos diferencialmente neste período de globalização pós-moderna. Outrossim, Doreen Massey ao debater os aspectos da “globalização neoliberal”, adverte que necessitamos distinguir uma versão da globalização com um “mundo multipolar” porque o reconhecimento da questão da multipolaridade é essencialmente política, porquanto permite um contraponto à ideia hegemônica da era unipolar, onde os Estados Unidos e o neoliberalismo aparecem enquanto dominantes na economia, política e cultura mundial. Neste sentido, Doreen Massey afirma que⁸:

A multipolaridade para mim é mais que um reconhecimento das diferenças. Necessita-se de um real desafio à dominação da unipolaridade. Neste momento parece haver uma só forma da economia, que é a do mercado livre, do neoliberalismo. Desde este lugar, quando dizem que não há alternativa, querem dizer que há somente uma maneira de organizar a economia e a sociedade. É um tema quase filosófico, **o espaço é a dimensão da multiplicidade, o espaço é a dimensão em que muitas coisas existem ao mesmo tempo.** O que faz o liberalismo e algumas das versões da modernidade é transformar as diferenças geográficas em uma única direção histórica, mostrando que só há uma possibilidade. **Abrir-se à multiplicidade implica especializar-se, abrir-se a possibilidade da multipolaridade.** [...] devemos desenvolver um sentido multipolar, necessitamos desenvolver modos de organizar a sociedade, que tenham suas próprias trajetórias, suas próprias dinâmicas, que não sejam somente

⁸ Em entrevista para o portal de internet argentino Pagina 12. “Los espacios están llenos de poder, son un producto de las relaciones sociales”. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-206595-2012-10-29.html>>. Acesso em: 30 maio 2013.

uma variação do neoliberalismo, algo centralmente diferente com uma economia social que tenha uma dinâmica particular⁹ (grifos nosso).

Outras análises apontam para esse reconhecimento da diversidade. Corrêa (2011) reconhece que o paradigma da complexidade contemporânea exige que consideremos, a partir dos aportes teóricos fornecidos pelo pós-estruturalismo, a polivocalidade das construções humanas, passíveis de múltiplas interpretações. Para este autor, devemos admitir o caráter aberto e instável das construções humanas, dentre as quais, o espaço e suas espacialidades. Assim, ao adotarmos esta polivocalidade, estaríamos atribuindo valor as formas de contestação, resistência e rejeição das interpretações oficiais a respeito da realidade, pois “as interpretações consideradas dissonantes revelam diferentes experiências e visões do mundo e devem se tornar inteligíveis, independentemente de concordarmos com ela” (CORRÊA, 2011, p. 64).

Entretanto, enquanto alguns preferem afirmar a importância da ciência em reconhecer a “multipolaridade” e/ou a “polivocalidade” da vida contemporânea, outros autores preferem apontar que a própria ideia contemporânea de cultura já confere um sentido de pluralidade, de valorização da diferença e de diversidade de caminhos a se seguir (GOMES, 1999, 2009). A própria virada cultural, processada na geografia ao longo da década de 1970, valoriza esta concepção, pois a cultura passa a ser compreendida numa concepção mais integrativa, valorizando assim uma nova sensibilidade da disciplina pela diversidade dos comportamentos e multiplicidade das representações vinculadas à produção espacial (CLAVALL, 2011, p. 316-317).

Assim, se afirma que além do reconhecimento do caráter múltiplo do espaço, o debate sobre este deve vir acompanhado de uma maior aceitação ao diálogo, à pluralidade e até ao conflito de tendências de análises do espaço na nossa ciência, pois a persistência das discussões sobre a natureza, o método e as finalidades da disciplina faz parte do “incessante processo de construção do conhecimento” (GOMES, 2009, p. 16). Afinal, a

⁹ Livre tradução de: “La multipolaridad para mí es más que un reconocimiento de las diferencias. Se necesita un desafío real a la dominancia de la unipolaridad. En este momento parece haber una sola forma de la economía, que es la del mercado libre, la del neoliberalismo. Desde ese lugar, cuando dicen que no hay alternativa, quieren decir que hay sólo una manera de organizar la economía y la sociedad. Es un tema casi filosófico, **el espacio es la dimensión de la multiplicidad, el espacio es la dimensión en que muchas cosas existen al mismo tiempo**. Lo que hace el liberalismo y algunas de las versiones de la modernidad es arreglar las diferencias geográficas en una sola dirección histórica, mostrando que sólo hay una posibilidad. **Abrirse a la multiplicidad implica espacializarse, abrirse a la posibilidad de la multipolaridad**. [...] debemos desarrollar a un sentido multipolar, necesitamos desarrollar modos de organizar la sociedad, que tengan sus propias trayectorias, sus propias dinámicas, que no sean sólo una variación del neoliberalismo, algo centralmente diferente con una economía social que tenga una dinámica particular”.

ciência se caracteriza em si mesmo, por ser um produto histórico e contextual, onde a pluralidade de caminhos e de respostas corresponde à própria razão de sua existência.

Conforme afirmamos anteriormente, Corrêa (2011) admite que a geografia contemporânea se caracteriza pela presença de uma pluralidade de paradigmas, por uma heterotopia epistemológica advinda da coexistência de várias matrizes intelectuais. Apoiando-se nesta caracterização da geografia, este autor propõe uma concepção da ciência em perspectiva rizomática, preocupada com o caráter híbrido dos resultados, com a fecundação de ideias a partir de matrizes distintas e a partir da negação da ciência como uma árvore, onde as relações entre as partes se fazem por intermédio da matriz intelectual. Este autor prefere estimular “a possibilidade de questionar o mundo real considerando diferentes processos, agentes sociais, formas e significados em suas complexas espacialidades e com base em olhares distintos”, pois “são as diferenças que alimentam o avanço e não o pensamento único, que se repete, tornando-se incapaz de avançar” (CORRÊA, 2011, p. 61).

Igualmente, Claval (2011, p. 299-315) admite que esta nova geografia baseada no reconhecimento da diferença vincula-se aos grandes debates epistemológicos que se desenvolveram na disciplina durante a década de 1970, inspirados nas contribuições da fenomenologia e do marxismo, e nos anos 1980, com a ampliação destes debates na era do pós-modernismo e dos pós-colonialismo. Estes debates conduziram uma série de “viradas” nas ciências – viradas linguística, espacial e cultural – questionaram a modernidade, suas racionalidades e metanarrativas e buscaram dar visibilidade aos aspectos dissonantes presentes no espaço.

A partir do apontamento destes autores, faz-se necessário reconhecer que a abordagem cultural que aqui buscamos desenvolver obteve importante contribuição de distintos paradigmas presentes na geografia cultural. Influenciou-nos intimamente a abordagem humanista-cultural (nova geografia cultural) de inspiração pós-estruturalista, a abordagem de inspiração neomarxista e a de inspiração fenomenológica.

A abordagem cultural pós-estruturalista caracteriza-se por se desenvolver como uma reação contra o pensamento estruturalista inicial, sem desconsiderar suas ideias centrais. Seus teóricos buscam desconstruir as imaginações ontológicas e apreensões da realidade social por mecanismos puramente racionais, advogando que as construções humanas são passíveis de múltiplas interpretações, pois todas as ações dos indivíduos

passam a ser analisadas através do caráter aberto, instável e ausente de qualquer classificação regular (CLAVALL, 2008).

Caracteriza-se assim, por um constante questionamento das categorias universais que caracterizavam, por exemplo, a cultura, como uma “superestrutura” que teria poder explicativo em si, para ser pensada agora como um reflexo, uma mediação e uma condição social. A cultura começa a ser pensada como a interiorização de práticas, conhecimentos e valores que os indivíduos recebem, capaz de transformar-lhes num ser social (CLAVALL, 2008, p. 26), adquirindo assim a capacidade de orientar a ação humana e assegurar o funcionamento da sociedade. Corresponde então, a uma abordagem contextual e interpretativa da cultura, que pretende sinalizar para a existência de diferentes grupos sociais (CORRÊA e ROSENDAHL, 2012).

Já a Geografia Cultural Marxista, caracteriza-se como um contraponto à tendência dentro da geografia de reduzir a problemática social a uma espécie de determinismo econômico, adquirindo grande destaque na produção de geógrafos culturais anglo-saxões, onde atribuímos maior destaque ao papel de Denis Cosgrove. Para este autor a abordagem cultural e a abordagem marxista na Geografia apresentam um ponto ontológico em comum: uma oposição a qualquer forma de determinismo ou explicação linear causal, buscando caracterizar a relação indivíduo-natureza como histórica (COSGROVE, 2003). Para este autor, enquanto a Geografia Cultural deve considerar a cultura como central para compreender o mundo vivido dos grupos humanos, a Geografia Marxista deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente constituído, é material e não deve negar sua objetividade. Eis o ponto de ligação entre estas duas abordagens.

A abordagem de inspiração fenomenológica foi uma das menos presentes nos diálogos que já realizamos desde o início de nossas reflexões sobre a abordagem cultural da geografia. No entanto, a concepção fenomenológica de ciência adquire grande importância em nossas reflexões quando encontramos nesta uma importante contribuição em combater o objetivismo na ciência, bem como propor uma reintegração do mundo cotidiano, valorização das mentalidades, do conhecimento cotidiano, da vivência e das experiências no seio das ciências (ENTRIKIN, 1976; McDOWELL, 1996; HOLZER, 2010; CLAVALL, 2011; MARANDOLA JR., 2012).

Esta corrente do pensamento geográfico se desenvolveu grandemente a partir da década de 1970, onde geógrafos a partir das contribuições iniciais de Carl Sauer e Eric Dardel estimulam a valorização da intersubjetividade e da intencionalidade na conduta da

vida cotidiana, passando o lugar a ser uma das categorias de análise socioespacial calcada nos valores, experiências, significados dos sujeitos que produzem e vivem cotidianamente no espaço. Assim, o estudo do cotidiano desta abordagem envolveria a análise do indivíduo e das relações destes com outros indivíduos, sendo o espaço considerado enquanto base que conectaria coisas e relações sociais cotidianas.

Assim, a abordagem fenomenológica nos ensina que não devemos aceitar uma dissociação entre sujeitos e objetivos, pois o conhecimento de mundo é um “fruto da relação indissociável ser-no-mundo” (MARANDOLA JR., 2012, p. 55). Correspondendo a uma abordagem crítica da ciência, os autores da abordagem fenomenológica procuram analisar as experiências anteriores aos conceitos, juízos e pré-julgamentos, para promover uma análise das percepções do mundo, tidos como responsáveis pela formação dos conceitos, compreendendo que a experiência vivida é necessariamente social (CLAVAL, 2011).

A grande importância que atribuímos à abordagem fenomenológica corresponde a reativação que estes propõem ao estudo do mundo pré-científico, das experiências cotidianas comuns (HOLZER, 2010), da geosofia e das metonímias geográficas (MACIEL, 2004), ou simplesmente, das geografias vernaculares e dos saberes-fazeres da vida cotidiana (CLAVAL, 2011). Recolocar o mundo pré-científico dentro das análises da geografia possibilita desenvolver uma ontologia do espaço contemporânea, que reconhece a autonomização da ciência frente à filosofia, mas que busque impedir que a razão se instrumentalize por completo e que se perca a visão do todo (HOLZER, 2010).

Percebe-se então que estas três abordagens atribuem grande destaque ao estudo das relações que se estabelece entre homem, espaço e natureza. Sabendo que estas relações e trocas estabelecidas entre o homem e o espaço ocorrem de forma dialética, há de se concordar com Berque (2012, p. 239) que a geografia cultural corresponde ao “estudo do *sentido* (global e unitário) que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente”.

A aproximação teórica com a geografia cultural neste estudo acerca das relações entre o imaginário e as reformas urbanas do Recife pretende aprofundar os debates desenvolvidos em pesquisa anterior (BARBOSA, 2011a), demonstrando a importância de considerar os componentes políticos presentes nos aspectos imaginários de nossa sociedade, evidenciando que os imaginários, além de serem desenvolvidas em relação direta aos processos de apropriação espacial, encontram-se carregados de simbolismos,

sendo assim co-fundadores das paisagens, e igualmente elementos-chave da coesão política da espacialidade.

Assim, necessitamos explicitar aqui o objetivo da abordagem cultural que defendemos, a partir da seleção dos autores que destacamos: buscamos compreender a “experiência” dos homens na construção dos espaços sociais, analisando essa experiência humana segundo as possibilidades expostas por Claval (2002, p. 20): nas significações, representações mentais e relações subjetivas que estes impõem ao meio ambiente e as suas vidas. Conforme lembra Marquez (2006), a análise geográfica sempre esteve contaminada pelo “estar-no-mundo”, pela presença de processos externos, que imprimem nas categorias da disciplina temporalidades e significados móveis. Cabe então a nós, buscar evidenciar em nossas pesquisas esta experiência do mundo presente na construção dos espaços, evidenciando os aspectos concretos e simbólicos das espacialidades, mas também a atividade construtiva dos sujeitos no processo de transformação espacial (BERDOULAY, 2002).

Convém então retomar os objetivos deste trabalho. Se buscarmos analisar a forma como os pensamentos e intenções dos grupos interferem nas constantes reconfigurações espaciais, devemos admitir que estes são traduzidos em imagens e narrativas geograficamente referenciadas, ou seja, em paisagens e seus avatares (mapas, fotos, filmes, propagandas, etc.), promovendo assim a dita análise integrativa destas transformações espaciais no campo de uma geografia cultural que é social e política, uma vez que a procura de consensos sobre um lugar implicará em disputas ideológicas com base em diferentes valores e sensibilidades (BARBOSA, 2011a; MACIEL, BARBOSA, 2012).

A proposta aqui em desenvolvimento apresenta enquanto objetivo correlacionar os aspectos representacionais, icônicos e simbólicos das paisagens da Bacia do Pina com a materialidade e o valor desse sítio geográfico que se tornou objeto de cobiça e disputa, tanto no plano do mercado imobiliário como no campo do “mercado das ideias” sobre a cidade e o planejamento. Neste sentido, nas reconfigurações espaciais em curso no Recife observa-se uma ligação óbvia com as questões políticas mais gerais, bem como com o lado econômico – querem valorizar os terrenos para construir prédios e gerar lucro – mas também com as questões culturais – os valores atribuídos à água pela elite pernambucana, bem como a beleza do novo e a mesquinha atribuída ao velho.

Conforme demonstrado em artigo anterior (MACIEL, BARBOSA, 2012), convém lembrar que Paul Claval (1999) adverte que a geografia de abordagem cultural é

essencialmente política, uma vez que evidencia os instrumentos e as maneiras pelas quais os indivíduos e as sociedades se constroem, buscam afirmação e se transformam em um jogo de competição e cooperação. Por isso o estudo dos fundamentos imaginários da sociedade deve levar em conta que os valores simbólicos e estéticos são um produto social e supõem, portanto, diferentes interesses e escolhas políticas (CASTRO, 2002a, p.123).

Alguns autores, a partir de epistemologias pós-coloniais, reconhecem que o próprio termo cultura já apresenta uma conotação política, visto que corresponde a um conceito erigido em relação direta com as ciências sociais ocidentais, fortemente vinculadas a um pensamento colonialista. Assim, reforçam que o termo “cultura” corresponde a uma noção eurocêntrica, desenvolvida num contexto de imperialismo colonial, e não considerar a relação deste termo com suas implicações políticas pode fortalecer uma geografia cultural “apolítica”, desligada das complexas tramas políticas dos contextos analisados (MORAES, 2009, p. 218-219).

Em tal ponto, é importante lembrar a leitura que Denis Cosgrove faz acerca das paisagens simbólicas, interpretando que apenas alguns indivíduos é que têm o potencial de ser os “senhores da paisagem”, atribuindo o seu poder ao visível, bem como a capacidade de domesticar os usos que desta se faz, tornando-a suportável para todos. Sendo assim, o estudo da cultura encontra-se intimamente ligado à análise do poder, pois um grupo dominante procurará impor suas suposições, as representações que agenciam, como a expressão cultural válida para todas as pessoas (COSGROVE, 2004).

Assim, é preciso reconhecer junto com Denis Cosgrove que o simbolismo da paisagem apresenta um grande potencial de reproduzir normas culturais e os valores culturais de um grupo por toda a sociedade, de domesticar os usos e preencher determinadas paisagens de usos pré-estabelecidos, educando gestos, ações e controlando os indivíduos social e moralmente. Neste ponto, nos aproximamos da dialética da colonização, exposta por Bosi (1992) acerca do período colonial brasileiro, mas que incorpora este termo a todo e qualquer processo de co-evolução desigual de poderes em todo, e qualquer, período e sociedade (BOSI, 1992).

Bosi (1992) observa que os termos *colo*, *cultus* e *culturus*, são derivados do mesmo verbo latino *colo*, cujo significado corresponde a “tomar conta de”, “lavar”, “trabalhar”. No entanto, ao analisar a origem dos termos, este autor lembra-nos que o verbo latino *colo*, em sua amplitude de significado, referencia igualmente um processo em curso (incompleto e transitivo), um conflito de interesses. Neste sentido, o verbo latino *colo*, mas também

seus termos derivados, como o *culturus*, envolvem uma relação de cuidar, mas também de mandar, de colocar ordem, de fortalecimento de um poder imediato.

Culturus, termo que daria origem ao termo “cultura”, corresponde ao particípio futuro do verbo latino *colo*, isto é, indica um processo em curso, algo vinculado ao “vir-a-ser”, ao porvir e a prospecção, indicada pela terminação *-urus*. Neste sentido, cultura, dentro desta dialética da colonização presente nos termos *colo-cultus-culturus*, indicaria aquilo que se quer tomar conta, cuidar e mandar¹⁰ (BOSI, 1992). Essa dialética da colonização pode ser resumida da seguinte forma:

A colonização é um processo em que se imbricam pelo menos três planos:

- a) o da *conquista da terra e exploração da força-de-trabalho* (para indicar esta dimensão econômico-política escolhi o verbo latino *colo*, no presente do indicativo: ocupo, cultivo, domino);
- b) o da memória dos colonizadores e colonizados, responsável por grande parte das suas expressões afetivas e simbólicas (indiquei pelo particípio passado *cultus* esta dimensão religiosa e, em senso lato, tradicional);
- c) o dos *projetos*, em geral leigos, que visam à construção de um futuro *moderno* e de uma identidade nacional. Dei aqui à palavra *cultura*, tirada do particípio futuro, esta dimensão intelectual e técnica que tende a autonomizar-se a partir das Luzes (BOSI, 1992, p. 389, grifos no original).

Neste sentido, partindo das considerações sobre o *colo*, *cultus* e *culturus* de Alfredo Bosi e os objetivos da proposta de análise aqui desenvolvida, pontuaremos nas análises seguintes a hipótese de que o Novo Recife corresponde a um fenômeno dentro de um movimento mais geral, tanto de transformação da cidade quanto de desterritorialização da parte mais fraca de “dois mundos” – a população autóctone do Recife. Neste movimento mais amplo de transformação observado, há que se destacar que os valores impostos pelos sujeitos industriais, eficazes e competitivos não deixam margem a qualquer acordo possível com os homens lentos, conforme a terminologia de Milton Santos, como se o

¹⁰ As raízes da palavra cultura também já foram debatidas por outros autores preocupados com o termo e o desenvolvimento do seu debate teórico contemporâneo (GOMES, 1999; EAGLETON, 2005). Estes autores afirmam que a palavra e noção que hoje se tem de “cultura” deriva do termo de origem romana *colere*, que significa habitar, ocupar, mas também adorar e proteger, que teria derivado a criação de diversos outros nomes, tais como colonização, culto, colonialismo (questões presentes também em Alfredo Bosi). Para Gomes (1999, p. 109-112) a palavra cultura era antes empregada para atribuir um sentido de obra, de aparência e de resultado da ação (trabalho) do homem sobre a natureza, passando apenas ao longo de muitos anos a apresentar um sentido mais metafórico, fazendo referência a um “conjunto de conhecimentos acumulados” onde a palavra cultura passa a apresentar um sentido figurado de saber, de instrução, de espírito cívico e público. Assim, este autor reconhece que “cultura” corresponde a um conceito histórico e contextual. Já Eagleton (2005) afirma que o conceito de cultura guarda em si os resquícios de uma transição histórica e os códigos de variadas questões filosóficas fundamentais, tais como liberdade e determinismo, mudança e identidade, dentre outros. Para este autor, o conceito de cultura é então realista, mas também construtivista, onde “a palavra combina de maneira estranha crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a ideia de um projeto consciente mas também de um excedente não planejável” (EAGLETON, 2005, p. 14).

“bem comum” só se aplicasse somente aos “homens bons” (empreendedores e clientela endinheirada).

Eis então a possibilidade do estudo destas transformações espaciais com a abordagem cultural aqui desenvolvida: as transformações destacadas ocorrem como uma continuidade da mente colonialista da elite, onde a ocupação (*colo*) dos territórios desejados da cidade se realiza a partir da construção e/ou veneração de uma cidade fragmentada, desenvolvimentista e preocupada com a construção do novo (*cultus*), reafirmando um sentido de cidade, através da ligação entre um discurso seletivo do passado, do presente e do futuro (*culturus*).

Falamos destas ligações sobre as transformações espaciais no Recife e a abordagem cultural que almeja ser social, política e integradora porque, grosso modo, percebe-se que a conformação do espaço intra-urbano do Recife vem reforçando uma situação incomoda: não havendo mais espaço para altos edifícios nos espaços tipicamente verticais da cidade, tais como a orla de Boa Viagem, há uma corrida para ocupar as beiras de rios que possuam uma paisagem potencialmente valorizável. São estas as “localizações inovadoras”, onde a natureza tem alto valor de troca.

Em essência, observa-se uma maneira de ocupar o espaço priorizando uma camada da população que “merece” ter a natureza, a beleza, a acessibilidade, “limpando” espaços derrelitos e habitados por uma população mestiça e pobre, refletindo uma mente colonial, que se apoia em aspectos identitários e culturais para reforçar uma transformação seletiva da cidade. Mas como buscaremos destacar, a cultura não é apenas um instrumento de manipulação pelas elites, pois a cultura também apresenta um potencial subversivo.

Partindo destas considerações, uma das estratégias adotadas para aprofundar a discussão teórica esboçada acima será relacionar a destacada abordagem cultural junto à análise da paisagem e das imagens lançadas pelo cinema ativista pernambucano que desenvolveremos à frente. Isto se justifica quando, ao compreendermos que a paisagem se caracteriza como um cruzamento entre formas (fisionomias) e conteúdos (significados) (MACIEL, 2009), fortalecemos que esta fornece a possibilidade de interpretar a geografia que se estabelece na relação entre os aspectos imaginários da sociedade e a materialidade dos espaços. As paisagens cinematográficas lançam, assim, possibilidades de compreensão dos valores simbólicos, dos aspectos políticos e das transformações espaciais que emergem da constante relação homem-meio. Tomando de empréstimo as palavras de C. Maciel,

A paisagem pode cumprir um papel relacional entre as tradições da geografia cultural e política, partindo do princípio de que compreender (cultura) significa entender-se uns com os outros (política). Para Gadamer, compreensão é, antes de tudo entendimento: “Assim, os homens se entendem entre si, na maioria das vezes imediatamente, isto é, vão se pondo de acordo até chegar a um entendimento. Acordo é sempre, portanto, acordo sobre algo. Compreender-se é compreender-se em algo” (GADAMER, 1998, p.282). Esta é uma premissa que nos conduz da geografia cultural à geografia política, uma vez que o entendimento entre semelhantes passa, necessariamente, pela negociação e resolução de conflitos inerentes às paixões humanas. A paisagem – conceito comum na reflexão dos geógrafos – contempla uma dimensão mediadora e comunicativa, sendo assim tanto um produto da política quanto um “cenário” inerente ao funcionamento desta, ao menos numa perspectiva geográfica (MACIEL, 2009, p. 44).

Pensamos que este papel relacional destacado por Maciel possibilita uma abordagem ao mesmo tempo política e cultural da paisagem, pois permite considerar que a paisagem carrega em si mesma, enquanto constructo da ciência geográfica, uma dimensão mediadora que intercala a fisionomia, as cargas simbólicas das representações e os planos afetivos e existenciais de quem a representa. Neste sentido, há que se reforçar que a paisagem caracteriza-se por ser uma “experiência político-cultural [que] não pode ser referida como um conhecimento puramente intuitivo e livre de pressuposições e *biases* linguísticos” (MACIEL, 2004, p. 23). Tais pressupostos são informados justamente pelos conflituosos cabedais ideológico de uma sociedade.

Depreende-se que o estudo aqui defendido, aproxima-se do debate promovido por Raffestin acerca da “axiomática subjacente”, onde se interpreta que os atores sociais agem por meio de representações nas quais se manifestam ações e comportamentos traduzidos em produção territorial historicamente condicionada (RAFFESTIN, 1993). Para este autor, “toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede” (*Idem*, p. 149). Há, ainda, uma possível correlação dessas ideias com a noção de referente ideológico tal como defendida por Berdoulay, com a diferença de que este último propugna um papel mais ativo aos sujeitos sociais, enquanto Raffestin sustenta uma concepção de corte estruturalista, enfatizando, sobretudo, o contexto e não a agência dos sujeitos em si.

A partir de então, poderemos aprofundar o debate sobre a forma como os discursos que instituem o espaço de nossas cidades nascem de experiências vividas em um momento e espaço dados, enriquecidos pela axiomática subjacente que é transmitida por meios formais (escola, livros, partidos políticos, planos de gestão urbanos, meios de comunicação de massa) e informais (o compartilhamento cotidiano de sensibilidades culturais em um

grupo social, por exemplo), donde o audiovisual em geral, e o cinema em particular, toma um lugar de vanguarda.

Para finalizar este ponto, há que se considerar, a partir do debate entre os diversos autores aqui destacados, algumas questões que pensamos ser centrais nesta abordagem cultural que aqui buscamos desenvolver:

- a) Necessitamos reconhecer o papel ativo dos sujeitos sociais na construção, transformação e considerações sobre o planejamento prospectivo dos espaços e suas espacialidades;
- b) Precisamos compreender o nosso objeto de estudo para além de seu entendimento científico, buscando analisa-lo em toda sua conexão com a realidade;
- c) É importante reconhecer a multiplicidade de pensamentos e a polifonia de vozes presentes na realidade complexa do espaço;
- d) Devemos reconhecer que os espaços correspondem a realidade concretas, mas também revelam os referentes ideológicos de cada sujeito, pois os espaços expressam as atividades mentais, emocionais e afetivas destes sujeitos.
- e) Não se pode realizar uma abordagem cultural que dissocie o estudo da cultura do estudo das materialidades e da espacialidade.

Assim procedendo, pensamos que podemos realizar um dos mais importantes objetivos da geografia, que seria ajudar a fazer compreender e viver no mundo, no meio de seus conflitos e contradições (GEORGE, 1989). Como outrora destacou Seermann (2009, p. 47-56):

[A leitura geográfica] engloba uma vasta gama de fenômenos materiais e imateriais, processos e produtos, fatos e pensamentos, com uma mensagem que se refere a espaços reais ou imaginários. O “olhar geográfico” do cientista abre espaço para diversas interpretações. [...] o trabalho do cientista trata menos de *observações* de fenômenos físicos como países, oceanos e montanhas, e mais de *reflexões* sobre o espaço.

Destacadas estas questões, passaremos agora à reflexão sobre o papel das imagens e dos discursos nas práticas espaciais, buscando destacar a importância contemporânea e o caráter político das representações paisagísticas e territoriais.

1.2. REPRESENTANDO O VISÍVEL: DOS REGISTROS VISUAIS À PERCEPÇÃO DA PAISAGEM

Recife, 24 de fevereiro de 2013. No auge das polêmicas referentes à aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Recife do intitulado Projeto Novo Recife, o consórcio responsável pela proposição deste complexo lança nos três grandes jornais de Pernambuco um informe publicitário intitulado “Presente e Futuro no Cais José Estelita”. Utilizando de estratégias de marketing variadas, destaca-se a forma como as imagens, quer dizer, as representações paisagísticas e territoriais, são utilizadas no projeto político de convencimento da importância de implantação do empreendimento.

Mais do que a utilização das imagens, chama a atenção de verdade neste informe publicitário o conteúdo ideológico de sua utilização. Expliquemos. Para explicitar a morfologia do presente, apelam-se para fotos, mapas e maquetes eletrônicas que mostram um ‘abandono’ dos espaços do centro do Recife, que num olhar seletivo, aplica um *zoom* de aproximação dos espaços para mostrar ruas desertas, equipamentos culturais abandonados e a sujeira dos espaços. Ao contrário, em nenhum momento estas representações publicitam as comunidades localizadas no centro expandido do Recife, tais como Coque e Coelhos, próximas ao espaço de interesse do Novo Recife, mas que desaparecem nas representações destes espaços (FIGURA 02). Caracterizam-se assim enquanto uma violência geográfica com olhar seletivo para as paisagens da bacia do Pina, face visível de um importante território histórico da cidade¹¹, deslocando equipamentos, ocultando espaços e conduzindo o olhar a uma apreciação classista destas imagens.

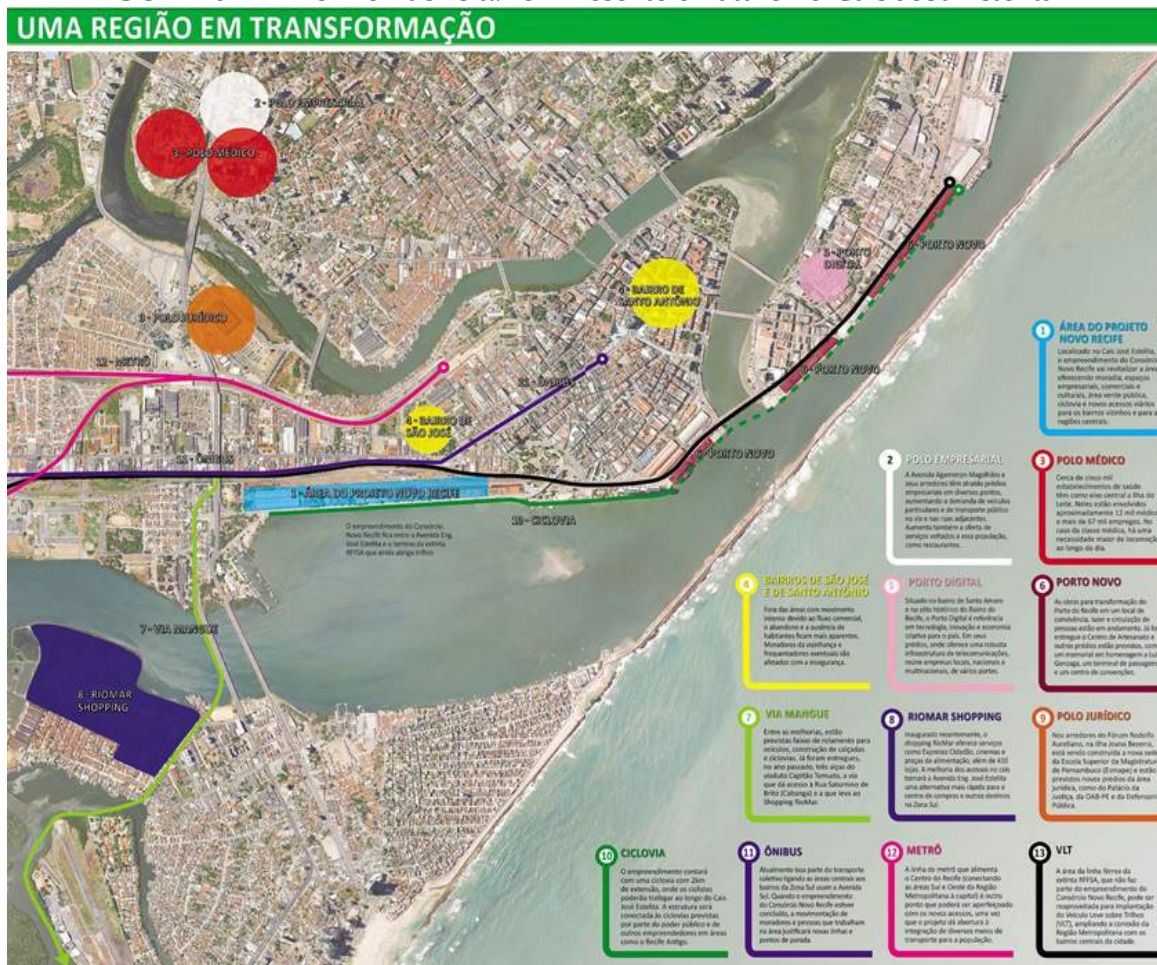
Tal como afirma Bueno (2009, p. 232) existem textos e contextos nos mapas, onde pensamos ser algo presente nas demais representações paisagísticas e territoriais:

[...] mapas como documentos históricos têm uma natureza social e são ao mesmo tempo imagens (representação gráfica) e texto (discurso), desenhos e desígnios [...] são uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia. O que lemos em um mapa está relacionado tanto com fenômenos vistos e medidos da paisagem, como com um mundo invisível e com ideologias escondidas nas

¹¹ Atribuímos uma importância histórica a estes territórios do centro do Recife não apenas pela presença de construções portuárias, mas principalmente, pela presença nesta porção da cidade de importantes expressões espaciais da resistência e da luta por permanência, caso das grandes comunidades que hoje aí permanecem, tais como Coque, Coelhos, Brasília Teimosa e o próprio bairro do Pina e suas comunidades variadas. A morfologia deste espaço guarda aspectos de um processo histórico de construção da cidade, através da forte relação que as pessoas que construíram esses espaços tiveram – e ainda tem – com os rios, mas também com o porto e as atividades econômicas, sociais e políticas do Recife. Assim, atribuímos uma importância histórica a este espaço não apenas pela face visível desta paisagem, mas também pelas histórias de vida e de resistência presentes nos barracos, aterros, vielas, barcos de pescadores e demais formas simbólicas observadas.

entrelinhas do discurso visual, aparentemente neutro. Não são assim artefatos objetivos ou exatos, sendo fundamental ao pesquisador explorar novos significados, agendas ocultas e visões de mundo nas entrelinhas da imagem.

FIGURA 02 – Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”¹²



FONTE: Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”. In: Jornal do Comércio, 24 fev. 2013.

Segundo a interpretação de Bueno (2009, p. 235) – estendemos aqui suas conclusões às representações paisagísticas e territoriais produzidas pelo Novo Recife – mapas devem ser compreendidos enquanto representações que utilizam “metáforas, metonímias e hipérboles visuais, muitas vezes encobertas no uso de símbolos convencionais exacerbados, ênfases gráficas, centralidades criadas, linhas abstratas que registram territórios almejados”, bem como “ausências propositais de registro, apagamento de populações”, ou seja, a existência de “vazios propositais” e de “omissões intencionais”. Surgem assim, nessas representações hegemônicas um plano de ocupação dos espaços centrais da cidade a partir da territorialização de determinados grupos, segundo a

¹² Para melhor visualizar e observar esta imagem a partir de suas ausências e presenças, ver a reprodução do Informe Publicitário adicionado nos Anexos.

construção de iconografias e geossímbolos que reforçam a intenção de ocupação dos espaços por determinadas territorialidades.

Entretanto, no mesmo Recife que produz imagens de um “Novo Recife” vertical, de olhar seletivo e desígnios empresariais, também observamos uma ampliação no uso das imagens, do meio audiovisual passa a contestação, para a promoção de discussões ampliadas sobre o acirramento da questão urbana do Recife. Torna-se difícil delimitar quando a produção de imagens e do audiovisual em Recife tomou para si o debate sobre as questões urbanas da cidade, visto que se observa na cidade uma forte vinculação entre a produção de arte e dissimulação dos debates políticos locais. No entanto, observamos que desde o ano de 2011 a produção de filmes para festivais, de materiais audiovisuais para portais de internet, de vídeos e fotos de “cidadãos comuns” a partir de celulares e câmeras digitais tem apontado duas questões: a ampliação do papel político da imagem e a consideração de que as transformações urbanas apontadas como solução para o “caos recifense” não são aceitas em total pela sociedade recifense.

Assim, necessitamos reconhecer o caráter político do alargamento contemporânea da fotografia, do cinema, das realidades virtuais da internet, assim como a ampliação do uso de imagens de satélite, dos programas de computador que permitem criar “maquetes eletrônicas”, das imagens e discursos da mídia, da arte pictural, da produção de “novas cartografias”, mas também das imagens agenciadas pela própria ciência, quer seja para reconhecer que estes recursos podem ser utilizados para uma manipulação com objetivos políticos ideologicamente direcionados, quer para a contestação de ordens superiores que se desejem mudar¹³.

Foi a observação da ampliação destas formas de uso das imagens para discutir o fato urbano do Recife que nos estimulou a pensar sobre a geografia cotidiana que está por trás disso. Pensamos aqui que esta geografia vai além da disciplina acadêmica, mas que engloba também esta, pois o desenvolvimento ao longo da história da disciplina se deu a partir de uma ampla utilização de imagens e representações que guiaram as suas reflexões:

¹³ Prova simples, mas importante, de que a crescente produção de imagens tem possibilitado um ressurgimento do debate sobre as representações imagéticas na Geografia, o periódico Espaço e Cultura, importante publicação brasileira dedicada à Geografia Cultural, lançou em sua revista de número 33, edição especial de comemoração aos 20 anos do NEPEC, uma edição totalmente voltada ao debate sobre a Geografia e a Imagem, apresentando um conjunto de importantes e variadas contribuições acerca da vitalidade da utilização de variadas imagens pela disciplina. Para visualizar os artigos, acessar a seguinte página: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/view/633/showToc>.

são os mapas, os registros visuais dos trabalhos de campo, os esquemas topográficos, as imagens de satélite, dentre outras.

Segundo Seermann (2009) o interesse renovado pelo estudo de imagens na geografia tem sido estimulado a partir da influência de dois fatores: o primeiro seria a crescente sofisticação observada nas tecnologias de informação. Já o segundo fator seria a ampliação da influência das epistemologias do pós-estruturalismo, pós-modernismo e pós-colonialismo na geografia. Já para Marquez (2006) as intermediações entre a imagem e o espaço podem ser observadas na geografia a partir de três de suas categorias: lugar, paisagem e território, sendo estas imagens não um correspondente da realidade espacial, mas sim uma representação, uma manifestação efêmera e aberta deste. Segundo suas análises, a geografia sempre apresentou uma dependência histórica sobre os recursos de leitura e descrição do território, dependência de instrumentos de *re-apresentação* do espaço, das relações sociais e das práticas entre o real e seu significado.

Outrossim, como grande parte da utilização destas imagens na geografia estão relacionadas com o estudo das localizações a partir dos mapas, esta autora adverte que se considere que as representações geográficas que utilizamos sempre se encontram atreladas ao sujeito que olha e representa este espaço. Por vezes, ao analisar os espaços a partir dos mapas o geógrafo utiliza de uma metodologia que lhe exclui do espaço que estuda, em nome de uma perspectiva científica da ciência. Cria-se então, um olhar aéreo, vertical, uma esquematização em miniatura do mundo. Nesta espécie de “panoptismo ativo”, há que se ter cuidados e reconhecer que algumas das técnicas de representação do espaço que a geografia utiliza estão impregnadas de um ponto de vista vertical que se distancia do mundo, e das experiências ordinárias (MARQUEZ, 2006).

É neste sentido que a autora adverte duas questões que devemos reconsiderar em nossas formas de representação do espaço: em primeiro lugar, assumir, apoiado em Paul Claval, um papel ativo do geógrafo, analisando as paisagens que almejamos representar sem a simplificação do olhar vertical. E por segundo, reconhecer que “toda imagem é discurso, pois é o mundo praticado, a práxis do sujeito no mundo. As imagens são sempre pontos de vista, fragmentos de um todo que não existe independente de nós” (MARQUEZ, 2006, p. 11). Encontra-se aqui, então, uma constatação próxima ao que Berdoulay e Saule-Sorbé (1999, p. 34-35) evidenciam quando de seus estudos sobre as pinturas de Franz Schrader: o saber não é anterior ao olhar, mas ao contrário, a partir do olhar em interação com o saber se constrói um resultado, uma nova forma de ver.

Assim, pensamos ser importante admitir que na sociedade contemporânea existe uma crescente produção de imagens, a ponto de estabelecer-se quase uma “bulimia imagética”. Quer seja pela expansão do cinema, da popularização de produtos eletrônicos como câmeras e telefones celulares, até novas técnicas cartográficas, percebemos que a produção de imagens obteve uma grande expansão no período atual. Por conseguinte, torna-se *mister* reconhecer que para além de uma rapsódia medíocre de imagens na vida cotidiana, existiriam certas representações emblemáticas, convocadas por vários atores para ocupar o centro de um debate político sobre o devir da cidade.

Entretanto, apesar de analisarmos as imagens artísticas e os produtos cartográficos como formas de representação com objetivos parecidos, há que se pontuar que as representações artísticas e as cartográficas apresentam algumas semelhanças, mas também algumas separações nítidas. Para Seermann (2009) as obras de arte e os mapas seguem estratégias visuais diferentes, pois na arte o observador é envolvido no espaço da obra, enquanto que nos mapas a paisagem é construída a partir de uma abstração geométrica lançada a partir de coordenadas. Para este mesmo autor, a aproximação entre essas duas formas de representação se dá no fato que ambas podem servir enquanto uma “montagem do mundo” estendida, que permite revelar elementos da dimensão espacial, difundindo ideias e expondo simbolismos geográficos dentro da imagem.

Alguns autores tem analisado a importância de se considerar o estudo das imagens pela geografia de abordagem cultural. Para iniciar esta reflexão achamos prudente utilizar os postulados de Peckham (2008) que desenvolveu um artigo recente sobre a utilização de filmes pela geografia cultural. Apesar do artigo se restringir a uma forma de representação audiovisual, pensamos que, com prudência, podemos expandir algumas das considerações que este autor realiza para debater a imagem em geral, tais como fotos, pinturas, mapas, etc.

Segundo este autor, o crescente interesse observado recentemente de estudos da geografia cultural sobre filmes advém do reconhecimento atribuído ao cinema em ser uma representação capaz de moldar a percepção individual e social dos espaços. Assim, Peckham (2008, p.421) acredita que “mais do que simplesmente refletir o ambiente, o cinema participa ativamente da sua configuração¹⁴”. Ele reforça então que o cinema, bem como a contribuição do desenvolvimento tecnológico atual da informática, mudou

¹⁴ Livre tradução de: “More than simply reflecting the environment, cinema actively participates in its configuration”.

dramaticamente a maneira como as pessoas veem o mundo, pois “o cinema constrói e legitima uma ideia do real¹⁵” (PECKHAM, 2008, p.422).

Portanto, percebe-se assim que a cultura e seus produtos nos apresentam aspectos que ultrapassam sua análise enquanto simples ferramentas ideológicas, são mais do que simples ferramentas de dominação colocadas a serviço da manutenção dos interesses das classes dominantes. Conforme nos expõe Berdoulay (2009, p. 17) acerca das imagens durante a história da geografia:

Um aspecto importante para a história da geografia é que a imagem não é uma representação abstrata que seria oposta a uma realidade concreta. A imagem remete a uma materialidade que é dupla. Por uma parte, serve para caracterizar um mundo existente ou desejado. Por outra, como signo portador de significado, possui um suporte material de caráter pictórico, inclusive sonoro. É o que Jean Gottmann havia observado enquanto falava da iconografia de que se dota uma coletividade para tomar consciência dela mesma e afirmar-se frente a outras (Gottmann, 1952). Esta iconografia designa um território e se expõe através da intermediação de imagens cuja iconicidade se apoia em suportes materiais bastante variados¹⁶.

Essa análise das imagens e suas vinculações com a história da geografia exposta por Berdoulay torna-se de fundamental importância ao até aqui desenvolvido pois nos permite conceber que a cultura corresponde a uma ação do sujeito, a uma atividade autônoma e reflexiva, onde seus produtos simbólicos e materiais são constantemente mobilizados e modificadas pelos sujeitos para a construção de suas atuações sobre seu meio ambiente, para a concepção de futuros possíveis e a resolução de tensões sociais (BERDOULAY, 2009, p. 17-19).

Para George (1989, p. 155-173) a expressão geográfica a partir das imagens (sejam estas os mapas, os relatos de viagem e/ou da geografia didática) sempre revelou um desejo desta de mostrar o desconhecido. A utilização das imagens pela disciplina sempre teve seu foco na vontade de mostrar aquilo que se esconde, que não é conhecido à nossa visão. Falando sobre estas expressões geográficas, focando, especialmente, nos mapas, este autor afirma que estes transmitem uma “consciência de existir”. Vejamos então a definição desta consciência em suas palavras:

¹⁵ Livre tradução de: “The cinema constructs and legitimates an idea of the real”.

¹⁶ Livre tradução de: “Un aspecto importante para la historia de la geografía es que la imagen no es una representación abstracta que se opondría a una realidad concreta. La imagen remite a una materialidade que es doble. Por una parte, sirve para caracterizar un mundo existente o deseado. Por otra, como signo portador de significado, posee un soporte material de carácter pictórico, incluso sonoro. Es lo que Jean Gottmann había observado mientras hablaba de la iconografía de que se dota una colectividad para tomar conciencia de ella misma y afirmarse frente a otras (Gottmann, 1952). Esta iconografía designa un territorio y se despliega a través de la intermediación de imágenes cuya iconicidad se apoia en soportes materiales muy variados”.

Consciência de existir, não há dúvida, mas “em segurança”, através de um apoio num espaço que se representa como próprio, portanto como individualizado em relação a si mesmo, espaço que se defende, se designa com um nome e se quer aumentar através de conquistas: estas são as primeiras condições para se representar e o representar (GEORGE, 1989, p. 155).

Olhando para a história da geografia, este autor parte da consideração que as representações na geografia (em especial o mapa) apresentam objetivos claramente definidos – demonstrar particularidades locais, mas também desejos políticos – o que o permite afirmar que o mapa pretende atribuir “uma escala acessível ao olhar, uma imagem geográfica que os homens desejam conhecer, quer a título de curiosidade [filosófica], quer a título de utilidade” (GEORGE, 1989, p. 156).

Assim, este autor concebe que as representações adotadas pela geografia são utilitárias e práticas, pois promovem uma representação global do território que visa assegurar interesses específicos para o espaço em questão, bem como promover um inventário do patrimônio, das construções observadas naquele espaço. São representações que oscilam assim entre uma representação total (informativo) e uma representação para necessidades precisas, a partir de uma figuração fragmentária, setorial (GEORGE, 1989, p. 156-157). Em suas palavras:

Não é permitido pensar que a imagem é o antídoto do diagrama ou do gráfico; e o que caracteriza – ou é o paradoxo – da nossa época é ter sublinhado tanto o uso do cálculo como o da imagem. A história da geografia é uma longa história da imagem – tratando à parte a imagem cartográfica, que é já uma transferência da percepção visual directa para o esquema representativo e selectivo (GEORGE, 1989, p. 168).

Esta concepção da imagem, enquanto uma representação que pode ser de olhar seletivo se aproxima da esboçada por Raffestin (2007) que defende que a imagem tanto pode revelar quanto esconder uma realidade em representação. No entanto, este mesmo autor destaca quatro considerações que devemos ter em mente quando analisamos as imagens e as representações: i) estas correspondem a um modo de descrição da materialidade; ii) há uma infinidade de possibilidades de imagens, pois há uma infinidade de existência de pontos de vista; iii) são instrumento de pesquisa e de reconhecimento; iv) são importantes para a conservação e a restauração de uma realidade material destruída.

Mas as imagens que outrora mencionamos não são imagens apenas acadêmicas. São imagens que não estão vinculadas aos usos comuns da disciplina institucionalizada. Mas então qual a importância de considerar as reflexões anteriormente citadas por George (1989)? Pensamos que a resposta pode se dividir em duas questões: i) Se pensarmos que o

objeto da geografia, tal qual este mesmo admite, é fazer compreender o mundo e nos ajudar a viver neste, em meio aos seus conflitos e contradições (GEORGE, 1989, p. 09), este debate pode lançar luz sobre de que forma as representações encontram espaço para participar destas disputas urbanas; ii) A reflexão sobre as representações que este autor realiza permite que a entendamos como um produto duplo, nutrido a partir da experiência dos indivíduos, bem como das informações que se tem do representado, enriquecida então pela consideração dos aspectos imaginários do espaço representado (*Idem*, p. 171).

Eis então um primeiro olhar que se pode lançar sobre as representações imagéticas do Novo Recife no informe publicitário: são representações que mostram o que se quer, escondendo o indesejado por sobreposição. Corresponde a uma representação preocupada com a objetividade, mas também um “meio de pedagogia, de informação, de publicidade, de propaganda” (*Idem*, p. 157). Ou seja, são representações que lembram o “mapa-documento” e o “mapa-instrumento”, segundo a definição de Pierre George.

Assim, considerar o exposto por Pierre George nos permite atribuir um caráter político a estas imagens quando as interpretamos enquanto discursos, que estão ancorados não exclusivamente na materialidade do cotidiano, mas também na força simbólica dos seus elementos (MACIEL, 2004). Em outras palavras, admitir a potencialidade política das imagens reforça o que defende o citado autor, sobre as imagens, que para ele correspondem a “uma transmissão cultural submetida a idiossincrasias”, donde nos estudos da paisagem “não é dado subestimar as reinterpretações decorrentes de conflitos de opinião”, pois as imagens, e conseqüentemente, as paisagens, sempre carregarão em seus conteúdos as ideologias e atitudes de seus construtores, sejam estas de conformismo, esquecimento e/ou alienação.

Neste sentido, Maciel admite que para efetivarmos uma reabilitação do papel da imagem, devemos encará-la como “base profunda das representações que motivam as ações humanas no espaço” (MACIEL, 2004, p. 41), pois estas se constituem enquanto uma importante articulação entre o mundo exterior e o mundo interior. As imagens correspondem ao “substrato de inúmeras ações humanas concretas”, pois elas, junto com os símbolos, fornecem ao imaginário social a possibilidade de se materializar em ações cotidianas.

Estamos então na primeira relação entre as imagens e as paisagens, posto que a paisagem corresponde a um conceito científico próximo da criação estética. Retomar as ligações existentes entre a paisagem e o substrato estético da sociedade se torna

indispensável para promover a aproximação do projeto estético contemporâneo, a partir de uma experiência sensível de desafiar e “questionar profundamente as formas modelares e hegemônicas impressas no espaço urbano: formas que sufocam a nossa imaginação e nos fazem consumidores fiéis de simulacros” (BARBOSA, 2012b, p. 24).

Essa ligação estabelecida entre as imagens e paisagens via estética corresponde um ponto importante, pois como exposto por Barros (2006), as paisagens, na história do conceito na geografia, apresentam fortes ligações com a dimensão estética, caracterizando-se assim por envolver “o senso do lugar, o senso das interinfluências entre os elementos, materiais ou imateriais, que a compõe” (BARROS, 2006, p. 24). Portanto, a paisagem apresenta a capacidade de comportar em si mesma tanto as ideias de extensão, quanto a dimensão ontológica do que é observado, onde em sua concepção percebe-se a atuação das influências culturais e contextuais de sua representação, atribuindo assim à paisagem a característica de ser um “conceito de mais sugestibilidade ocular” (*Idem, ibid*). Retomando então a interpretação que reconhece a mediação entre as mentes e o mundo exterior na formulação de imagens, discursos e paisagens, há que se considerar que:

Com efeito, o arsenal imagético mobilizado pelos sujeitos sociais mostra-se um instrumento imprescindível na busca de conferir coerência ao mundo e à ação política, seja através de modelos, ideologias, cosmogonias mítico-religiosas ou toda sorte de saberes que convivem com a ciência, no seio da modernidade, através da cultura. [...]

A imagem desperta interesse na geografia uma vez que sua emergência e interpretação seriam elementos produtores e diferenciadores da cultura, **instituindo territórios que são ao mesmo tempo um estímulo à ação humana sobre a natureza e um exemplo de constituição identitária**, incluindo perspectivas como as de classe e demais divisões sociais (MACIEL; GONÇALVES; PEREIRA, 2012, p. 05-06, grifos nosso).

Neste sentido, há que se reconhecer que aproximar a paisagem do seu potencial estético não corresponde a um desvio na análise das potencialidades políticas envolvidas na construção cotidiana de nossos espaços. Pelo contrário, tal como afirma Zusman (2008, p. 290-291), considerar a paisagem a partir da estética nos permite compreender que as lutas políticas também são constituídas a partir da contradição presente na consideração do belo, do sublime, bem como do pitoresco, pois a produção de “paisagens belas” na atualidade supõe sempre a presença de um capital cultural que promove práticas de exclusão.

A cidade do Recife, por exemplo, tem verificado ao longo dos últimos anos uma série de projetos – ações governamentais e da iniciativa privada – de renovação do centro, de recuperação da paisagem da cidade como “Veneza Americana”. Em muitos destes

projetos, verifica-se a constatação de um problema à valorização da paisagem do Recife: a grande quantidade de periferias da cidade. Periferias em si que parecem preocupar nem tanto por questões sociais, mas sim pelo impacto que estas supõem na “imagem da cidade”. Como exemplo, convém mencionar o caso emblemático do Projeto Capital, plano estratégico da cidade elaborado em fins da década de 1990. Nas definições do plano, eis a forma como este trata as periferias da cidade:

O Recife detém muitas periferias: a periferia do centro, com suas áreas de decadência, e as periferias da periferia, tornando a cidade um núcleo de pobreza [...] A promiscuidade na moradia, a insegurança, a mendicância, a violência, o menor abandonado, a prostituição e as drogas têm repercussões em todos os campos, desde o econômico, o social e até na imagem da cidade (RECIFE, 1999, p. 21).

Planos (discursos e práticas que tentam “colocar a cidade em ordem”) e ações que tem se instituído no Recife partem do princípio de negar aos bairros populares do centro – tais como Coelhos, Brasília Teimosa, Coque, Pilar e Santo Amaro – a toponímia de centro, e conseqüentemente, o direito de “ser-paisagem” neste centro da cidade. A estes territórios da cidade sobram apenas caracterizações adjetivadas de lugar: periferias decadentes, pobres, inseguras, reduto de violências e drogas (paisagens feias a serem expurgadas). O Projeto Capital nos lembra que uma das grandes estratégias elaboradas pelo contemporâneo planejamento estratégico das cidades mundiais, que busca unicamente uma inserção competitiva das cidades, corresponde a uma transformação na imagem das cidades, em especial para o caso do Recife, a imagem da cidade das águas, buscando torná-la turisticamente mais vendável, com novos equipamentos nas margens líquidas da cidade, menos pobreza, quer dizer, periferia, bem como um reforço simbólico destas paisagens junto aos habitantes da cidade.

Outros exemplos desta estética política da paisagem serão aprofundados mais a frente. Por hora, cabe apenas reforçar que, ações e projetos que tem buscado a produção e multiplicação de “paisagens belas” no Recife vem sempre acompanhados de práticas de exclusão, negação da cidade e da presença cotidiana dos pobres e de suas visualidades na Veneza Americana dos cartões-postais. Neste sentido, há que se reconhecer que a estética da paisagem nos permite compreender algumas lutas políticas contemporâneas.

Outrossim, a partir da consideração anterior sobre a produção das imagens enquanto elementos produtores e diferenciadores da cultura, bem como da constituição que estes promovem dos territórios identitários e de ação, nos aproxima de uma segunda questão acerca dos conceitos de imagem e paisagem, sustentados via debate desenvolvido

por Raffestin e Lévy (2005, p. 35-36) sobre os “sistemas de representação icônica”. Reconhecer o potencial simbólico e territorial da imagem aproxima em definitivo as imagens de um potencial paisagístico, visto que as paisagens exprimem a relação de uma sociedade com seu território, onde cada paisagem apresenta um código próprio, uma conceptualização própria, assim como uma originalidade particular.

A partir dos sistemas de representação icônica, podemos admitir que as paisagens correspondem a uma construção humana – tanto na sua face visível pela experiência de “estar no espaço” quanto na manifestação de suas representações – além da possibilidade de permitir aos geógrafos lerem em si as formas, os conteúdos e as referências linguísticas, verbais e pictóricas que suportam e/ou induzem. Assim, podemos admitir, que “é em efeito o homem que empresta sua coerência a uma paisagem, delimitando-a, enquadrando-a em uma imagem ou contando-a em uma narração¹⁷” (RAFFESTIN, LÉVY, 2005, p. 35).

Convém então retomar a questão das imagens a partir da consideração destas enquanto argumentos em construção. Para Barbosa (2000b), a interpretação das imagens deve ser feita considerando que estas correspondem a “potências da experiência social”, ou ainda enquanto um “gesto de comunicação que se define como representações do mundo a partir de um sistema de signos” (BARBOSA, 2000b, p. 75). Outrossim, por adotar tal conotação das imagens, este autor percebe uma relação estreita entre as representações, os imaginários e a imagem visual, sendo esta última uma potência criativa/destrutiva que evidencia uma experiência sócio-espacial de aceleração no ritmo de sua (re)produção.

Ainda sobre as representações da paisagem, Raffestin (2007, p. 08) afirma que esta corresponde a “uma pausa sobre a imagem, um instantâneo”, um geograma, que atribui uma escala ao observável e congela o tempo. Este geograma, a pausa do olhar sobre um território, pode servir, segundo seu pensamento, para dizer a verdade, mas também para dizer a mentira. Assim, as representações seriam triplamente uma moeda fiduciária¹⁸, pois correspondem a uma “cristalização de um conjunto de valores e de normas de um sujeito histórico”, da mesma forma, são um “meio para chegar a uma prática e a um conhecimento

¹⁷ Livre tradução de: “C’est en effet l’homme qui prête sa cohérence à une paysage, en le delimitant, en le <<cadrant>> dans une image ou en le racontant dans une récit”.

¹⁸ Moeda Fiduciária: “É qualquer título não-conversível, ou seja, não é lastreado a nenhum metal (ouro, prata) e não tem nenhum valor intrínseco. Seu valor advém da confiança (fidúcia, do latim *fidere* = confiar) que as pessoas têm de quem emitiu o título. A moeda fiduciária pode ser uma ordem de pagamento (cheques, por exemplo) , títulos de crédito, entre outros”. In: Mundo dos Bancos. Disponível em: <<http://www.mundodosbancos.com/2013/02/moeda-fiduciaria.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

do real ou à prática e a um conhecimento do imaginário”, assim como corresponde a um meio de acumulação (RAFFESTIN, 2007, p. 09-10).

Desse modo, interpretamos segundo as abordagens sobre as representações esboçadas anteriormente que as ligações entre as representações e as paisagens, bem como com seus correlatos discursos, corresponde ao fato de ambos serem resultado de um processo de disputa simbólica e ideológica. Esta abordagem se aproxima da concepção paisagística debatida anteriormente, do geógrafo inglês Denis Cosgrove (2004, p. 97), que a concebe enquanto uma “expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados”.

Neste sentido, compreendemos que é factível estudar as imagens no âmbito das ciências humanas, pois este permite a compreensão nas relações do homem quando representante de uma cultura, sociedade, natureza, quer sejam estas as representações disciplinares, quer as artísticas. Além do mais, conforme temos buscado desenvolver nossa análise (BARBOSA, 2011a; BARBOSA e QUEIROZ, 2013), a compreensão das imagens na relação ciência-arte percola por caminhos próximos quando se busca entender ou exprimir sentidos, símbolos e metamorfoses nas relações entre o homem e os espaços.

Conforme nos adverte Berdoulay (2012, p. 121-124), no processo de construção e transformação dos espaços ocorrem sempre a seleção de elementos, imagens e discursos dispersos no meio físico e cultural de nossos espaços, discursos estes que são constantemente recompostos e ressignificados dentro de novos relatos. Estas recomposição de relatos ocorre no interior de tramas narrativas que, além de promover mudanças em cada indivíduo, também apresentam o potencial de redefinir os lugares e as opções de planejamento destes espaços.

Tal recomposição das tramas narrativas pode ser compreendida quando, por exemplo, analisarmos o caso do Cais José Estelita mais a frente veremos que as tramas que eram observadas antes neste espaço quase sempre evocavam a sua degradação, mas quando se propõe um grande projeto de transformação destes, novas tramas se colocam para desenhar um futuro de desenvolvimento e de valorização daquelas margens. Percebe-se que estas tramas são recompostas e, podem redefinir estes lugares do centro do Recife quando percebemos que a *paisagem-lugar*, a materialidade atual do espaço, vira uma *paisagem-retórica*, um modo de ver. Assim, a recomposição nas tramas retóricas da paisagem tem extrapolado o aspecto de “venda de localizações privilegiadas” para transmitir uma “projeção ideológica da cidade nova/bela/moderna”.

Assim, da abertura obtida a partir de concepções providas pela geografia cultural que procede na valorização de um campo de questões espaciais aplicados ao ineditismo de temas e problemáticas (GOMES, 2008), a necessidade de um estudo das imagens pela geografia se põe de maneira decisiva ao que se refere como instrumento de interpretação da paisagem, onde concordamos com o dizer de COSGROVE (2004, p. 98): “a paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”.

1.3. DA PAISAGEM AO TERRITÓRIO, DO TERRITÓRIO À PAISAGEM: SIGNIFICANDO E DELIMITANDO ESPAÇOS

A partir do debate desenvolvido sobre as relações entre a abordagem cultural integradora e a importância do estudo das imagens, retoma-se aqui que o principal impacto a ser observado da destacada proliferação das imagens encontra-se, inicialmente, na percepção da materialidade física dos espaços, ou seja, nas paisagens, aqui interpretadas enquanto face visível, mas também discursiva, de uma territorialidade. Propõe-se desenvolver neste ponto a ideia de que, a partir das imagens icônicas, podemos perceber as materialidades dos espaços, os repertórios retóricos e metonímicos vinculados à sua conformação, bem como as territorialidades que se formulam e delimitam as escolhas que definem as localizações das coisas neste espaço.

Assim procedemos pois iniciamos nossa análise a partir da concepção de paisagem enquanto conceito e fenômeno que consegue articular a um só modo, a dimensão física do real e a representação dos sujeitos que o codificam no ato de observação (CASTRO, 2002a), sendo assim, dualmente real e representação. Neste sentido, cabe interpretar a paisagem como uma “imagem, produzida pela sociedade e incorporada pelo imaginário social, porque reflete um real concreto no qual a geografia se encontra em primeiro plano” (CASTRO, 2002a, p. 124-125).

A paisagem é, então, uma espécie de espelho, reflexo e resultado da cultura materializada no espaço. Pode-se então afirmar, que a paisagem possibilita uma abordagem integradora da geografia, pois ela corresponde a um resultado da ação da cultura, integrando as dimensões morfológica, funcional, humana e simbólica sobre o meio natural, encontrando-se carregada de valores sociais e culturais servindo de suporte a propagandas e ideologias (CASTRO, 2002a, p. 123).

Convém lembrar que outros autores igualmente destacam esse potencial “integrador” relacionado à paisagem. Dentre estes, convém explicitar os esforços de teorizar o conceito de paisagem como um *médium* que expressa valores, sentidos e tensões da comunicação entre as pessoas (BARBOSA, 1999b; 2012b). Igualmente, a compreensão desta como parte constituinte do conjunto partilhado de ideias, memórias e sentimentos que unem a população (CORREIA, 2003). Assim como Claval (2011) que afirma que, na análise da paisagem, os geógrafos devem considerar todos os fenômenos que condicionam a estruturação do visível, sendo necessário para isto, buscar compreender as populações que habitam o espaço, as formas como estes se inserem nesta espacialidade, como o

exploram e como modelam suas feições¹⁹, pois “o universo dos homens é feito tanto do discurso como de realidades tangíveis. A ideia pesa tanto quanto o material. As duas vertentes são complementares e indissociáveis” (CLAVALL, 2011, p. 247).

A relação entre imaginário e as materialidades não corresponde assim, a um capricho de formação de algumas paisagens. Na verdade, o imaginário geográfico só se forma quando relacionado a uma seletiva apropriação de determinados espaços, pois enquanto imaginário geográfico necessita de uma realidade concreta de referência. O espaço faz parte deste imaginário então, pois ele que é capaz de acrescentar e modificar sentidos, qualificando e estruturando as ações que aí se desenvolvem. São, portanto, tais ações que instituem territórios.

O território pode ser interpretado como o resultado de um trabalho social do homem sobre o ambiente, sendo assim uma produção útil, política e cotidiana (RAFFESTIN, 2009). Para Raffestin, a aproximação entre a instituição de territórios e suas territorialidades da produção de paisagens se processa da seguinte forma: os territórios se constituem como um “mundo material percebido” que se tornam “matéria-prima oferecida à imaginação”, onde o trabalho social a partir deste território inicial produz imagens ou representações através de diversos tipos de linguagem (RAFFESTIN, 2009, p. 33).

Segundo sua interpretação, a paisagem surgiria de uma concepção quase evolutiva da relação estabelecida entre o homem e o território, pois a paisagem surge apenas como um produto estético construído através de uma observação imaginativa do território. Assim, este afirma que o território só se torna paisagem com uma “intermediação da imaginação condicionada por um mediador peculiar. Existe uma observação utilitária que nem sempre se torna contemplativa” (RAFFESTIN, 2009, p. 17). De início, pode-se concordar com esta abordagem, mas percebemos que as relações observadas entre os dois conceitos são mais complexas.

Rompemos nossas ideias com as expostas por Raffestin (2009) a partir da consideração de que não apenas as paisagens apresentam vínculos com os processos imaginativos, porque como já indicamos com a abordagem cultural desenvolvida por Haesbaert, os territórios apresentam-se tanto como uma dimensão espacial e material das relações sociais, como a partir do conjunto de representações sobre o espaço (HAESBAERT, 2004, 2008). Os territórios, enquanto demarcações sociais no espaço se

¹⁹ Para aproximar a abordagem da paisagem de uma abordagem cultural integradora, convém destacar ainda as contribuições conceituais sobre paisagem de BARROS (2006), BERQUE (2012) e BESSE (2006).

apresentam igualmente enquanto “porções imbuídas de significados, de emoções e de sentimentos” (ALMEIDA, VARGAS e MENDES, 2011, p. 24). Por fim, há que se considerar que o território “deve ser entendido então como uma materialidade e como uma representação e/ou como um projeto de ocupação prática de porções da superfície terrestre e de sua legitimação simbólica” (Moraes, 2009, p. 227), ocupação prática e legitimação simbólica esta que é constantemente utilizada pelos poderes hegemônicos e contra-hegemônicos, tal como buscar-se-á mostrar nas próximas páginas.

Assim, no ceio desta possibilidade de conduzir uma análise integradora da geografia a partir do conceito de paisagem, buscamos ampliar nossa abordagem sobre a paisagem a partir da consideração de duas questões importantes: i) as paisagens e suas correlatas representações sempre exprimirão em suas fisionomias e significados os referentes ideológicos daquele sujeito produtor e observador desta paisagem; ii) há que se considerar que toda paisagem apresenta uma territorialidade, pois a paisagem sempre vai se vincular a um território de referência, a uma localização específica, delimitada por aspectos políticos, ideológicos e identitários.

São os significados simbólicos, ou mais especificamente, os referentes ideológicos, que permitem a comunicação, a interação entre os diferentes indivíduos que formam as paisagens. Esta dimensão, por sua vez, estrutura-se a partir de um “recurso narrativo que traduz valores e significados em composições e arranjos de imagens espaciais” (GOMES; BERDOULAY, 2008, p. 11), dimensão que aproxima o estudo da paisagem da análise dos referentes ideológicos e de suas implicações na materialidade dos espaços, pois a paisagem nada mais é que um ato humano que configura significados socioculturais à natureza (BARBOSA, 2010b).

Para Berdoulay (2012) os referentes ideológicos entram na composição dos sistemas de significado e de ação que se manifestam na dinâmica da paisagem. Estes referentes correspondem a um fenômeno social e geográfico que permite a passagem do coletivo ao individual, e vice-versa, possibilitando assim a consideração da cultura como ação, pois permite que na experiência individual sejam formuladas as condições e os termos da ação desta relação coletividade-idiosincrasias. Conforme suas próprias palavras,

Na realidade, entre o sentido banal [do termo “ideologia”] de “conjunto de ideias” e o sentido marxista de “representação sempre falsa a favor de um poder, a denunciar”, existe uma posição intermediária: ela consiste em considerar as ideologias como uma atividade ordinária, constitutiva da vida em sociedade. É

um fenômeno social e geográfico, nem bom nem ruim em si, somente sua maneira de ser utilizada. [...] Quando um indivíduo precisa tomar uma decisão, ele se apoia em valores disponíveis em sua cultura: são “referentes ideológicos”. Eles constituem um reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações (crenças, valores, pressuposições, atitudes, sensibilidades) que o indivíduo utiliza para justificar ou guiar suas condutas, especialmente diante de situações particulares (BERDOULAY, 2012, p. 113-114).

Neste sentido, Berdoulay considera que as ideologias se constituem enquanto parte integrante da vida social, capazes de produzir significados na relação do homem com seu meio. Ao considerar que os referentes ideológicos podem ser compreendidos enquanto um conjunto de representações – mitos, valores e/ou atitudes – este autor aponta um eixo de aproximação entre os referentes ideológicos e a (re)produção dos espaços: o poder simbólico da paisagem. Em tal ponto, pode-se estabelecer uma aproximação entre os conceitos de referentes ideológicos e de “representações espaciais”, caso acreditarmos que este último engloba o potencial metonímico da construção das paisagens, integrando tanto a produção imagética quanto a produção discursiva acerca dos espaços estudados, conforme destacamos em trabalhos anteriores (ver BARBOSA, 2011a e MACIEL, BARBOSA 2012).

A partir da discussão sobre os referentes ideológicos e sua influência nas paisagens percebe-se que este debate deve levar em consideração o papel das idiossincrasias que cada qual apresenta. E neste sentido, há que se considerar que além de interesses racionais, de objetivos funcionais, a paisagem, enquanto expressão das ideias de cada indivíduo apresenta também um caráter emotivo que a constitui. Na medida que aceitarmos esta posição, nos aproximamos da constatação de Mercier, Bethemont e Bédard (2002, p. 276), que afirmam:

Assim a paisagem, mesmo se ela resulta de uma relação no meio, residiria fundamentalmente um atributo da emoção. Assim, a paisagem teria uma potência porque ela seria uma paixão que transporta o ser íntimo, na organização, por exemplo, de recriar no mundo sensível sua visão paisagística interior²⁰.

Convém reforçar tal conteúdo emotivo da paisagem com o outrora postulado por Barbosa (2010b, p. 08), pois assumir este caráter emotivo da paisagem revela não apenas a presença de aspectos imaginários no espaço, mas que sua presença consegue revelar a pluralidade dos nossos espaços. Em suas palavras:

²⁰ Livre tradução de: “Ainsi le paysage, même s’il résulte d’une relation au milieu, demeurerait fondamentalement un attribut de l’émotion. En cela, le paysage aurait une puissance parce qu’il serait une passion qui transporte l’être intime, en l’amenant, par exemple, à recréer dans le monde sensible sa vision paysagère intérieure”.

A paisagem é epiderme da cidade. Percebemos a vida urbana através do seu manto. Mesmo que suas perspectivas sejam enganosas e que todas as suas faces visíveis escondam outras faces, indesejáveis. A paisagem é a *pele* da cidade e traduz o chão das vidas do nosso cotidiano. Na paisagem são expressos nossos sonhos e medos, nossos segredos e desterros, nossas esperanças e nossos dramas. Assim plena de vida, a paisagem é a experiência concreta do viver com o outro, mesmo que as suas regras sejam absurdas. Por isso, a *pele* exprime a diversidade e a pluralidade de nosso estar-no-mundo (BARBOSA, 2010b, p. 08).

Ao considerar tais concepções de paisagem podemos compreender as representações espaciais como uma intermediação através do qual os sujeitos que vivenciam o espaço enunciam as suas visões de mundo, promovendo com estas uma “integração entre o enraizamento no lugar e o imaginário geográfico coletivo” (MACIEL, 2009, p. 42). Há que se reforçar que, ao pensar a paisagem como um modo de ver enunciado pelos sujeitos participantes das relações sociais não insere a paisagem numa concepção apenas do exercício de um sentido (visão), mas sim que neste exercício de ver – e também de não ver – desenvolve-se uma produção de sentidos (significações) à sua relação com o mundo, que caracteriza a paisagem como um *artefato* estético sociocultural, percebido segundo as necessidades e possibilidades históricas de uma dada sociedade (BARBOSA, 2010b; BERQUE, 2012) e do qual nasce suas representações, visto aqui como uma forma de ver, mas também de criar sentidos. A paisagem é assim, uma construção material e simbólica desenvolvida na perspectiva do lugar (McDOWELL, 1996).

As representações correspondem a uma criação social pertinente do real espacial, que indicam os sentidos e valores que os grupos atribuem/assimilam aos ambientes a que se referem. Berdoulay (2012) nos adverte que as representações apresentam a necessidade de ser confrontadas com o real, não podendo ser encaradas como realidades, pois se estas ganham autonomia da realidade podem tornar-se um pré-conceito, uma violência do pensamento. Neste sentido, destacamos a necessidade de analisar as representações a partir do diálogo que se estabelece entre realidade e a imaginação.

Ao considerar a articulação promovida pela paisagem entre o espaço e a esfera do imaginário, podemos adentrar ao tema das representações. As representações já estiveram amplamente presentes no debate da ciência geográfica, e há que se destacar que estas se caracterizam por apresentar um caráter construtivo, criativo e autônomo de interpretação do objeto e de expressão do sujeito (BARBOSA, 2012b); ressaltam os sentidos e valores que os indivíduos e grupos atribuem e assimilam aos ambientes de referência, sendo assim “construções interpretativas” (MACIEL, 2004); além de ser um termo que engloba o

potencial metonímico da construção das paisagens, integrando tanto a produção imagética quanto a produção discursiva dos espaços.

Passemos então com um exemplo a compreender de que forma as representações revelam este potencial metonímico da paisagem. Barbosa (2010b), ao analisar a construção imagética do Rio de Janeiro enquanto “*cidade maravilhosa*”, destacou de forma exemplar como representações da paisagem adquirem o potencial de se conformar enquanto “legendas simbólicas”, “imagens-força” de uma porção do espaço. Ao demonstrar como as representações hegemônicas do Rio de Janeiro conseguiram transformar a cidade em uma “imagem-força” de cidade maravilhosa, este autor demonstrou como as imagens – visuais ou verbais – participam da “construção de *hegemonias sociopolíticas* que se legitimam em discursos aparentemente banais, mas que confessam sua *prática discricionária na apropriação e uso da cidade*” (BARBOSA, 2010b, p. 01, grifos nosso). Eis a forma que se dá esse processo da construção da imagem maravilhosa do Rio de Janeiro:

[...] papel preponderante de determinadas paisagens como representativas da cidade do Rio de Janeiro, pois essa preponderância muitas vezes tende a se confundir com a hegemonia cultural das representações de mundo de determinadas classes sociais. A *paisagem natural* traduz, sob a clivagem de valorizações simbólicas, uma geografia particular dos lugares. [...]

Podemos afirmar que a força da imagem atribuída à cidade do Rio de Janeiro vem da apropriação e do uso da Natureza como paisagem, ou seja, de uma representação estética do espaço socialmente construído. A partir de suas formas, volumes e cores foram criados significados de um modo de ser e viver do carioca, ou melhor, do deve-ser da cidade. Essa imagem urbana muitas vezes serviu de aparato ideológico para processos brutais de deslocamento e destruição de formas e modos de vida não condizentes aos valores e tradições espelhadas na paisagem natural do maravilhoso. A tessitura da beleza da natureza e o sentido sociocultural da cidade nos conduzem, contraditoriamente, a aceitar a utopia compulsória do maravilhoso como nosso devir e, ao mesmo tempo, a negar tudo e todos que fogem ao padrão estético do que se considera como civilizado. A paisagem nos revela e nos denuncia naquilo que escondemos?

Essa imagem instituída pela estetização da paisagem carioca é, no fundo, abstrata, pois oculta desigualdades sócio-espaciais sensíveis (BARBOSA, 2010b, p. 07-08).

Este debate agora exposto se aproxima daquele que desenvolvemos em outras oportunidades sobre as metonímias paisagísticas do Recife (BARBOSA, 2011a; MACIEL e BARBOSA, 2012, 2013). Nossas análises basearam-se nas paisagens estuarinas da cidade do Recife, especialmente as localizadas na foz do rio Capibaribe, no centro da cidade do Recife, tidas como metonímicas, ou seja, com um grande potencial de concentração de significações, sentidos, de atração do público e simbolização de diversas formas identitárias para a/da cidade. Percebemos nesta análise que estas paisagens, ao mesmo tempo que apresentam o potencial de celebrar a vida pública nas cidades e agregar

os cidadãos de forma mais expressiva e contundente, vem passando por um processo recente de explícita espetacularização e monumentalização da cultura, que se apropria de imagens e representações tomadas via síntese de discursos, dando relevância a aspectos mais emblemáticos e omitindo aqueles com um teor mais crítico.

Defendemos que o estudo das representações de uma paisagem sempre vai envolver o estudo da retórica que conta sobre a história destes espaços. Espécie de “guerra de argumentos” (MACIEL, 2009, p. 40) a retórica da paisagem presente nas representações corresponde, talvez, a uma das maiores obsessões dos meios de comunicação de massa e das estratégias de debate sobre os projetos em execução de transformação dos espaços.

Neste ponto, convém resgatar a importante distinção que Souza (2011) realizou acerca dos termos “representações sociais” e “representações sócio-espaciais”, em artigo sobre as práticas, imaginários e discursos presentes na produção do espaço urbano. Apesar de não utilizarmos o termo “sócio-espacial” em nossa pesquisa, concordamos com este autor em sua atribuição espacializante das representações, tais como se pode ver a seguir:

[...] se o *imaginário*, “fundamento do próprio Social, remete à *criação de significações* (e é com base nisso que se dá a produção de sentido[s], histórico-culturalmente), as *representações sociais*, em sua acepção particularizada (e subordinada), designariam as *maneiras de organizar a reprodução de significações por meio de discursos menos ou mais coerentes que visam a articular identidades e justificar escolhas e ações*. [...] Assim, as representações sociais – que, no caso de imagens espaciais e discursos fortemente espacializados e espacializantes, merecem ser denominadas *representações sócio-espaciais* [pois estas] [...] – participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social (ou melhor, sócio-espacial); elas nos envolvem, influenciam nossas reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no cotidiano e no senso comum. As representações são um campo de disputa simbólica, e as “significações imaginárias sociais que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as “armas” simbólico-discursivas dessas contendidas” (SOUZA, 2011, p. 160).

Neste sentido, acreditamos que tanto as representações espaciais quanto as paisagens apresentam ligações com os referentes ideológicos e seus correlatos discursos, sendo ambos resultado de um processo de disputa simbólica e ideológica. Esta abordagem se aproxima bastante com a concepção paisagística de Denis Cosgrove (2004, p. 97), que a interpreta como uma “expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados”²¹.

²¹ Um dos pioneiros da geografia cultural marxista nos anos 1980, Cosgrove liderou uma busca teórica e metodológica baseada no construtivismo crítico, defendendo a postura segunda a qual as estruturas discursivas dos sistemas socioculturais que os geógrafos deviam interpretar pertenciam a – e emanavam de – domínios simbólicos de imagens, signos, textos e representações. Algumas dessas representações seriam

Na concepção cosgroviana, mas também de outros geógrafos anglófonos, a paisagem adquire um caráter simbólico, caracterizando-se por possibilitar o encontro de muitas culturas e, talvez, revelar o conflito. Assim, o estudo da paisagem sempre envolverá o estudo do poder, pois muitos dos simbolismos das paisagens servem para disciplinar os usos dos grupos que a utilizam, educando gestos e ações e, indo mais longe, servindo para reproduzir normas culturais e valores dos grupos dominantes (COSGROVE, 2004, p. 105-108; McDOWELL, 1996). Para o autor, então, a paisagem teria o potencial de adestrar os usos de grupos e culturas alternativas. Aceitando tal princípio, devemos, contudo, ultrapassar uma visão puramente estrutural, onde os sujeitos sociais jogariam um papel passivo diante de um sistema preestabelecido de regras, condutas e ações.

Em outro artigo, o mesmo Cosgrove lembra-nos que a paisagem corresponde a uma imagem cultural, um modo especial de compor, estruturar e dar significado ao mundo externo, ou simplesmente, a paisagem natural (COSGROVE e JACKSON, 2000). Neste sentido, sua teoria paisagística se baseia na compreensão desta como uma expressão humana intencional, composta de múltiplas camadas de significado, onde os indivíduos conseguem se conhecer e ser o que desejam (COSGROVE, 1999). Pensada então como uma parte constituinte do conjunto partilhado de ideias, memórias e sentimentos que unem a população, a paisagem pode então revelar uma dimensão cultural e política imanente aos processos de construção do espaço, pois correspondem a “produto de tensões, conflitos e negociações que se exprimem no espaço e através dele” (MACIEL, 2012, p. 29).

Neste sentido, retomamos Maciel (2012) para conceber o ideário-tipo de concepção da paisagem que pensamos aproximar através do breve debate da imagem esboçado acima: a paisagem enquanto um “produto das tensões, conflitos e negociações que se exprimem no espaço e através dele” (MACIEL, 2012, p. 29). Destaque-se então, que tal percepção de paisagem se coaduna, a princípio, com a concepção paisagística anteriormente destacada de Denis Cosgrove (2004). Com efeito, para a geografia cultural marxista de origem anglófona, a paisagem operaria simbolicamente em nome de uma elite, como uma “maneira dominante de olhar” reveladora de certas relações socioeconômicas ao mesmo tempo em que ocultaria outras. Desta maneira, seria peça-chave na manutenção das relações do poder e da desigualdade de classes numa dada sociedade.

particularmente persuasivas e carregadas de significados políticos, “modos de ver” a sociedade, merecendo por isso detida atenção. Para uma revisão da importância desse autor consultar Wylie (2007), especialmente o capítulo 3 (*Ways of seeing*, p.55-69).

Entretanto, há que se considerar que, conforme nos expõe Wylie (2007) ideias retiradas a partir de Michel Foucault vem influenciando algumas correntes da geografia cultural anglo-saxônica pós-estruturalistas, que tem estimulado a deixar de ver a paisagem como apenas uma representação/interpretação da cultura dominante, como um símbolo visual e pictórico de uma elite. Na visão pós-estruturalista que este autor destaca, a paisagem monolítica e pictórica e esse poder central são questionados, isto é, pretende-se entender de forma mais nuançada e próxima da vida cotidiana como essas relações de poder *conformam* a paisagem (e não apenas estão *refletidas* numa visão da paisagem).

O que as considerações deste autor nos lembra é que a paisagem existe de fato como uma consequência, um conjunto de crenças e atitudes carregada de significados pelas praticas cotidianas (WYLIE, 2007, p.110-111). Conforme admite Wylie, um discurso²² da paisagem em dado lugar e época permite e endossa certas maneiras de comportamento, percepção, descrição e representação, ao mesmo tempo em que censura ou prescreve outras maneiras de lidar com o espaço. O discurso assim concebido vai tentar estabelecer quais são as paisagens desejáveis e quais não são.

Entretanto, esta crítica desenvolvida por Wylie já se fazia dentro da própria geografia anglófona, embora por poucos colocada em prática, conforme podemos observar no seguinte trecho retirado das reflexões de McDowell (1996, p. 177):

Existe uma percepção cada vez maior de que o conhecimento é múltiplo e situacional, que existem muitas maneiras de ver e ler a paisagem. Um dos focos da contemporânea geografia cultural, portanto, é a investigação de múltiplos discursos acerca de lugar e identidade, revelando os antes ignorados sentidos de lugar e visões de paisagens construídas mais pelos destituídos do que pelos poderosos.

Há que se destacar então que, a paisagem nos permite apreender o real em suas diversas escalas, pois na medida em que elas nos falam do trabalho dos homens e da vida social, a sua concepção e apreensão irá revelar também todas estas complexas relações que se constroem todos os dias dentro das relações sociais. Já que a paisagem faz parte daquele que o habita, e dele se influencia, reconhecer sua polivocalidade é compreender o real e

²² Para Wylie, o discurso não corresponde a algo puramente visual, pictórico e maquiavélico, onde o poder emana de um centro, mas, numa visão inspirada pelas análises de Michel Foucault, refere-se mais a um amplo conjunto de ações, eventos e posturas. Nesse modo de pensar são considerados dois aspectos principais: i) discurso não é apenas um conjunto de textos, imagens, arquivos, documentos e escrituras, mas também falas, diálogos, modos de pensar e ações; ii) discurso não é uma serie de afirmações que são proferidas, feitas e pensadas sobre uma coisa pré-existente e separada, como uma paisagem por exemplo. Um discurso da paisagem não pode ser considerado como um conjunto de coisas ditas e feitas face a uma paisagem já existente, imutável e dada (ou seja uma paisagem apriorística, existente por antecipação no mundo exterior). Pelo contrario, um discurso da paisagem cria a própria paisagem, faz a paisagem real.

todas as suas complexidades (CLAVALL, 2011). Tal como destaca Berque (2012) a paisagem é uma marca pois expressa uma civilização, mas é igualmente uma matriz porque participa dos esquema de percepção, de concepção e de ação. Em suas palavras:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc.; e, por outro, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política etc. (BERQUE, 2012, p. 240).

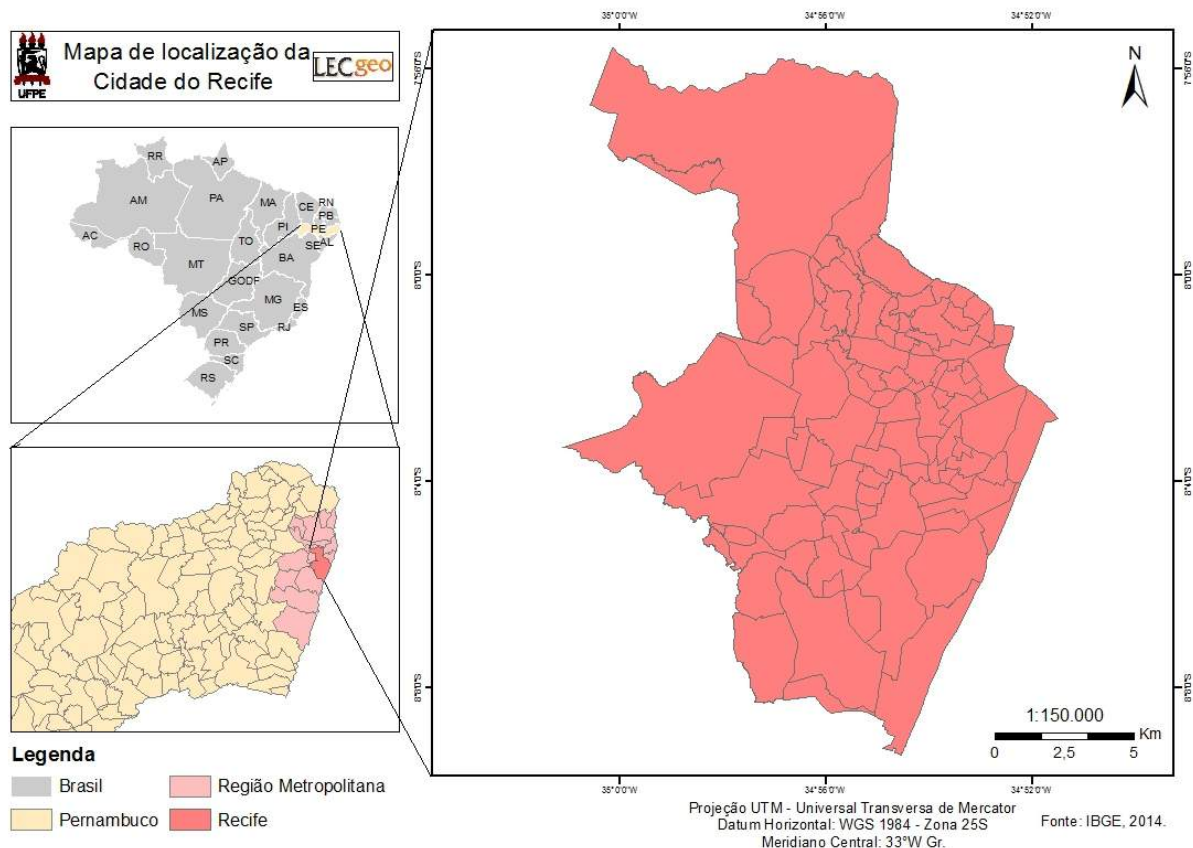
A partir dos debates estabelecidos neste capítulo, iremos agora a frente tentar correlacionar os aspectos representacionais, icônicos e simbólicos da paisagem no debate sobre as reconfigurações espaciais que vem ocorrendo na Bacia do Pina, buscando desenvolver uma análise sobre as relações entre os aspectos simbólicos da paisagem com a materialidade e o valor desse sitio geográfico que se tornou objeto de cobiça e disputa.

CAPÍTULO 02

CONSTRUINDO O CENÁRIO. A BACIA DO PINA E OS GRANDES
EMPREENHIMENTOS: ANTECIPAÇÕES COGNITIVAS E
ANTECIPAÇÕES ESPACIAIS

Neste capítulo apresentaremos uma análise sobre algumas reconfigurações espaciais que tem se desenvolvido nas margens da Bacia do Pina, importante espaço estuarino localizado no centro da cidade do Recife. Junto à análise destas reconfigurações espaciais, buscaremos iniciar uma correlação, que será aprofundada no capítulo 03, sobre como os processos de transformações destes espaços se relacionam diretamente com rearranjos/ressignificações dos aspectos representacionais, icônicos e simbólicos da paisagem local. Assim, buscaremos reforçar que no processo contemporâneo de disputa e valorização de algumas paisagens emblemáticas de nossa cidade, se percebe de forma correlata uma ampliação da importância política dos aspectos simbólicos da paisagem, que vinculada com a materialidade, ora pode servir para a valorização de projetos hegemônicos de renovação dos espaços, ora para revelar descontentamentos e reivindicações por uma valorização mais integrativa destes espaços. Partindo desse princípio, propomos analisar o processo contemporâneo de transformação da Bacia do Pina enquanto nova centralidade para a cidade do Recife, destacando a análise empírica do Projeto Novo Recife, previsto para o Cais José Estelita (ver MAPA 01 e 02).

MAPA 01 – Mapa de localização da cidade do Recife



Produção e Organização: Cassandra B. S. de Oliveira Dantas, 2014.

MAPA 02 – Bacia do Pina e Centro do Recife



FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, 2010.

Convém esclarecer que nossa análise da relação entre o Novo Recife e a produção da Bacia do Pina como nova centralidade para a cidade pretende considerar este conceito para além de uma interpretação que o coloque como simples oposições geométrica ao conceito de “periferia”. Da mesma forma, não buscaremos trabalhar a distribuição desigual das condições econômica, social, política e de conteúdo entre duas áreas, tal como sugeriu Sposito (2009, p. 33-34) em sua abordagem sobre o par dialético em questão. A nossa consideração da centralidade se relaciona à investigação das opções e referentes ideológicos que vem sinalizando a conformação desta centralidade nos materiais do planejamento urbano do Recife. Neste caso, longe de ser uma análise da dialética existente no par “centro-periferia”, preocupa-nos lançar luz sobre as ideologias e opções de planejamento que favorecem a conformação de um novo território de investimentos e ações.

Neste sentido, desenvolveremos nossa análise a partir das representações espaciais lançadas sobre este projeto pelos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos da cidade. Assim, nossa proposta de investigação corresponde a analisar as intervenções materiais, mas também, as estratégias simbólicas e ideológicas presentes na produção de novos discursos e representações que busquem legitimar e/ou contestar as ações de “reestruturação urbana” que vem ocorrendo na Bacia do Pina.

Para tal empreitada, na primeira parte deste capítulo faremos um esforço para narrar de forma breve a sociabilidade, a história e a caracterização socioespacial da Bacia do Pina, ressaltando aspectos que o Novo Recife e outros grandes projetos parecem esquecer: os espaços estuarinos da cidade como uma paisagem-síntese das múltiplas relações do Recife com as águas. Desenvolver assim uma interpretação destas paisagens a partir dos múltiplos Recifes que podemos ler nela: a cidade dos pescadores, das atividades do porto, bem como das resistências populares dos “bairros teimosos” pela permanência no centro.

Feitas as análises iniciais sobre as características territoriais da Bacia do Pina, podemos avançar ao segundo ponto de debate deste capítulo: recompor o cenário urbano da cidade onde o Novo Recife é visto não apenas como um projeto isolado de reconfiguração territorial, mas sim como um evento interligado a uma dinâmica recente e atual de expansão de grandes projetos nos espaços centrais da cidade. Exporemos uma análise do período entre 1990 a 2012, por interpretar que no transcurso destes anos tem se multiplicado uma série de antecipações cognitivas (projetos, planos de ação, leis) e antecipações espaciais (projetos viários, megaempreendimentos comerciais e residenciais,

dentre outros) cujo objetivo principal corresponde a renovar e revalorizar as “margens risonhas” do Capibaribe e demais espaços líquidos da cidade, vistos como um capital simbólico a explorar. São projetos e ações que objetivam ampliar as “paisagens-vitrine” do turismo e do mercado imobiliário recifense, financiada por uma remoção de favelas, palafitas e demais “visualidades da pobreza” recifense, bem como a remoção de qualquer referência que lembre o passado favelizado da cidade.

Este conjunto de obras de reconfiguração espacial da cidade será compreendida a partir do papel que desempenham as intervenções descontínuas, que relacionadas a um contexto mais amplo, revelam vínculos com a reprodução social das relações capitalistas de produção. São assim, transformações que se caracterizam por interpretar a cidade onde o “território não é mais garantia da duração da paisagem e o mapa é um rascunho sempre provisório e incerto das relações sociais, tornando a cidade um território da hiperrealidade da mercadoria” (BARBOSA, 1999b, p. 64).

Posterior ao desenvolvimento dessas duas primeiras partes do trabalho, adentraremos na última parte do capítulo que versa sobre o Projeto Novo Recife. Este empreendimento corresponde a um projeto de intervenção localizado na margem esquerda da bacia do Pina. Através de suas proposições, este projeto urbanístico se caracteriza por recompor os relatos, redefinir os lugares e suas opções de planejamento, pois corresponde a uma intervenção territorial que nada se relaciona com a histórica territorialidade da Bacia do Pina. Neste sentido, finalizaremos esse capítulo apresentando o Projeto Novo Recife e os cenários de intervenção que este apresenta ao futuro destes territórios.

2.1. “DE COMO OS MORADORES DA ALDEIA TEIMOSA CONSTRUÍRAM NA MARRA A SUA CIDADE”²³

Em outros momentos de nosso percurso acadêmico, desenvolvemos algumas pesquisas buscando compreender de que forma projetos, ações e discursos recentes de valorização dos espaços estuarinos do Recife estão ancorados em imagens, representações e discursos deste espaço, quer reatualizando estes ou selecionando apenas alguns de seus aspectos imagéticos e discursivos²⁴ (BARBOSA, 2011a, 2012). Ao longo destes anos, constatamos que a valorização das representações e imagens das cidades adquire, muitas vezes, um potencial político, pois a incorporação dos discursos e da(s) memória(s) da cidade são cada vez mais agenciadas por estratégias de valorização da cidade junto aos discursos turísticos e imobiliários. Tal valorização do passado liga-se cada vez mais às estratégias de fortalecimento dos sentimentos de identificação dos habitantes da cidade e às tentativas de criação de particularidades aos espaços mais representativos da cidade, capazes de inserir a cidade num mercado global de consumos urbanos, variáveis comuns ao ‘*city marketing*’ (SÁNCHEZ, 2010) e ‘empreendedorismo urbano’ (HARVEY, 2005).

Ao confrontar tal dinâmica de apropriação destas imagens e representações nas ações contemporâneas de renovação urbana propostas para os espaços estuarinos da Bacia do Pina, observamos que o “passado” deste pedaço da cidade é utilizado a partir de uma síntese dos discursos, de uma apropriação seletiva e parcial, dando relevância aos aspectos mais emblemáticos (o estuário como vitrine do Novo Recife) e omitindo aqueles com um teor mais crítico ou inconveniente para os objetivos políticos do presente (a herança de mocambos, palafitas, poluição e demais visualidades da desigualdade social brasileira).

Enquanto hoje se percebe uma valorização destes espaços a partir de discursos e ações que engrandecem as águas transparentes, puras e límpidas dos cartões-postais da Veneza Americana, acreditamos ser necessário reconhecer que as paisagens históricas dos estuários da cidade rememoram que o Recife corresponde a uma cidade marcada por fortes

²³ Castro, 2010b, p. 103.

²⁴ Nossas interpretações sobre as “geografias líquidas” da cidade do Recife se basearam em análises de discursos artísticos como os de Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto e Ascenso Ferreira, bem como dos acadêmicos Josué de Castro e Gilberto Freyre, além de pesquisas iconográficas na produção cultural do Mangue Beat. Para uma análise mais aprofundada sobre a relação entre o Recife e seus rios, bem como das realidades sociais presentes nestes espaços e suas representações, recomendamos a leitura de alguns trabalhos produzidos ao longo da referida pesquisa (BARBOSA, 2011a, 2012a; BARBOSA e MACIEL, 2012; MACIEL e BARBOSA, 2013), bem como alguns autores que nos serviram de ancoradouro para nossas reflexões: Araújo (2007), Arrais (2004, 2006), Bitoun (1994), Castro (1966b, 2010b), Freyre (2006, 2007), Maciel (2005) e Vilanova Neta (2005).

tensões e disparidades sociais. Vale reforçar que, predominantemente, o estuário do Pina sempre apresentou um perfil de moradores formado por pescadores, trabalhadores do porto, empregados domésticos e desempregados, usualmente habitantes de casas de palha na beira da praia e de casas dentro da maré. Assim, a dinâmica histórica e contemporânea presente neste espaço em muito nos revela sobre a realidade da cidade do Recife, capital de um estado com herança canavieira, bem como das mazelas sociais e ambientais deste sistema socioeconômico.

Hoje, o estuário do Pina corresponde a uma das margens líquidas do Recife com intensa disputa territorial, sendo, antes de tudo, um espaço de importância ecológica, política, mas também histórica e cultural para a cidade. Para Silva (2008, p. 15-19) a ocupação deste território se inicia no período de invasão holandesa, em 1630. Lugar estratégico na guerra entre flamengos e portugueses, situado entre o porto do Recife – portão de entrada e saída aos mares – e Afogados – entrada para o continente e terras canavieiras – o estuário do Pina caracteriza-se enquanto palco de importantes enlances no imbróglia colonial (ver FIGURA 03). Entretanto, o processo de ocupação deste espaço foi mais demorado e vincula-se a um conjunto de particularidades do sítio geográfico que condicionaram as escolhas dos equipamentos para aí instalar. Nas palavras de Araújo (2007, p. 440-441):

A região litorânea, atualmente conhecida como bairro do Pina, ficava a aproximadamente seis quilômetros de distância da povoação, depois vila e cidade do Recife. Entretanto, por estar situada em um estuário, composto pela confluência dos rios Capibaribe, Jiquiá e Tejipió, do riacho do Pina e das águas do oceano, separavam-nas volumoso caudal d'água, exigindo o uso de transporte fluvial para se comunicarem entre si. [...] Por sua posição geográfica estratégica em relação ao sítio do Recife, tanto do ponto de vista militar como do comercial, o Pina abrigou, desde o século XVI até a primeira metade do XIX, uma fortificação, acampamentos militares, passo ou trapiche de depósito e embarque de açúcar e outros gêneros agrícolas tropicais, além do lazareto, primitivamente instalado em 1843.

Se a ocupação estratégica deste espaço para a batalha e por questões comerciais foi decisiva para a dinâmica geral do Recife, o processo de ocupação e povoamento deste espaço, bem como de todo o litoral, entretanto, só se intensificou de fato no século XVIII. Segundo Araújo (2007, p. 47) apenas neste século “uma determinada estrutura fundiária nas áreas de praias se foi consolidando, e as povoações de pescadores adquiriram uma configuração mais definida e duradoura”. Ainda neste mesmo período é que se observa o nascimento da maioria dos povoados de pescadores, em terras normalmente pertencentes a

Recife, cidade de íntima relação com os corpos d'água doce e salgada que lhes avizinham, apresenta um conjunto de bairros que nasceram a partir de uma territorialidade conquistada das águas, bairros levantados por aterros de mangues e 'assenhoramento' da planície aluvial recifense: Afogados, Joana Bezerra, Brasília Teimosa, Pina e tantos outros recantos do Recife que brotaram se olhando nos pântanos da cidade. Bairros que já surgiram em torno da procura de moradia, de um chão para fixar residência.

Os bairros populares localizados no estuário do Pina fazem parte daquilo que alguns autores caracterizam como a paisagem anfíbia do Recife. Local de habitantes que vivem/viviam na água. Que de tudo tiram/tiraram dela, quer seja o chão que lhes cabem no latifúndio recifense, quer seja o meio de subsistência, as práticas de trabalho e as formas de lazer (CASTRO, 2010). Eis então a Bacia do Pina nos tempos longos do Recife: lugar de pescadores, negros livres ou fugidos e demais habitantes humildes, que construíram seu espaço a partir de diversos aterros sobre este estuário onde termina o percurso comum de diversos rios que cortam o Recife: Tejiptió, Jordão, Pina e o braço sul do Capibaribe. Outrora, um estuário em forma de arquipélago: ilhas do Bode, do Nogueira, do Lazareto, da Raposa, das Cobras e do Felipe (SILVA, 2008). Hoje, um espaço em transformação não mais por simples aterros e sim por novas camadas de significado.

Nesta constante busca de chão no Recife, até o próprio Cais José Estelita, atualmente palco da polêmica em torno do Novo Recife constitui-se como um desses terrenos conquistados à maré. Entre as décadas de 1930 e 1950, em virtude do processo de modernização ocorrido na cidade, os bairros do Recife, de São José e Santo Antônio foram alvo de planos urbanísticos e de intervenções físicas, dentre as quais a construção das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto, além da construção do Cais José Estelita, concluído no fim da década de 1930 a partir de sucessivos aterros (PONTUAL, 2007). Pensado inicialmente como expansão do Porto do Recife e aterrado para o abrigo de galpões de armazenamento, o Cais José Estelita passou depois a integrar também um Pátio Ferroviário. Este novo cais do Recife se consolida apenas no início da década de 1950 e suas obras de urbanização, tais como muro de contenção, calçamento, arborização e iluminação – finalizadas na década de 1960 (PONTUAL, 2007).

Correspondem assim a espaços que faziam parte da propalada paisagem da 'Veneza Brasileira', mas que permaneceram inacessíveis e desprezados enquanto ambiente de residência para os grupos mais ricos do Recife até pelo menos a década de 1920, devido a presença dos mangues, dos charcos pantanosos e da pouca infraestrutura presente no local.

Ocupação pelos grupos mais ricos que só viera iniciar o assédio aos habitantes aí estabelecidos com o início da especulação imobiliária da faixa de praia a partir da valorização das terras em função dos investimentos em infraestrutura governamental na área (ARAÚJO, 2007). Neste momento, intensifica-se em tal território da cidade uma disputa pela terra que sempre esteve presente na questão urbana recifense, onde grupos hegemônicos expandem seus desígnios especulativos sobre terrenos em valorização, a partir de apropriações de terras e expansões dos muros de suas casas grandes.

Por tal razão, este espaço da cidade se caracterizou até a primeira metade do século XX por ser importante local de retiro, refúgio e morada para negros livres e famílias humildes. Até o século XIX, as casas que existiam neste espaço eram poucas, ficando quase todas na beira da praia, casas de palha dos pescadores. A medida que o século XX adentrou, a procura de casas aumentou e começaram as construções de habitações a partir de aterros do mangue (ARAÚJO, 2007). Estas novas habitações de moradia popular se caracterizavam por serem, quase todas, casas feitas de madeiras, “material proveniente das barricas que transportavam o cimento importado para as obras de modernização do porto do Recife” (ARAÚJO, 2007, p. 455-456).

Há que se destacar que a expansão destas zonas de mocambos no Recife relaciona-se diretamente à história da ocupação do seu espaço urbano, sempre pautada por uma incessante luta pelo direito à posse da terra e por uma desigualdade de condições de habitabilidade entre segmentos sociais distintos. Fruto de uma intensa concentração de terras e de recursos, somada a uma forte intolerância governamental, que sempre excluiu a população de baixa renda do acesso a moradia, sobrou a estes grupos populares a ocupação irregular de áreas de riscos, ainda assim, a título de resistência e lutas (MORAES, MIRANDA, 2007). São assim habitações que resultam de uma adaptação de parcela da população frente às condições geográficas da cidade, formados num contexto socioeconômico excludente social e espacialmente (CASTRO, 1966b; 2010b). A construção destes mocambos quase sempre ocorreu nas terras menos valorizadas do Recife (alagados, mangues, terrenos de maré), dentre os quais, um dos mais importantes para a expansão e consolidação deste tipo de habitação corresponde, justamente, as áreas de maré do Pina, de Afogados, da Ilha do Leite e de Santo Amaro (CASTRO, 2010b).

Para Freyre (2006) os mocambos correspondem a um tipo de habitação fruto de um Recife transformado pela modernidade, de uma urbanização descaracterizadora do patriarcalismo da casa-grande-senzala. Em sua visão idílica dos mocambos e tipicamente

defensiva das casas-grandes, Freyre acreditava que a expansão destes mocambos no Recife só ocorreu por causa da falência do sistema das casas-grandes, que diminuiu as senzalas, provocando um aumento da população de trabalhadores livres sem a assistência e o amparo das casas-grandes, jogando essa grande população livre dos domínios senhoriais num exíguo terreno recifense, sobrando-lhes para habitar apenas os terrenos pantanosos mais desprezados da cidade. Mesmo que diferente do Recife fixado na memória de Freyre, mergulhado numa cornucópia de mitos (ARRAIS, 2004), a paisagem recifense povoada por mocambos é para aquele autor o símbolo das transformações modernas operadas no Recife patriarcal, onde a modernidade, e os anseios econômicos que sua evolução suscita, acabam por atrair um grande número de famílias pobres a habitar os espaços de solo molhado da capital (FREYRE, 2006, 2007).

Entretanto, há que se contrapor esta visão idílica de Gilberto Freyre sobre a herança patriarcal do sistema escravocrata da cana-de-açúcar, pois mesmo que os espaços da Zona Sul do Recife tenham permanecido quase inalterados até o início do século XX, estes já apontavam para uma percepção do passado colonial: a estrutura fundiária de concentração de extensas porções de terra, vizinhas ao centro urbano e beira-mar, nas mãos de poucos proprietários, sem esquecer as condições insalubres dos assentamentos humanos em áreas de mangue. Extensas terras ocupadas apenas por fazendas de coqueirais, viveiros de peixe e residências para veraneio de alguns privilegiados (ARAÚJO, 2007). Ostentação que batia de frente com os problemas sociais deste espaço, do qual se fazia vista grossa e se pensava apenas na inserção destas terras de poucos para reprodução do capital. No mais, esta visão dos mocambos pode ser contraposta com o olhar crítico desenvolvido por Josué de Castro, no seu romance *Homens e Caranguejos*. Em suas palavras:

E assim, o latifúndio do açúcar secretava sempre seus excessos de gente que o latifúndio da lama absorvia como um mata-borrão. E a cidade do Recife inchava, embebida daquela tinta grossa da miséria formando sua crosta de mocambos.

A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis. [...] aquela vegetação dos mocambos, que brotava como uma flor de lodo na vasa dos mangues, tinha raízes que se alongavam pelo solo do país e pelo subsolo de suas estruturas sociais arcaicas. Produto do feudalismo agrário que oprimia e explorava há séculos toda aquela pobre gente que acabava, um dia, preferindo o fedor dos mangues ao fedor das malocas dos engenhos, das novas senzalas fracionadas em torno das novas casas-grandes (CASTRO, 2010b, p. 106-107).

Neste sentido, todos esses bairros que margeiam a Bacia do Pina, por terem sido um dos espaços mais importante de refúgio da população de negros escravos fugidos ou libertos, relegou a este estuário a condição de ser um dos mais fortes nas tradições de origem africana, tendo grande presença de candomblés, pastoris e inúmeras outras

manifestações culturais afro-brasileiras. Segundo Silva (2008), por exemplo, o bairro do Pina se organizou como comunidade em torno da residência da Baiana do Pina, mulher negra que estabeleceu no bairro seu terreiro e influenciou o surgimento de outros espaços de culto. Liderança religiosa de grande reconhecimento, a população afrodescendente que se refugiou no Pina consolidou-se em torno do templo de candomblé da Baiana, transformando seu terreiro, já em 1917, como um dos maiores do Recife, mesmo com a proibição e perseguição às religiões africanas neste período (SILVA, 2008).

Cultura de resistência que vem de longa data, portanto. A partir da aglomeração em torno destas expressões religiosas perseguidas, bem como a partir da construção coletiva do solo da cidade nos sucessivos aterros e conformação da Mocambópolis, os bairros teimosos do Recife fixaram sua história e sua territorialidade na Bacia do Pina. Resistência verificada, por exemplo, na batalha pela permanência de Brasília Teimosa, bairro que brigou por décadas para fazer permanecer suas moradias desde quando da ocupação do Areal Novo (ARAÚJO, 2007).

Quando em 1930 o governo dragou a chamada Coroa dos Passarinhos para fazer o aterro do Areal que seria a tancagem do porto, famílias humildes iniciaram o processo de ocupação da área²⁵. “O povo ocupou e começou a construir casas. A polícia derrubava de dia e o povo construía de noite. Foi nessa teimosia que o povo conseguiu ficar na Brasília Teimosa” (SILVA, 2008, p. 52). Resistência “no peito e na marra” contra as ordens do governo, tal como a Aldeia Teimosa de Castro (2010b, p. 105-116). Do início da ocupação na década de 1930, se juntaram outras famílias ao longo das décadas seguintes, famílias de pescadores, de empregados domésticos e desempregados que lutaram através de muitos embates judiciais, e pressões imobiliárias pela permanência.

Resistência também presente na formação do Coque, bairro popular do Recife situado na Ilha de Joana Bezerra. Comunidade formada a partir de grupos fugidos das monoculturas da cana-de-açúcar desde o século XVIII, o Coque permitiu que grupos sociais se recolocassem socialmente na dinâmica urbana do Recife a partir da construção dos mocambos e das ocupações profissionais que estas habitações em zona central da cidade permitiam (FREITAS *et al*, 2009) (FIGURA 04). Apresentando no decorrer do século XX um incremento populacional de moradores vindos em fuga das secas, o Coque, estigmatizado como reduto de violência pela grande mídia, vem resistindo ao longo das

²⁵ O Cais do Areal passou a ser propriedade do governo quando em 1934 os herdeiros do Visconde do Livramento venderam ao Estado este areal formado por areias da Coroa do Passarinho, que passaria a ser destinada à administração do Porto do Recife (ver ARAÚJO, 2007, p. 442).

últimas décadas a uma série de projetos de remoção da comunidade para promoção de obras viárias, de empresariais e do polo jurídico, propostas de intervenção que desconsideram particularidades históricas e culturais deste espaço.

FIGURA 04 – Coque, década de 1970



Foto: André Gerard.

Fonte: FERREIRA, Francisco Ludermir. **Dos Alagados à Especulação Imobiliária**. Fragmentos da luta pela terra na Comunidade do Coque. Monografia (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011a.

Assim, cientes da forte presença de questões sociais neste estuário ao longo da história do Recife convêm, entretanto, destacar dois períodos que nos ajudam a melhor compreender a atual conjuntura política de transformação deste espaço de estuário: i) o período compreendido entre 1840 e 1940, caracterizado pelo espaço de tempo que a bacia do Pina, assim como a zona sul da cidade do Recife, adquire o caráter de ‘fronteira’ a ser ocupada pela processo de urbanização da cidade do Recife, período sinalizado segundo as leituras desenvolvidas em Araújo (2007); ii) período compreendido entre 1990 e 2012, que será debatido no próximo ponto do capítulo.

O período que queremos chamar a atenção, entre 1840 e 1940, merece um melhor destaque pois foi nesse intervalo de tempo que se observa um conjunto de questões dinamizadores deste espaço: i) intensificação da chegada de novos habitantes à bacia do

Pina²⁶, ligados, principalmente, as atividades pesqueiras e do Porto do Recife; ii) difusão dos banhos salgados na cidade; iii) construção de pontes, hospitais, estações de tratamento de esgoto, obras de melhoramento do porto, dentre outras ações que alteraram a morfologia dos espaços da Zona Sul da cidade do Recife (ARAÚJO, 2007; SILVA, 2008). No transcurso deste período, se observa então o início da consagração de toda zona litorânea localizada ao sul do Recife como um espaço dinâmico e em valorização, no viés simbólico e imobiliário, a partir da introdução de todas essas transformações.

A partir da década de 1840 um conjunto de obras governamentais começa a mudar a morfologia do espaço, dotando-os de uma infraestrutura que aos poucos vai mudando as morfologias, bem como o perfil dos moradores desta porção do Recife. Algumas transformações importantes observadas neste espaço durante o período de 1840-1940 foram: i) em 1849, a construção do dique para fechar a Barreta e proteger o porto do Recife das areias trazidas pela maré (FIGURA 05); Construção do Lazareto²⁷ na ilha do Nogueira, em 1843; fechamento em 1909 da Barretinha (espaço no dique sobre o qual o riacho do Pina despejava suas águas no mar) para permitir a passagem do trem de cargas a serviço do Porto do Recife; a reforma da ponte do Pina para permitir a passagem dos bondes, em 1924; construção na Encanta Moça do Aeroclube de Pernambuco em 1941 (ARAÚJO, 2007; SILVA, 2008).

Um fato curioso de todo este processo de modernização do Recife merece destaque. Na medida que estas obras evoluíam e transformavam o espaço, promovendo uma limpeza dos mocambos, das territorialidades formadoras daquela porção de terras do Recife, percebeu-se uma proliferação dos donos daquelas terras conquistadas às marés. Tal como alerta Araújo (2007, p. 479-480), na medida em que as obras de modernização do Recife promovidas pelo governador Sérgio Loreto avançavam, surgiam questionamentos e denúncias de que as avenidas e obras de infraestrutura estavam sendo edificadas com o único sentido de valorizar os terrenos que a margeavam, pois eram terras adquiridas a preços baixos por um grupo de privilegiados com relações diretas com o governador. Tal qual fustiga Castro (2010, p. 108):

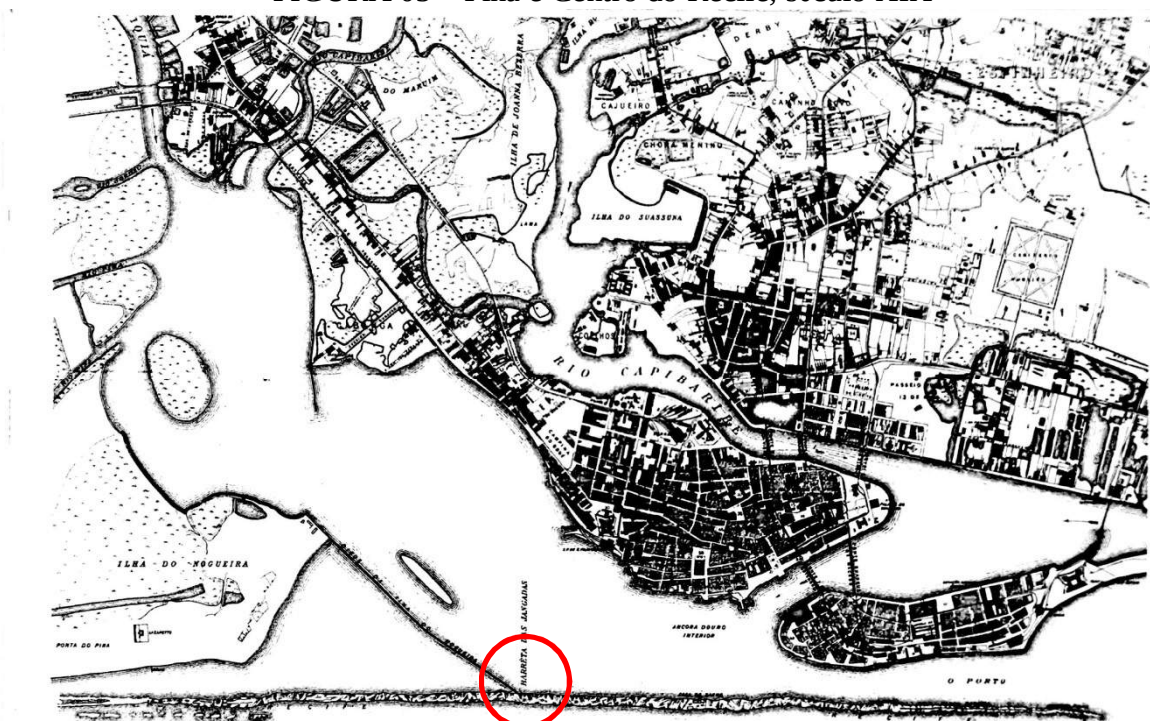
²⁶ Para Silva (2008, p. 33) o processo de maior adensamento na ocupação e transformação dos espaços do Pina, por parte da população mais abastada, se deu exatamente entre as décadas de 1910 e início de 1930, a partir da fixação de moradias em áreas de terra firme, sem delimitação de lotes e por adaptação às condições da topografia da área. Estas edificações iniciais, segundo o autor, demonstravam que estes habitantes estavam mais preocupados com um valor de uso da habitação, sem maiores preocupações com a posse do terreno.

²⁷ Hospital para tratamento de escravos doentes, que atribuiu um sentido higiênico-sanitário ao Pina, uso atribuído “que teve grande repercussão sobre a percepção social, presente e futura, da área” (ARAÚJO, 2007, p. 444).

E a polícia tinha que agir com a maior energia porque tinha recebido instruções formais de autoridades superiores. Tinha que limpar aquela terra da lepra dos mocambos.

Provinham estas instruções do fato de terem aparecido os donos das terras dos mangues, que antes não eram de ninguém. Eram da maré. Estes novos donos eram, por coincidência, senhores muito importantes e ligados à situação. Verdadeiros sustentáculos do governo local, que o apoiavam incondicionalmente, mas do qual exigiam toda vigilância na defesa de suas terras, registradas com grandes subterfúgios no serviço de terras da marinha.

FIGURA 05 – Pina e Centro do Recife, século XIX



‘Um dique fechou a Barreta das Jangadas para proteger o porto’

Pormenor da Planta da Cidade do Recife, 1875.

Acervo Arquivo Público

Reprodução: Assis Lima/Fundarpe – 1990

Em destaque: Localização da antiga Barreta da Jangada

FONTE: SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina**: Povo, cultura, memória. 2ª ed. Recife: Funcultura, 2008.

Assim, neste período de transformações simbólicas e estruturais, se destacam duas ações: as reformas de modernização do porto, iniciadas em 1849, e que seguiram até as ações desenvolvidas no período da gestão de Sérgio Loreto (1922-1926), que estimulou um conjunto de investimentos governamentais em infraestrutura definidas como a expressão de um “Recife Novo e alçadas à condição de símbolo da modernidade” (ARAÚJO, 2007, p. 25). Das obras de modernização do Porto do Recife, custeados pelo Departamento Geral de Viação e Obras e executadas pela administração do Porto, se observam importantes transformações urbanas em obras de infraestrutura de saneamento e de transporte: a implantação do Sistema de Esgotamento da Cidade, a construção da ponte para passagem

do bonde, além da construção das avenidas Herculano Bandeira e Beira-Mar concluídas em 1924. Sobre as obras de melhoramento do Porto, Araújo (2007, p. 443) esclarece as transformações promovidas da seguinte forma:

[As reformas do porto] [...] incluíam a tapagem da passagem da Barreta no molhe de pedras naturais, e a construção de um dique para defesa e junção da ilha do Nogueira à linha de recifes, proximamente disposta e, também, para obter uma maior profundidade nas águas do estuário e permitir a circulação de embarcações de maiores proporções. Com a intervenção, os pescadores viram-se privados de passagem que lhes dava acesso ao mar de fora e, conseqüentemente, tiveram que mudar a rota da pesca. Adotaram uma outra saída, a barretinha, que ficava um pouco mais ao sul, em frente ao pontal do Pina. Muitos pescadores, então, homens livres e pobres, mudaram-se para as proximidades do pontal, apossando-se dos terrenos alagados próximos aos mangues, charcos e camboas, ou dos chãos arenosos da praia onde suas palhoças eram erguidas.

Além desta intervenção estatal que removeu parte da população dos espaços que antes habitavam, e que, igualmente, atrapalhou suas atividades de subsistência, entre as décadas de 1910 e 1920 foi implantado no Pina outro equipamento público que teve grande impacto para o ambiente e a população local: a instalação da estação de tratamento de esgoto da nova rede de esgotamento sanitário da capital e, como consequência, da ponte do Pina, construída sobre os tubos desta Estação de Tratamento de Esgotos, por volta de 1911.

Estes dois empreendimentos foram construídos a partir de um conjunto de obras que apresentava como principal objetivo a modernização da cidade do Recife, a partir de um conjunto de obras que envolviam a implantação de redes de água encanada, esgotos, luzes e bondes elétricos, telefone, saneamento, canalização de rios, canais e pântanos e a construção de complexos viários (uma ponte, a ponte do saneamento, e três avenidas: Avenida da Cabanga, depois Saturnino de Brito; a Avenida Ligação, que ligava a ponte à praia; e a Avenida Beira-Mar) (ARAÚJO, 2007; SILVA, 2008). Sobre a implantação destas reformas modernizantes, em especial, sobre a implantação da rede de saneamento, destaca-se a seguinte distinção realizada por Araújo (2007, p. 446-447), que enfatiza:

As obras de implantação da nova rede de saneamento foram iniciadas em 1910, e, no ano seguinte, os canos de esgoto atravessavam as terras da ilha e avançavam em direção ao mar. Em 1915, a construção da rede de esgoto estava concluída. O Recife, considerado em seus bairros centrais e nos lugares de morada da gente de posse, passava a contar com um serviço de saneamento dos mais modernos e eficazes do país. Quanto ao Pina, não lhe coube a mesma sorte. Área que se firmava crescentemente como lugar de morada de trabalhadores pobres e miseráveis, de cor escura, quase sempre – pescadores, trabalhadores nas obras do porto, operários, lavadeiras, empregados domésticos, biscateiros, retirantes das secas do sertão, gente expropriada e expulsa das terras de usina –, o Pina não foi contemplado com o serviço de esgoto. [...] Ficou desprestigiada, mal afamada, em decorrência de suas águas oceânicas haverem sido escolhidas para receber o derrame final da matéria esgotada.

Percebe-se então que, toda a história e territorialidade construída ao longo da conquista do chão neste espaço de estuário pouco têm sido consideradas por ações dos poderes instituídos desde as reformas do Porto e de modernização da cidade, ainda nos séculos passados. Tal como argumenta Araújo (2007, p. 515) as camadas populares dentro do processo de ocupação das praias e mares se caracterizam como “personagens presentes mas, até o momento, praticamente invisíveis nessa saga litorânea”. Tais atores sempre se fizeram presentes ao longo do processo histórico de ocupação destes recantos urbanos. No entanto, quando as grandes avenidas, as pontes modernas e as obras de saneamento vieram dotar a Zona Sul de infraestrutura básica, estes grupos pouco se viram beneficiar das benfeitorias. Na verdade, as obras apenas contribuíram para o crescimento do bairro vizinho, Boa Viagem, lugar de interesse das grandes incorporadoras e que cada vez mais comanda o processo de transformação de seus espaços adjacentes. Transformação baseada através de remoções, projetos viários e modernizações que permanecem sendo a tônica da vez de projetos contemporâneos.

FIGURA 06 – Palafitas e Verticalização: Comunidade Beira Rio, Pina, 2012



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Dezembro de 2012.

Comentando sobre os conflitos observados na apropriação de territórios do litoral nordestino por grandes empreendimentos do setor hoteleiro, Lacerda (2011, p. 40) lança uma questão importante para os pontos aqui debatidos. Em suas palavras:

[...] a configuração dessas novas territorialidades [a expansão de grandes empreendimentos turísticos] foi e, em alguns casos, continua sendo acompanhada por diversos conflitos de natureza ambiental e cultural entre os atores envolvidos. Evidentemente, se ocorreram conflitos, é porque os atores sociais envolvidos se apropriaram dos recursos ambientais e culturais, segundo formas bastante diferenciadas. De um lado, uma forma de apropriação capitalista capitaneada pelos investidores do setor turístico (nacionais e estrangeiros) e, do outro, formas não capitalistas materializadas pelos habitantes das comunidades afetadas pelos impactos dos empreendimentos hoteleiros, que desestruturaram suas condições materiais de existência, territorialmente referenciadas.

De forma correlata, a Bacia do Pina encontra-se interligada com este conflito. Há que se considerar que no centro do Recife a oposição entre esses atores se fortalece e toma ares mais complexos, visto que, nos ‘bairros teimosos’ mencionados, além dos grupos de pescadores ainda existentes, também permanecem simples moradores do Coque, Brasília Teimosa, Pina, São José, comunidades pobres que vieram de um *background* de forte proximidade e dependência dos recursos locais. Assim, os vínculos estabelecidos entre empresários da construção civil e prefeitura, bem como com os cidadãos de classe média tentando fazer suas vozes presentes a partir da expansão de Novos Recifes, além de reforçar os conflitos de natureza ambiental, político e cultural, ainda desconsidera o próprio valor que a presença/proximidade da água, e do próprio centro urbano, contém para estas comunidades.

Reconheçamos aqui que, no caso específico do cais não temos “remoções” expressivas destas comunidades tradicionais. Mas se olharmos ao conjunto de obras vinculadas à produção deste modelo de cidade em implantação (exposto no item 2.2), tais como as obras da Via Mangue, e do Shopping RioMar, vemos que a lógica é essa: desterritorialização das populações mais frágeis para colocar nos últimos espaços disponíveis/tornados disponíveis da cidade uma arquitetura “altissonante”, reflexo da ultramodernidade que se quer atribuir a estes espaços pela elite local, em perfeita harmonia com o desfrute da natureza/paisagem. Talvez o maior “perdedor” nesse processo em tela seja o enfraquecimento do espaço público e das solidariedades entre classes sociais, da democracia, enfim.

2.2. A BACIA DO PINA E OS GRANDES EMPREENDIMENTOS: ANTECIPAÇÕES COGNITIVAS E ANTECIPAÇÕES ESPACIAIS

Após o breve histórico esboçado no item anterior, podemos agora recompor o cenário urbanístico contemporâneo da cidade do Recife. Em seguida, iniciaremos nossas análises sobre o Projeto Novo Recife. A reconstrução deste cenário se faz necessário porque acreditamos que o referido empreendimento não corresponde a um projeto isolado de reconfiguração do Cais José Estelita, mas sim um grande evento interligado à dinâmica contemporânea de expansão de grandes projetos nos espaços centrais do Recife. Pensamos adotar uma cronologia – que não pretende ser evolutiva – entre os anos de 1990 a 2012, que é capaz de sistematizar uma série de antecipações cognitivas (projetos, idealizações, planos de ação, leis) e antecipações espaciais (projetos viários, megaempreendimentos comerciais e residenciais, renovações nos espaços portuários) que tem reconstruído e revalorizado os espaços estuarinos do Recife, ampliando assim as “paisagens-vitrine” ao turismo e empreendedorismo imobiliário recifense.

Neste sentido, ao escolhermos a análise do Projeto Novo Recife acreditamos que junto a esta proposta de intervenção podemos encontrar conexões com algumas legislações e ações do poder público municipal, bem como de outros empreendimentos da iniciativa privada. As propostas do Novo Recife não se limitam apenas ao presente, pois se percebe que algumas ações de órgãos do poder público – Prefeitura do Recife, Governo do Estado de Pernambuco, dentre outras esferas – já apontavam para intenções de grandes projetos na Bacia do Pina, transformando este espaço em uma das novas centralidades da cidade do Recife.

Além disto, comum a estes projetos e ações, observa-se também um importante papel atribuído ao setor privado no ‘planejamento’ e conformação do Pina enquanto uma das novas centralidades da cidade do Recife, que possibilitou o reordenamento das escalas de poder da cidade na sucessão de grandes eventos e projetos de ‘*requalificação*’ dos espaços em questão. Uma “maneira de ver” de elites políticas e econômicas que pretende auferir ganhos a partir de mudanças no uso e ocupação do solo, a despeito de quaisquer considerações de ordem urbanística, que dirá social. Muito embora estes planos tenham permanecido, quase na sua totalidade, no terreno das ideias, constata-se na elaboração destes, uma tentativa de atribuir à cidade uma centralidade na promoção de acordos entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o Estado, em suas diversas instâncias. Revelam, por

consequente, o processo de construção e emergência de alguns dos valores e ações atualmente em curso.

A partir desta constatação, desenvolveremos a seguir as vinculações que percebemos entre o Novo Recife com as referidas legislações e outros empreendimentos já concretizados neste espaço, promovendo uma interligação entre essa discussão com as ideias de evento, presente na bibliografia de Milton Santos (1996a), a formulação de antecipações espaciais de Roberto Lobato Corrêa (2008) e a incorporação de uma nova categoria, desenvolvido neste trabalho a partir das considerações destes dois autores: as antecipações cognitivas. Estas antecipações cognitivas que aqui consideramos correspondem ao conjunto de ideias, leis, planejamentos e pensamentos, logo referentes ideológicos, que se processam nas nossas cidades e apresentam um potencial de redefinir a organização territorial destas. São antecipações que iniciam um processo de mudança – cognitiva e perceptiva da cidade, mas também de formulação das ações – política e urbanística de (re)construção destes espaços, propondo cenários desejados e estratégias de desenvolvimento.

A partir da consideração do tempo e sua relação com o espaço a partir dos eventos, podemos interpretar que múltiplos eventos repetidos em determinado espaço podem promover uma transformação deste a partir de uma série de antecipações espaciais. A antecipação espacial tratada por Corrêa (2008) corresponde a uma das muitas práticas espaciais desenvolvidas pelo homem na organização do espaço, dos quais pode criar, manter, desfazer e refazer formas e interações espaciais. Constituem-se assim enquanto uma gama de ações que contribuem para formular “meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução” (CORRÊA, 2008, p. 35). Nas palavras deste autor, as antecipações espaciais correspondem a:

[...] prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. [...] Antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção (CORRÊA, 2008, p. 39).

É a reserva de território, a ampliação de um projeto de transformação de um espaço central, que na verdade mostra-se de reorganização dos espaços de toda a metrópole recifense, que pretendemos apreciar a partir da consideração entre a relação tempo, eventos e antecipações espaciais e cognitivas. Junto a esta consideração das antecipações espaciais,

há que se destacar que as demais práticas espaciais destacadas por Corrêa (2008) também são aqui implicitamente consideradas: seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, marginalização espacial e a reprodução da região produtora.

A Bacia do Pina tem sido alvo de uma transformação espacial via antecipações espaciais porque determinados grupos decidiram (re)ocupar este território da cidade a partir dos atributos de interesse que este apresenta (seletividade espacial), tais como a valorização da paisagem de estuário, a proximidade ao centro histórico recifense e a Zona Sul do município, dentre outros. Para sinalizar seus interesses ao território em questão, os grupos de interesse controlam o espaço a partir da divisão deste em unidades territoriais sinalizadas por diferentes empreendimentos consolidados ‘isoladamente’, elegendo os lugares com maior potencial de exploração e impondo novas racionalidades ao espaço de atuação de seus projetos, aglutinando-os a partir de uma nova organização espacial (fragmentação/remembramento espacial). Por fim, na medida em que almejam atribuir uma nova racionalidade a estes espaços, reforçam/recriam alguns valores atribuídos a estes lugares, tidos como vazios urbanos violentos e feios antes da ocupação por novos projetos (marginalização espacial), onde a nova dinâmica passa a ser pensada como um resultado de uma valorização produtiva do espaço, viabilizada a partir de práticas espacialmente localizadas efetivadas pelo Estado e/ou corporações em busca de ampliar sua área de negócios (reprodução da região produtora) (CORRÊA, 2008).

Se um século atrás a bacia do Pina correspondia a uma fronteira entre a cidade equipada (sinalizada pelo porto, pelos espaços saneados, de casarios imponentes) e a cidade dos homens ligados ao mar e aos rios (pescadores e mocambeiros) (ARAÚJO, 2007), na atualidade, este mesmo espaço se apresenta como uma fronteira entre duas opções prospectivas de planejamento e construção da cidade, destacando-se a importância da conjuntura econômica e da construção temporal que possibilitou essa velocidade de implantação, percebida pelo contexto dos eventos envolvidos em sua construção: uma voltada à verticalização (modelo ideológico de Dubai), que esmaga as características e simbologias deste espaço, e outra, antes preocupada com um planejamento mais participativo e inclusivo.

Assim, a consideração dos eventos que vem transformando a bacia do Pina desde o começo da década de 1990 nos permite observar uma aceleração do tempo permitido pela conjuntura econômica. De uma série de antecipações espaciais e cognitivas observadas neste território da cidade, iremos analisar mais detalhadamente apenas aquelas que

consideramos mais significativas ao atual processo de transformação no Cais José Estelita: a desativação da Rádio Pina e posterior ativação do Parque dos Manguezais; o Projeto Capital; a Linha Verde, depois transformada em Via Manguê; o Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda; as Torres Gêmeas construídas pela Moura Dubeux; o *Shopping* RioMar; e as obras dos armazéns do porto.

Por fim, consideramos que outras importantes antecipações espaciais e cognitivas relacionadas a esta transformação territorial da bacia do Pina devem ser mencionados, tais como: Projeto Metrópole 2010; reforma dos calçadões do Cais José Estelita, no ano de 1998; revisão do Plano Diretor do Recife; a venda do clube náutico Cabanga e do Aeroclube; a sucessão de notícias, projetos e remoções anunciadas sobre Brasília Teimosa e o Coque; e, por fim, a proposição do “Recife 500 anos – Projeto 2037”. Estes últimos eventos serão apontados de forma pontual, visto o curto espaço dessa dissertação que não nos permite aprofundar cada um desses eventos em todos os seus detalhes.

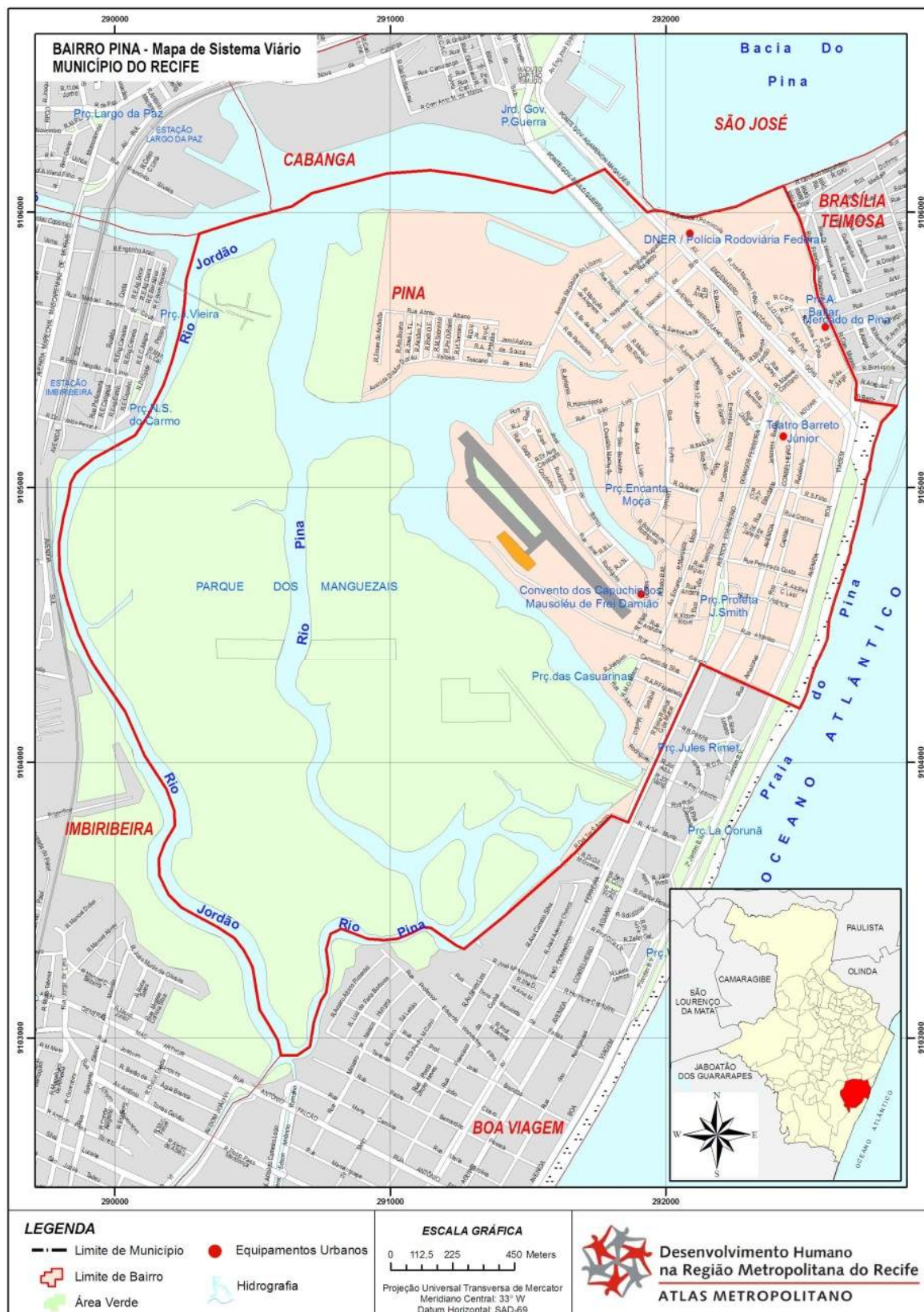
2.2.1. Da Desativação da Estação Rádio Pina ao Parque dos Manguezais

O primeiro evento que consideramos importante analisar para compreender a sucessão de antecipações espaciais e cognitivas que vem transformando a Bacia do Pina corresponde ao processo de desativação da Estação Rádio Pina, antiga rádio de comunicação militar da Marinha Brasileira, localizada onde hoje está em processo de implantação o denominado Parque dos Manguezais.

A Rádio Pina/Parque dos Manguezais corresponde a uma grande área de mangues localizada no bairro do Pina, em Recife, onde desde a Segunda Guerra Mundial se iniciou a construção de uma área militar operada e mantida pela marinha dos Estados Unidos da América (ver MAPA 03). A localização desta estação de rádio militar neste território do Recife foi possibilitada por questões estratégicas: as características naturais do terreno muito contribuíam para a recepção de ondas eletromagnéticas de comunicação, servindo assim de apoio às tropas navais da marinha norte-americana, bem como de seus aliados durante a Guerra Mundial²⁸.

²⁸ Segundo informações de Roberto Carvalho de Medeiros, Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha e ex-Comandante da Estação Rádio Pina, durante o período de 1989 a 1991, no texto intitulado “Um futuro digno para o ‘Parque dos Manguezais Estação Rádio Pina’”, publicado na internet durante a polêmica sobre a possível venda da Estação Rádio Pina (ERPINA) através de um leilão promovido pela Marinha do Brasil.

MAPA 03 – Bairro do Pina e Parque dos Manguezais – Pina/Recife



FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, 2010.

Com o término da guerra, a estação virou domínio da Marinha do Brasil que passou a utilizá-la até o ano de 1990 para acompanhamento do espaço marinho brasileiro. Segundo ex-comandante da Rádio Pina, vários motivos contribuíram para o encerramento das atividades desta estação militar, dentre os quais o avanço do espaço urbano da zona sul do Recife, que possibilitou o aumento na demanda de energia elétrica, ameaçando as atividades de radiocomunicações da estação.

A partir da desativação da Rádio Pina se iniciou um processo de transformação no padrão construtivo para este bairro do Recife, vizinho ao bairro de Boa Viagem. Enquanto a ERPINA esteve funcionando neste espaço, bem como o Aeroclube do Recife²⁹, os dois equipamentos constituíam dois importantes impedimentos ao crescimento da verticalização urbana no cone de influência destes. Como suas atividades necessitavam, por questões estratégicas e de segurança, da presença de baixos gabaritos neste cone em sua volta, os projetos da construção civil tinham de obedecer requisitos definidos pela Marinha e pela Aeronáutica. Assim, a presença desses dois equipamentos, em especial da Estação Rádio Pina, possibilitou uma forma de preservação da importante área de manguezais localizada neste espaço de estuário dos rios Capibaribe, Jordão, Pina e Tejipió, em espaço entre os bairros de Boa Viagem, Imbiribeira e Pina, bem como conteve o desenvolvimento desenfreado de grandes empreendimentos – notadamente arranha-céus – neste espaço da Zona Sul do Recife até o começo da década de 1990.

Mesmo com a desativação da ERPINA, o terreno do qual ela fazia parte continuou sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, que assumiu a responsabilidade de conservação do terreno, enquanto o município do Recife apresentou ao longo das últimas duas décadas o interesse de desenvolver naquele espaço uma área de conservação. Apesar de tudo, a Prefeitura do Recife apenas formalizou a criação do Parque dos Manguezais no ano de 2010, quando a Marinha do Brasil, a partir do seu Comando do 3º Distrito Naval, lançou o edital de licitação de concorrência no dia 21 de dezembro de 2010, para venda do terreno onde se localizava a antiga Rádio Pina³⁰.

²⁹ Inaugurado em 1940, o Aeroclube do Recife está localizado em terreno vizinho ao atual Parque dos Manguezais e encontra-se em processo de desativação. Ao longo do ano de 2013, o Governo do Estado de Pernambuco conquistou a reintegração de posse do terreno, depois de um processo judicial que tramitava desde 2004. O Estado planeja utilizar a área para a construção de conjuntos habitacionais e um trecho da Via Mangue. Maiores informações: http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohape/pt/edicaoimpressa/arquivos/2013/04/18_04_2013/0019.html.

³⁰ O decreto de regulamentação do Parque dos Manguezais foi definido no mesmo dia da divulgação pela Marinha do Brasil da intenção de venda do terreno. Quando aconteceu a polêmica, a Prefeitura do Recife instituiu o terreno como “Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro”, apresentado numa

A desativação da Estação de Rádio Pina (ERPINA) ocorreu em 1990, e segundo alguns autores já alertaram, liberou ao mercado imobiliário a construção de edifícios com o gabarito mais alto no bairro do Pina e na parte norte de Boa Viagem, pois a restrição do tamanho dos prédios pela necessidade das operações militares não se fazia mais presente (ver MAGAROTTO, 2012). Devido à grande densidade atual da Zona Sul do Recife, somado a uma escassez cada vez maior dos terrenos vazios nesta região, aqueles terrenos localizados mais no interior dos bairros, dentre os quais os terrenos próximos à antiga Radio Pina, outrora desvalorizados e ocupados em sua grande maioria por comunidades carentes, passam agora a se constituir enquanto territórios de incorporação pela reserva especulativa das grandes empresas do setor imobiliário.

A nova expansão e valorização da atividade imobiliária para estes espaços vem acompanhada, contemporaneamente, da expansão de grandes empreendimentos e obras viárias de grande porte, tais como os edifícios residenciais do *Le Parc*, o grandioso *Shopping RioMar* e a consolidação da construção da Via Mangue, que margeiam e avançam sobre os espaços desta área de mangue do Recife, direcionando o dinamismo imobiliário do bairro de Boa Viagem para os territórios do Pina e aqueles ainda pouco habitados, ou ocupados por comunidades carentes, da parte norte da zona sul recifense.

2.2.2. Projeto Capital e o destacar das águas

Outra estratégia de grande importância ao planejamento de transformações urbanas no centro do Recife corresponde ao Projeto Capital, estratégia de planejamento estratégico desenvolvido durante a gestão do prefeito Roberto Magalhães, vinculado ao Partido da Frente Liberal (PFL) no ano de 1998, a partir de cooperação entre a Prefeitura Municipal do Recife e o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico da Universidade de Pernambuco (IPAD/UPE). Conforme expõe Bitoun (2001), o projeto foi uma iniciativa de grande porte, comandada por técnicos e políticos da base aliada no poder e realizado com o apoio de consultores catalães, palestrantes de Portugal e grandes pensadores, tal como Milton Santos³¹. Importante destacar também que foi um projeto com

extensão de 320,34 hectares, dentre os quais 225,82 hectares são de mangue e quase 70% da área propriedade da Marinha. O Parque dos Manguezais foi regulamentado segundo a definição enquanto parque natural de contemplação, educação ambiental, patrimonial, científico e de turismo ecológico. O decreto que regulamentou o Parque dos Manguezais foi o de número 25.565/2010. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/exibemateria.php?cedicacodi=133&aedicaano=2010&ccadecodi=2&csecaocodi=2&cma tercodi=1&QP=&TP>>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

³¹ Em 1996, o acadêmico catalão Jordi Borja, um dos consultores presentes na produção do Projeto Capital, escreveu um artigo junto com Manuel Castells relatando sobre a forma como algumas cidades mundiais, tal

grande envolvimento da mídia e com um amplo *marketing* sobre o processo de planejamento, onde instâncias participativas instituídas, dentre as quais diversos conselhos e fóruns, tais como o PREZEIS participaram do debate, mas não como formuladores do projeto³² (BITOUN, 2001).

Apesar desta participação reduzida das esferas participativas, o Projeto Capital se apresenta como uma estratégia de planejamento com um “arcabouço gerencial inovador”, que se desenvolveu buscando evitar o que intitulam de um “autoritarismo tecnocrático”, e desenvolvendo fórmulas que buscassem estimular os recifenses a se sentirem sujeitos ativos das políticas públicas. Entretanto, conforme destacado pelo autor acima, esta inovação na participação popular se constitui mais enquanto retórica que realidade, ou simplesmente, enquanto uma “modernização” do discurso sobre o planejamento da cidade, muito embora acompanhado de uma seletividade sobre as estratégias e objetivos que estes mesmos planos urbanos oferecem. Como outros planos estratégicos, se “ênfatiza os aspectos que asseguram a viabilidade técnica e econômica das ações” (LAPA, 2011, p. 56), mesmo com poucos avanços para além da questão técnica.

Para Bitoun (2001, p. 291) planos estratégicos, tal como o Projeto Capital, se multiplicaram ao longo da década de 90 e se caracterizam por apresentar como “inovações capazes de romper com o modo tecnocrático de planejar e com o caráter excessivamente normativo dos Planos Diretores”. Entretanto, este autor assume uma postura crítica deste tipo de projetos, pois afirma que estes se afastam do pulsar cotidiano da cidade e adotam perspectivas imediatistas para administrar os conflitos urbanos. Há na postura crítica de Bitoun (2001) não uma contestação aos conceitos em si, mas exatamente ao modo como estes estariam sendo incorporados por nossas instituições e pela sociedade brasileira. Neste sentido, este considera que “o que se tem de evitar é a importação de ideias alheias à forma

como o caso da própria cidade do Recife, estavam se concentrado na elaboração de “projetos de futuro ou Planos Estratégicos pactuados” entre seus principais atores públicos e privados, centrados no discurso do desenvolvimento econômico e social do urbano baseado no estímulo da participação cívica, na descentralização dos governos locais e elaboração de grandes projetos urbanísticos. Segundo os autores, estes projetos buscariam uma transformação urbana como uma resposta à sensação de crise perante a globalização econômica que experienciavam, buscando a geração de lideranças locais através da negociação entre os diferentes atores urbanos, construindo assim uma autonomia local, tanto econômico, quanto social e cultural (ver CASTELLS e BORJA, 1996, p. 156-158).

³² Segundo o documento oficial produzido pelo Projeto Capital, com seus objetivos e planos de ação, o Conselho Coordenador do Projeto Capital foi constituído por 21 membros, entre representantes dos setores empresariais, entidades populares, universidades e associações de profissionais liberais, somado a uma câmara técnica de urbanistas, equipes técnicas da Prefeitura, ex-Prefeitos, ex-Secretários de Planejamento do Recife e especialistas locais, nacionais e internacionais. Importante destacar que, dentre os membros do conselho coordenador, o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Dep. de Pernambuco corresponde a um dos arquitetos que posteriormente desenvolveu o empreendimento Novo Recife.

contraditória, desigual e predatória ao meio ambiente como evoluem as cidades brasileiras” (BTIOUN, 2001, p. 292). Tem-se que considerar então que é verificável uma série de riscos na adoção e/ou aceitação acrítica destes planos estratégicos.

Conforme nos informa Maricato (1997, p. 121) o risco da incorporação destes novos modismos vincula-se ao fato que, normalmente, estes estão preocupados apenas em atrair, “através de movimentos de indução, mais investimentos diante da crise fiscal e da competição pela atração de recursos”. Em tal sentido, observa-se um predomínio da subjetividade, dos cenários que “visam criar um sentimento genérico positivo com efeito sinérgico”, promovendo assim processos objetivamente mais econômicos do que urbanísticos. Indução e atração que se liga de modo imediato às antecipações cognitivas aqui consideradas.

Assumindo no discurso o objetivo de ser uma experiência de planejamento com compromisso político e ético para trabalhar o futuro do Recife, o projeto atribui elevadas considerações à necessidade de se promover uma retomada da hegemonia política, econômica e cultural do Recife no âmbito regional, além da busca por uma valorização das potencialidades naturais e culturais da cidade, e de uma maior consagração as imagens “ostentativas” da cidade³³. Para tal, a estratégia de planejamento preocupada com o devir recifense desenvolveu suas indicações de ações a partir de cinco caminhos, sobre os quais todos os objetivos, projetos e ações se agrupariam: i) Recife, Cidade Cidadã; ii) Recife, Cidade Competitiva; iii) Recife, Cidade das Águas; iv) Recife, Capital Cultural; v) Recife, Cidade Eficiente.

Todos estes caminhos, entretanto, apontam para uma única passagem: aproximar o Recife da “nova ordem econômica e mundial”, quer dizer, dotar a cidade de melhores “condições de competitividade”, de melhores e maiores “vantagens comparativas” extraídas de seus atrativos ambientais, da apazibilidade de sua localização e de seus aspectos culturais (RECIFE, 1999, p. 11). As perspectivas de desenvolvimento para o Recife são então apresentadas a partir de um paradigma de desenvolvimento que se preocupa com uma adesão plena ao paradigma de globalização do capitalismo, de

³³ Quando o Projeto Capital se refere ao Recife, ele considera a cidade em duas escalas interconectadas e indissociáveis: o Recife metropolitano, composto pelo aglomerado metropolitano que a cidade faz parte como capital e cidade de maior influência; e o município-cidade, que não deve ser considerado de forma isolada deste contexto metropolitano.

internacionalização financeira do capital e de liberação comercial e integração dos mercados³⁴, tal como pode ser observado no trecho destacado a seguir.

No plano socioeconômico é essencial incorporar, nas perspectivas para a cidade, a globalização, uma referência constante nas discussões sobre as transformações econômicas que têm ocorrido nos últimos anos, e que envolve diversos aspectos, desde a concorrência em escala planetária, possibilitada pelo avanço tecnológico nas comunicações e nos transportes, à abertura das economias nacionais e à unificação dos mercados financeiros em nível mundial. [...] é preciso que se posicione a cidade com funções competitivas que lhe assegurem primazia em relação às realidades do Nordeste, do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife (RECIFE, 1999, p. 22).

As vantagens comparativas da cidade são então apontadas enquanto “pontos fortes”, ou seja, aqueles aspectos e características da cidade pelos quais se vislumbra ser possível alavancar um processo de mudança. Ao mesmo tempo, se apresenta um conjunto de pontos fracos, interpretados como aquelas questões inibidores das mudanças almejadas pelo planejamento estratégico (RECIFE, 1999, p. 18).

Nos “pontos fortes” do Recife, ou simplesmente, nas vantagens comparativas da cidade diante de uma dinâmica de competição global entre e intercidades, o plano destaca, por exemplo, as ligações estreitas entre a base cultural da cidade com os anseios e perspectivas econômicas da cidade; a hegemonia econômica, política e cultural do Recife e de sua região metropolitana diante do estado e da região; ou ainda, a disponibilidade de grandes áreas no centro como possibilidade de ampliação de equipamentos com funções de centralidade. Outrossim, para destacar os vínculos que observamos entre este projeto e o recente processo de transformação da Bacia do Pina, gostaríamos de desenvolver e chamar a atenção para a seguinte vantagem comparativa do Recife apresentada pelo Projeto Capital: “o tecido urbano e o ambiente natural são um convite à integração, resultando na valorização do seu sítio físico, com destaque para o manguezal do estuário dos rios Pina e Jordão, e das áreas remanescentes de Mata Atlântica de Dois Irmãos e do Curado” (RECIFE, 1999, p. 19).

³⁴ Para Bitoun (2001), o Projeto Capital pode ser compreendido a partir do contexto de determinações internacionais próprias do período de sua elaboração, em especial, as explícitas no documento emanado pelo Banco Mundial em 1999 e intitulado “*A strategic view of urban and local government issues: implications for the Bank, january 1999 draft*”. Este documento explicitava a concepção de que o desenvolvimento urbano, para ser sustentável, necessita de uma macroeconomia estável e inflação moderada, taxas de câmbio reais, livre-comércio e um sólido setor financeiro. Destas prioridades emanadas pelo documento do Banco Mundial surgem então quatro dimensões que seriam próprias da sustentabilidade urbana e que estariam presentes nos esforços de praticamente todos os planejamentos estratégicos: competitividade, melhores condições de vida, boa governança e disciplina orçamentária (BITOUN, 2001, p. 294-298).

Alguns dos pontos fracos destacados no Projeto Capital como possíveis inibidores ao projeto competitivo do Recife são emblemáticos sobre o viés ideológico deste projeto. Enquadram-se, por exemplo, o fato do Recife ser “polo de concentração de pobreza” (RECIFE, 1999, p. 20); a perda de posição econômica relativa da cidade e do estado de Pernambuco no contexto do Nordeste; a “pouca agressividade no marketing e promoção da cidade” (RECIFE, 1999, p. 21); as precárias relações estabelecidas entre o Recife e o rio Capibaribe; e, por fim, a grande quantidade na cidade de periferias.

A partir da consideração destes pontos fortes e fracos da cidade, a Bacia do Pina passa a ter uma grande centralidade no Projeto Capital, a partir da sinalização de uma sequência de reformas, da construção do Parque dos Manguezais, projetos para implantação de sistemas viários e remoções de assentamentos irregulares.

Visualizemos estas questões então a partir de exemplos. No tópico “Recife, Cidade Competitiva”, o Projeto Capital apresenta o seguinte conceito: “Propõe a economia urbana dentro das possibilidades do fenômeno da globalização ao produzir sinergias e explorar vantagens capazes de promover uma integração aos mercados internacionais” (RECIFE, 1999, p. 31). O grande destaque desta estratégia corresponde à descrição detalhada que se desenvolve sobre os objetivos que guiariam a inserção recifense no ambiente competitivo global: através do fortalecimento das relações de parceria entre os setores público e privado; e segundo um agenciamento de externalidades e/ou vantagens comparativas dinâmicas, desenvolvidas a partir desta vinculação entre os interesses públicos e privados.

Tal campo estratégico do Projeto Capital sugere uma série de estratégias, projetos e ações que apontam para uma necessidade central de “estimular a criação de ambiente favorável à atração de capitais, mediante apoio à construção e desenvolvimento de vantagens competitivas dinâmicas” (RECIFE, 1999, p. 32). Enquadram-se projetos preocupados em aperfeiçoar a infraestrutura da cidade para facilitar o exercício das funções de produção competitiva, ou ainda aqueles preocupados em atrair atores que coloquem o Recife como centro produtivo competitivo (Cidade-negócios).

As preocupações meramente competitivas e comerciais ficam ainda mais evidentes quando observado o leque de ações vinculadas a estes objetivos: promoção de negócios de grande porte; elaboração de um plano de marketing para a cidade, baseada nas suas vantagens competitivas; dinamização de bairros que apresentam grandes oportunidades para constituição de núcleos de negócios competitivos (centralidades); ‘revitalização’ do bairro do Recife e reabilitação urbanística de Santo Antônio, São José e Boa Vista;

apropriação econômica das potencialidades turísticas do Recife, a partir de suas características ambientais, paisagísticas e históricas, dentre outras.

Ora, o que são estas ações propostas do módulo “cidade competitiva” do Projeto Capital senão o que vem acontecendo ao longo da última década na cidade do Recife, com seus sucessivos planos e ações de revalorização simbólica e estrutural dos estuários da cidade? Além do mais, estas transformações que vem ocorrendo no centro expandido do Recife, com seus megaprojetos, expulsão de comunidades de baixa renda e projetos de “revalorização simbólica” das margens líquidas tem se processado segundo uma força descomunal atribuída ao setor privado na transformação da planície recifense. O poder privado, quer dizer, empresas incorporadoras e da construção civil, tem assumido cada vez mais a dianteira na decisão do “planejamento” da cidade. Há que se destacar que o Projeto Capital, se não foi quem determinou, ao menos estimulou bastante a necessidade do setor privado conduzir esta transformação competitiva do Recife, pois conforme afirma em seus materiais:

A integração internacional, contudo, atribui um papel adicional às cidades, que é o de imprimir maior eficiência às suas atividades econômicas, as quais estão sujeitas à acirrada competição, diante da queda das barreiras naturais de proteção. Para tanto, as cidades devem estimular a criação de ambientes produtivos propícios à aquisição e à manutenção de níveis elevados de competitividade, mediante apoio à provisão de infraestrutura [sic] econômica e ao desenvolvimento de externalidades para o setor produtivo, imprescindíveis à revalorização dos investimentos privados (RECIFE, 1999, p. 31).

Dentro destas externalidades tidas como de realização imprescindível à revalorização dos investimentos privados, encontra-se, por exemplo, a implantação da Linha Verde, localizado entre o Cabanga e o Viaduto Tancredo Neves, que na década de 2000 mudou de nome e começou sua implantação com a designação alterada para Via Mangue. Via esta que, segundo o Consórcio Novo Recife, foi justamente um dos equipamentos públicos que facilitou e justificou a concepção e o desenvolvimento do projeto de transformação do Cais José Estelita.

Assim, percebe-se que a produção de negócios de grande porte, junto a um maior fortalecimento das relações entre o setor público e o privado, bem como a construção de um plano de marketing que divulgue os “atributos positivos do Recife, seus êxitos e suas virtudes” (RECIFE, 1999, p. 84) constituem a tônica do que seria fundamental para uma inserção competitiva da cidade. E corresponde a uma transformação de planejamento pensada para toda a cidade, pois estes negócios de grande porte são desejados em todo o

território municipal³⁵. Território onde as periferias não competitivas quase nunca são contempladas ou, na melhor das hipóteses, acabam varridas para escanteio.

As características destes negócios e empreendimentos podem ser compreendidas quando analisados outros dois campos estratégicos de ações do Projeto Capital: “Recife, Cidade das águas” e “Recife, Capital Cultural”, onde uma série de projetos e ações são destacados com o objetivo central de valorizar o valor estético do espaço urbano e de suas paisagens, possibilitando assim uma inserção competitiva da cidade nos mercados globalizados. Correspondem então a ações que visam recuperar a “personalidade anfíbia” do Recife a partir da consideração de valores culturais que requerem preservação e/ou valorização e que “permitem construir premissas que apoiam, inclusive, a recuperação econômica da cidade” (RECIFE, 1999, p. 38). Assim, longe de se caracterizar enquanto ações que se preocupam com uma integração democrática da cidade do Recife – e de suas múltiplas formas construtivas – são ações que se preocupam mais em valorizar um tipo de uso do espaço estuarino, aquela arquitetura tida como moderna, espetacular e única ao comércio, em detrimento de modos de vida mais tradicional ou popular e de relações mais cotidianas do espaço. Propõe-se uma retomada dos estuários como cenários, não como lugar de vivência coletiva, tudo justificado pela busca de uma propalada retomada da liderança regional.

Para o Projeto Capital, basta “destacar as águas e, junto com elas, os ecossistemas a elas associados, como elemento principal da valorização da paisagem natural” (RECIFE, 1999, p. 35). Basta então “Viver o Capibaribe” apenas “buscando o aperfeiçoamento de suas potencialidades como fator de dinamização econômica, através da exploração de seu leito e de suas margens e da sua presença na paisagem urbana” (RECIFE, 1999, p. 36). Já que a nova forma de viver o Capibaribe, e em sua extensão, os demais espaços de estuários da cidade, se limitam a essa recuperação econômica de seus usos, torna-se coerente ao projeto então sugerir remoções de assentamentos irregulares nas margens, pois apenas com estas remoções seria possível um usufruto pleno (eufemisticamente: aperfeiçoamento) dos potenciais econômicos destas margens, visto que estes assentamentos são tidos como os “conglomerados humanos que lançam esgoto e lixo doméstico em suas águas” (RECIFE,

³⁵ “A estimulação de ambiente favorável à atração de capitais requer uma postura pró-ativa dos setores produtivos e uma atitude indutora do setor público. Para tanto, buscar, na criação de uma unidade gerencial a capacidade de exercer o papel de agente catalisador de oportunidades, é atuar com vigor na montagem de empreendimentos, na construção de parcerias e na viabilização de negócios no território do Recife” (RECIFE, 1999, p. 83).

1999, p. 99), poluindo e tornando os estuários feios e sujos a uma inserção competitiva de suas paisagens no mercado global e sustentável das *comodities* de lazer e valorização ambiental.

Ao assim proceder, o Projeto Capital parece esquecer que impactos ambientais urbanos, dentre os quais a poluição de corpos d'água, apresenta fortes relações com a grande desigualdade urbana da sociedade brasileira e que, em cidades como Recife, a histórica “mediocridade das condições de infraestrutura” de saneamento básico revela uma insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento e um mau uso dos investimentos públicos para a resolução destes problemas³⁶ (BITOUN, 2004). Além do mais, tal como já destacou Bitoun (2001) sobre as propostas do Projeto Capital de remoção dos ditos assentamentos irregulares, podemos perceber nas análises deste plano uma confusão entre as moradias em situação de risco com as moradias de baixa qualidade e conforto, ou seja, com as residências comuns de muitas comunidades pobres do Recife. Tal como Bitoun (2001, p. 304-305) diagnosticou:

As ações nos dois casos [moradias em situação de risco e moradias de baixa qualidade] são bem diferentes: no primeiro, precisa retirar os moradores ou consolidar as estruturas. No segundo, precisa incrementar a qualidade das infra-estruturas e das moradias através de programas de urbanização ampliando por exemplo o programa do PREZEIS (legalização e urbanização de favelas iniciado em 1987). É curioso que uma distinção tão simples no que se refere ao espaço construído não consegue ganhar um *status* mais estável; pois, quando se trata das pessoas pobres, costuma-se distinguir entre segmentos ditos vulneráveis a serem assistidos (crianças, etc.) e pobres menos pobres para os quais não há políticas específicas. Talvez esteja exatamente aí o problema: o reconhecimento do grande número de moradias de baixa qualidade, porém fora de situações de risco, levaria a ampliar os programas de investimentos em favor desse segmento da população.

O Projeto Capital ignora essa distinção e essa opção. [...] **Quando se trata dos lugares dos pobres, lança-se mão de um vocabulário cirúrgico: erradicação, remoção, eliminação;** volta-se ao velho higienismo da erradicação dos mocambos. **O projeto estratégico do Recife demonstrou empenho, criatividade e imaginação até chegar à porta da favela** (grifos nosso).

Posterior às remoções pensadas para as periferias tidas no projeto como irregulares, bem como poluidoras e caóticas do centro da Veneza Brasileira, o Projeto Capital já sinalizava qual o aproveitamento econômico das margens que se achava justo e viável: a implantação de projetos como a Avenida Beira Rio, de um complexo turístico e de lazer no Cais José Estelita, do Parque dos Manguezais Pina/Jordão, do programa de navegabilidade e um tratamento urbano-paisagístico destas margens. Tudo pensando numa adoção destes espaços numa parceria com a iniciativa privada, quer seja esta participação privada a partir

³⁶ Sobre uma abordagem mais crítica e histórica desses problemas de ordem ambiental da cidade do Recife, ver Bitoun (2004; 2005); CARVALHO (2004) e Arrais (2004).

de fontes de financiamento para os empreendimentos propostos, quer na “adoção de áreas, para manutenção”.

Revela-se então nestas propostas de integração competitiva do Projeto Capital uma seleção de territórios especificamente selecionados para concentrar investimentos, através do qual o poder público municipal “assume uma estratégia em focos, exatamente como faria uma empresa privada” (BITOUN, 2001, p. 302). Delimitam-se territórios onde se poderiam estimular a multiplicação de ambientes produtivos, competitivos, cercados de obras de infraestrutura, de externalidades, capazes de criar novas centralidades para cidade, novos polos de desenvolvimento. Antecipações territoriais carentes de inventividade quando se trata de pensar um lugar para a população autóctone.

Neste cenário, o aproveitamento econômico proposto para as margens do Cais José Estelita chama atenção. Pensando que o aproveitamento dos espaços líquidos do Recife deve ser feito de forma racional, capaz de otimizar o seu uso turístico e econômico, o Projeto Capital sugeria que se desenvolvesse neste espaço um Complexo de turismo e lazer que reforçasse a potencialidade náutica do Recife, onde no processo de implementação, se desenvolvesse uma “elaboração de estudo de viabilidade econômica para oferta ao setor privado” este importante espaço do estuário do Pina (RECIFE, 1999, p. 101). Ainda mais importante é perceber que, já em 1999, a proposta de recuperação deste espaço, lançada pelo projeto em questão, muito se aproxima da polêmica solução apresentada pelo Projeto Novo Recife. Podemos perceber esses vínculos no trecho a seguir.

Para que o Recife tenha sua imagem associada ao uso racional de suas águas, será necessário o aproveitamento de sua posição geográfica favorável e da tradição náutica da cidade. [...] Neste sentido, destaca-se a bacia do Pina e especialmente a frente d’água do Cais José Estelita, que oferece condição excepcional para instalação de equipamento de caráter internacional como uma marina atrelada a um grande complexo de lazer e negócios (RECIFE, 1999, p. 101).

Transformação destes espaços a partir de suas vinculações com questões de grande interesse dos grandes incorporadores da cidade. Transformação que também foi sugerida ao Parque dos Manguezais, próximo ao Cais José Estelita, que foi pensado no projeto como um aproveitamento ecológico, turístico, paisagístico e econômico de um dos últimos sítios urbanos do Recife com manguezais naturais. Aproveitamento este articulado com o Plano Urbanístico da Linha Verde (hoje Via Mangue), “bem como outros previstos para a área do entorno como o Aeroclube e a antiga Bacardi” (hoje já concretizado com a desativação do Aeroclube e a construção do Shopping RioMar na Bacardi), “de acordo

com amplo estudo de identificação de oportunidades de investimentos que interessem ao setor privado” (RECIFE, 1999, p. 101). Tal dinâmica é caracterizada pelo projeto como uma recuperação urbano-ambiental, tal como observado abaixo:

A recuperação urbano-ambiental do estuário e sua inserção ao contexto urbano da cidade proporcionará a abertura para o mais importante sistema ecológico aquático existente no Recife, descortinando o maior sistema de manguezais da cidade – o manguezal do Pina, além de promover a criação de áreas de recreação e lazer para a população e oferecer um estímulo às atividades econômicas (turística, pesqueira, recreação e lazer) (RECIFE, 1999, p. 104).

Assim, pensamos ser evidente que, para a Bacia do Pina, o Projeto Capital já sinalizava uma dinâmica de renovação deste espaço apoiada numa tríade de ações intercaladas e indissociáveis, evocando a retórica cirúrgica do novo higienismo: i) remoção dos assentamentos ditos irregulares; ii) tratamento paisagístico de embelezamento e cenarização destes espaços; e iii) a qualificação do espaço para uma competitividade turística e econômica da cidade, a partir da promoção de grandes projetos que interessem ao setor privado. Estas alianças entre o setor público e o setor privado da chamada “recuperação urbano-ambiental” dos espaços do centro expandido recifense são justificadas a partir da apresentação destas como uma ação estratégica e necessária para recolocar o Recife na liderança regional de capital cultural do Nordeste. E nesta dinâmica, a cultura, entendida no Projeto Capital a partir de uma interpretação funcional das questões identitárias, assume uma posição central.

Importa analisar estes vetores como oportunidades transformadoras, pois constituem ofertas competitivas capazes de contribuir para a integração social local e a inserção do Recife na economia global. [...] O tecido verde e a cultura local constituem novas etiquetas de qualidade de um território e de uma sociedade. O sistema eco-cultural-econômico-social é estruturador do processo que busca transformar o atual patamar de desenvolvimento do Recife, assegurando o caráter estratégico ao objetivo de privilegiar as atividades culturais (RECIFE, 1999, p. 38).

A cultura, tida como singularidade, como “etiquetas” da particularidade local, assume então um caráter estratégico de estimular uma apropriação econômica dos valores ambientais e identitários dos recifenses, fortalecendo assim a criação de espaços notáveis à cultura local, o que permitira qualificar determinados espaços da cidade enquanto uma “paisagem urbana explorável turisticamente” (folclorizada). Um Recife que assumiria o papel de ser cenário dos atributos culturais e ambientais, das vantagens comparativas da cidade, fortalecendo uma difusão da imagem da cidade, da velha e renovada Veneza Brasileira.

Assim, a partir da análise do Projeto Capital nos aproximamos da análise anterior desenvolvida por Bitoun (2001) sobre este plano: planos estratégicos, como este em questão, apresentam a finalidade de apontar prioridades de investimento, calcados numa concepção urbana vinculada aos recentes processos de globalização e internacionalização do capital. Ao produzirem estes planos de ação, desenvolvem uma retórica que afirma considerar as desigualdades sociais, econômicas e culturais brasileira, mas, na verdade, apenas mantêm “as mesmas cumplicidades” que alimentam essas desigualdades, produzindo cenários e antecipações cognitivas que podem fortalecer o *status quo* e ampliar os problemas democráticos de nossas cidades.

2.2.3. Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda: diálogo a portas fechadas

O “Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda” corresponde a uma operação urbana apresentada com fortes relações com outras ações que vem sendo desenvolvida no Recife desde a década de 1990. Teve sua ideia, sistematizada e formalizada, lançada no ano de 1996, quando foi lançado o conceito do Complexo na imprensa do Estado. Como apresentado pelo próprio Plano do Recife/Olinda, o plano foi consolidado com a construção do “Plano Metrópole Estratégica” de 2001, desenvolvido pela FIDEM e pelos municípios da RMR, e por fim, com a elaboração do “Plano do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda”, em 2003 (BRASIL, s/d). A gestão municipal 2005-2008 resumiu o plano da seguinte forma:

[...] o plano do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda que traz em seu bojo modelos de desenvolvimento, transversais e democráticos, bem como um conjunto de oportunidades e iniciativas tendo em vista a renovação urbana e requalificação dos seus espaços públicos, com o incremento do turismo cultural sustentável. Portanto, é na perspectiva de valorizar e dar visibilidade ao patrimônio material e imaterial que a Secretaria de Cultura tem atuado, buscando integrar as atividades econômicas, turísticas e culturais, procurando estabelecer diálogos entre os entes federados, a iniciativa privada e os diversos segmentos sociais e artísticos (RECIFE, 2008, p. 71).

O produto final deste plano estratégico foi desenvolvido a partir do trabalho conjunto entre esferas do Governo do Estado de Pernambuco, das prefeituras das cidades de Recife e Olinda, do Governo Federal e da empresa pública portuguesa intitulada Parque Expo 98 S.A. Segundo relata Raquel Rolnik, este projeto correspondia a uma proposta de intervenção em toda a frente marítima de articulação das duas cidades pernambucanas, onde o Governo do Estado, a partir de diretrizes de planejamento metropolitano formulada

em 2002³⁷, contratou a referida empresa lusitana, responsável pelo desenvolvimento do projeto de expansão de Lisboa na antiga área porto-ferroviária, a partir do projeto intitulado “Parque das Nações”, para pensar um projeto para a área da frente marítima de Recife e Olinda³⁸. Neste sentido, os planos do Projeto estão vinculados ao agenciamento de um conjunto de “intervenções e instrumentos para promover a integração do planejamento e da gestão territorial com a gestão das atividades turístico-culturais do centro da Região Metropolitana do Recife” (BRASIL, s/d).

Ou seja, seus objetivos concentram-se na sugestão de propostas e instrumentos que busquem valorizar e dar visibilidade internacional ao patrimônio cultural, material e imaterial, das cidades de Recife e Olinda, transformando os espaços do centro histórico-geográfico destas cidades, assim como seus eixos de conexão, num grande polo de turismo cultural, baseado nos vínculos históricos e na interação econômica cultural que este conjunto espacial apresenta, aproximando-se assim das estratégias e objetivos do Projeto Capital³⁹. Conforme nos informa Leal (2006) a implantação do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda parece indicar ao capital imobiliário um conjunto de regiões disponíveis, destacando-se espaços como o Cais José Estelita, dentre os quais sugere-se que seriam altamente rentáveis, por sua paisagem natural, rede de infraestruturas presentes e de comércio já existentes. Em suas palavras:

Um aspecto a ressaltar é a presença marcante dos agentes econômicos na futura apropriação dos espaços destinados ao empresariamento privado, através, particularmente, de investimentos imobiliários de grande porte nos espaços objetos da operação de requalificação urbana preconizada e que serão disponibilizados através da implantação do complexo. As operações urbanas para as áreas do Cais José Estelita e do núcleo Tacaruna onde se localiza grande extensão fundiária de propriedade da Marinha são exemplos particularmente atrativos ao capital. Em ambas está prevista a disponibilização de terrenos destinados ao setor imobiliário. Diga-se de passagem, que estas áreas oferecem grandes atrativos, naturais e paisagísticos, além de serem dotadas de boa infraestrutura viária e de equipamentos comerciais instalados (LEAL, 2006, p. 12).

Nas diretrizes de ação e nos discursos dos gestores públicos que coordenam este projeto, verifica-se um forte apelo a considerar a cultura da cidade como um dos ativos

³⁷ A diretriz citada por Rolnik corresponde a denominada “territórios de oportunidades”, identificados na Região Metropolitana do Recife no Plano Metrôpole 2010, territórios estes já reconhecidos no Projeto Capital e que ajudou na concepção do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. Neste ponto, agradecemos a valiosa distinção e observação desta diretriz apontada pelo professor Jan Bitoun.

³⁸ Informações disponíveis em: “GRUPOS se mobilizam no Recife contra projeto imobiliário no cais José Estelita”. Blog Raquel Rolnik. 19/03/12. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/grupos-se-mobilizam-no-recife-contra-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/>>. Acesso 01 abr. 2012.

³⁹ O conjunto de intervenções do projeto foi o compreendido entre a faixa litorânea atlântica sobre o qual se prolongam as cidades de Recife e Olinda, iniciando na histórica cidade alta de Olinda e se expandindo pela planície aluvional do Recife, indo até os manguezais do Pina, no território da antiga Estação Rádio Pina.

mais fortes para a atração de novos investidores externos capazes de inserir a cidade na competição contemporânea da *city marketing* e, especialmente, de melhorar a autoestima dos seus habitantes, de recuperar o sentido de pernambucanidade. A cultura é aqui convocada de modo mais explícito do que no Projeto Capital para compor um quadro honorável às classes populares, porem não menos restritivo quanto a conquistas reais de cidadania. Segundo palavras dos coordenadores da execução deste projeto, o “Complexo Turístico Cultural Recife Olinda, [corresponde a] peça-chave na construção de uma nova imagem para o nosso centro original [...] [capaz de contruir] uma cidade mais justa, mais bem-estruturada, agradável e atrativa para os que nela habitam ou a visitam” (BRASIL, s/d, p. 14). Sobre a consideração desta preocupação com a produção de uma nova imagem, há que se considerar que:

[O Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda] É um recorte, mas que de certa forma sintetiza a forma contemporânea de planejamento urbano, que ainda comete erros graves quando se analisa a maneira que essas intervenções lidam com a dimensão do habitar, uma vez que, a principal marca de tais operações urbanas é considerar a cidade como uma imagem passível de negociação. Quando se opta por simplesmente construir uma mercadoria desconsiderando a análise da cidade enquanto habitat, caminha-se para um maior distanciamento da construção de espaços mais democráticos (ALVES *et al*, 2008, p. 02).

Quando confrontamos as propostas de transformação recentes para o centro do Recife a estes projetos estratégicos acima demonstrados, percebemos que as atuais ações negociadas correspondem a histórias bem mais antigas que o atual debate sobre o Novo Recife parece sugerir. Conforme dito antes, a elaboração do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda se desenvolveu a partir de 2003, através de diálogo entre as prefeituras do Recife e de Olinda e o Ministério das Cidades. Sobre a elaboração deste projeto torna-se importante considerar a voz de Raquel Rolnik, destacada urbanista brasileira que no período do debate deste projeto, trabalhava no referido ministério ⁴⁰.

⁴⁰ A fala de Raquel Rolnik sobre o Complexo traz junto suas análises a partir da participação direta dela no Ministério das Cidades, já que em 2005, período em que o debate deste projeto estava em plena exposição. Raquel Rolnik era secretária de programas urbanos do Ministério das Cidades, e segundo a mesma afirma, “[...] nós – ao invés de simplesmente ceder ou não as áreas – atuamos na articulação de outros órgãos do governo federal, como a Secretaria do Patrimônio da União e o Iphan, para todos juntos formularmos um projeto. Foi então criado um Grupo de Trabalho, envolvendo os dois municípios, o Estado de Pernambuco e a União, e aí começamos a discutir o que ficou conhecido como Projeto Urbanístico Recife/Olinda. Chegamos a assinar um convênio entre prefeitos, governador e ministros, e planejamos, inclusive, a criação de uma entidade gestora, que seria responsável pela implementação do projeto e a quem seriam repassados não apenas os terrenos da União, mas também os do governo do Estado de Pernambuco”. Relato disponível em: “GRUPOS se mobilizam no Recife contra projeto imobiliário no cais José Estelita”. Blog Raquel Rolnik. 19/03/12. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/grupos-se-mobilizam-no-recife-contra-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/>>. Acesso 01 abr. 2012.

Segundo Raquel Rolnik, após a proposta inicial ter sido lançada para debate público, com as eleições que mudaram as gestões públicas, o governo de Pernambuco não deu continuidade ao projeto, onde dois fatores contribuíram para detonar a possibilidade de implementação do projeto: i) a decisão do governo do Estado de se desfazer dos terrenos no perímetro do projeto, privatizando, por exemplo, a área onde hoje já está construído o *shopping center* na antiga fábrica da Bacardi; ii) a decisão do governo federal em leiloar o terreno da União no Cais José Estelita, arrematado pelas três empresas que hoje pretendem implementar na área o projeto Novo Recife. Segundo Rolnik, “no fim das contas, prevaleceram as negociações bilaterais a portas fechadas, sem conversa nem entre os entes federativos, nem entre os diversos órgãos setoriais envolvidos que os compõem, nem muito menos com a população da cidade”⁴¹.

Independente de uma análise mais detalhada sobre quais seriam as intenções de implantação deste projeto, bem como do porque dele não ter sido implantado, nos interessa apontar que encaramos o Complexo como mais uma antecipação cognitiva que apontou para a necessidade de produção de novos e grandes empreendimentos imobiliários, de turismo e comércio para a cidade, aproveitando as oportunidades quando uma conjuntura de crescimento econômico permitir a produção de grandes empreendimentos em grandes terrenos “disponíveis” do centro histórico das duas cidades envolvidas, tais como o terreno da antiga fábrica da Bacardi, o Cais José Estelita e o espaço do Aeroclube.

Mesmo que este projeto aponte melhorias aos espaços de interesse social das cidades, algumas das intervenções físicas propostas são extremamente genéricas, sugerindo, quase que exclusivamente, a recuperação/restauração de praças, de prédios e igrejas, não se aprofundando em questões acerca da questão urbanística, propondo apenas uma revalorização dos espaços do núcleo original da cidade, para incorporar a estes espaços as condições de coexistência social, típicas de um espaço público genuíno, ameaçadas pela desigualdade social do Recife. No entanto, não nos fica claro o lugar dos pobres nesta planificação do coração da cidade (conforme já apontado em BARBOSA, 2011a).

Entretanto, para não conduzir o debate sobre ser a favor ou contra o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, pensamos ser importante reconhecer que o problema em si não corresponde à elaboração do Complexo, visto que este corresponde a um esforço de alguns pensadores em buscar soluções integradas ao centro das duas cidades. Talvez, o

⁴¹ Idem.

maior problema foi ter abortado por completo as reflexões desenvolvidas na elaboração desta operação urbana, o que retirou o planejamento destes espaços do poder público, possibilitando assim que a formulação de ações de intervenção nesses espaços centrais passasse para as mãos dos empresários e da especulação de grandes empreendimentos.

Assim, embora simplória para uma operação urbana tão complexa, interpretamos este projeto enquanto uma ação prospectiva efetiva que sinalizou em tempos idos para intervenções de valorização imobiliária dos grandes terrenos remanescentes de indústrias, armazéns, pátios ferroviários e aeroclubes que ocupam partes dos bairros de Santo Amaro, Recife, São José e Pina. Espaços estes que tem apresentado recentemente uma série de grandes projetos de intervenções espetaculares, apresentados como eventos desarticulados, mas que fazem parte de uma dinâmica de renovação/transformação de todos esses espaços do centro do Recife, como tentamos demonstrar⁴².

2.2.4 Shoppings, torres e avenidas: o carnaval das construtoras

Esta dinâmica de transformação da Bacia do Pina sinalizada nos projetos acima esboçados tem se manifestado recentemente através da aprovação, construção e articulação de ações segundo uma sucessão construtiva de centros comerciais, reformas de armazéns do porto, torres – residenciais e empresariais – e produção de infraestruturas viárias. Uma série de empreendimentos estão sendo anunciados e/ou finalizados neste território da cidade, mostrando que o estuário do Pina se transforma efetivamente como uma das mais novas vitrines do Recife. Merecem destaque, por exemplo, empreendimentos como: construção no bairro do Pina de um hotel quatro estrelas da marca Courtyard⁴³; a inauguração do edifício Fred Dubeux na avenida Antônio de Goes como sede da Secretaria de Administração do Governo do Estado de Pernambuco; o anúncio feito pela Construtora Rio Ave Empreendimentos Ltda. do Renaissance Hotel & Resort, um empreendimento de luxo no atual Iate Clube do Recife, no bairro de Brasília Teimosa⁴⁴; a discussão em

⁴² Por motivos de tamanho deste trabalho, não conseguiremos promover um debate mais aprofundado sobre o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. Como acreditamos que essa operação urbana merece reflexões mais aprofundadas, deixamos indicado a seguir algumas referências que podem ser consultadas afim de aprofundar o debate sobre esta operação urbana: BRANDÃO (2012); LEAL (2006); MARINHO, LEITÃO e LACERDA (2007); SERAFIM (2012).

⁴³ “Construtora Rio Ave planeja construir hotel Renaissance em pleno bairro do Pina”. Blog do Jamildo. Publicado em 08 fev. 2013. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/02/08/construtora_rio_ave_planeja_construir_hotel_renaissance_em_pleno_bairro_do_pina_145797.php>. Acesso em 08 fev. 2013.

⁴⁴ Informações em: <<http://www.rioave.com.br/namidia/rio-ave-entra-na-area-de-hotelaria>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

audiência pública de um projeto de “‘*requalificação*’ da orla de Brasília Teimosa”, propondo aterrar a Bacia do Pina e criar “um novo ponto turístico ao Recife”⁴⁵.

Entretanto, para finalizar a exposição de algumas antecipações espaciais na Bacia do Pina, gostaríamos de apresentar brevemente quatro importantes transformações estratégicas recentemente desenvolvidas na zona do centro expandido do Recife: as Torres Gêmeas da Moura Dubeux Engenharia S.A., a Via Mangue (Construtora Queiroz Galvão S.A), o Shopping RioMar (Grupo JCPM Participações e Empreendimentos S.A.) e a reforma dos armazéns do Recife Antigo, dentro do Programa Porto Novo Recife (executado pela Conic Souza Filho e Triunfo Engenharia, administrado pela Gerencial Brasitec Serviços Técnicos).

As Torres Gêmeas da Moura Dubeux correspondem a uma dupla de arranha-céus do tipo residencial, construídos no bairro de São José, localizado no centro histórico do Recife, cercado de polêmicas acerca de questões sobre o impacto no patrimônio, na paisagem e nas opções de desenvolvimento da cidade (FIGURAS 07, 08 e 09). Composto por duas torres de 40 pavimentos e nomeadas de Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau, este empreendimento corresponde a uma antecipação espacial (foi inaugurado antes que o trecho em questão se estabelecesse como “localização privilegiada”) que introduziu no centro histórico da cidade do Recife a construção de novas unidades habitacionais para a classe média alta contemporânea, afirmando promover uma ‘*requalificação*’ e/ou ‘*revitalização*’ do núcleo histórico da cidade.

Localizadas no Cais de Santa Rita, as Torres Gêmeas estão nas margens da Bacia do Pina, na ponta extrema do bairro de São José, um dos mais antigos do Recife. Desde o primeiro anúncio sobre as intenções de realização do empreendimento – ocorrido no ano de 2003, segundo Loureiro e Amorim (2006) – e no transcorrer de três anos, a proposta deste empreendimento passou por várias instâncias de discussão até ter a sua aprovação final, com algumas modificações em relação à proposta original, resultando no projeto conclusivo das torres de 40 pavimentos, lançado entre o final do ano de 2005 e início de 2006. Segundo os autores outrora referidos, “a empresa aposta na *gentrificação* da área, ao entender o empreendimento como uma **âncora para a urbanização do centro**” (LOUREIRO e AMORIM, 2006, p. 04, grifo nosso), urbanização sinalizada a partir da construção de um novo Recife “deslumbrante, mais bonito e mais moderno”. Ou seja, além

⁴⁵ Informações em: <http://www.recife.pe.leg.br/noticias/projeto-de-estudantes-para-brasil-teimosa-discutido-em-audiencia-publica/>.

de representar uma antecipação espacial, as ditas torres consubstanciaram um balão de ensaio para o alargamento do espaço de atuação e reprodução de novos padrões de investimento imobiliário na cidade. Nas palavras destes autores:

Na realidade, o empreendimento se insere em uma estratégia de mercado adotada pela empresa baseada na identificação de demandas reprimidas por parte de uma clientela diferenciada e a oferta de produtos que a satisfaça. As torres gêmeas recifenses foram desenhadas com este propósito: oferece uma situação geográfica ímpar, como vista definitiva (jargão publicitário para caracterizar os edifícios que não terão a paisagem bloqueada por futuros empreendimentos em terrenos vizinhos) para uma população que detém recursos financeiros para acessar o seu imóvel tanto pela terra, quanto pela água, quanto pelo ar; cujas redes de socialização são transpacialmente constituídas, ou seja, não se dão na sua vizinhança imediata, e cujo território circundante é apenas panorâmico, ou seja, a zona urbana decadente é passagem e paisagem, e não permanência. Assim, os futuros moradores irão introduzir um padrão de moradia distinto do padrão existente no bairro: irão transferir modos de vida que independem da sua localização geográfica (LOUREIRO e AMORIM, 2006, p. 06-07).

FIGURA 07, 08 e 09 – Torres Gêmeas – Persistência na paisagem



Foto 07: Trabalho de campo, setembro de 2013. FONTE: BARBOSA, David Tavares.



Foto 08: Trabalho de campo: dezembro de 2012. FONTE: BARBOSA, David Tavares.



Foto 09: Trabalho de campo janeiro de 2014. FONTE: BARBOSA, David Tavares.

Neste sentido, a construção das Torres Gêmeas sinaliza um reforço desta opção de planejamento que vem se expandindo aos demais recantos especulativos da Bacia do Pina, através de uma arquitetura de caráter privativo, com espaços enclausurados, murados, cobertos por uma administração particular e monitoramento do “estar junto” dada através de fortalezas inacessíveis e bem guardadas da arquitetura “moderna” recifense, bem como o tipo de arquitetura que caracterizou Bauman (2001) em seu debate sobre os lugares êmicos, fágicos, não-lugares e espaços vazios.

São “revitalizações” propostas aos espaços do centro do Recife sem uma efetiva integração aos seus espaços públicos, mas ao contrário, a partir da criação de territórios vigiados, cerceados, que impedem o entrar dos que “não fazem parte”, indicando uma intervenção que privilegia a indicação do espaço ao consumo. Algumas outras ações

interligadas ao paradigma das Torres Gêmeas (situação geográfica ímpar, como vista definitiva, padrão distinto e independente do entorno) também se aproximam destas estratégias de consumo atribuídas ao espaço do Recife. São ações como a Via Mangue, o Shopping RioMar e o Porto Novo Recife que propõem uma transformação turística, comercial e imagética dos espaços da borda líquida da cidade.

O RioMar corresponde a um centro comercial desenvolvido por um grande grupo empresarial de histórica atuação nos setores da comunicação, da construção de *Shoppings Centers* e nos ramos imobiliário e de incorporação na cidade do Recife⁴⁶ (FIGURAS 10 e 11). Apresenta uma área total construída de 295 mil metros quadrados sendo apresentado como o maior centro de compras do Norte/Nordeste. Inaugurado no dia 29 outubro de 2012, com a presença de importantes representantes políticos de Pernambuco, tais como o governador do Estado e o Prefeito do Recife, o RioMar foi apresentado pelo governador enquanto um empreendimento de papel transformador dos estuários do centro recifense. O mandatário pernambucano anunciou, igualmente, que o Aeroclube localizado no Pina, em área adjacente ao RioMar, se encontrava em processo de desapropriação para criação daquilo que chamou de um “novo polo de desenvolvimento da cidade”. Assim, para o governador do Estado, “o aeroclube será em breve outro espaço de crescimento da cidade. Com o RioMar, vamos animar outros projetos no entorno”, revelando assim o papel de antecipação espacial, de reserva de territórios e de garantias para o futuro controle dos territórios estuarinos da cidade⁴⁷ representado por este empreendimento.

Junto com a construção do shopping, outras obras foram desenvolvidas no seu entorno, tais como a construção de três imponentes empresariais, ao seu lado, bem como

⁴⁶ Vale lembrar que o grupo responsável pela construção deste centro comercial já havia tentado viabilizar a construção de um shopping nas margens da bacia do Pina, em terreno no começo da Avenida Agamenon Magalhães, terras de um estacionamento construído pela prefeitura, dentro da comunidade do Coque. O debate sobre este projeto ocorreu na década de 1970 e 1980, quando a Prefeitura do Recife tentou vender o terreno ao grupo Bomprego para implantação de um *shopping center* na comunidade. Uma antecipação espacial momentaneamente infrutífera, mas que demonstra o quão tentador tem sido os “espaços vazios” do entorno da Bacia do Pina para o empresariado local. Para Freitas (*et al*, 2009) houve um antigo jogo político sobre as terras do Coque que se utiliza de uma posição “progressista” para justificar uma comercialização dos espaços urbanos e o afastamento das habitações pobres do centro. Para maiores informações sobre o debate para implantação deste *shopping center* no Coque, ver as reflexões deste autor, bem como o filme “Coque: Memórias da Terra”, produzido pela Rede Coque Vive e Jacaré Vídeo, com direção de Rafaela Vasconcelos, lançado em Recife em 2013.

⁴⁷ Vale lembrar que o governador Eduardo Campos, no mesmo evento, reconheceu o empreendedorismo do empresário responsável pela construção do RioMar Shopping, além de louvar o prefeito do Recife em exercício, João da Costa, por sua “coragem” de assumir o papel de facilitador do empreendimento. Maiores informações: “No RioMar, Eduardo Campos anuncia que área do aeroclube será novo polo de desenvolvimento do Pina”. Blog do Jamildo. Postado em 30 out. 2012. Disponível em: < <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/10/30/no-riomar-eduardo-campos-anuncia-que-area-do-aeroclube-sera-novo-polo-de-desenvolvimento-do-pina/>>. Acesso em 13 mar. 2013

uma alça que sai do viaduto Capitão Temudo, vinculada à Via Mangue (Queiroz Galvão), e que desagua na entrada do estacionamento do centro comercial.

FIGURA 10 – *Shopping RioMar e Torres Empresariais*



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.

FIGURA 11 – *Shopping RioMar e comunidade de palafitas da Bacardi, 2011*



FONTE: MORAIS, Danuza Pereira. Junho de 2011.

Vale lembrar que, em vários materiais e informes sobre o Projeto Novo Recife, o Shopping RioMar é apresentado como um centro de entretenimento e lazer interligado ao primeiro através do complexo viário da Via Mangue. Assim, essas três ações interligadas são apresentadas como um complexo de ações de reestruturação para a imagem, o turismo e economia da cidade, símbolos de um novo tempo de empreendedorismo e desenvolvimento da cidade do Recife.

A Via Mangue corresponde a uma proposta de intervenção urbana apresentada pela Prefeitura do Recife em 2004 – como uma atualização da antiga proposta da Linha Verde, lançada no final da década de 1990 – como uma ação de preservação ecológica pensada para complementar as rotas de trânsito da zona sul do Recife. Dentre os objetivos do empreendimento, destacavam-se preocupações como a melhoria da fluidez do trânsito da zona sul; a implantação do Parque Ecológico Estação Rádio Pina; a promoção de melhorias habitacionais e relocações de população residente em palafitas, no entorno do projeto; ‘revitalização’ de áreas ambientais degradadas no entorno do projeto, dentre outros. Apresentava em 2004 uma extensão de 5,1 km, onde se planejava uma velocidade operacional de 60 km/h, a partir de investimentos totais orçados em cerca de 219 milhões de reais, distribuídos em obras viárias, projetos de reassentamentos e construção do Parque Ecológico (FIGURAS 12, 13, 14).

Figura 12 – Planta Geral da Via Mangue



FONTE: Apresentação intitulada “Projeto Via Mangue”, exposta na audiência pública, em setembro de 2009. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

FIGURAS 13 – Via Mangue (Túnel do Pina)



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, Janeiro de 2014.

FIGURAS 14 – Obras da Via Mangue (Alça do Viaduto Capitão Temudo)



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, Janeiro de 2014.

Entretanto, algumas questões que vão além da facilitação no deslocamento viário devem ser considerados na análise sobre a Via Mangue. De início há que se considerar o exposto por Magarotto (2012, p. 53) que afirma:

Esta nova infraestrutura pode ser vista de duas formas. A primeira que dará fluidez ao tráfego rodado da zona e certamente melhorará, a princípio, a

locomoção dos habitantes destes bairros. Porém causará uma maior especulação imobiliária, principalmente, na zona norte do bairro o que futuramente atrairá novos investimentos imobiliários e consequentemente novos moradores de classe média alta para viver neste local. Assim voltará a congestionar as vias de saída do bairro.

A segunda será a desapropriação da população carente que vive às margens dos rios Jordão, Pina e Setúbal e, talvez, criará um novo meio para a construção de edifícios dentro do Parque dos Manguezais. Analisando desta forma, os benefícios trazidos por esta nova infraestrutura podem trazer consequências desastrosas ao desenvolvimento futuro do bairro.

A partir de tal constatação, torna-se pertinente observar que tais obras sempre se apresentam como uma tentativa de solução para a crise urbana do Recife que pouco ou nada propõe para a resolução desses problemas, preferindo apenas promover uma renovação dos espaços a partir de megaprojetos para interligar empreendimentos dos grupos econômicos abastados da cidade.

O planejamento urbano do Recife assume então, em ações como a Via Mangue, um caráter de política pública com propostas pontuais, que abusa da falácia da sustentabilidade e da resolução da pobreza urbana do Recife, mas que mais favorece a especulação imobiliária e interligação entre grandes empreendimentos imobiliários para moradias da classe alta, empresariais, hotéis e equipamentos de lazer entre a Zona Sul e o Centro da cidade, mesmo que com o alto custo da destruição de grandes extensões do parque de manguezais. Como diz Lúcia Leitão, são decisões paliativas, sem reflexão sobre as questões urbanísticas, construindo o Recife pelo provisório, pelo pontual e sem pensar a cidade de forma coletiva⁴⁸. Uma imagem em especial demonstra esse papel da Via Mangue de facilitar a expansão da valorização imobiliária aos recantos ainda intocados da Zona Sul: na apresentação “Linha Verde: Última alternativa viária para a Zona Sul”, desenvolvida pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, como apresentação do Projeto da Linha Verde, atualmente Via Mangue, dentre objetivos e concepções, um mapa de título “Glebas de incorporação” é apresentado (FIGURA 15).

Na imagem disponível abaixo, junto ao traçado da via, aparecem destacados dos tipos de terrenos: “gleba a ser incorporada”, em vermelho, e “gleba passível de incorporação”, em amarelo. O Cais José Estelita e o Aeroclube enquadravam-se no segundo tipo de terreno, assumindo um potencial imobiliário, definido pela apresentação, de reintegração dos espaços degradados, de oferta de novos espaços e ‘*requalificação*’ da Zona Sul. A observação deste mapeamento estratégico permite-nos chegar a duas

⁴⁸ Depoimento presente no filme *Velho Recife Novo* (Recife, 2012, 16’), com direção de Luís Henrique Leal, Caio Zatti, Cristiano Borba e Livia Nóbrega.

conclusões: primeiro, os grupos hegemônicos da cidade conseguem impor/reforçar seus anseios e projetos de cidade a partir de um duplo poder: o conhecimento estratégico e a propriedade do solo. Segundo, os desígnios de determinados grupos hegemônicos da cidade conseguem ser colocados em projetos (construção de discursos, importação de imagens) e ações (modificação de paisagens), mesmo que a concretização de seus anseios demore a se realizar. Tais intervenções demonstram que somente alguns grupos da cidade consegue desenvolver desígnios a ser implementados no longo prazo, esperando o momento político e econômico adequado para construção de seus projetos de incorporação imobiliária.

Figura 15 – Linha Verde: Antecipação cognitiva de valorização imobiliária



Disponível em: PREFEITURA DO RECIFE. “Linha Verde: Última alternativa viária para a Zona Sul”. Apresentação de slides da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Outra importante operação urbana corresponde ao conjunto de reformas que estão passando um conjunto de armazéns no Recife Antigo, obras vinculadas ao Programa Porto Novo Recife (FIGURAS 16 a 21). O remodelamento do Terminal Marítimo de Passageiros, por exemplo, está a cargo da Concrepoxi Engenharia Ltda. São trabalhos que junto com outros projetos governamentais, tais como as Ciclofaixas de Turismo e Lazer nos feriados e fins de semana, ou ainda o Recife Antigo de Coração tem transformado o

bairro do Recife num grande *playground* para desfrute das classes média e alta, além dos turistas que afluem à cidade (FIGURAS 22, 23 e 24).

A reformulação do Porto do Recife se processa dentro de um cenário mundial recente de renovações das frentes marítimas em diversas cidades, tais como os casos emblemáticos de Baltimore, Lisboa e Barcelona, e que se expandiram para diversas outras cidades do mundo, com diferentes teores de projetos. A retomada da transformação dos portos começou a ocorrer a partir da década de 1970, vinculado a transformações tecnológicas e econômicas que atingiram os portos, seguido de uma retomada recente para adequação de planos turísticos de diversas cidades⁴⁹.

FIGURAS 16, 17, 18, 19, 20 e 21 – Reformas e equipamentos do Porto Novo Recife



Figura 16: Terminal Marítimo de Passageiros (Inaugurado). FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.

⁴⁹ Para melhor conhecer histórias, fatores, processos e consequências vinculadas à retomada recente da renovação das estruturas portuárias em diferentes cidades, recomendamos aprofundamento nas seguintes bibliografias, que tratam de forma mais detalhada casos de reformas que deram certo, bem como de que modo essas transformações estão vinculadas a questões que intercalam escalas locais, regionais, nacionais e internacionais. Consultar: HARVEY (2005, p. 165-190; 2009, p. 69-96), FERREIRA (2011b), SÁNCHEZ (2010), BITOUN (2001), CASTELLS e BORJA (1996), SMITH (1987, 2007) e ARANTES, VAINER e MARICATO (2002).



Figura 17: Centro de Artesanato de Pernambuco (Inaugurado). FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.



Figura 18: Cais do Sertão – Museu de Luiz Gonzaga (Em reforma). FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.



Figuras 19: Demais armazéns em reforma. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.



Figuras 20: Demais armazéns em reforma. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.



Figuras 21: Armazéns em reforma, Ciclofaixas de lazer e torres gêmeas. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro de 2014.

As obras dos armazéns do Porto do Recife começaram, em sua grande parte, no ano de 2012, a partir da seleção de um conjunto de empresas que, através de licitação pública, se encarregaram de executar as obras de construção de hotéis, restaurantes, marina, escritórios, centros de convenções, e outros equipamentos turísticos e comerciais. Dentro do projeto de “*requalificação da área portuária*”, também foram incluídos os galpões do Cais de Santa Rita, que ganhará um hotel marina. A reforma tem previsão de ser finalizada em 2017, e engloba um conjunto de galpões tidos como de áreas não operacionais do Porto do Recife: são os armazéns 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, o pátio 15 Norte, pátio 14 sul e o prédio desativado da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)⁵⁰, o qual já foi demolido.

Como não poderia ser diferente dos outros projetos e ações outrora colocados, a apresentação do Porto Novo utiliza da mesma retórica de atribuir funções aos espaços do bairro histórico, que na atualidade, estariam sem uso e sem vida. Com a ocupação dos galpões definidos a partir de estudos de viabilidades técnica e econômica do governo de

⁵⁰ As obras para o Porto novo Recife são as seguintes: Armazém 09: 2.039,68 m² de escritórios comerciais, com investimentos previstos de R\$ 10 milhões; Armazéns 12, 13 e 14 e pátio galpão 14: área de 11.553,58 m², que abrigará o Festival Center (restaurantes, bares, lojas, lugar para exposições e eventos fechados, atividades recreativas, sociais e culturais). Custos: R\$ 50 milhões; Armazéns 16 e 17: Centro de Convenções. Investimento mínimo: R\$ 50 milhões; Armazém 15, pátio 15 Norte e prédio da Conab: construção de um hotel e uma marina. Investimento: R\$90 milhões. Armazém 18: reservado para áreas de expansão e o uso será definido mais adiante. Além destas obras, ainda estão sendo realizadas a construção do Centro de Artesanato de Pernambuco, no antigo armazém 11, o Cais do Sertão Luiz Gonzaga, no armazém 10 e o Terminal Marítimo de Passageiros nos armazéns 7 e 8.

Pernambuco, o projeto sinaliza apenas para a preservação de fachadas, telhados e da altura dos armazéns. Nestas obras do Porto Novo Recife, o investimento privado será de cerca de R\$ 250 milhões, além de cerca de R\$ 100 milhões de recursos públicos, na reforma dos armazéns que se localizam ao sul da Praça do Marco Zero e dos mais três armazéns no Cais de Santa Rita. O que a localização destes armazéns revela? Todo esta parte sul do bairro do Recife Antigo se localiza no caminho contínuo traçado pelas reformas e projetos aqui outrora revelados, completando/solidarizando elos das diversas antecipações cognitivas preconizadas para a frente líquida da cidade.

FIGURAS 22, 23 e 24 – Recife Antigo de Coração: Lazer no espaço público



Figura 22: Show no Marco Zero do Recife durante a programação do Recife Antigo de Coração, janeiro de 2014. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro/2014.



Figura 23: Práticas de esportes nas ruas do Recife Antigo, janeiro de 2014. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, janeiro/2014.



Figura 24: Show no Marco Zero do Recife durante a programação do Recife Antigo de Coração, dezembro de 2013. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, dezembro/2013.

Assim, o Marco Zero do Recife passa a ser, também agora, o marco inicial de uma nova reocupação de espaços da cidade por projetos hegemônicos que, se feitas conforme se planeja, construirá uma sequência de “novos Recifes” modernos e perceptíveis aos olhos de todos: primeiro o Porto Novo Recife, que se estende agora em suas operações até o Cais de Santa Rita. Cais este, sem surpresa, vizinho das Torres Gêmeas, nada integrada ao espaço atual, mas totalmente condizente com as operações pensadas ao porto em processo de modernização. A pouco mais de 1km das Torres Gêmeas começa o Cais José Estelita, sinalizado agora como o Projeto Novo Recife e seu complexo de torres de alto impacto na paisagem. Atravessamos a ponte para a Zona Sul e na entrada do Pina, o shopping. Seguindo pelas linhas – algumas ainda imaginárias – da Via Mangue e vemos nas saídas dessa via expressa uma série de projetos como o conjunto habitacional de alto padrão da Cyrela Brazil Realty e do Grupo JCPM, o Residential Resort Le Parc se multiplicando até as extensões do recanto luminoso do Paiva, já no vizinho município de Jaboatão dos Guararapes, sob os auspícios da OR – Odebrecht Realizações Imobiliárias. Eis então que surgem neste quebra-cabeça as peças de um Novo Recife: torres, shoppings, centros de compra, espaços de lazer e as novas casas-grandes da Veneza Americana, interligados agora pelos canais de linhas verdes e de vias expressas sobre os mangues.

Parece então ficar evidente que o grande objetivo das reformas do Porto Novo Recife – e que as semelhanças com as propostas dos outros projetos na cidade que exclamam a necessidade e o nascer de um “Novo Recife” mais moderno, bonito e

imageticamente mais vendável não permaneça apenas no título destas operações – corresponde a concretizar a implantação de um complexo interligado de centros de comércio, hotéis, empresariais, apartamentos residenciais de alto luxo e equipamentos de mobilidade urbana para tornar o centro histórico do Recife disponível para o usufruto e bel-prazer dos grupos mais aquinhoados. Tal como declarou outra vez o superintendente comercial da construtora Moura Dubeux, quando perguntado sobre como será viver no Recife em 2021:

Acredito que o Recife vai ficar mais bonito do que hoje. O setor da construção civil trabalha para desenvolver cada vez mais produtos sofisticados, com soluções mais criativas. Então, a aparência da cidade vai ficar mais moderna. Isso porque os investimentos mais modernizados só devem ficar prontos nos próximos 10 anos. O shopping Rio Mar, com as três torres de um complexo empresarial, é um deles. Vamos ter o maior shopping com o maior complexo empresarial. Acredito que a cartografia da cidade vá melhorar muito. O Cais José Estelita, que hoje é um espaço vazio, por exemplo, vai passar por uma transformação⁵¹.

Estas operações urbanas de modernização da aparência da cidade almejam, então, se transformar em mercadoria e valor de troca, afirmando a necessidade pelo potencial que tais reformas teriam em gerar benefícios econômicos e sociais para a cidade, criando empregos, impostos e espaços públicos. Entretanto, fica a pergunta: será que nessas operações o interesse público está mesmo preservado ou são estas apenas operações urbanas vinculadas aos interesses de especuladores e dos grupos hegemônicos?

Neste sentido, pensamos ter deixado evidente acima que, tal dinâmica de projetos, megaempreendimentos e grandes obras viárias, num processo de produção de centralidade neste território do Recife, têm alterado de grande maneira o seu perfil habitacional e construtivo. Segundo levantamento realizado recentemente, o bairro do Pina aparece como o bairro mais caro do Recife, e entre os 10 bairros com os maiores preços do metro quadrado do Brasil. Segundo este levantamento, o Pina apresenta um metro quadrado de 5.628 reais, mais barato apenas que bairros como Leblon (Rio de Janeiro), Vila Nova Conceição (São Paulo) e Setor Noroeste (Brasília), dentre outros⁵². Igualmente, o assédio sobre as comunidades tradicionais desta parte da Zona Sul do Recife têm-se intensificado, seja para produção de grandes empreendimentos – tais como a expansão do Terminal

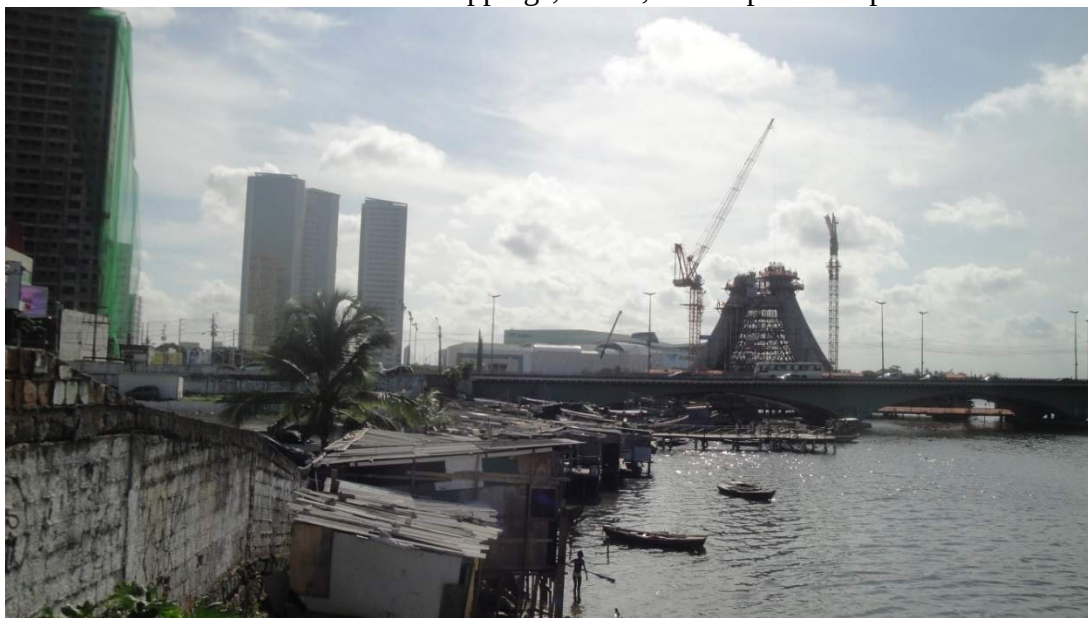
⁵¹ In: ReviSPA 2011: SPA das Artes 10 anos (2011). E 2021? Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2011.

⁵² Levantamento feito em parceria entre a Fipe e o portal ZAP Imóveis, através da pesquisa entre os bairros com os maiores preços (R\$/m²) em cada cidade. Disponível em: “Os bairros mais caros das principais cidades do país”. Época Negócios. Publicado em: 04 fev. 2013. Por Elisa Campos. Disponível em: <<http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/financasdebolso/2013/02/04/os-bairros-mais-caros-das-principais-cidades-do-pais/>>. Acesso em 13 mar. 2013.

Integrado de Joana Bezerra, o Polo Jurídico no Coque – ou a partir da especulação imobiliária em tradicionais espaços de Zona de Interesse Social do Recife, como Brasília Teimosa⁵³.

Assim, são ações de reestruturação que vomitam tudo que se caracteriza enquanto estranho, alheio, impedindo os contatos físicos, os diálogos, as interações sociais (estratégia *êmica*). Suspendem e aniquilam a alteridade do outro (estratégia *fágica*). Domesticam o espaço, tornam as diferenças irrelevantes, destituem todas as expressões simbólicas e identitárias do espaço, bem como suas relações com a história (não lugares). E por fim, tornam as diferenças invisíveis e/ou impedidas de serem percebidas, fazendo a entender que todo o resto do espaço do centro não modernizado, corresponde a um espaço vazio, sem sentido e sem utilidade, permitindo assim que os novos Recifes modernos brilhem e adquiram um significado que justifique e solidifique essa necessidade do novo (ver BAUMAN, 2001, p. 107-122). Um Recife moderno que se multiplica a partir de grandes torres habitacionais que se isolam do contexto urbano a partir de serviços de convivência e lazer dentro da própria estrutura do edifício. Uma sociedade que vive em espaços fechados e não usufrui do potencial de misturar pessoas que a cidade oferece.

FIGURA 25 – Recife: Shoppings, torres, vias expressas e palafitas

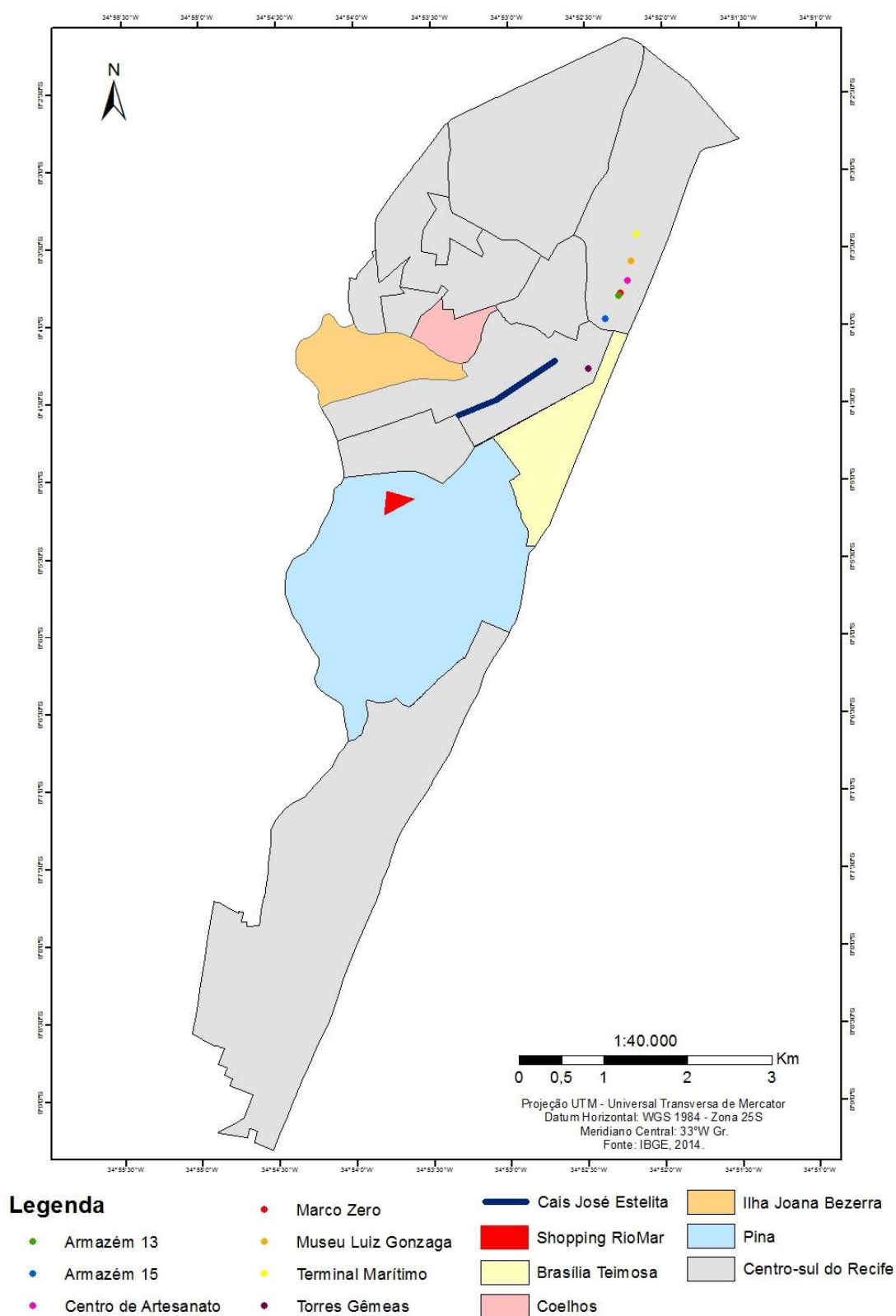


FONTE: BARBOSA, David Tavares. Janeiro de 2014.

⁵³ Ver reportagem publicada na Folha de São Paulo no dia 09/09/2010, intitulada “Teimosa e cobiçada” que denuncia que o bairro de Brasília Teimosa, revitalizado após promessa de campanha de Lula, tem sido constante alvo da especulação imobiliária no Recife. Segundo a reportagem, vários imóveis na orla de Brasília Teimosa tem sido vendidos por preços altíssimos, segundo uma “alegoria do faroeste que se projeta sobre a região”, onde grupos de empresário/especuladores almejam a posse de grandes terrenos. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0909201041.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

MAPA 04 – Grandes Empreendimentos no Recife: Proximidades e Continuidades

Mapa dos Grandes Empreendimentos no Recife



Produção e Organização: Cassandra B. S. de Oliveira Dantas, 2014.

A partir destas breves análises sobre as antecipações cognitivas e espaciais dinamizadas na Bacia do Pina, buscamos esclarecer que as atuais ações estratégicas em ação no Recife não são pensados enquanto algo novo, mas como ações que sinalizam o atual momento econômico como propício à realização de empreendimentos outrora impossibilitados. Partiremos agora para aprofundar nossa interpretação sobre o Projeto Novo Recife, bem como o uso político da paisagem e de suas representações nos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

2.3. PROJETO NOVO RECIFE: PRODUZINDO CENÁRIOS DE UM FUTURO (IN)DESEJADO⁵⁴

A partir da discussão teórica e empírica esboçada nos momentos anteriores, nossa análise buscará na segunda parte do capítulo investigar as intervenções materiais, estratégias simbólicas e ideológicas desenvolvidas pelos atores hegemônicos que buscam legitimar e/ou questionar as ações de “reestruturação urbana” vinculadas ao Novo Recife. Entendemos os grupos hegemônicos como aqueles vinculados com a administração pública, a intervenção privada e de difusão dos projetos: a Prefeitura do Recife, as empresas imobiliárias e as grandes redes de mídia.

O empreendimento Novo Recife corresponde a uma proposta de intervenção privada, com grande apoio da Prefeitura Municipal do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco, em um terreno de 10,1 hectares, localizado no Cais José Estelita, na margem esquerda da bacia do Pina. Neste espaço, atualmente existe um conjunto de equipamentos e instalações portuárias e ferroviárias, tais como galpões, armazéns e residências de antigos trabalhadores da extinta Rede Ferroviária Federal, onde um grupo de construtoras, formado pela Queiroz Galvão, Moura Dubeux, ARA Empreendimentos e GL Empreendimentos propõe transformar o espaço a partir da construção de um conjunto de grandes edifícios residenciais, empresariais e hotéis, além de um conjunto de obras viárias.

Apesar de ser apresentado como uma proposta de intervenção privada ao Cais José Estelita, interpretamos o Novo Recife enquanto um projeto desenvolvido numa parceria entre o setor público e a esfera privada, visto que numa série de documentos e apresentações sobre o empreendimento o projeto é apresentado como produzido em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife e com o Governo do Estado, num trabalho coletivo de construção de um “novo bairro” para a cidade⁵⁵.

⁵⁴ As informações sobre o Projeto Novo Recife aqui fornecidas foram colhidas diretamente das seguintes publicações lançadas pelo Consórcio Novo Recife e/ou pela Prefeitura da Cidade do Recife: i) Relatório de Empreendimento de Impactos, apresentado ao CDU/PCR; ii) Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”, lançando nos três grandes jornais do Recife no dia 24 de fevereiro de 2013; iii) Memorial de Empreendimento de Impacto do Novo Recife, apresentado pela Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano (Semoc/PCR); iv) Discussões, publicações e iconografias sobre o projeto apresentadas na Audiência Pública sobre o empreendimento no Plenário da Câmara de Vereadores do Recife, realizada em 22 de março de 2012, na reunião do CDU de 30 de novembro de 2012; v) Parecer Urbanístico sobre o Novo Recife, elaborado pela Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras da Prefeitura Municipal do Recife; vi) Publicações sobre o Novo Recife entre 2012 e 2013 nos três grandes jornais impressos, blogs, redes sociais e debates acadêmicos.

⁵⁵ Para maiores informações, conferir a discussão no Plenário da Câmara de Vereadores do Recife, observando a fala do representante do Consórcio e o vídeo exibido para divulgação do empreendimento Novo Recife. Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3IkIRWKm9Sw&t=840>.

Além disto, o posicionamento de entidades e órgãos vinculados à Prefeitura do Recife, as declarações de aprovação do empreendimento pelo ex-prefeito da cidade, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, quando ainda cumpria seu mandato em 2012, bem como a posição da mesa diretora do Conselho de Desenvolvimento Urbano da cidade na votação e aprovação deste projeto reforçam que a gestão municipal encontra-se envolvida, senão com a produção, ao menos com a organização, do projeto.

Aliás, independente da participação direta ou não da gestão municipal na elaboração deste projeto, há que se destacar que o próprio consórcio responsável pelo Novo Recife caracteriza que o projeto é facilitado a partir da atuação do poder público neste espaço, a partir da aplicação de recursos públicos em ações “na área de influência do Novo Recife”, destacando-se a Via Mangue, o alargamento e construção de alças do Viaduto Capitão Temudo, assim como as obras do Porto do Recife (NOVO RECIFE, 2011).

Com isto, a apreciação do Novo Recife nos leva a reforçar a existência de uma sucessão em série de legislações para os espaços do centro do Recife, planos acompanhados de um conjunto de novas simbologias e estruturas materiais que vem preparando os espaços deste estuário para novas intervenções, tais como a reserva fundiária de terrenos, a elaboração de projetos que visam preparar estes espaços do centro ao capital internacional, assim como a construção de grandes projetos espetaculares, como as Torres Gêmeas no Cais de Santa Rita, o shopping na antiga fábrica da Bacardi, e o já referido Projeto Novo Recife (como mostramos no item anterior). Segundo as palavras de Souza (2013, p. 140):

Está em curso, no Rio de Janeiro, aquilo que, em outras cidades e outros países, também vem acontecendo ou já ficou bastante claro: a tentativa de implementação de ações, amparadas por significativa hegemonia ideológica entre a classe média, que têm como premissa tácita a ideia de que a presença dos pobres nas áreas centrais é um obstáculo a ser removido, em prol da “modernização”, do “desenvolvimento urbano” e de coisas que tais. E “revitalização”, “requalificação” etc. são os eufemísticos e ideológicos nomes das estratégias que visam a promover esse objetivo, bancado por regimes urbanos saturados de mentalidade “empresarialista”.

O terreno em questão, localizado no Cais José Estelita, foi leilado em 2008, onde as quatro empresas acima citadas adquiriram a propriedade do terreno ao desembolsar um montante equivalente a R\$ 55,4 milhões, cujo lance mínimo previsto em edital era de R\$ 55,278 milhões. O terreno da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) foi leilado em uma hora, merecendo destaque as condições que fizeram o terreno cair nas mãos dos

atuais proprietários: no leilão, dez empresas estavam inscritas e capacitadas financeiramente para a compra da área. No entanto, no dia do leilão, apenas quatro empresas estiveram presentes e online, sendo a Moura Dubeux a única que apresentou proposta, com seu grupo consorciado⁵⁶, iniciando, desde então, uma campanha de *marketing* bastante sugestiva.

Todo o terreno leiloadado era propriedade da RFFSA, rede ferroviária fundada em 1957, tendo permanecido enquanto empresa pública por 40 anos, quando em 2007 foi vendida para sete concessionárias diferentes⁵⁷. Todo o processo de privatização começou, na verdade, em 1999 quando teve início o processo de dissolução de posse da rede ferroviária. No entanto, a RFFSA foi extinta apenas a partir da Lei nº 11.483, de 22 de janeiro de 2007, regulamentada pelo decreto nº 6.180. Desde então, toda a malha ferroviária do Nordeste brasileiro ficou sob responsabilidade da Transnordestina Logística S/A⁵⁸.

Segundo o relatório de empreendimento de impacto⁵⁹ do Novo Recife, o projeto caracteriza-se por ser uma intervenção de uso múltiplo, numa área total construída de 355.000,00 m², desenvolvido por três escritórios de arquitetura do Recife⁶⁰. O lote do projeto foi dividido em 05 quadras, sendo que nas quadras das duas extremidades caracterizam-se os usos de comércio, serviços, hotelaria, flats e Empresariais compostos de 04 torres, enquanto que nas quadras centrais, predominam 08 torres de uso habitacional.

As torres propostas variam entre 21 e 41 pavimentos, estando acompanhadas de cinco torres-garagens anexas às cinco quadras, além da implantação de um píer, da

⁵⁶ Dados obtidos na reportagem: “Bairro de São José terá complexo de serviços e lazer”. Folha de Pernambuco, 04/10/2008. In: AsBEA (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura). Disponível em: <http://www.asbea.com.br/asbea/assuntos/le_na_midia.asp?cid=1881>. Acesso em: 30 jan. 2013.

⁵⁷ Em junho de 2012 o Ministério Público Federal iniciou uma investigação sobre possíveis irregularidades do leilão do Cais Estelita, a partir das denúncias de advogados da empresa Planos Armazenagem Logística e Serviços Ltda, que dizia ocupar um dos armazéns inserido no terreno adquirido pelo consórcio. O galpão em questão corresponde ao de número 630, próximo ao viaduto Capitão Temudo, que teria sido incluído indevidamente na área arrematada pelo consórcio Novo Recife. Maiores informações em: “MPF requisitou inquérito sobre irregularidade em venda de galpão no Cais José Estelita”. In: Diário de Pernambuco, 16/06/12. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/cadernos/vida-urbana/capa_>. Acesso em 16 jun. 2012.

⁵⁸ Informações em: “Tem gente morando aqui”. Revista Aurora, 02 de Março de 2013. Disponível em:

⁵⁹ - Relatório elaborado pelo Consórcio Novo Recife, formado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e ARA Empreendimentos, a partir da determinação da resolução nº 03/96 do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que recomenda aos empreendimentos de impactos da cidade do Recife que apresente informações referentes ao projeto de intervenção proposto para apreciação da Comissão de Controle Urbanístico (CCU) e do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU). Segundo este relatório, a sua produção corresponde igualmente ao cumprimento da Lei nº 16.176/96 de Uso e Ocupação do Solo, nos artigos 61,62 e 63.

⁶⁰ Projeto dos arquitetos Jerônimo da Cunha Lima, Alexandre Mações e Marco Antônio Borsoi.

construção de uma plataforma de acesso ao píer sobre a Avenida José Estelita e restauração de alguns armazéns próximos ao Forte das Cinco Pontas. Ressalte-se que, estando próximo ao Bairro de São José, todo o entorno foi ocupado historicamente – e assim permanece na maior parte – por edificações horizontais ou de baixo gabarito. Para o Consórcio Novo Recife, o empreendimento apresenta uma variedade de “edificações, de forma, altura e usos diversos integrados por espaços públicos de grandes dimensões onde coexistem harmoniosamente vias de acesso, áreas de lazer e espaços rudes” (NOVO RECIFE, 2011, p. 13).

O terreno alvo de interesse para a implantação deste projeto apresenta uma área total de 101.754,27m² e encontra-se localizado entre as avenidas Sul, Engenheiro José Estelita e o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, da antiga Rede Ferroviária Federal, hoje desativado. O Consórcio justifica a implantação deste empreendimento neste território histórico da cidade a partir de sua “localização estratégica, às margens da Bacia do Pina”, que fornece a possibilidade de prover uma ligação “entre os dois centros de economia dinâmica da Cidade, o Recife Antigo e o Bairro de Boa Viagem, na Zona Sul da cidade” (tal como se pode observar na figura abaixo) (p. 06).

FIGURA 26 – Simulação gráfica do Projeto Novo Recife



FONTE: <https://direitosurbanos.files.wordpress.com/2012/05/nr_glempreendimentos.jpg>. Acesso em: 20 maio 2013.

No entanto, a “localização estratégica” do espaço não corresponde apenas as questões de facilidade na “mobilidade” entre as duas zonas “dinâmicas” apresentadas, mas também pela “presença de cerca de 1 km de beira d’água” apresentada como um dos principais atrativos do empreendimento, como pode ser observada no trecho destacado a seguir.

A intervenção proposta requalifica o ambiente incorporando usos urbanos adequados, criando uma área de solo natural de cerca de 30.000 m², dos quais, 10.000 m² em área verde pública. Ao incorporar usos urbanos qualificados, predominantemente habitacionais, o Empreendimento NOVO RECIFE, impacta substantivamente o calçadão da Av. Engenheiro José Estelita, aproximando as pessoas residentes da beira d’água e do desfrute da Bacia do Pina.

Assim, a apropriação da qualidade ambiental ofertada pela singular lamina d’água da Bacia do Pina, assegura ao usuário ou morador uma condição de proximidade com a exuberante natureza inserida no interior do tecido urbano.

Por outro lado, a ocupação da Gleba na forma projetada, adotando afastamentos generosos entre as edificações, favorece a ventilação e a iluminação, potencializando a visibilidade do ambiente natural aquático (NOVO RECIFE, 2011, p. 68).

Desta forma, percebe-se a intenção de fortalecer na cidade do Recife aquilo que Lacerda (2011, p 39) denominou enquanto uma das características atuais da rede urbana brasileira: a ocorrência de novas territorialidades, localizadas, principalmente, na faixa litorânea nordestina, com grande potencial de concentração de atividades voltadas ao turismo de lazer. Territorialidades estas que, como se percebe na cidade do Recife, apresentam correlação direta com o potencial paisagístico destes espaços emblemáticos, promovendo transformação de paisagens degradadas/enfeadas/escondidas em vitrine de um ideal (mercadológico) do *city marketing*. Neste comércio pela publicidade e venda de imagens aprazíveis, espelhos d’água como o da Bacia do Pina ganham importante destaque nas políticas de renovação dos espaços centrais.

Comentando sobre projetos desenvolvidos nas bordas do espelho d’água da cidade de Bordeaux, Fort-Jacques e Fricau (2008, p. 110-114) demonstram como tais espaços líquidos das cidades submetidas ao *city marketing* assumem a função de ser componentes picturais de uma cena, elementos visuais de uma cidade oferecida para contemplação narcísica de um espelho com múltiplas significações. Nos usos oficiais destas margens líquidas, estes autores observam uma concepção urbanística que interpreta suas imagens apenas como puros espelhos, meros reflexos de uma contemplação exterior da paisagem (FORT-JACQUES, FRICAU, 2008, p. 114-116).

É importante ressaltar que, em pesquisa anterior, havíamos destacado que vem se processando em Recife a atribuição de uma “nova coerência discursiva aos espaços

‘revitalizados’ do centro urbano do Recife”, que utiliza dos imaginários nutridos pelas relações sociais com os espaços estuarinos do centro histórico para promover uma valorização dos usos econômicos e a espetacularização do espaço urbano, tornando o comércio e as atividades de turismo como vetor principal da expansão e da renovação urbana (BARBOSA, 2011a).

Para Lapa (2011) as grandes transformações urbanas contemporâneas podem ser caracterizadas segundo quatro questões centrais: i) ausência de um projeto humanístico mais amplo; ii) uma visão fragmentada da cidade; iii) preponderância de interesses e valores individuais, ignorando assim, o interesse comum dos habitantes; iv) desrespeito ao patrimônio cultural. Apresentando como ator preponderante o setor imobiliário, vinculado ao poder público e consumidores, promovem transformações determinadas a partir da lógica econômica, conduzida segundo a utilização de argumentos fortes: a introdução de novos usos e melhoria da qualidade de vida; a criação de empregos e ampliação do volume de impostos arrecadados a partir da atividade empresarial, dentre outros.

Alvo de grande polêmica desde a apresentação do projeto à sociedade civil, o Novo Recife se apresenta então como uma proposta que, pela localização em uma região histórica do Recife, pela dimensão da área construída e verticalizada, bem como pelos usos que adviriam de sua possível concretização, como uma proposta de grande impacto para a região central do Recife, assim como para a cidade do Recife. Uma fachada que irromperá impetuosa, fulgurante e moderna, pairando sobre o “velho” e medíocre cais em desuso, como que refletindo valores, ideais e ganhos daqueles que “fazem” a nova paisagem da cidade no presente (FIGURA 27). Tal como afirma Lapa (2011, p. 48):

Tendo em vista a lógica que rege as atividades do setor imobiliário, neste caso é praticamente inconcebível falar de ética, aqui entendida com o *que é bom para o indivíduo e para a sociedade*, uma vez que a razão de ser deste setor é a realização do lucro e a rentabilização do capital. A lógica do setor imobiliário, colocada rigorosamente em prática, e tão somente, não permite tergiversar, quando se trata de conquistar espaços para a construção de novos edifícios, mesmo que para isso sejam imolados valores culturais e destruídos lugares da memória e da identidade coletiva. [...]

Seja porque a lógica de realização do capital apresenta traços perversos, seja porque o exercício da atividade é vicioso e tende a torna-se viciado, o que é bom unilateralmente para o empreendedor, raramente é bom para a sociedade (p. 48).

Para o Consórcio Novo Recife, o empreendimento se apresenta enquanto um agente indutor de impactos positivos, pois o espaço do Cais Estelita é visto por eles enquanto um “território inóspito, inteiramente antropizado, contendo estruturas edificadas em alvenaria,

nos últimos 25 anos, por promover uma nova ordem econômica, um processo de metropolização concentradora e a promoção de uma integração entre a economia local com a economia internacional. Neste sentido, os promotores do Novo Recife justificam a integração do projeto com a macrolocalização regional a partir de dois argumentos: i) valorização das potencialidades e investimentos em infraestrutura na Região Metropolitana do Recife, justificada pela procura de inserção da economia regional no ambiente de competitividade externa; e ii) constatação de uma “nova postura do empresariado e pela perspectiva de uma maior articulação entre os atores sociais, os governos e as lideranças políticas” (NOVO RECIFE, 2011, p. 04). A reconstituição deste cenário macrorregional pelo relatório do Consórcio Novo Recife tem uma explicação: apresentar alguns problemas advindos com a acelerada metropolização das cidades brasileiras, para caracterizar o Projeto Novo Recife como um empreendimento de ‘*requalificação*’ das “áreas estagnadas do centro”, espaços interpretados como típicos dos grandes aglomerados urbanos.

Neste sentido, a macrolocalização das cidades brasileiras no memorial apresentado pelo Consórcio Novo Recife corresponde a um produto induzido a caracterizar, dentre outros fatores, as zonas de concentração industrial, de instalações de transporte ferroviário, portuário, de armazenamento, assim como as antigas áreas residenciais nos centros urbanos como espaços submetidos a “processos de deterioração e estagnação”, como “vazios urbanos e ou glebas com estruturas funcionais degradadas, submetidas a processos especulativos e criando deseconomias no seu entorno” (*Idem*, p. 05). Em tal contexto, o Cais José Estelita na conjuntura que se apresenta atualmente, é caracterizado como “um vazio urbano relevante, posto que sua localização no território confere a gleba uma particular condição de ocupação vocacionada para por serviços do terciário moderno e habitação” (*Op. Cit.*, p. 05). A retórica da necessidade e do bem comum informa, assim, os referentes ideológicos que amparam o projeto no debate com a sociedade.

Se no contexto da macrolocalização este relatório já apresenta a escolha de defender o paradigma da competição entre cidades e regiões, quando parte para analisar os aspectos da microlocalização, esta questão fica ainda mais evidente, pois a integração com os espaços mundiais são encarados como possíveis a partir de uma única possibilidade: a atribuição de um papel adicional às cidades a partir da impressão de “maior eficiência a suas atividades econômicas, sujeitas a acirrada competição” (*Op. Ct.p.* 06). Dentre as “vantagens competitivas do Recife”, capazes de colocar a cidade numa “trilha de desenvolvimento estruturado”, o consórcio destaca: i) a vocação e liderança regional como

centro de serviços, de turismo, de ensino e pesquisa; ii) a expansão do comércio varejista e atacadista a partir de sua localização estratégica frente a Região, a Europa e ao Porto de Suape; iii) a “disponibilidade de grandes áreas no centro como ‘possibilidades para se acolher empreendimentos de porte’ (Op. Cit.,p. 06); iv) e por fim, destacam o tecido urbano e o ambiente natural enquanto “um convite a integração”, atribuindo um destaque especial para o manguezal do estuário dos rios Pina e Jordão.

Este jogo de escalas pode ser verificado a partir dos discursos defensores do Projeto Novo Recife. A elaboração deste projeto, assim como a condução de outros eventos e projetos espetaculares, tais como as Torres Gêmeas no Cais de Santa Rita, o shopping na antiga fábrica da Bacardi, a Via Mangue, dentre outros, vem sempre acompanhados de um forte apelo a atração de novos investidores externos capazes de inserir a cidade na competição contemporânea da *city marketing*, de recuperar o sentido de pernambucanidade, de recolocar o Recife e o estado de Pernambuco na rota do “progresso”.

Assim, o “de fora” ao Recife, as paisagens e aspectos “modernos” de outras cidades estão sempre presentes no debate que busca preparar os espaços da cidade para a estruturação de um “novo Recife”. Assim, tanto o Projeto Novo Recife, quanto as ações recentes da Prefeitura do Recife, podem ser explicadas a partir da compreensão do funcionamento das políticas urbanas neoliberais, que tem sido multiplicadas em diversos projetos de “reestruturação urbana”. Tais políticas, conforme expôs Sánchez, articulam projetos de “reestruturação urbana” à estratégias que estimulam uma economia simbólica, acionados para estimular e soldar as forças sociais, mas também, legitimar processos de vendas dos projetos de *marketing urbano* (SÁNCHEZ, 2010).

Essa autora, num trabalho atual acerca dos projetos nomeados de ‘*revitalização*’ urbana de Curitiba e Barcelona, demonstra que inúmeras cidades ao redor do mundo tem sido submetidas às novas modalidades de valorização do capital, onde alguns grandes projetos tem assumido a função de ‘*revitalização*’ de espaços urbanos degradados e, principalmente, atuar como potentes instrumentos de legitimação e coesão social. Vale lembrar que, conforme mostramos acima, a recuperação das áreas dita degradadas, no Cais José Estelita, assim como o apelo ao apoio popular em torno do discurso de desenvolvimento da cidade, correspondem a um dos *slogans* mais difundidos pelo Projeto Novo Recife.

Tal questão lembra-nos que projetos como estes de renovação dos espaços centrais de nossas cidades devem ser analisados a partir da consideração de que forma estes consideram as dimensões possíveis da espacialidade urbana, relacionadas as dimensões interurbana e intraurbana. Ou seja, são projetos que interpretam a cidade vendo-a como um ponto num território mais amplo, considerando sua “posição” relativa no território e dos elementos por onde as interações espaciais se realizam (escala interurbana); mas, de outra forma, desconsideram em suas análises as características internas da cidade, as maneiras como os elementos que compõem o urbano se distribuem e se articulam internamente, “esquecendo” de analisar as continuidades, descontinuidades e os padrões de ocupações (escala intraurbana)⁶¹.

Por fim, pode-se afirmar que, segundo os documentos oficiais apresentados pelo Consórcio propositor do projeto, o empreendimento Novo Recife apresenta-se enquanto proposta de produção de novo bairro para a cidade do Recife, objetivando “mudar a face da metrópole” através da construção de uma nova centralidade para o Recife e da integração deste a um projeto de renovação dos espaços do centro histórico da cidade, já em curso a partir de obras do poder público e da esfera privada. Este projeto de transformação do centro pode ser verificado segundo as palavras do empresário porta-voz do empreendimento, em entrevista a um blog de política do Jornal do Comércio, em 28/12/12⁶²:

O projeto vai dar outra centralidade à cidade, desenvolvendo uma área nova, que está descaracterizada. Vamos ter a recuperação das avenidas Imperial e Sul, criando espaço para que outros projetos comerciais e de habitação, como o Minha Casa, Minha Vida, possam se estabelecer. [...]

As primeiras revitalizações do Recife Antigo não deram certo justamente porque não havia moradias. Sem moradias, não há como revitalizar aquela área. Nós temos certeza de que o projeto Novo Recife vai ajudar a dar sustentabilidade aos projetos que estão em curso, como as Torres Gêmeas, os estabelecimentos comerciais e de entretenimento previstos com a modernização da área do porto do Recife.

⁶¹ Para esta consideração sobre a escala intraurbana e interurbana das relações urbanas tivemos como base a distinção realizada no trabalho de tese de Helena Lúcia Zagury Tourinho e sua análise sobre a estrutura urbana de cidades médias amazônicas. Para maior aprofundamento em seu debate, ver Tourinho (2011).

⁶² Ver as seguintes reportagens e entrevistas sobre o Projeto Novo Recife com arquitetos responsáveis pelo empreendimento, publicadas em blog vinculado ao Jornal do Comércio. “Arquiteto desmente que projeto Novo Recife vá prejudicar mobilidade no Cais José Estelita”. In: Blog do Jamildo, 21 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/02/21/arquiteto-desmente-que-projeto-novo-recife-va-prejudicar-mobilidade-no-cais-jose-estelita/>>. Acesso em: 23 fev. 2013; “Moura Dubeux diz que projeto Novo Recife vai mudar a face da metrópole”. In: Blog do Jamildo, 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/12/28/moura-dubeux-diz-que-projeto-novo-recife-vai-mudar-a-face-da-metropole/>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

Percebe-se então que, no caso do Cais José Estelita, o que parece estar como questão central é o desejo de alguns grupos de emparedar, de lacrar aquilo que é interpretado pelo discurso hegemônico – da mídia, dos grandes grupos empresariais, das classes ricas da cidade e visitantes – como uma cidade amarfanhada, sem exuberância. Como solução, apresentam uma “proposta de paisagem” que nega a própria origem da cidade, que nasceu portuária. Apesar de discursarem que o projeto vem para resgatar o patrimônio recifense de décadas de abandono, é inevitável perceber que a memória que estes grupos defendem valorizar nada mais corresponde que uma “memória sarcástica”, memórias-resquício, museus a céu aberto, representados por meia dúzia de galpões “revitalizados” e transformados em cenários-pastiches tidos como justificativas e compensações necessárias à cidade, só possíveis com o advento deste “novo Recife”.

CAPÍTULO 03

HEGEMONIA, CONTRA-HEGEMONIA E POLÍTICA DA PAISAGEM:
O DEBATE SOBRE O NOVO RECIFE

Enquanto objetivo central desta pesquisa buscamos problematizar de que forma os aspectos representacionais, icônicos e simbólicos das paisagens da Bacia do Pina estão presentes na disputa, tanto no plano do mercado imobiliário como no campo do “mercado das ideias”, do Cais José Estelita com a possível implantação do empreendimento Novo Recife. Neste sentido, pretendemos explicitar que nas reconfigurações espaciais em curso no Recife é possível observar uma ligação entre as questões políticas, econômica, culturais e sociais.

A partir da discussão teórica e empírica esboçada nos capítulos anteriores, nossa análise buscará agora investigar as intervenções materiais, estratégias simbólicas e ideológicas desenvolvidas pelos atores hegemônicos e contra-hegemônicos nos discursos e representações que buscam legitimar e/ou questionar as ações de “reestruturação urbana” vinculadas ao Novo Recife. Entendemos os grupos hegemônicos como aqueles vinculados com a administração pública, a intervenção privada e de difusão dos projetos: a Prefeitura do Recife, as empresas imobiliárias e as grandes redes de mídia. Enquanto contra-hegemônicos, consideramos dois grupos de cidadãos que se organizaram recentemente para contestar estas ações urbanísticas: o Direitos Urbanos e os coletivos de audiovisual (Vurto, Contravento e [projetotorresgemeas]).

Buscamos considerar o Novo Recife a partir do debate entre atores hegemônicos e contra-hegemônicos para aproximar a análise empírica do debate da paisagem a partir da abordagem cultural integradora, onde a interpretamos como uma realidade exterior que remete a lugares a partir dos quais se compartilham visões de mundo e se transmitem valores e opiniões na vivência cotidiana (MACIEL e BARBOSA, 2013).

Neste sentido, não desejamos restringir nossas análises à conformação dessas imagens de cartão-postal difundidas pelos discursos hegemônicos, visto que na cidade ampliaram-se representações paisagísticas que contestam maneiras dominantes de ver essa realidade, instituindo assim uma “geografia política da paisagem” que repensa clichês e estereótipos espaciais e propõe uma relação direta entre representações e contextos políticos de sua criação. Passemos então agora a analisar os discursos hegemônicos do Novo Recife para, em seguida, considerar seus contradiscursos.

3.1. IMAGENS E DISCURSOS HEGEMÔNICOS DO NOVO RECIFE

A partir da análise dos discursos e da iconografia produzida pelos grupos hegemônico e contra-hegemônico, avultamos um conjunto de assuntos centrais abordados de interesse ao estudo geográfico em questão. Quanto aos grupos hegemônicos, destacam-se os seguintes temas:

- a) A tirania do novo, do progresso e da modernização, vinculada à proposição de projetos que vem acompanhado de discursos e representações que apresentam o “novo” como solução única de retirada da cidade, ou dos fragmentos de cidade que consideram, da letargia e condução à um futuro de glórias;
- b) Consideração da cidade como um mix de espaços degradados, violentos, vazios, sujos e sem vida. Uma imagem do caos como justificativa que aponta para a necessidade de acelerar a produção dos Novos Recifes;
- c) Um olhar seletivo sobre o Cais José Estelita e o centro da cidade em sua extensão, agora visto como um espaço absoluto, sem particularidades históricas, sociais e paisagísticas, surgindo como um cenário que necessita de intervenções enérgicas;
- d) Valorização dos estuários como amenidades e visualidades que agregam valor econômico e estético ao “novo” e “moderno” Recife.

Faz-se necessário ponderar estas temáticas centrais destes discursos visto que tais considerações motivam a construção de imagens e sentidos aos espaços em disputa no Recife, podendo interferir em fenômenos geográficos concretos. Passemos agora a analisar estes discursos e suas representações paisagísticas vinculadas.

3.1.1. Do presente caótico à tirania do novo: O Novo Recife que cresce com poda

Geógrafos contemporâneos têm alertado sobre a necessidade das ciências sociais e humanas promoverem uma incursão crítica sobre a relação entre palavras e realidade, quer seja através do estudo da semântica das palavras e as implicações de seu uso (SOUZA, 2011; 2013), quer sobre o estudo das toponímias (CORRÊA, 2003; 2011) ou ainda através de uma avaliação crítica sobre os conceitos e palavras produzidos pela ciência, interpretando-os enquanto prática social carregada por redes de poder e intenções políticas (GREGORY, MARTIN e SMITH, 1996; HAESBAERT, 2008). Há que se considerar que palavras são usadas, em muitos casos, vinculadas com um sentido político.

No Recife contemporâneo se observa um uso interessante de palavras, vinculadas ao planejamento urbano, com sentidos políticos claros: o novo, o progresso e a busca pela modernidade estão sempre presentes em projetos e ações hegemônicas na cidade. Palavras presentes do empreendimento “Novo Recife” ao slogan do candidato eleito à Prefeitura em 2012: “Geraldo Júlio. Um novo prefeito para um Novo Recife”. Toponímias que almejam fixar no território a proposição do novo, através de propagandas, dos nomes dos projetos e pelo passado que escolhem para vincular seus desígnios. Toponímias então compreendidas enquanto marca cultural impregnada de intencional sentido político (CORRÊA, 2011).

Tal como esclarece Corrêa (2011, p. 26), a toponímia expressa uma efetiva apropriação do espaço, pois através do ato de nomear espaços percebe-se uma ação política de atores que articulam, através da linguagem, o poder territorial e as disputas identitárias. Sobre o espaço, através do jogo político das toponímias, “se imprimem, simbolicamente, a memória, a identidade e o poder daqueles que impõem nomes aos lugares e, assim, controlam e comunicam significados espacialmente projetados, transformando esses lugares em ‘virtuais ambientes políticos’”⁶³.

Outra aproximação entre palavras, ideologias e poder no Novo Recife também pode ser observado na ideia sempre presente de suas projeções de que este empreendimento corresponde a um projeto de ‘revitalização’ e ‘requalificação’ do centro do Recife. Palavras que cada vez mais se “naturalizam” na proposição de diversos empreendimentos urbanos, mas que correspondem a elementos discursivos vinculados com metáforas biológicas, cuja utilização recorrente revela a “vitória de um discurso ideológico de justificação de determinadas práticas, que têm por trás de si interesses específicos” do qual se almeja difundir, legitimar e persuadir intervenções urbanas segundo suas ideologias (SOUZA, 2013, p 131). Termos que revelam uma obsessão do período neoliberal em promover restrições exageradas à cidade para promoção de uma “cidade agradável” e de grandes projetos⁶⁴.

‘Revitalização’ sugere que se faz necessário dar nova vida a alguém ou algo. ‘Requalificar’ quer dizer que é preciso atribuir nova qualificação a um espaço pouco qualificado, ou ainda, desqualificado. Há ainda a utilização de ‘regeneração’, que

⁶³ Livre tradução de: “Sobre el espacio se imprimen, simbólicamente, la memoria, la identidad y el poder de aquellos que imponen nombres a los lugares y, así, controlan y comunican significados espacialmente proyectados, transformando esos lugares en ‘virtuales ambientes políticos’” (p. 26).

⁶⁴ Alan Mabin na conferência “O direito à cidade democrática: política, os mega projetos, o planejamento e os cidadãos em pós-apartheid urbano da África do Sul”. In: XV ENANPUR, Recife, 20 a 24 de maio de 2013.

considera a necessidade de refortalecer, de recuperar moral ou espiritualmente espaços considerados degenerados, obsoletos, deteriorados (SOUZA, 2013). Alguns outros recursos retóricos difundidos são emblemáticos desses anseios desenvolvimentistas apoiados num passado seletivo. No vídeo promocional do Novo Recife, os empreendedores fortalecem a necessidade do novo a partir da seleção de um aspecto particular da história urbana da cidade: o fato da cidade do Recife ter nascido porto, e como porto, sempre ter a porta aberta a novidades, mudanças e contato com o mundo. Tal fato justificaria a constante vontade de desenvolvimento deste novo na cidade.

Enquanto tal discurso é proferido no vídeo publicitário, mostra-se uma sequência de imagens e mapas antigos do Recife. Desenhos de cidade que são mostrados por mapas e fotografias do Recife entre séculos. Tais imagens do Recife histórico vão sendo sobrepostas na medida em que um novo século chega à narração, ficando a imagem do século anterior embaixo, não sendo mais vista. O novo século chega e o discurso de modernidade deste esconde o desenho de cidade do passado. Posteriormente, seguindo a exibição das imagens, surge uma visualização contemporânea da cidade em ângulos que privilegiam a observação das nomeadas Torres Gêmeas, enquanto se anuncia o Recife “cosmopolita e moderno”. Ser moderno e cosmopolita corresponde, então, a uma “vocação que está marcado no desenho da cidade ao longo dos séculos”. A retórica “Recife precisa ser moderno” se amplifica, sendo a moderniza  o o resultado final que tais projetos almejam. Sobre tal falácia da moderniza  o, Bosi (1992, p. 373) pondera que:

A linguagem da moderniza  o, que aqui e ali se faz ouvir com insistência,    assaz vaga e retórica, pois carece de conteúdos sociais precisos, resumindo-se em propostas de atualiza  o técnica [...] A impressão que deixam os discursos pragmáticos sobre a eficácia e a competitividade necessárias    retomada do crescimento    a de que esses meios tomam na cabeça dos que os professam o lugar de valores-fins. [...] Quando o crescimento    tomado como um fim, os outros valores ou são descartados ou lhe são subordinados.

A partir da constata  o dessa tirania do novo, do progresso e da moderniza  o, visualizamos um objetivo central nessa retórica hegemônica: descortinar aos olhos privilegiados “novas paisagens” do estuário recifense, através de uma valoriza  o econômica dos territórios do centro histórico da cidade, inserindo-o numa concep  o *voyeurista* da paisagem, onde cabe ao “velho” aparecer apenas como cenário de composi  o e os ambientes naturais como amenidades, como espaços de contempla  o distante e como agrega  o de valor. Percebe-se então que a questão relacionada a implanta  o do Novo Recife envolve questões culturais de valoriza  es paisagísticas, mas

também a apropriação de recursos ambientais, bem como de seus valores econômicos, políticos e sociais. Tal como destacou Lacerda (2011, p. 39) em sua análise sobre a expansão dos empreendimentos de turismo e lazer no Nordeste brasileiro:

[...] [se faz necessário] trazer a discussão sobre o processo de ocupação do litoral brasileiro para o campo das relações sociais, porquanto o que está em jogo são as formas sociais de apropriação e uso dos recursos ambientais, reconhecidos pelas singularidades proporcionadas pela natureza (presença do mar, clima tropical, vegetação exuberante etc.). Em outras palavras, o que se almeja é debater sobre a ideia de que esse processo é de natureza social, na medida em que revela os valores econômicos dominantes e seus efeitos na destruição desses recursos e, por extensão, evidencia a degradação das condições de vida de parte da população. Isso significa, em última instância, apreender as conexões entre o social e o natural.

Apesar do Novo Recife não ser apenas um projeto voltado ao turismo e lazer, mas também de caráter habitacional, não é difícil estender tais considerações para o fenômeno análogo da busca de frentes d'água do Recife pelas empresas imobiliárias, mudando o foco do turismo para o “enobrecimento” destas áreas e geração de negócios em zonas antes “ociosas”. Neste cenário de um novo Recife, o lado ecológico que era meio de vida dos pobres vira peculiaridade/amenidade ambiental, quer dizer, valor agregado na paisagem. O mangue e o rio viram mera cena de fundo, boniteza, espelho que reflete o “novo”. Um Novo Recife narcísico (ver imagens a seguir).

Portanto, Novos Recifes são produzidos a partir de uma retórica da paisagem que lança imagens de um futuro da cidade vertical, moderno, com cartões-postais multiplicados e margens líquidas separadas de toda a visualidade da pobreza. Também se constrói esse Novo Recife a partir de fatos dados, antecipações espaciais (como as Torres Gêmeas), bem como pelo poderio demonstrado pelos investidores privados (dinheiro, influência política). Talvez o princípio resuma-se à necessidade propagandeada de “fazer o novo”, que no plano da opinião pública mais geral pode virar consenso. Afinal, grandes sucessos da política ocorrem através da conversão dos espíritos, a partir da “colonização espiritual” que coloca nos planos os anseios políticos daqueles que os criam (MUSCARÀ, 2009; ZUSMAN, 2009).

Eis então de que forma vem se processando essas ações articuladas e sobrepostas de reestruturação e valorização dos espaços da Zona Sul e do Centro do Recife: Primeiro, desenvolve-se planos e projetos de ação da/na cidade que, em suas entrelinhas, já apresenta estratégias pré-estabelecidas de reestruturação, valorização e “revitalizações”. Segundo, ocorre a promoção de antecipações espaciais, de vetores de valorização espacial, quer

dizer, projetos imobiliários e viários aparentemente fragmentados, mas articulados a partir de um modelo de cidade que se impõe através de processos de valorização-desvalorização-revalorização de territórios específicos e selecionados com propósitos específicos. Por fim, observa-se a implantação de novos significados, o desenvolvimento de uma retórica e de representações que buscam legitimar esse processo de transformação.

FIGURAS 28 a 32 – Simulações de um Novo Recife: ordem, cenários e cartões-postais



Fontes das imagens (de cima para baixo): Figura 23 – Novo Recife frontal: <http://www.glempreendimentos.com.br/wp-content/uploads/2013/04/EXTERNA_NOVO_RECIFE_FRONTAL-1024x341.jpg>. Acesso em: 04 jan. 2014; Figuras 24, 25 e 26 – Simulações eletrônicas do Novo Recife: <jc3.uol.com.br/blogs/bloqjamildo/mobile/noticia/143989.php>. Figura 27 – Simulação eletrônica do Novo Recife disponível no Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”.

Há, neste sentido, a necessidade de considerar que o processo de produção do novo envolve também uma (re)produção de novos valores vinculados aos conteúdos do espaço. Espaços ditos “desvalorizados” passam a ser chaves que potencializam novos tipos de investimentos, a partir da alegação de que novos empreendimentos agregarão novos valores ao espaço. Existe assim uma tentativa de transformar os espaços segundo suas morfologias, mas também a partir da atribuição de novos significados.

Neste ponto, surge a importância que a publicidade e a mídia assumem à dinâmica de implantação desse projeto. Os grandes meios de comunicação aparecem como aqueles responsáveis por atribuir *slogans* efusivos que reforcem novos valores aos espaços renovados: “Mudanças darão nova vida à área”, “vocação natural [do Cais José Estelita] de ser estratégico para o desenvolvimento do Recife”; “Recife não pode barrar o progresso”. São esses alguns dos títulos de publicações presentes em grandes corporações midiáticas de Pernambuco e que assumem o papel de propagar valores que reforcem a necessidade, o belo e o moderno que o Novo Recife apresenta à cidade. Apesar de se constituir enquanto jornalismo, consideraremos aqui que muitas dessas publicações podem ser compreendidas como peças publicitárias, pois como estratégias de publicidade, apresentam uma intenção comunicativa funcional que se qualifica por nomear, indicar e evocar um produto ou objeto (SILVA, 2001a). Conforme sugere esse autor:

[...] *toda publicidade é, por princípio, indicativa*: é feita para indicar, para ordenar, para dirigir o olhar até alguma coisa do seu prévio interesse enunciatário. [A publicidade] Ela mostra, quando mostra (já que também pode indicar ou simplesmente falar), como se o que nos faltasse fosse o que ela nos oferece. Por isso a publicidade “mente”, quer fazer-nos crer que podemos ser felizes se conseguirmos o prometido (SILVA, 2011, p. 07-08).

Nesse sentido implícito de indicar, ordenar e dirigir o olhar, o Novo Recife, tanto nas simulações eletrônicas quanto nos discursos de seus defensores, aparece como aquele projeto que irá recolocar o Recife na rota do progresso e “revitalizar” o centro da cidade, hoje tido como abandonado, desordenado, violento e sem vida. Tal como caracterizou Tomás Lapa, são “Novos Recifes” que surgem como “prenúncio da redenção” forjado por grupos com interesses empresariais, mas que de fato, promove uma “autofagia dos espaços”, pasteurização das paisagens e uma alteração radical das relações espaciais urbanas⁶⁵. Colocar em ordem, cuidar e “revitalizar” que assume, na verdade, a função de

⁶⁵ Reflexão desenvolvida na palestra “Um olhar sobre o Recife: o processo contemporâneo de verticalização”, no evento “II Encontro de Desenvolvimento e Meio Ambiente”, promovido pelo PRODEMA/UFPE, no dia 28 de julho de 2013.

conformar “um *plus* estrutural de domínio”, uma colonização que promove um “acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura” (BOSI, 1992, p. 12). Incerteza e ousadia valorizadas pela publicidade imobiliária como “localização inovadora”.

As iconografias deste empreendimento sempre apresentam um Novo Recife onde predomina a ordem, espaços verdes, amplos e livres, em perspectivas distanciadas que comprimem ou eliminam os sujeitos sociais. São visadas virtuais de helicóptero (?!), “voos de pássaro” ou em ângulos da janela da casa grande/torre alta. Além disso, percebe-se uma clara intenção em produzir um novo cenário de cartão-postal para a cidade. Paisagens modernas para uma cidade que nasceu para ser moderna. Tal como apresenta o vídeo promocional do Novo Recife exibido na audiência pública de março de 2012:

Hoje Pernambuco vive um momento de crescimento econômico com a chegada de novas indústrias, infraestruturas e melhorias sociais. É nesse importante ciclo que um novo projeto urbanístico vem sendo delineado para a cidade, através de um conjunto de obras que estão mudando a cara do Recife e criando novos vetores de desenvolvimento [...] É nesse contexto que será implantado um novo projeto, que vai trazer vida nova ao centro da cidade. Um marco para o século XXI, que resgata a tradição e constrói o futuro, assim como Barcelona, Lisboa, Londres, Gênova, Bilbao e Buenos Aires. Cidades que transformaram espaços subutilizados em polos econômicos e culturais de repercussão mundial. As pernambucanas ARA Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux e Queiroz Galvão se unem a Prefeitura do Recife e o Governo de Pernambuco para construir um novo bairro na cidade.

Entretanto, há que se considerar que essas imagens persuasivas que denotam modernidade e progresso vão além de buscar se inserir na “reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento” (HARVEY, 2005, p. 179). Esta retórica do desenvolvimento apoiada na renovação das paisagens promove uma intensificação das interpretações catastróficas dos espaços do centro do Recife, apresentando estes espaços, quer seja o Cais José Estelita, o bairro de Santo Amaro, ou as comunidades vizinhas, como espaços em processo de degradação e estagnação. Lugares tradicionais que perdem o *status* de comunidade e de bairro para ser visto apenas como entorno dos projetos⁶⁶.

Estes espaços são frequentemente tratados a partir de adjetivações negativas: degradado, violento, abandonado, feio e favelado. Adjetivos elencados não apenas pelo consórcio vencedor da licitação e que apresentou o Projeto Novo Recife, mas também em algumas publicações do poder público e da mídia impressa e de internet. São tratados como degradados tanto os usos deste espaço, bem como os atores que aí habitam, estando

⁶⁶ Reflexão tecida por um morador do Coque durante a mesa de diálogo “Cerdà e a Barcelona do futuro: Realidade *versus* projeto”, realizada no Museu da Cidade do Recife, em 14 de novembro de 2013.

assim ambos, usos e atores sociais, sujeitos a remoção. Impõe-se assim uma espécie de incompatibilidade entre o “novo” e os usos e atores sociais contemporâneos deste espaço. Tal como afirma Bosi (1992, p. 378) “na hora da guerra a escolha se impõe. Então o múltiplo se reduz a um imperioso *ou isto ou aquilo*”.

Buscando expor que as escolhas se reduzem ao “*isto ou aquilo*”, quer dizer, a um presente de abandono ou um futuro de investimentos, a morfologia do presente é exposta segundo fotos e mapas que mostram o abandono dos espaços do centro do Recife onde, num olhar seletivo, se aplica um *zoom* de aproximação dos espaços para mostrar ruas desertas, equipamentos culturais abandonados e a sujeira dos espaços. Da mesma forma, apresentam fotografias panorâmicas para demonstrar a grande dimensão do espaço abandonado, sinalizado pelo Cais José Estelita. Ao contrário, em nenhum momento estas representações publicitam as comunidades localizadas no centro expandido do Recife, tais como Coque e Coelho, que desaparecem nas representações destes espaços. Tal como destacamos anteriormente, tais representações, com suas ausências e presenças seletivas, caracterizam-se enquanto uma violência geográfica com olhar seletivo para as paisagens e territórios da bacia do Pina, face visível de um importante território histórico da cidade.

Segundo Barbosa (1999b, p. 62-64), tais estratégias que objetivam atribuir novas imagens à cidade a partir de um “catálogo de formas repetitivas” diluidoras das diferenças socioculturais, almejam, dentre outras questões, tornar as cidades equivalentes e intercambiáveis, sem necessariamente resolver suas desigualdades sociais e econômicas. Leituras do caos urbano que assume o papel de um “dispositivo ideológico para neutralizar o sentido político da cidade e legitimar o neo-pragmatismo urbanístico que se arroga ser o salvador da *urbis* e do *civitas*” (BARBOSA, 1999b, p. 65). Segundo esse autor:

As cidades como lugares privilegiados nas tramas dos circuitos mundializados, precisam ser adequadas a esse novo modo e ritmo de reprodução do capital, onde a velocidade é a marca e a imprevisibilidade parece ser a tônica. A fórmula para o sucesso das cidades parece ser simples: assumir o caótico para candidatar-se ao mercado e ao dinheiro tornados globais. O individualismo e a habilitação para o livre mercado encontram uma estranha correspondência.

O caos é valorizado e proclamado como força de oportunidades contra a vida padronizada e reguladamente massificante da cidade. [...] Vencendo pela saturação invasora no nosso cotidiano, a imagem do caos deixa distante a cidade que habitamos, para nos impor a condição de nômades amedrontados, solitários e sem rastros. Por outro lado, o domínio “tátil” da imagem cidade caótica resulta da nossa própria tolerância política e intelectual com a fragmentação da vida.

Sitiada pela imagem modelar do caos a cidade é pura descontinuidade e sua estrutura incerta e fragmentária é condizente com o fim da história, ou melhor, com a negação de toda a sua historicidade (BARBOSA, 1999b, p. 66).

Figuras 33 e 34 – Recife: Vazios urbanos e a necessidade do “novo”



Figura 33: Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/02/16/apos-acao-do-mpf-contra-novo-recife-justica-aciona-tecnicos-para-justificativas/>>. Acesso em 20 jul. 2013;



Figura 34 – Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”.

Assim, tais interpretações caóticas sobre o Recife contemporâneo, desenvolvidas pelos discursos hegemônicos, se apresentam carregados de significados políticos, visualizando os espaços do centro recifense enquanto um espaço absoluto, pronto para projetos transformadores que garantam um “excelente negócio” ao setor privado, investidores e clientela em geral. Tal como argumenta Alvarez (2013, p. 121-123), a partir do Projeto Nova Luz de São Paulo, tais formas de intervenção urbana concebem o espaço de seus projetos de renovação enquanto “vazio, como espaço absoluto, no qual se pode

trocar as formas, remodelá-las como se brinquedos de montar fossem”, desconsiderando assim práticas sócio-espaciais, identidades, sociabilidades e lutas. Na insistência em caracterizar esses espaços enquanto degradados, caóticos, vazios urbanos, percebe-se uma vontade política de justificar os processos especulativos de enobrecimento deste espaço, onde a retórica da necessidade e do bem comum informa os desígnios e referentes ideológicos que amparam o projeto no debate com a sociedade.

A retórica de que o Cais José Estelita representa o caos, o atrasado, o derruído e que se constitui enquanto um “espaço-problema” para a cidade e seu desenvolvimento assume assim, um dos pontos centrais para justificar a “renovação” dos seus espaços. Um desenvolvimento (econômico) que quer pautar, e tem pautado, o desenvolvimento da cidade, com propostas sem compromisso social.

Tal como argumenta Barbosa (1999b), o caos enquanto *imago urbis* se reproduz na urbanidade contemporânea visando “hegemonizar formas de representação” sobre as contradições da cidade. Para esse autor, tal interpretação da cidade, além de se constituir como um jogo discursivo da pós-modernidade, tem se apresentado com “um papel significativo na condução de práticas sociais de reordenamento territorial e paisagístico das cidades” (BARBOSA, 1999b, p. 60).

Essa leitura da cidade como ruína, destruição e decadência se apresenta então como discurso legitimador do processo autofágico da cidade. A “experiência da ruína” produz um estranhamento da paisagem, uma “cidade infernal”, onde se afirma somente estratégias urbanas neoliberais (projetos de ‘revitalização’, empreendimentos imobiliários) seriam capazes de retirar a cidade do status “neurastênico” das paisagens obituárias e decadentes de “centros arruinados”⁶⁷. Assim diz a hegemonia: para “curar” a ruína, apenas o dinheiro e os cenários do admirável mundo novo.

Barbosa (1999b) distingue duas linhagens que fazem do caos o fundamento das leituras da cidade: a linhagem da simulação e a linhagem da dissimilação. Destas duas formas de tratar o caos da cidade, pensamos que a abordagem que mais se aproxima daquela tratada pelos discursos hegemônicos do Novo Recife corresponde à linhagem do caos como simulação, que promove um tratamento do caos como sinônimo da crise urbana. Para Barbosa (1999b, p. 60) o caos como simulação pode ser compreendido a partir das seguintes características:

⁶⁷ Reflexões desenvolvidas a partir da exposição de José Lira na mesa redonda “Cultura, identidades e conservação: espaço público, sociabilidades e patrimônio cultural”. In: XV ENANPUR, Recife, 20 a 24 de maio de 2013.

Essa leitura apoia-se em evidências bastante concretas das condições histórico-geográficas atuais da cidade. A violência, o banditismo social, a degradação ambiental, a saturação das vias de transporte, a insuficiência dos serviços de saúde e habitação são expressões recorrentes e instrumentalizadoras do caráter pletórico das representações que fixam, limitam e remetem o nosso imaginário à superfície das “questões sociais” advindas da falência da cidade.

Geralmente constituídas a partir do isolamento dos elementos de seu conjunto mais amplo, as representações do caos tratam as questões de ordem mais complexa e tensa como problemas do crescimento urbano “desordenado”. No entanto, é através de sua banal inocência que se configuram e se difundem leituras ideológicas de *vitimização* dos “cidadinos” e, no seu limite, de *satânização* da cidade.

Essas leituras da cidade nos demanda considerar com bastante cuidado as interpretações tecidas sobre o Recife segundo a imagem do caos e da desordem, visto que essas representações que desenham a cidade a partir de seus “objetos obsoletos, grafismos desviantes e simbologias decadentes”, normalmente são porta-vozes dos apelos que procuram levar a cidade até o outro extremo da situação: normatizações da cidade e das suas redes de sociabilidade; fortalecimento da consideração do espaço enquanto objeto funcional de consumo; legitimação de núcleos de bem-estar e segurança, a partir da difusão de condomínios fechados (BARBOSA, 1999b, p. 61-63).

Percebemos então, nos discursos e representações vinculados aos interesses da aprovação do Novo Recife uma retórica de “salvar a cidade do caos contemporâneo, da barbárie da violência e estagnação econômica”, não um interesse de resgatar as sociabilidades perdidas, o privilégio aos interesses públicos, mas na verdade a tentativa de consolidar intervenções urbanas que apresentam o objetivo de concretização de seus desígnios estratégicos. Antes de propor intervenções que favoreçam o conjunto da cidade, que promovam a renovação dos espaços públicos, que reforcem a co-presença paisagística e de usos de todas as classes sociais no centro da cidade, são representações e propostas de ações que buscam reforçar estereótipos, valorizar terrenos aos grupos imobiliários, higienizar o centro histórico e legitimar ações urbanísticas e arquitetônicas segundo uma renovação estética da cidade.

Há que considerar que essas retóricas e ações que reforçam preconceitos e buscam valorizar espaços da cidade a grupos econômicos são inúmeras. Conforme demonstramos mais acima, trata-se de um discurso que está presente nas formulações do Projeto Capital, em manchetes de jornais, no discurso de políticos e, principalmente, em ações já materializadas através das antecipações espaciais localizadas no centro. Ações como as Torres Gêmeas do Cais de Santa Rita, que simbolizam de forma exemplar esta apropriação do espaço.

Vinculado ao processo de valorização desses espaços do centro e seu correlato processo de satanização da cidade segundo a retórica do caos há, tal como reforça Barbosa (1999b, p. 61) uma valorização do local a partir de imperativos de eficiência, desenvolvimento, progresso e rentabilidade da cidade, estimulando um urbanismo que realiza uma “performance mimetizada dos lugares”, ou como colocado por Harvey (2005, p. 179) uma “reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento” que origina uma série de “*commodity urbana*”⁶⁸. Vislumbra-se então um processo onde “a racionalidade econômica substitui o monumentalismo arquitetônico para erigir uma ética do mérito, onde o agradável e a segurança jogam papéis decisivos”: a denominada “cenografia gestinária contra o caos” (BARBOSA, 1999b, p. 61). Surge assim, uma cidade-projeto, sublimação do real que esconde as tramas cotidianas e nega as histórias da cidade real.

Partindo então das ideias desse autor, a partir da relação aqui estabelecida entre o Novo Recife e seus discursos e imagens que caracterizam o Recife contemporâneo segundo a retórica do caos, encontramos quatro características destes discursos: a) a exagerada estetização das paisagens e dos seus respectivos territórios; b) uma radicalização das desigualdades sociais sem ocultar o propósito principal de inserção do Recife no mercado global de imagens, turismo e estilos de vida; c) consideração da cidade apenas enquanto lugar para se olhar; e finalmente d) a proliferação de estratégias de disciplinamento dos usos da paisagem, segundo a conversão destas em “janelas de exibição”, enquanto face visível da estetização da economia política (BARBOSA, 1999b, p. 62).

Como discorreu o representante de uma construtora pernambucana no vídeo “recife md”, produzido pelo coletivo de audiovisual Vurto, o crescimento, segundo o modelo contemporâneo de urbanização recifense, só é pensado através da poda, da renovação, da construção do novo e da subtração daquilo considerado velho, sujo e degradado. Lapa (2011, p. 33) afirma que este valor da novidade encontra-se presente em projetos recentes de reestruturação urbana, atribuindo certa superioridade do novo sobre o antigo, com o objetivo de “eliminar todos os vestígios de ancianidade”, visto enquanto “algo desagradável e de mau gosto”. Essa valorização da novidade vem acompanhada de uma

⁶⁸ Termo determinado por David Harvey em entrevista a John Brissenden e Ed Lewis, do New Left Project. Entrevista disponível no site Outras Palavras, segundo a tradução de Daniela Frabasile e Laís Bellini e intitulada “As Cidades Rebeldes de David Harvey”. Disponível em: <outraspalavras.net/2012/07/13/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/>. Acesso em: 16 jun. 2013.

tendência de verticalização exagerada, estratégias de marketing que dispõem grandes edifícios enquanto símbolos do futuro, modernidade e progresso, somado a um modelo de crescimento urbano que desconsidera a permanência dos valores culturais locais (LAPA, 2011). São assim discursos e representações que difundem a ideia do “novo” e do “progresso” tanto em seus produtos pragmáticos (materiais administrativos, projetos estratégicos) e nas ações retóricas (propagandas, iconografias e campanhas virtuais).

Acreditamos então que não existe um consenso que vem sendo mobilizado pelos discursos hegemônicos para justificar a implantação do Novo Recife, mas sim que vem sendo imposta/construída uma imagem de necessidade da cidade que objetiva permitir e legitimar a “visão dos vencedores” do que seria progresso, desenvolvimento e suas opções prospectivas. Neste sentido, a retórica da paisagem tem extrapolado o aspecto de venda de localizações privilegiadas para transmitir uma projeção ideológica da cidade, tornada nova, bela e moderna, formada a partir de arranha-céus reluzentes e negando a cidade do presente, suas territorialidades, a pluralidade de sujeitos sociais, visualidades e opções construtivas.

3.1.2. Paisagens belas, realidades distópicas: olhos míopes, memórias de androides

Los Angeles, 2019. Um futuro de alta tecnologia, conflitos urbanos, sociais e um caçador de androides perseguindo replicantes assassinos em fuga. Assim se apresenta um dos mais importantes filmes de ficção científica da história do cinema: *Blade Runner*, do diretor Ridley Scott. No filme, o detetive Rick Deckard caça replicantes, seres virtualmente idênticos ao homem, de apurada inteligência, força e agilidade. Utilizados como escravos na colonização de outros planetas, começam a representar uma ameaça a Terra depois da realização de uma rebelião sangrenta promovida por estes androides. Uma característica especial destes seres merece ser considerada aqui em nossa argumentação: os replicantes possuíam memórias implantadas de outra pessoa do qual acreditavam que eram suas. Segundo o dono da Tyrell Corporation, empresa que teria criado os androides na trama, a memória e a presença de um passado permite criar um ambiente aconchegante às emoções e, consequentemente, uma forma de controle dos replicantes.

Recife, 2013. Dentro da proposição e construção de “novos Recifes”, a memória da cidade é tripudiada, readequada e sinalizada segundo uma retórica que visa ligar os novos espaços às emoções. Ações que utilizam da tradição para justificar formas de ocupação e organização do espaço que em nada respeitam os espaços, costumes e sociabilidades

históricos da cidade: torres com nomes de personagens históricos da cidade; incorporação da importância cultural dos rios do Recife segundo uma “genética da água”, justificando assim uma valorização imobiliário-ecológica nas margens líquidas; incorporação de formas históricas (armazéns, silos portuários, igrejas e fortes históricas) sem considerar as tradições e usos ligadas a estes. A memória, a paisagem e as sociabilidades viram apenas fundo nesse cenário de novos Recifes.

Tais exemplos são algumas dos fatos que exporemos a seguir e que, para nós, demonstram que no Recife observa-se a conformação de uma “memória de androide” que se apoia em “tradições selecionadas” para justificar a construção de um futuro imaginado pelo *marketing* e concretizado segundo empreendimentos imobiliários. De toda forma, são usos da memória que lembram, mais uma vez, a dialética da colonização de Bosi (1992): a partir da tradição que afirmam se apoiar, definem qual forma de ocupação e organização almejam atribuir aos espaços, bem como os códigos de leitura do espaço que desejam estabelecer, definindo assim os planos e ações a ser implementados no futuro. Uma ligação seletiva com as memórias que, somado a um olhar seletivo ao território, justifica a necessidade do novo, da urbanidade moderna, vertical e deslumbrante. Um progresso apoiado em memórias selecionadas e que promove intervenções urbanas que retiram da paisagem toda memória caracterizada como “tempo morto”. Tal como afirma Bosi (1992, p. 377-382):

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças.

Dito de outra maneira: não há condição colonial sem um enlace de trabalhos, de cultos, de ideologias e de culturas [...] [A dialética da colonização é] espelho dos cálculos do aqui-e-agora, e projetos que visam à transformação da sociedade recorrendo a discursos originados em outros contextos, mas forrados de argumentos universais.

Não é de hoje que observamos uma crescente valorização do passado das cidades no cotidiano dos indivíduos e coletividades, nas ações elencadas pelo poder público e nas estratégias de mercado dos atores privados. Comentando sobre o papel da memória na dinâmica atual das cidades, Abreu levanta alguns apontamentos que justificam essa corrida ao passado, tais como o fim do otimismo ilimitado no futuro, assim como a alta velocidade do atual período de globalização, que tem estimulado uma busca ansiosa de referenciais identitários por parte das sociedades (ABREU, 1998). Para este autor, o passado assume uma das dimensões mais importantes da singularidade espacial, sendo um dos mais

notáveis suportes à procura da diferença nas cidades. A busca das identidades dos lugares, tão comum na atualidade, seria caracterizada então, por uma busca do passado, adquirindo um status de preservação, recuperação e/ou restauro do que sobrou das paisagens urbanas pretéritas (ABREU, 1998; BARBOSA, 2012a).

Esta valorização do passado nas cidades adquire assim, por muitas vezes, um potencial político, pois a incorporação dos discursos e da(s) memória(s) da cidade são cada vez mais agenciadas por estratégias de valorização da cidade junto aos discursos turísticos, ligando-se cada vez mais às estratégias de fortalecimento dos sentimentos de identificação dos habitantes da cidade e às tentativas de criação de particularidades aos espaços mais representativos da cidade, capazes de inserir a cidade num mercado global de consumos urbanos (SÁNCHEZ, 2010; HARVEY, 2005).

Em pesquisa anterior mostramos que a apropriação de imagens e representações culturais sobre o estuário recifense em ações recentes da Prefeitura do Recife foi conduzida a partir de uma síntese dos discursos, de uma apropriação seletiva e parcial, dando relevância aos aspectos mais emblemáticos e omitindo aqueles com um teor mais crítico ou inconveniente aos objetivos políticos do presente (BARBOSA, 2011a; 2012a).

Aos passarmos a análise aos empreendimentos desenvolvidos pela esfera privada percebemos que esta tônica ainda é verdadeira. As Torres Gêmeas do Cais de Santa Rita, por exemplo, adotaram como nome de cada uma delas dois personagens históricos da cidade: Píer Maurício de Nassau e Píer Duarte Coelho. A primeira com o nome do administrador do período holandês que almejou instalar no contemporâneo bairro de São José a cidade moderna planejada para ser sede do império holandês nas Américas. O segundo, nome do primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, tido como responsável pelo sucesso da exploração canavieira colonial em terras pernambucas. Modernas torres que, já em sua toponímia, apresenta uma ligação, ao menos retórica, com a ideia de progresso, modernidade e cosmopolitismo – ancestrais magnânimos da conquista da terra. O batismo dos edifícios é tão ou mais gritante e pretencioso que sua desproporção no *skyline* do centro derruído. Ligação com um passado de grandes transformações na cidade, de um Recife forjado por anseios de glória.

Percebe-se então que a memória surge nos debates desses “novos Recifes” como um “instrumento” de reposição e atualização dos sentidos que orientam as experiências culturais, sujeita a uma série de interferências com as experiências culturais do mercado, criando assim alguns filtros (LOPES, 1995) e algumas adaptações retóricas para aprovar

projetos de reestruturação urbana. O empreendimento Novo Recife, por exemplo, desde o anúncio de sua construção vem sofrendo amplas críticas por ser encarado como um projeto incompatível com a importância histórica, paisagística e urbanística do Cais José Estelita e, em extensão, do centro inicial da cidade.

FIGURAS 35, 36 e 37 – Memórias e cenários para um Novo Recife



Fonte: Informe publicitário “Presente e futuro no Cais José Estelita”.

Lembrando que, grandes políticas alcançam sucesso a partir que conseguem converter e “colonizar” os espíritos (MUSCARÀ, 2009; ZUSMAN, 2009), tão logo as críticas ao desrespeito do Novo Recife à memória da cidade e seus patrimônios se ampliaram, o consórcio mudou discursos e inseriu uma preocupação do tipo “resguardo

cenográfico” de alguns equipamentos históricos. Longe de afetar negativamente o patrimônio, o empreendimento passa a ser apresentado, pelo menos desde o início de 2013, como um projeto que preservará e dará visibilidade à memória ferroviária e portuária do Recife. Propõe-se então, por exemplo, a recuperação da Igreja Matriz de São José, restauro de armazéns, manutenção do cilo, das atuais residências de funcionários da RFFSA e de parte da fachada dos armazéns de açúcar.

Aliás, a decisão de preservar o cilo revela o quanto a preocupação com o patrimônio encontra-se no segundo plano de ação do Novo Recife. Em 2012, o Consórcio Novo Recife divulgou a maquete eletrônica do projeto em que não constava a preservação deste equipamento. Entretanto, no começo de 2013, quando o IPHAN e Fundarpe lançaram solicitações para preservação de parte da memória ferroviária, foi lançada uma segunda maquete eletrônica, desta vez com o cilo preservado, mas deslocado do seu local de origem⁶⁹ (Figuras 38 e 39). Em dezembro de 2013, quando o Projeto foi reavaliado e aprovado pela atual gestão municipal segundo a implantação de um parque linear, o equipamento desaparece novamente, mostrando assim que a preservação dos equipamentos não corresponde a preocupação central do Novo Recife. Assim, os discursos hegemônicos do Novo Recife consideram a memória a partir de uma “coisificação” do passado, segundo a sugestão de espaços patrimonializados sem relação com seus contextos, sem considerá-los em relação com as histórias dos lugares onde a vida e as narrativas históricas lhes fundamentam.

Propõe-se preservar os silos portuários e outros equipamentos ferroviários sem mencionar o papel destas formas na constituição de territorialidades históricas do centro. Um debate sobre a preservação que, inserido na competição entre territórios mundializados, almeja expandir o atrativo turístico dos lugares, segundo um processo de “redução narrativa” capaz de omitir parte da história destes lugares em proveito dos elementos considerados mais atrativos (BERDOULAY, 2009), quer dizer cenários e paredes para ser vistas, não sentidas e vivenciadas.

Neste sentido, junto à este olhar seletivo voltado à memória, percebe-se outro aspecto correlato e importante na apreciação dos documentos oficiais do Novo Recife: um

⁶⁹ Observação que nos foi apontada por Mucio Jucá, durante o Seminário “Debate sobre impactos de grandes projetos na cidade do Recife”, realizado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, no dia 27 de novembro de 2013. Mucio Jucá corresponde a um dos arquitetos responsáveis pela publicação “Nosso Cais: Integração, mobilidade, paisagem cultural. Diretrizes de Intervenção para o Cais José Estelita”. Desenvolvido a partir do Workshop do Curso de Arquitetura e Urbanismo, realizado na Universidade Católica de Pernambuco, em 2012.

olhar seletivo que se expande ao espaço local, quer seja na definição das opções construtivas ou na forma como analisam os espaços centrais da cidade do Recife. Quando o relatório de impacto do empreendimento apresenta as áreas de influência do projeto, este inclui em seu perímetro de alcance os bairros de São José, parte da Ilha Joana Bezerra e do Leite, Cabanga, e parte do Bairro do Pina e Boa Viagem.

Figuras 38 e 39 – Novo Recife: Memórias de androide



FONTE: Figura 33 – Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/01/08/veja-todas-as-compensacoes-ja-exigidas-pela-pcr-para-a-aprovacao-do-projeto-novo-recife/>>. Acesso em: 10 fev. 2013; Figura 34 – Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/02/22/memoria-ferroviaria-sera-preservada-pelo-projeto-novo-recife-74230.php>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

Apesar de parecer convincente tal apresentação, visto serem estes os bairros localizados próximos ao empreendimento, a delimitação é resultado de uma análise técnica

e simplificadora do espaço: apenas a partir dos componentes de infraestrutura, acessibilidade e proximidade, sem levar muito em consideração outros tipos de impactos sobre o espaço da Bacia do Pina, de ordem ambiental e social, assim como sem considerar o grande contingente populacional que habita nestes bairro, pois os espaços são sempre apresentados como “vazios”, “degradados” e que necessitam de uma *‘requalificação’* e “reurbanização” (para não dizer recolonização). Tal como afirma Alfredo Bosi, na vida contemporânea, cercada pela presença imperiosa dos meios de comunicação de massa, “colonizar quer dizer agora massificar a partir de certas matrizes poderosas de imagens, opiniões e estereótipos” (BOSI, 1992, p. 383).

O olhar seletivo e generalista apresenta o bairro de São José apenas como um espaço de “zonas de concentração industrial, equipamentos e instalações ferroviárias, armazenamento, antigas áreas residenciais submetidas a processos de deterioração e o comércio popular do Centro da Cidade”. Já a Ilha do Leite, a Ilha de Joana Bezerra e os bairros do Pina e Boa Viagem são apresentados enquanto territórios “de economia urbana pulsante”, onde a única questão importante a se observar corresponde à expansão do Polo Médico, à implantação do Polo Jurídico, à expansão dos edifícios empresariais, dos Flats e Home-Services e à construção do Shopping Rio Mar.

Tal interpretação também está presente no Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”, conforme apresentamos no início do primeiro capítulo. Utilizando estratégias de marketing com conteúdos ideológicos claros, o presente sempre é apresentado a partir do abandono dos espaços do centro do Recife, ocultamento de importantes territorialidades e segundo uma apreciação imagética da cidade que almeja tornar visível determinados equipamentos, ocultando outros, bem como suas histórias com teor mais crítico.

Assim, percebemos nos produtos que apresentam o Novo Recife à população e aos especialistas um olhar seletivo, generalista e segregador que caracteriza o centro do Recife enquanto um “vazio urbano” que clama pela *‘requalificação’* promovida por grandes empreendimentos. São representações e referentes ideológicos que objetivam apagar dos projetos as grandes comunidades históricas do centro do Recife: Coque, Coelhos, Beira-Rio e tantas outras que estão no centro, mas veem seus territórios construídos ao longo de décadas desaparecerem dos mapas, terem suas toponímias substituídas e a colocação no mapa de planos ainda não concretizados como forma de passar o recado por trás de

projetos conduzidos com o lema da ‘revitalização’: adeus favelas⁷⁰! Tal como considera Serpa (2013, p. 176):

[...] os processos de apropriação do espaço público na cidade contemporânea são condicionados por representações segregacionistas, que vão mediar processos de territorialização de grupos sociais (classes e frações de classe), a partir de uma dialética entre capital cultural e capital econômico [...]

Nos “novos” e “renovados” espaços públicos ao redor do mundo, as práticas espaciais inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes “invisíveis”. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição [proximidade espacial com enorme distância social] de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos.

Tais territorializações que privatizam o espaço público no caso aqui em tela, nomeadamente correspondem às antecipações cognitivas e espaciais observadas no Recife desde a década de 1990 que destacamos no capítulo anterior. Elas reforçam as redes de poder que vem transformando a cidade, acompanhadas de atos enunciativos que menosprezam, esquecem, depreciam e estigmatizam os espaços do centro do Recife, bem como seus valores e seus habitantes, quer seja através de mapas, de reportagens jornalísticas ou projetos e ações do poder público.

Tais enunciações/representações correspondem então a um ato político que almeja excluir tudo que seja diferente e pouco compatível com seus processos de territorialização de projetos hegemônicos. Tal como evidencia Souza (2013, 132):

[...] tais valores [valores internos do lugar] não são levados em conta porque, simplesmente, leva-los *seriamente* em conta – sem preocupações de controle, “domesticação” e mercantilização – é algo incompatível com as necessidades “revitalizadoras” do capital e com a perspectiva que é típica do Estado. Não estamos diante de uma mera deficiência cognitiva ou epistêmica, muito menos de um simples descuido analítico: o que há, efetivamente, ainda que nem sempre de modo plenamente consciente por parte de pesquisadores e planejadores, é uma *opção*, condizente com a “lógica” dos *loci de construção discursiva* (lugares e enunciação) de tais analistas e técnicos – e, em última instância, condizente com os interesses vinculados ou que patrocinam esse *loci* (Estado e mercado capitalista).

Dessa forma, vê-se uma cidade que se transforma cada vez mais em algo plástico, fluida e conduzida segundo intervenções em fragmentos da cidade e fronteiras de

⁷⁰ Segundo um blog do Jornal do Comércio, o projeto Novo Recife promoverá uma mudança na face da metrópole recifense. Esta mudança é apresentada com a irônica frase “adeus favelas!”. Para ter acesso a reportagem, acessar em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/12/28/moura-dubeux-diz-que-projeto-novo-recife-vai-mudar-a-face-da-metropole/>.

valorização. Uma cidade com “retalhos de planejamento”⁷¹, cada vez menos pensada pelo Estado, cujo processo de intervenção urbana cada vez mais é transferindo à iniciativa privada, convertendo a política e regulação pública a partir dos interesses de grupos empresariais, segundo ações conduzidas pelo mercado imobiliário (ALVAREZ, 2013), promovendo regimes urbanos de caráter empresarialista.

Neste sentido, vislumbramos no Novo Recife um processo de colonização dos espaços da Bacia do Pina a partir do enlace entre objetivos econômicos, anseios políticos e os referentes ideológicos dominantes. Aliás, este empreendimento é por nós compreendido enquanto um projeto que revela a aliança entre *colo* e *cultura* contra o *cultus*, tal como caracterizado por Bosi (1992, p. 390): “os fetichistas da modernização burguesa fabricam um mundo de coisas e valores que marginaliza todas as formas da tradição rebaixando-as à condição de mercadoria em desuso”. A tradição, o patrimônio e a paisagem são difundidos pelos discursos hegemônicos a partir de uma incorporação contextual, onde se elenca apenas alguns esquemas de valores específicos, bem como mensagens filtradas, quando o patrimônio e a paisagem revelam histórias que soam estranhas aos anseios coloniais contemporâneos (BOSI, 19992).

Reforçamos então a crença, muito embora pessimista, mas ancorada na sucessão de fatos contemporâneos, que a paisagem no Recife poucas vezes é vista como bem comum. No discurso de atores que defendem empreendimentos como o Novo Recife, percebe-se que, se precisar mudar a lei, destruir uma paisagem, mesmo que histórica, para dar passagem ao progresso, isso será feito – com ou sem protestos. Isso se faz presente porque, no Recife, a paisagem tem sido evocada como bem exclusivo de quem pode “se colocar no espaço”. Quer dizer, apropriar-se por meio de compra e regulá-la por meio das leis que se fazem-e-desfazem.

3.1.3. O estuário que se descortina: 1km de cenários na beira d’água

Olhar a cidade a partir da (re)construção das imagens e dos sentidos elaboradas por estas expressões corresponde a um fator crucial para entendermos a realidade da cidade do Recife contemporâneo. A abordagem cultural da geografia vem demonstrando em alguns trabalhos recentes que o imaginário mediado por expressões culturais interfere em fenômenos geográficos concretos, atribuindo valor aos espaços, podendo ser estudados

⁷¹ Termo colocado por Amélia Reynaldo na mesa de diálogo “Cerdà e a Barcelona do futuro: Realidade versus projeto”, realizada no Museu da Cidade do Recife, em 14 de novembro de 2013.

como verdadeiros sistemas simbólicos que articulam debates sociais.

Imagens e representações do espaço, tais como mapas, vídeos e propagandas visuais são capazes de evidenciar os interesses sobre o mundo dos atores envolvidos em sua produção, apresentando uma consistência histórica e geográfica profunda, pois exprimem as percepções e comportamentos dos que mobilizam e reinterpretem as paisagens e territórios representados em novas metáforas. Convém assim adicionar que, segundo a advertência de Nestor Garcia Canclini, a construção dos imaginários geográfico e cultural das cidades acontece nos seus espaços públicos, frequentemente a partir da utilização de narrativas, sensibilidades e ideologias apoiadas na paisagem, ao mesmo tempo em que dão suporte a esta (CANCLINI, 2008).

Convém reforçar que ações contemporâneas ligadas às estratégias do *marketing* urbano revelam profundas conexões entre os aspectos culturais da cidade, as estratégias de comunicação de seus atores e a variável política, visto que nestas estratégias destacam-se ações que visam tornar hegemônicas determinadas leituras do espaço, buscando estimular a população a realizar determinadas formas de apropriação dos espaços, “domesticando” os usos destes cenários da vida pública e promovendo uma reprodução esperada dos traços culturais do *ethos* do lugar (BARBOSA, 2011a; MACIEL e BARBOSA, 2013).

Neste sentido, através da evidente ligação percebida entre o Novo Recife e esse projeto empresarialista de cidade apoiado no *marketing*, leituras hegemônicas da paisagem tornadas consenso e um urbanismo *décor* (BARBOSA, 1999b), destacamos que os espaços ligados aos estuários recifenses têm sido utilizados em ações de reestruturação urbana a partir da transformação destes em mercadorias (estratégica e política), vinculando-o ao discurso do comércio de cidade, a partir do estímulo ao turismo, às atividades cotidianas de lazer, ao consumo da própria cidade e de suas paisagens mais simbólicas (ver BARBOSA, 2011a). Nesta adequação da cidade ao dito *city marketing*, empreendimentos como o Novo Recife assumem o papel de dinamizar o progresso recifense apoiados na construção e/ou reforço de imagens e memórias seletivas da cidade: um moderno Recife narcísico que alcança o progresso mostrando-se aos espelhos d’águas da cidade-estuário. Um Recife moderno que olha para o futuro utilizando suas margens d’água enquanto cenários e espelhos que só mostram somente àquilo que se quer que vejam (ver imagens a seguir).

Um produto desenvolvido pelo Consórcio Novo Recife é bastante revelador desta relação simbólica entre o empreendimento e a retórica das relações da cidade com as águas: haja vista o filme apresentado pelo Consórcio na audiência pública no Plenário da

Câmara Municipal do Recife⁷². Esta audiência que ocorreu no dia 23 de março de 2012 foi convocada pelo vereador Múcio Magalhães (Partido dos Trabalhadores) como forma da câmara de vereadores recifense buscar dar uma resposta aos grupos que pediam um debate mais aprofundado sobre o empreendimento, pois percebiam que aquele espaço corresponde a uma área de interesse público.

O material iconográfico apresentado nesta audiência por um dos representantes do consórcio é definido como um “filme-conceito” que apresenta o projeto de forma “que se tem bem uma clareza sobre o que se pretende” com o empreendimento. Através de uma série de recursos narrativos e imagéticos, este vídeo demonstra um dos interesses centrais do Novo Recife: descortinar um novo horizonte turístico e econômico nas/das paisagens estuarinas do Recife, calcado em discursos sobre desenvolvimento e progresso que propõe a renovação destes espaços.

Tal representação inicia sua justifica sobre a importância do Novo Recife a partir do uso da retórica poética de um dos mais conhecidos trovadores da cidade, Carlos Pena Filho: “Hoje, serena flutua. Metade roubada ao mar, metade à imaginação. Pois é dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa”⁷³. A partir da citação deste poeta, o filme desenvolve o argumento que o principal ensinamento que se pode observar olhando a história da cidade é que, tendo o Recife nascido porto, os recifenses sempre tiveram a porta aberta para o novo, para a mudança. A cidade ter nascido voltada para o mar, segundo os argumentos desenvolvidos nesta peça publicitária, funcionaria como grande estímulo que o recifense tivesse permanecido ao longo da sua progressão histórica em contato com o mundo.

Neste sentido, apresentam o desejo constante da cidade e de seus habitantes em trazer ao Recife o novo, discurso acompanhado no filme de uma sequência de imagens e mapas antigos do Recife, iconografias que se sobrepõem no vídeo, imagens que escondem aquelas dos tempos pretéritos, para apresentar, *a posteriori*, a imagem que caracteriza o Recife do século XXI, “cosmopolita e moderno”: um olhar horizontal da cidade a partir das imponentes Torres Gêmeas do Cais de Santa Rita, destacadas no espaço histórico de edificações de baixos pavimentos.

⁷² Os materiais audiovisuais aqui utilizados estão disponibilizados com os links para acesso diretamente na internet. A audiência pública do Plenário da Câmara Municipal do Recife pode ser visualizada no seguinte link: <http://www.youtube.com/watch?v=3IkIRWkm9Sw&t=840>.

⁷³ O uso de poetas que decantaram a paisagem recifense é recorrente na cidade, seja por atores públicos ou privados. Em outro artigo analisamos o papel da poesia na pedagogia do olhar levada a cabo pela prefeitura acerca do espaço público na área central (MACIEL e BARBOSA, 2013).

Figuras 40, 41 e 42 – Águas que se descortinam



Figura 40 – FONTE: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/12/28/direitos-urbanos-diz-que-liminar-impedia-realizacao-da-reuniao-que-aprovou-projeto-novo-recife/>>. Acesso em: 15 fev. 2013.



Figura 41 – Informe Publicitário “Presente e futuro no Cais José Estelita”.



Figura 42 – *Frame* do vídeo da audiência do plenário da Câmara do Recife. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3IkIRWKm9Sw>.

Ao confrontar os resultados obtidos na pesquisa anteriormente mencionada com o debate que se vem travando na cidade do Recife em torno do empreendimento Novo Recife, percebemos cada vez mais a forma como os espaços ligados aos estuários recifenses têm sido utilizados enquanto mercadorias para a cidade: segundo apropriação das imagens, representações e imaginários urbanos assentados na íntima relação de construção da cidade sobre a planície alagadiça. Estas apropriações da retórica e dos imaginários opera, necessariamente, a partir da síntese de discursos e de uma apropriação seletiva e parcial, dando relevância aos aspectos mais emblemáticos e omitindo aqueles com um teor mais crítico. Revelam assim que tais reformas urbanas apoiadas na retórica da paisagem encontram-se permeada pelos interesses de uma determinada classe mais aquinhoadas, interessada em impor ao “1 km de beira d’água” do Cais José Estelita a visão de cidade que percebem no Recife, descortinando estas paisagens apenas aos olhos de algumas pessoas que possam pagar pelo metro quadrado à beira-rio.

Um descortinar da paisagem que se expande a partir de inúmeras formas às outras margens da Bacia do Pina. Em maio de 2013, por exemplo, alunos do curso de arquitetura da UFPE apresentaram um projeto de criação de uma orla poente na cidade do Recife, na face oeste de Brasília Teimosa. O projeto experimental, produzido para uma disciplina do curso de graduação, demonstrava a viabilidade de transformar a orla leste do bairro em um parque linear, com recomposição da vegetação de restinga e implantação de equipamentos públicos, pensando que esse projeto poderia fixar os moradores no bairro e fortalecer suas relações com a Bacia do Pina.

A proposta apresentada gerou um intenso debate em redes virtuais e sociais, além de ter sido alvo de uma apresentação pública para debater as reais possibilidades de implantação do projeto. Entretanto, destacamos a retórica utilizada na ampla divulgação deste projeto na imprensa. No dia 07 de maio de 2013, o Diário de Pernambuco estampou na sua capa a notícia “Uma nova praia para o Recife”, seguida do seguinte texto:

Uma Brasília Teimosa do futuro, com equipamentos públicos de alto padrão e um local privilegiado para contemplar o Rio Capibaribe. Além, é claro, do pôr do sol com uma das vistas mais belas do Recife. O projeto é de alunos de arquitetura da UFPE, mas já se mostra viável com o compromisso de ser integrado não apenas à comunidade, mas ao contexto geral da Zona Sul.

No texto da reportagem, termos que se repetem nas propostas de intervenção que se amplificam na cidade prometendo mudar à face do Recife: ‘*requalificação*’, “contemplar o Capibaribe”, “precariedade” atual dos espaços, dentre outros reforços de estigmas.

Interessante perceber que o debate sobre uma possível implantação deste projeto, a partir do discurso da mídia, deu-se não a partir de como isso poderia ser construído em parceria com os moradores do lugar, mas sim segundo o potencial deste espaço ser uma nova orla interligada à Zona Sul.

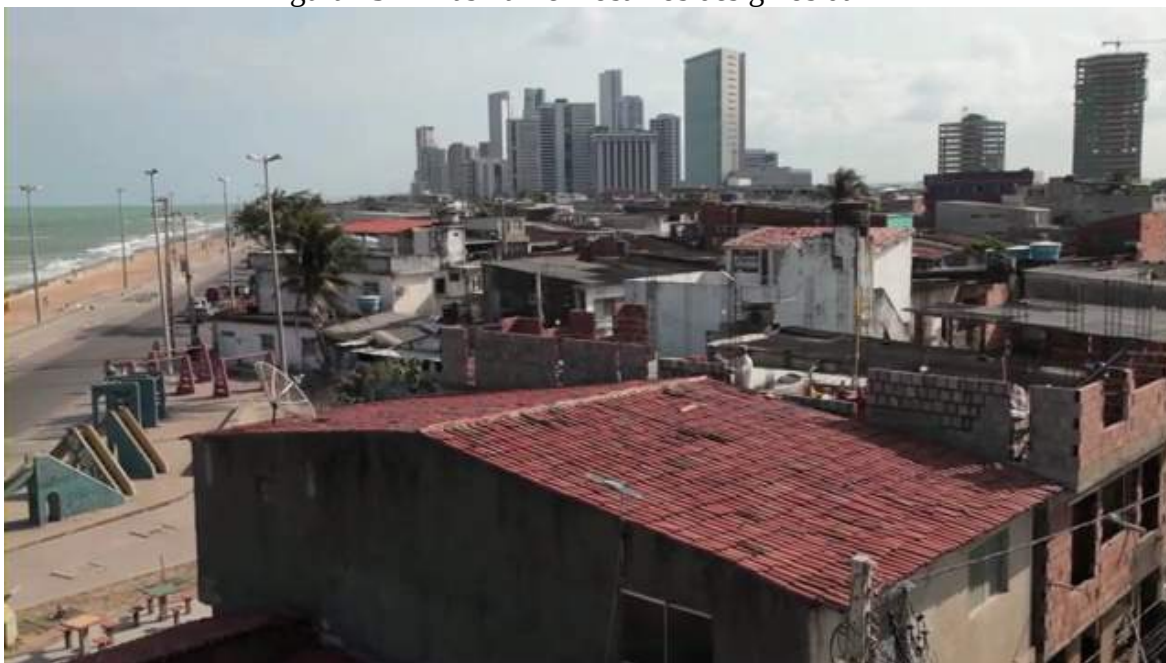
Ao afirmar que só com a implantação deste equipamento é que Brasília Teimosa poderia se integrar à Zona Sul, esse posicionamento reforça a interpretação recorrente dos discursos hegemônicos de caracterizar de forma recorrente os bairros populares do centro expandido enquanto periferias, negando-lhes assim o caráter de ser espaço integrado ao centro e a dinâmica, aparentemente diferenciada, da Zonal Sul. Brasília Teimosa, Coque, Ilha de Deus e demais zonas de interesse social da região Centro-Sul do Recife são sempre vistos como descontinuidades, como espaços a se integrar à cidade a partir de atitudes enérgicas de (re)ocupação de espaços que não deviam ser deles. Assim, a consideração de Brasília Teimosa desenvolvida pela mídia posterior à divulgação do projeto dos estudantes de arquitetura da UFPE muito se aproximou do discurso apresentado pelo superintendente comercial da Moura Dubeux em vídeo produzido pelo coletivo audiovisual Vurto. No vídeo, dentre outras questões, o representante da empresa argumenta que:

Brasília Teimosa era um local que se não tivesse dado a ocupação que foi dada a ela, era um local excelente porque é um local cercado de água pelos três lados. Então assim, hoje a ocupação que dá nela não se permite mais fazer um empreendimento imobiliário, a não ser que haja uma intervenção severa do poder público né, que realmente rearranje aquele local né, e assim, disponibilize à cidade *pra* um novo empreendimento. Então ela *tá* fadada a não passar daquilo, a não ser que haja uma intervenção severa do poder público, que o poder público ache que é importante que aquele local passe a servir à cidade com hotéis, com marinas, com equipamentos que incentivem ao turismo né... Mas isso é uma visão a médio e longo prazo. A gente tem outras áreas importantes da cidade para reocupar, como as áreas portuárias do Recife, o Cais da rua da Aurora né. Então você tem uma série de outros locais que tem uma relação fundiária mais simples *pra* gente poder ocupar.

Eu sou Antônio Vasconcelos, superintendente comercial da Moura Dubeux, da regional de Pernambuco. Eu sou engenheiro civil, especialista em marketing e trabalho na empresa há quase 10 anos.

Segundo a fala deste representante da Moura Dubeux, percebe-se uma vontade de expandir seus negócios até essas áreas que necessitam ser “disponibilizadas” à cidade. Percebem-se anseios que almejam dotar esse “local cercado de água pelos três lados” de equipamentos turísticos, pois só a adequação desses espaços selvagens à lógica do capital global é condizente a uma cidade que almeja ser global.

Figura 43 – Brasília Teimosa nos designios da MD



FONTE: Extrato do filme “recife md” do Vurto. Disponível em: <http://vimeo.com/31354876>.

Percebe-se assim que de diversas formas, e a partir de diferentes recursos retóricos, os discursos hegemônicos estimulam uma renovação dos espaços do estuário recifense segundo uma apropriação das paisagens a partir da seletividade de investimentos e dos sujeitos. Podemos então dizer que o Novo Recife parece ser proposto como uma tentativa de se transformar numa “parede” de torres que possa permitir uma colonização vertical da franja d’água, que expulse desse centro toda os indivíduos e usos que não sejam diferenciados. Tal como comenta Alvarez (2013, p. 119-120):

[...] o que parece estar posto vem a ser o domínio quase absoluto do mercado, em busca de efetivar a cidade como valor de troca, a partir de usos produtivos, mas direcionando seletivamente os investimentos, uma vez que a lógica é que a produção do “novo” na cidade, ou a sua reprodução, constitua, antes de tudo, reprodução do capital. [...] o processo conduz à seletividade dos investimentos e dos sujeitos que se quer atrair para estas áreas.

Em tal contexto, percebe-se que tais empreendedores no Recife tem demonstrado uma ampliada sensibilidade de valorização das, conforme o termo do Projeto Capital, vantagens competitivas da cidade, dentre os quais, uma ampliação do espetáculo da paisagem, onde a *paisagem-lugar* (materialidade do espaço) vira *paisagem-retórica* (modo de ver, modo de fazer ver, modo de convencer e modo de vender). Ao longo desse processo, constata-se que no planejamento urbano do Recife, em geral, e no projeto Novo Recife em particular, os atores hegemônicos promovem a valorização desta *paisagem-*

retórica a partir de uma negação das formas de negociações e participação sobre as reformas sugeridas aos territórios em questão.

Neste ponto, temos de reconhecer que, embora seja correto admitir que os empreendedores (setor imobiliário, grande mídia local) e o poder público correspondem aos maiores responsáveis pela propagação deste novo modelo de cidade, os cidadãos também estão implicados dentro deste processo de transformação. Tal como afirma Lacerda (2011, p. 41-42) “as responsabilidades, em termos de formas de apropriação do território [...] cabem tanto aos empreendedores quanto aos turistas”, visto que “não existe oferta sem demanda; elas são coniventes, compartes, companheiras”. No Recife, segundo os embates na opinião pública, da propagando massiva e da ideologia do arranha-céu, os cidadãos estão implicados na propagação deste processo, sobretudo os cidadãos de classe média – público alvo dos empreendimentos – mas também a sociedade que “aceitou” o novo padrão. Isso pode ser constatado, por exemplo, pela pouca resistência aos grandes empreendimentos nas linhas d’água, mangues, etc., para além dos grupos contestatórios aqui considerados.

Decerto, não é apenas manipulação, mas no caso em tela há muito de uma construção de um senso comum por parte dos grupos hegemônicos que vai transformando a cidade ao seu modo e seus objetivos. O debate de fundo (e dolorido) é que o senso comum da “cidade das torres” tem sido amplamente aceito pela população como parte do discurso/necessidade da modernização, do desenvolvimento, bem como justificado pelo anseio de se encastelar para fugir da violência ou do medo de usar os espaços públicos da cidade. Como afirma o arquiteto Luiz Amorim, no filme “Velho Recife Novo”:

Me parece que é uma construção social e que têm-se promotores que se valem disso. Então o produto imobiliário se vale de todas essas condições para oferecer um produto que tem uma boa clientela. Mas essa clientela gosta de comprar esse produto porque alguém disse que esse produto é bom. Então é uma máxima da lógica do mercado em que, eu gero as expectativas de compra a partir de alguns valores de qualidade, e claro que, a legislação urbana vem e favorece.

Igualmente, apesar das críticas direcionadas a esse projeto de transformação não terem se difundido amplamente, há que se considerar que os discursos e representações paisagísticas dos sujeitos sociais contra-hegemônicos não são ouvidos do mesmo modo que aquelas difundidas pelo poder constituído, visto que as formas de propagação das suas vozes e práticas se encontram com os detentores do poder (político e econômico), diretamente interessados com a propagação destes novos Recifes.

Esse discurso da cidade calcado na tentativa de propagação de um senso comum busca legitimar o processo de transformação urbana e utiliza a paisagem (ou imagens da paisagem) do estuário recifense para transmitir uma história épica do mercado e dos empreendedores recifenses. Propaga-se a ideia da “frente d’água” como uma alegoria do “merecimento” do belo pelas classes endinheiradas. Neste sentido, afirmamos que vem ocorrendo na Bacia do Pina uma “valorização simbólica” que é subjacente à uma “valorização monetária” realizada pelo empreendedorismo imobiliário, via estratégia de comunicação, marketing e com o suporte do Estado.

A *paisagem-retórica* do Novo Recife surge assim justificada como um empreendimento que objetiva lutar contra o caos contemporâneo da cidade, promovendo um embelezamento estratégico com objetivo maior de “figurar uma cidade ‘simulacro’ em oposição ao ‘caótico’”. Um Novo Recife que se caracteriza enquanto um “apanágio para um velho novo ‘espírito urbanístico’, sempre empenhado na reencarnação do movimento seletivo da mercadoria, no reordenamento hegemônico da propriedade privada e do valor de troca na cidade” (BARBOSA, 1999b, p. 63). Tal como sugere o autor referenciado acima, observa-se nessas propostas de intervenção o surgimento de uma “*ágora disneylandizada*”, de um “urbanismo *décor*” que promove um processo de enobrecimento de pedaços da cidade, intervenções urbanas locais e a recriação parcial e discricionária da cidade (BARBOSA, 1999b). Um urbanismo enquanto instrumento de valorização e transformação territorial.

3.2. IMAGENS E DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: OCUPANDO ESPAÇOS, TRANSFORMANDO MENTES

No item anterior destacamos uma série de representações e discursos sobre os ‘novos Recifes’ que buscam legitimar a validade de uma cidade vertical, de olhar seletivo e conforme intenções empresariais, segundo uma paisagem-retórica que almeja tornar hegemônicas determinadas maneiras de ver e viver a cidade.

Agora, faz-se necessário reconhecer que no Recife contemporâneo observamos a ampliação do papel político da imagem e a consideração de que as transformações urbanas apontadas como solução para o “caos recifense” não são aceitas em total pela sociedade recifense. Multiplica-se na cidade a produção de representações, discursos e ações de contestação da ordem instituída, quer seja a partir de mobilizações iniciadas em redes sociais da internet, quer a partir da produção/divulgação de materiais audiovisuais de diversas fontes e ações diretas no espaço público (passeatas, ocupações, intervenções artísticas, dentre outros).

Essa multiplicação de grupos de contestação à ordem hegemônica tem ocorrido em diversas partes do mundo. São grupos que, de variadas formas, demonstram o inconformismo de indivíduos de diferentes classes sociais diante da realidade urbana, social, econômica e democrática contemporâneas (SOUZA, 2013; CASTELLS, 2013). São movimentos como o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos; o movimento 15M, na Espanha; além de grupos que promoveram a Primavera Árabe na Tunísia, Egito, Líbia, dentre outros países árabes.

Para Souza (2013), estes movimentos estão se ampliando a partir de diversas formas de insurgência e resistência (ocupações, passeatas, produção de iconografias, tais como músicas e vídeos), fortalecendo assim formas múltiplas de contradiscursos urbanos. No meio da ampliação de uma “sanha revitalizadora” das áreas centrais urbanas, se mobilizam diante de uma “práxis que se opõe às intervenções promovidas pelo Estado e pelo capital privado”, a partir de territorializações, ressignificações de espaços (“relugarizações”) e práticas discursivas insurgentes (SOUZA, 2013, p. 142). No Recife, alguns grupos e movimentos tem ampliado sua organização para produzir discursos e planejar ações de contestação à ordem hegemônica. São grupos que caracterizamos como contra-hegemônicos, embora não se possa toma-los como homogêneos.

Enquanto contra-hegemônicos, consideramos dois grupos de cidadãos que se organizaram recentemente para contestar essas ações urbanísticas: o Direitos Urbanos e os coletivos de audiovisual (Vurto, Contravento e [projetotorresgêmeas]).

O Direitos Urbanos⁷⁴ corresponde a um grupo de diálogo formado na internet, em especial no site de relacionamentos Facebook, com o objetivo de articular uma rede de diálogo sobre o modelo contemporâneo de ocupação e transformação da cidade do Recife. Em sua definição no grupo do Facebook, se identificam como “grupo para discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos. A ideia é juntar pessoas interessadas em um Recife realmente para as pessoas (não só nos slogans), um Recife com vida”. A partir desse diálogo constante, surge então o grupo de contestação e proposição de ideias a partir de uma metodologia de atuação variada (ocupações, usos políticos da arte, “batalhas jurídicas”, dentre outros) organizada a partir de demandas insurgentes, e grandes projetos anunciados que requerem uma contestação emergencial.

Segundo a caracterização difundida pelo Direitos Urbanos em suas páginas na internet, podemos qualificar o grupo a partir das seguintes características: i) corresponde a um grupo aberto, não um fórum virtual; ii) trata-se de um grupo de defesa da democracia, bem como de seus valores, das instituições que dela fazem parte, e sobretudo, das esferas de participação efetiva da sociedade nas tomadas de decisões; iii) preocupam-se com a formulação de uma esfera de debate e de articulação política para atuação na nova conjuntura urbana; iv) utilizam a internet como meio de articulação, atuação, compartilhamento de informações e incorporação de novas causas e atores.

Alguns membros do grupo colocam que o movimento se originou a partir de uma mobilização iniciada contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares para combater a violência. Entretanto, Leonardo Cisneiros, um dos membros mais ativos do grupo, durante entrevista a um portal na internet, admite que o grupo de pessoas que deu origem à construção da roda de diálogo

⁷⁴ As descrições e informações aqui exibidas sobre o Direitos Urbanos foram recolhidas a partir de consultas nas páginas do grupo na internet, em conversas com alguns de seus membros durante as atividades desenvolvidas ao longo dos anos de 2012 e 2013 (ocupações e debates em espaços públicos, eventos científicos, cineclubes e festivais de cinema) e nos debates presenciais e virtuais desenvolvidos neste período sobre temas variados. Para maiores informações sobre o Direitos Urbanos, ver o grupo no Facebook: <http://www.facebook.com/groups/233491833415070>; Página na comunidade no Facebook: <https://www.facebook.com/DireitosUrbanos?fref=ts>; Blog: <http://direitosurbanos.wordpress.com/>.

no Facebook vem, na verdade, se articulando desde a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara⁷⁵.

Independente da data de início do grupo, queremos aqui destacar que a partir de 2012 o Direitos Urbanos construiu uma rede de debates e ações que expandiu o diálogo sobre as opções de planejamento da cidade a partir da produção de discursos, de uma série de visualidades e de ocupações do espaço público. Assim, seguindo diferentes frentes de mobilização, o grupo, a partir das diferentes histórias particulares de cada um dos seus participantes, conseguiu agregar profissionais de inúmeras atuações e cidadãos comuns em torno de um objetivo principal: reaproximar a sociedade civil da tomada de decisões políticas e do planejamento urbano da cidade, reconhecendo que estas decisões afetam diretamente todas as esferas da vida cotidiana. Reconhecem assim que a sociedade civil deve se contrapor ao modelo atual de planejamento da cidade, centralizado, hierárquico e fragmentário, buscando alternativas de ação que coloque os cidadãos como participantes ativos das decisões que afetam o cotidiano e o perfil construtivo da cidade.

Há ainda neste grupo aqui considerado enquanto discursos contra-hegemônicos três coletivos de audiovisual que contribuem ao debate da espacialidade pública: Contravento, Vurto e [projetotorresgemeas]. Com conexões e ações em parceria com o grupo Direitos Urbanos, estes grupos do audiovisual pernambucano se caracterizam por desenvolver uma série de filmes curtos, produzidos para portais da internet e para festivais de cinema, discutindo as metamorfoses paisagísticas do Recife, a partir de vários olhares sobre a cidade. Neste sentido, debatem questões como o olhar de cientistas sobre os grandes projetos que instauram “novos” Recifes⁷⁶, os impactos da construção de duas grandes torres habitacionais nas bordas do centro histórico recifense⁷⁷, o olhar de um engenheiro civil de uma grande construtora sobre a comunidade de Brasília Teimosa⁷⁸, assim como o registro de uma audiência pública que discutia a implantação de um empreendimento imobiliário polêmico na cidade⁷⁹.

⁷⁵ O grupo Direitos Urbanos foi criado oficialmente no dia seguinte à audiência pública acerca do Novo Recife, realizada em março de 2012. Este foi o primeiro grande momento político de organização do grupo, que possibilitou a primeira grande mobilização de denúncia contra as arbitrariedades envolvidas na condução do projeto em questão.

⁷⁶ Velho Recife Novo: <http://vimeo.com/40913933>; Desurbanismo #1: <http://vimeo.com/42116187>; Desurbanismo #2: <http://vimeo.com/44360432>.

⁷⁷ [projetotorresgemeas]: <http://vimeo.com/31387595>

⁷⁸ Recife MD: <http://vimeo.com/31354876>

⁷⁹ Desconstrução Civil: <http://vimeo.com/39050957>.

O Vurto corresponde a um coletivo cinematográfico produtor de filmes amplamente difundidos na internet, via redes sociais e virtuais, a partir de uma série de vídeos curtos com temáticas políticas claras, tais como Recife MD e Desconstrução Civil⁸⁰. Já o Contravento, corresponde também a um coletivo voltado ao audiovisual e produziu os filmes Velho Recife Novo, Desurbanismo #1 e Desurbanismo #2⁸¹.

Já o [projetotorresgêmeas], surgiu antes desses dois coletivos anteriores, a partir da organização de um coletivo que realizou um filme com esse nome, disponibilizado na plataforma da internet, a partir da junção de vários olhares sobre a cidade, cujo ponto de partida temático foi as chamadas Torres Gêmeas, arranha-céus residenciais construídos no bairro de São José, centro do Recife⁸². O filme foi lançado em 2011, envolvendo, de forma direta e indireta, cerca de 50 pessoas. Para participar do filme, qualquer pessoa, do Recife ou não, podia enviar vídeos, fotografias, áudios, ilustrações, bem como outros materiais audiovisuais.

Estes grupos vêm demonstrando uma mobilização política coesa, participando de ações e debates contestatórios no mundo *online* (forte movimentação na rede contra o Novo Recife e a subserviência da Prefeitura Municipal em vídeos, fóruns de debate, publicações e abaixo-assinados) e *offline* (presença maciça nas audiências públicas, nos debates, ocupes, em batalhas jurídicas para impedir o Novo Recife e participação em festivais de cinema; inclusive ensejando um bloco de carnaval contestatório, a “Troça carnavalesca mista público-privada Empatando a tua vista”, em prévias de rua neste ano de 2014).

A internet surge como um meio de diálogo, de mobilização e de busca de soluções a crescente desumanização presente em projetos de renovação de espaços da cidade. Importante exemplo dessa mobilização virtual, o Direitos Urbanos se apresenta como uma plataforma de mobilização que almeja viabilizar e/ou consolidar uma rede de debate que forneça subsídios ao movimento de contestação no mundo real. O uso da internet – especificamente o Facebook – possibilita ao grupo agregar mais pessoas em torno de seus debates, catalisar as insatisfações perante a qualidade de vida e opções de planejamento da

⁸⁰ Página oficial na internet: <http://vurto.com.br/>.

⁸¹ Página oficial na internet: <http://vimeo.com/user11414332>.

⁸² Página oficial na internet: <http://projetotorresgemeas.wordpress.com>.

cidade, bem como permite a produção de uma “função didática adicional” de exposição dos anseios e projetos deste grupo⁸³.

Leonardo Cisneiros, do Direitos Urbanos, admite que o ponto de ligação entre essas diversas pessoas corresponde ao desejo de se contrapor perante “a intervenção violenta e míope sobre a cidade, sem planejamento e discussão com a população, pensando no curto prazo e partir de uma visão fragmentária da cidade” presente em propostas de transformação do centro ilustrada pelo Novo Recife⁸⁴. Este ponto de ligação, entretanto, se contrapõe com a grande diversidade de vinculações ideológicas e origens sociais presente no grupo⁸⁵, visto que o DU se caracteriza como uma plataforma de encontro de diferentes coletivos preocupados com distintas agendas reivindicatórias.

A partir desta união que objetiva ampliar o debate sobre o planejamento do Recife, compreendemos que um dos principais papéis desenvolvidos pelos discursos contra-hegemônicos, a partir da contestação ao Novo Recife, corresponde ao papel educativo que apresentam de publicitar o debate sobre o planejamento urbano em diversas redes, bem como estender os debates e ações de contestação sobre o perfil de intervenção urbana hegemônica da cidade para novas formas de ocupar o espaço público com arte e política. Tal como um dos membros do grupo falou durante a roda de diálogo ocorrida no Parque 13 de Maio em outubro de 2013, o Direitos Urbanos é essa plataforma do sonho, um grupo que assume o trabalho de formiga da educação. Um processo educativo que ultrapassa a formação baseada nas quadrículas de poder, mas que se fortalece a partir dos pequenos corpos, das pequenas disponibilidades e do prazer de discutir, trocar, debater e chegar a um consenso a partir da prática e da ação⁸⁶.

A diversidade de opiniões presente nesses discursos reforça que o planejamento urbano deve ser conduzido não a partir de consensos, mas sim a partir da junção e respeito

⁸³ JAMPA, João Paulo. O Direitos Urbanos e a política partidária: para muito além da lógica dos partidos, mas não sem eles. Disponível em: Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/o-direitos-urbanos-e-a-politica-partidaria-para-muito-alem-da-logica-dos-partidos-mas-nao-sem-eles/>>. Publicado em: 03 de abr. 2013. Acesso em: 09 abr. 2013.

⁸⁴ CISNEIROS, Leonardo. Entrevista sobre o DU e a Lei de Acesso à Informação. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/ferramentas/lei-de-acesso-a-informacao/>>. Publicado em: 30 de maio de 2013. Acesso em:

⁸⁵ Para alguns críticos, o Direitos Urbanos se caracteriza enquanto um movimento de mobilização digital promovido por grupo de jovens de classe média, preocupados com o debate de questões que lidam apenas com inquietações pessoais, sem preocupações de debate por temas mais estruturais da cidade, tais como o debate da pobreza urbana e seus problemas correlatos. Não nos interessa neste trabalho aprofundar ou desmentir tal crítica ao grupo, mas apenas analisar os discursos, as representações da paisagem e as ocupações do espaço público que este grupo promoveu ao longo de sua atuação crítica ao Novo Recife.

⁸⁶ Consideração exposta por João Valle, membro do grupo do Direitos Urbanos.

de diversos pontos de vistas, de debate sobre as possibilidades e os limites de atuação dos planejadores urbanos. Neste sentido, suas contestações se vinculam a críticas por questões paisagísticas, mas também pela associação destas críticas “ao modelo mais amplo de desenvolvimento econômico e ao tipo de ocupação do solo que tem sido engendrado de forma irresponsável e diria até criminosa por ele (o modelo)”⁸⁷.

A partir da consideração destes grupos contra-hegemônicos, dos seus discursos e representações, percebemos uma série de questões centrais que perpassam suas atuações, emergindo assim, temas de interesse ao estudo aqui proposto. Sem querer desmerecer a pluralidade temática presente nas discussões, ações e materiais produzidos por esses atores, destacamos os seguintes assuntos nas representações contra-hegemônicas: a) Crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, suas ligações políticas e correlatas formas de ocupação do solo e de participação social; b) Desmistificação da retórica do desenvolvimento, progresso e modernização imposta pelos discursos hegemônicos; c) Necessidade de reaproximação da sociedade civil do processo de construção das opções de planejamento urbano, de ocupação do espaço público e valorização da paisagem; d) Consideração de uma “paisagem-cidade” em contrapartida à “paisagem-cenário” dos discursos hegemônicos, quer dizer, utilizar do debate do Novo Recife não para discutir projetos, mas para pensar a cidade e o direito à cidade.

A partir dessas temáticas mais gerais, discorreremos a seguir sobre algumas observações que extraímos dos discursos e representações contra-hegemônicos. O debate será desenvolvido a partir da análise das ideias e referentes ideológicos destes grupos na conexão que apresentam com os horizontes de vida e com a construção e transformação dos espaços públicos de nossa cidade.

3.2.1. Novos Recifes: desvelando escalas, intenções, nomes e sobrenomes

Antes de iniciar a análise sobre as interpretações desenvolvidas pelo grupo Direitos Urbanos sobre o Novo Recife, faz-se necessário esclarecer de maneira breve um conceito básico das ciências sociais: Estado. Para caracterizar Estado – sem considera-lo sinônimo de governo – adotaremos aqui a concepção de que este corresponde a uma “relação de poder entre as diversas forças políticas da sociedade” que envolve aspectos ideológicos e

⁸⁷ JAMPA, João Paulo. O Direitos Urbanos e a política partidária: para muito além da lógica dos partidos, mas não sem eles. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/o-direitos-urbanos-e-a-politica-partidaria-para-muito-alem-da-logica-dos-partidos-mas-nao-sem-eles/>>. Publicado em: 03 de abr. 2013. Acesso em: 09 abr. 2013.

visões de mundo⁸⁸. Tal definição insere-se no entendimento mais genérico de que o Estado consiste num território resguardado por uma comunidade política organizada. Para Lapa (2011, p. 27-28), é dever do Estado salvaguardar os interesses coletivos, bloqueando que interesses de minorias privilegiadas submetam a sociedade a suas aspirações e desejos. Do contrário, quando o Estado não garante este interesse coletivo, cabe ao povo assumir uma atitude proativa para contestar e garantir seus interesses coletivos.

Para alguns críticos, o Estado de interesse democrático tem-se tornado algo cada vez mais ausente nas ações das gestões públicas locais, tanto na esfera estadual quanto municipal. Nos últimos anos várias ações e projetos desenvolvidos pelo poder público tem levantado críticas a esse mesmo poder, acusado de privilegiar o interesse de alguns grupos hegemônicos na adoção das práticas urbanísticas de transformação dos espaços, dentre as quais, muitas das ações descritas no capítulo anterior. Nesse período conturbado da questão urbana recifense, alguns grupos e coletivos têm pontuado a luta pelo direito à cidade, assumindo a atitude proativa que contesta e visa garantir um Estado para todos.

Os grupos contra-hegemônicos aqui considerados, Direitos Urbanos e coletivos de cinema, são frutos desse momento político contemporâneo, caracterizado enquanto um “urbanismo de oportunidades”, que apontou para a necessidade de debates profundos, posicionamentos claros e ações contestatórias, promovido através da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife, tanto no mundo virtual quanto no mundo real⁸⁹. Nesse sentido, suas representações paisagísticas e territoriais, bem como as intervenções em locais públicos, correspondem a ações que contestam a necessidade de debater e construir a cidade a partir da garantia de tais interesses coletivos.

Duas questões iniciais sobre o Novo Recife são desveladas por esses grupos: primeiro, esclarecer à sociedade que o empreendimento Novo Recife não corresponde a um fato dado, concreto e do qual nada mais se pode fazer. Do contrário, demonstram que o projeto trata-se de uma retórica, ainda irregular na seara jurídica e em questões urbanas. Segundo, divulgam que o processo de transformação do centro, baseado num processo de excessiva verticalidade, se apresenta de forma sobrevalorizada, baseando-se na

⁸⁸ Concepção retirada do texto “Governo e Estado: um esclarecimento” de Richard Domingues Dulley, publicado no site do Instituto de Economia Agrícola, em 13/02/2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/lertexto.php?codTexto=123>>. Acesso em: 21 maio de 2012.

⁸⁹ CISNEIROS, Leonardo. O ciberativismo do Direitos Urbanos|Recife. Disponível em: <www.advivo.com.br/blog/antonio-nelson/o-ciberativismo-do-direitos-urbanos-i-recife>. Acesso em 18 jul. 2013.

constituição de enclaves urbanos e interligado aos anseios do capital global de promoção de “paisagens repetidas” e de produção de “cenários de sociabilidades fictícias”⁹⁰. Reconhecem assim que o Cais José Estelita se caracteriza enquanto um espaço que precisa ter um “novo destino”, mas não necessariamente o Novo Recife.

O Novo Recife estimula então um debate sobre a cidade que reforça a reflexão sobre o atual modelo de construção da cidade, pensado como um “fenômeno” ligado ao potencial de desenvolvimento que destrói a qualidade de vida por benesses econômicas. Expõem que o modelo de planejamento atual se caracteriza por ser modelado segundo ideias deturpadas de “progresso” e “desenvolvimento”, visando apenas preparar um Recife “reluzente” para turistas e classes mais altas. Nesse sentido, as críticas ao Projeto Novo Recife assumem um caráter paisagístico, mas também ao modelo de desenvolvimento econômico e padrão de ocupação do solo.

Para o grupo Direitos Urbanos, projetos como o Novo Recife, calcado em estratégias de privatização e na retórica do desenvolvimento, se apresenta enquanto um modelo de cidade que reconfigura o coronelismo e “reedita o provincianismo de subordinar o desenvolvimento à segregação urbana e o progresso à degradação da dimensão pública do espaço urbano”⁹¹. Um modelo de planejamento da cidade baseado apenas numa capitalização do futuro, articulado a interesses privados desarticulados, uma passividade (no sentido de submissão) do poder público e falta de planejamento da cidade integrado e de longo prazo⁹².

Neste conjunto de críticas, apresentam o modelo de planejamento que defendem: um planejamento aos espaços da cidade a partir de uma ocupação regida por critérios sociais, ambientais, paisagísticos, históricos, públicos e democráticos, mudando atitudes, ideologias, éticas e aspectos morais do modelo de cidade adotado. Quer dizer, almejam que a cidade assuma uma função de planejamento regida a partir da função social da cidade, determinada segundo a Constituição Federal. Além disso, reconhecem a necessidade de que o planejamento se constitua de forma integrada, sistemática, no longo prazo e descolada de projetos de governo.

⁹⁰ Termos apresentados por Álvaro Ferreira na Mesa-redonda intitulada “Urbanização/metropolização: tendências contemporâneas”. XIII SIMPURB – Ciência e Ação Política: Por uma abordagem crítica. UERJ, Rio de Janeiro, 18 a 22 de novembro de 2013.

⁹¹ ANDRADE, Érico. O projeto Novo Recife: a urbanização da província. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: < <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/19/o-projeto-novo-recife-a-urbanizacao-da-provincia/>>. Publicado em: 19 de dez. de 2012. Acesso em: 19 dez. 2012.

⁹² Idem.

Não à toa, em várias publicações, debates e ações do Direitos Urbanos o grupo vem juntando esforços para mostrar que o empreendimento Novo Recife corresponde a um “desperdício de oportunidade”, que só favorecerá as empresas responsáveis pela construção do empreendimento, bem como alguns grupos de alto poder aquisitivo, que poderão pagar para ter acesso a esse novo mundo de oportunidades. Para este grupo, o Cais José Estelita corresponde a uma dos últimos espaços livres do centro e uma intervenção neste espaço deveria ser pensada segundo opções mais integrativas, fato não observado no Novo Recife, empreendimento pensado a partir de ponto de vista puramente privado que, possivelmente, promoverá a desintegração do bairro de São José e o agravamento de problemas sociais, ambientais e urbanísticos, caso seja implementado.

O Direitos Urbanos contribuiu ainda para desmistificar a retórica calcada na ideia de progresso, modernização e desenvolvimento imposta pelos discursos hegemônicos, acusando que a concepção de progresso da retórica do Projeto Novo Recife corresponde a uma abordagem superficial e pouco cosmopolita de “progresso”. Tal como afirmou Leonardo Cisneiros, um dos fundadores do DU, a defesa e difusão deste empreendimento se apresenta a partir de um “totalitarismo da modernização e do desenvolvimento”. Uma visão totalitarista da cidade que enxergaria a modernização e o desenvolvimento enquanto símbolos maiores que justificam tudo, mistificando o debate público a partir de expressões de força, por estratégias de poder e pelo simbolismo do dinheiro.

Quanto aos coletivos cinematográficos, partimos da consideração que estes se caracterizam enquanto um “vídeo-ativismo” de debate sobre as questões urbanas do Recife (LACERDA, 2012), que vem contribuindo significativamente ao pensamento crítico sobre a cidade ao expor as formas como a espacialidade pública e as opções de planejamento da cidade do Recife vêm sendo conduzidas, bem como tem fornecido outras opções para pensar a cidade para além do modelo centralizador dos grupos dominantes. Promovendo uma breve análise sobre a emergência destes novos grupos na cidade, Chico Lacerda, no contexto da divulgação do festival V Janela Internacional de Cinema, em especial da sessão intitulada “Câmera-Cidadã”, que deu destaque aos cine-ativistas da cidade, afirma que:

Anos atrás, protestos e opiniões sobre o que anda de errado com o Recife seriam impressos em panfletos xerocados e distribuídos mão a mão. Hoje, as pessoas usam câmeras digitais e celulares, e editam em casa um material simples, às vezes sofisticado, para ser postado na grande tribuna que é a INTERNET (LACERDA, 2012).

Para este autor, o cinema pernambucano para internet feitos nos últimos anos, ao criticar a opção de planejamento predominante, mostram que as coisas poderiam ser melhores. Neste sentido, tanto o cinema criado para festivais, quanto o cinema de internet, assumiram a pauta de questionar o “projeto urbano predatório e excludente”, advindos da aceleração do crescimento econômico do estado em anos recentes (LACERDA, 2012). Tal como esclarece Gabriela Alcântara, uma das participantes do Vurto, o coletivo surgiu exatamente com a ideia de provocar, de iniciar o debate sobre os temas elencados de forma ampla, utilizando a internet para tentar chegar a varias pessoas⁹³.

Esses grupos desenvolvem diversas estratégias para divulgar os nomes, sobrenomes e objetivos políticos dos atores envolvidos nesse processo contemporâneo de transformação da cidade. Através de pichações e faixas no Ocupe Estelita, de vídeos dos coletivos de audiovisual que utilizam de humor e expõem os discursos desses atores, segundo palavras de ordem espalhadas na internet e bradadas no ocupes. Sem medo de confrontar grupos poderosos, apontam exatamente quem são os atores que estão lutando. Desenvolvem então a crítica de que grupos hegemônicos com nome e sobrenome pensam a cidade do Recife como lugar para gerar lucros, desrespeitando a legalidade do “Estado de Direito”, propondo empreendimentos desmensurados à escala humana e urbana. Importa assim reconhecer que os problemas advindos à cidade pela junção entre o poder econômico e o político do Estado.

O filme [projetotorresgêmeas], por exemplo, utiliza do humor para apontar que determinados grupos e famílias de empresários estão transformando o Recife em um grande comércio de imóveis. Em uma sequência do filme é apresentado um diálogo, em cima de uma laje com vista para a cidade, estabelecido entre três jovens, nomeados de “Queirozinho”, “Dubeux” e “Joca”, em clara alusão a três grandes empresas do ramo da construção civil e empresarial do Recife. Em seguida ao diálogo, uma pessoa com voz distorcida disfarça um discurso apontando quais são estes atores que estão transformando a cidade do Recife ao bel-prazer de seus interesses mercantis.

Joca: Oh aí Queirozinho, ainda tem muita área pra gente construir.

⁹³ Conforme apontado no debate realizado no Cinema São Luiz durante a IV Janela Internacional de Cinema do Recife, realizado entre 04 a 13 de novembro de 2011, na sessão “O Cinema e o Espaço Urbano do Recife”, onde foram exibidos e debatidos os filmes “Menino Aranha” (Mariana Lacerda, 2008, 13’); “Praça Walt Disney” (Sérgio Oliveira e Renata Pinheiro, 2011, 21’); “Quarteto Simbólico” (Josias Teófilo, 2011, 14’); “Eiffel” (Luiz Joaquim, 2009, 3’); “recife md” (Vurto, 2011, 4’); “[projetotorresgêmeas]” (Direção coletiva, 2011, 19’).

Queirozinho: É. Mas tem que ver isso aí véi! Toda vez tu fica com a melhor parte. Tem quer ver aí essa história de reforma imobiliária.

Joca: Chega aí Dubeux!

Dubeux: E aí Joca?! E aí Queirozinho?! Tão fazendo o que?

Queirozinho: Toma um gole aí.

Dubeux: Que vinho ruim da porra! Isso é carreteiro é?

Joca: Que carreteiro o que meu irmão. Isso é piriquita porra.

Queirozinho e Dubeux: É vinho importado!! [risos]

João Carlos Paes Mendonça. O clã Moura Dubeux. Queiroz Galvão. João Santos. Jairo Rocha. Gabriel Bacelar. Paulo Miranda. Esses caras conseguiram transformar a vida das pessoas dessa cidade numa grande feira.

Esses mesmos atores hegemônicos foram identificados no Ocupe Estelita, através de faixas e pichações com diversas mensagens e acusações. Além dos empresários, as mensagens também se dirigiam aos gestores públicos envolvidos direta e indiretamente com a aprovação dos projetos, ao prefeito, a personalidades da mídia, bem como aos modelos de cidade que os projetos pareciam se articular. Ao lançar os nomes dos atores envolvidos com a aprovação desses projetos os grupos contra-hegemônicos não se preocupam em proferir ofensas pessoais aos mencionados, mas vincular a apreciação dos projetos do debate sobre a moralidade administrativa. Conforme argumentou a socióloga Maria Eduarda Rocha, no filme *Velho Recife Novo*, produzido pelo Contravento:

A cidade ela paga o preço da nossa dificuldade de agir e pensar coletivamente. No contexto, além do mais, do neoliberalismo, que a gente ainda está vivendo, infelizmente, existe uma incrustação dos interesses privados no interior do Estado. O Estado que seria o último reduto de reflexão e preocupação com a coletividade, paralelo à sociedade civil, ele vira uma espécie de gestor de interesses que são privados. Eu acho que na cidade do Recife a gente está vendo um pouco essa contradição. Por razões profundas, de fisiologismo, de relação com financiamentos de campanhas e tudo mais, existe uma proeminência dos interesses imobiliários e do setor de transporte coletivo na gestão da cidade. Vamos lembrar que as empresas da construção civil, desde o regime militar, são grandes beneficiárias de investimento público, e isso não mudou.

Ao explicitar os nomes que tocam esses empreendimentos de impacto, os coletivos expõem que o debate se relaciona com a condução atribuída à governança urbana contemporânea, que vem sendo dirigida por um pequeno grupo de empresários através de uma governança corporativa. Essas empresas, agora nomeadas, vêm transformando o Recife através de uma atuação de parcerias público-privadas ou a partir da mediação de benesses (guerras fiscais). Atribuir nomes e sobrenomes aos grupos hegemônicos assume a função de desmistificar desígnios, mostrar relações íntimas de grupos com espaços do poder público, mostrando que poder político e poder econômico cada vez mais se confundem no processo de construção/transformação da cidade contemporânea, neocolonial.

Entretanto, além de afirmarem quais são os empreendedores privados que desenham essa cidade segundo seus desígnios empresariais, os discursos e representações desses grupos também reforçam a existência de uma íntima relação entre os poderes econômicos com as estruturas democráticas do poder público, possibilitadas por “falha institucional” (leis ultrapassadas, audiências públicas teatrais) e pela “utilização cega” dos parâmetros legislativos por parte do corpo técnico municipal. A partir da consideração dessas relações fortalecidas entre o poder econômico e o poder público, o Direitos Urbanos surgiu como um grupo formado como oposição aqueles que não lhes representam⁹⁴, articulando pessoas a partir do desejo comum de participação mais ativa nas decisões políticas do Recife, defendendo a democracia, mas também seus princípios, valores e instituições. Assim, a ideia corresponde apontar quais as relações que se estabelecem entre os grupos hegemônicos, quais as pessoas que comandam o debate e se beneficiam das ações, bem como questionar a moral dos administradores públicos ao se vincular com interesses empresariais. Tal como afirma um artigo publicado no blog do Direitos Urbanos:

[...] esse modelo de cidade cada vez mais insustentável e excludente não é um resultado só da atitude predatória dos empresários da construção civil, mas muito mais de uma falha institucional catastrófica: leis ultrapassadas, um plano diretor que não foi regulamentado e cujo conteúdo foi bastante modificado em relação ao projeto aprovado nas conferências da cidade, audiências públicas meramente teatrais, uma prefeitura que acha o direito de construir um direito absoluto e por aí vai. Mas, mesmo quando a lei está no lado do interesse coletivo, existem os casos em que ele é simplesmente ignorada e nada acontece⁹⁵.

Essa relação estreita entre atores hegemônicos é exposta claramente, por exemplo, ao longo do filme “recife md”, já discutido mais acima, que exhibe a fala de um empresário da construção civil, onde este deixa claro que eles precisam do poder público, ao seu serviço, para recuperar terrenos, favorecer suas ações. O empresário ao falar sobre Brasília Teimosa é categórico ao afirmar que a comunidade não deveria estar ali, fazendo-se necessário que, em algum momento, o poder público se mostre de forma severa para ajudar os grupos interessados a reocupar o terreno que não devia ser dos pobres. Espaço a conquistar, civilizar.

Tal como demonstra o filme [projetotorresgêmeas], a partir da colocação de um extrato de comercial de uma construtora, são estas as empresas que vendem, além do próprio empreendimento que produzem, a ideia de construção de um “novo mundo”, de

⁹⁴ CISNEIROS, Leonardo. Entrevista sobre o DU e a Lei de Acesso à Informação. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/05/30/entrevista-sobre-o-du-e-a-lei-de-acesso-a-informacao/>>. Publicado em: 30 de maio de 2013. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁹⁵ Idem.

habitações onde as palavras de ordem são “praticidade, segurança, lazer, conforto, privacidade e tecnologia”. Uma ideia de morar bem vinculada ao isolamento entre muros e, principalmente, pela excessiva verticalização, pela procura de aproximar as casas-grandes do céu, associando assim o novo a uma verticalização sem limites.

3.2.2. A cidade é nossa. Ocupe-a!

O Direitos Urbanos alcançou rápida expansão através das redes sociais e das ações de ocupação e debate no espaço público, tais como: Ocupe Estelita, Ocupe Prefeitura, participação em audiências públicas, diálogo com entidades públicas, como Ministério Público, atuação no campo jurídico, no Conselho da Cidade do Recife e participação em festivais de Cinema e eventos acadêmicos. Estas ocupações e ações mais concretas transformaram os debates desenvolvidos nas redes sociais em ação política, criando novas imagens aos espaços em disputa bem como dando rostos e identidades aos atores do grupo para além da identificação dos avatares das redes sociais.

O Ocupe Estelita se caracteriza enquanto uma ocupação festiva e cultural, mas também política e de debate, do Cais José Estelita. Tal estratégia de ocupação do espaço público foi influenciada por ocupações que sacudiram o mundo a partir de 2011, apresentando como maiores expoentes o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, o 15-M na Espanha e a Primavera Árabe, fortemente difundida em países como Egito e Tunísia. A partir de ações descentralizadas de ocupação do espaço público, debatidas e construídas de forma coletiva e colaborativa, o Ocupe Estelita promoveu diversas ocupações do espaço público a partir de atividades de caráter lúdico (como a instalação de praias nos calçadões do Cais Estelita), artísticas (grafites, apresentações musicais, oficinas de fotografia) e políticas (debates sobre opções de planejamento da e para a cidade).

Para alguns de seus integrantes, o Ocupe Estelita, para além de ser uma ligação com padrões revolucionários globais, se apresenta enquanto uma atitude de continuação da “posição de vanguarda” assumida pela cidade na luta pelo direito à cidade, visto os movimentos sociais com papéis histórico e grandes conquistas urbanas. De toda forma, o Ocupe Estelita se caracteriza como um movimento cosmopolita de caráter global na luta pelo direito à cidade, preocupado em transformar inconformismos em ação, partindo da

concepção que a própria ideia de cidade está vinculada à convivência, ao trânsito de ideias, culturas e pessoas diferentes e divergentes⁹⁶.

O cartaz de divulgação desse evento (FIGURA 44) é bastante emblemático sobre o objetivo de reivindicar o direito à cidade, partindo da ação primeira de se permitirem, enquanto cidadãos, de ter e utilizar os espaços públicos da cidade para reforçar os princípios citadinos: convívio, harmonia, ocupações e manifestações. E fazem essa ocupação pública lutando contra um modelo de cidade que se ergue ao fundo, como sombras, com espaços cada vez mais padronizados por uma espécie de “progresso” e “desenvolvimento” cada vez mais homogeneizantes.

Há que destacar que as ações desenvolvidas de ocupação do espaço público apresentaram importantes resultados ao amadurecimento do grupo Direitos Urbanos: primeiro, a importância pedagógica de dar um rosto ao movimento, que saído do sofá e dos protestos no Facebook, mostrou à cidade que estavam ali presentes pessoas interessadas em debates e ações de contestação do poder hegemônico, bem como de retomada do protagonismo social na condução do planejamento urbano do Recife. Segundo, os debates, as intervenções artísticas, as reflexões desenvolvidas pelo próprio grupo estimularam que estes pudessem compreender, viver e experimentar a cidade a partir de novas práticas e sensibilidades.

FIGURA 44 – Cartaz do Primeiro #OcupeEstelita



Fonte: <http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>

⁹⁶ ANDRADE, Érico. O projeto Novo Recife: a urbanização da província. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: < <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/19/o-projeto-novo-recife-a-urbanizacao-da-provincia/>>. Publicado em: 19 de dez. de 2012. Acesso em: 19 dez. 2012.

Se antes dos Ocupes os debates promovidos no grupo eram extremamente teóricos, pragmáticos e com um olhar científico de *outsider*, ao longo das intervenções de ocupação da cidade concreta tais ações promoveram um choque crítico em alguns de seus participantes, originando uma transformação do pensamento através das reflexões empíricas do processo de ocupação⁹⁷. Talvez, a representação mais emblemática sobre esse papel da autoeducação cidadã percebida no Direitos Urbanos/Ocupe Estelita, corresponde a forma como, no intervalo de um ano de atuação, grafaram este evento no mapa da cidade (FIGURAS 45 e 46).

FIGURA 45 e 46 – “Mapa-convite” do #OcupeEstelita e #OcupeEstelita+1



Figura 45 – Mapa-convite #OcupeEstelita. Disponível em: <http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>. Acesso em 30 set. 2013.

⁹⁷ JAMPA, João Paulo. O Direitos Urbanos e a política partidária: para muito além da lógica dos partidos, mas não sem eles. Disponível em: Blog Direitos Urbanos. Disponível em: < <http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/o-direitos-urbanos-e-a-politica-partidaria-para-muito-alem-da-logica-dos-partidos-mas-nao-sem-eles/>>. Publicado em: 03 de abr. 2013. Acesso em: 09 abr. 2013.



Figura 46 – Mapa-convite #OcupeEstelita+1. Material impresso.

No primeiro Ocupe, a imagem que apresenta o evento no “mapa-convite” da intervenção mostra apenas um recorte do Cais Estelita, sem conexões fora do terreno de intervenção do Novo Recife, objetivando mostrar apenas os espaços da festa, a localização de cada equipamento. Já no “mapa-convite” distribuído no Ocupe Estelita +1, que ocorreu um ano após o início da luta contra o empreendimento, o Cais José Estelita aparece interligado à outras áreas da cidade. O cais já não é mais visto como um terreno isolado, mas como um espaço interligado a outros espaços de interesse público (praças, parques, cinemas), áreas de interesse da valorização imobiliária (Ilha do Zeca, Joana Bezerra, Ilha do Retiro, Ilha de Deus), bairros populares e favelas (Coque, Coelhos, Brasília Teimosa) e grandes empreendimentos no centro do Recife (Shopping RioMar, Polo Jurídico, Torres Gêmeas). Assim, além da ação de ocupar questionar a legalidade do Novo Recife, essas representações também questionam os discursos que afirmam que este empreendimento corresponde a apenas “um lote de projeto” sem ligações e interferências em outras áreas da cidade. Amadurecimento do grupo que passa a compreender que o Novo Recife faz parte de uma dinâmica mais ampla de transformação do espaço, como pode ser visto em artigo publicado recentemente na página da internet do Direitos Urbanos:

É necessário compreender que os Megaeventos, assim como os Megaprojetos (ex: Novo Recife, Porto Maravilha, Nova Luz, etc.), não são fenômenos dispersos ou pontuais, mas são “acontecimentos permanentes” de reorganização do espaço urbano e se inserem num panorama global.

Panorama este que delinea o modelo de cidade e sedimenta reorientação política que intensifica a instauração de um regime de exceção calcado na mercantilização das cidades. **Tal processo se dá pela via de uma governança privada que captura o Estado pelo discurso do desenvolvimento, da competitividade e da constituição de um cenário atrativo para grandes investimentos corporativos do capital imobiliário e financeiro**⁹⁸ (grifos no original).

Assim, uma ocupação festiva do espaço público, tal como o modelo do Ocupe Estelita, revela o potencial de criação de novos valores ao espaço do Cais José Estelita, assim como tais festas promoveram um aprendizado dos atores que participaram destas ocupações festivas da cidade. Tal como explicita Gomes (2011, p. 61), além desta (re)criação de valores e de significados veiculados pelas ocupações festivas e suas imagens, algumas festas também podem ser compreendidos como reações à ordem e organização hegemônicas dos espaços, visto que sinalizam a possibilidade de outra vivência dos espaços públicos. O Ocupe Estelita, por exemplo, demonstra a necessidade de se considerar a existência de outras opções de recuperação do Cais José Estelita, afirmando a importância de valorizar projetos que privilegiem o interesse e o uso público do espaço.

São ocupações que se caracterizam como uma grande festa ao espaço público onde, além de se divertir, encontrar amigos e apreciar a paisagem da Bacia do Pina, as pessoas discutem e fazem política, mobilizam pares e articulam estratégias de embate à ordem hegemônica vigente. São ações de ocupação que se revelam como táticas de enfrentamento à imposição do modelo hegemônico de cidade, a partir da reunião de atores interessados em pensar/agir nesse enfrentamento, mas também a partir de uma ressignificação do espaço público recifense a partir da ocupação destes por diferentes grupos. Tal como afirma Gomes (2011), as festas desenvolvidas nos espaços públicos de nossas cidades apresentam relação entre as comemorações e os valores e sentidos dos espaços onde se desenvolvem, permitindo que estas espacialidades públicas possam ser cenários de práticas menos racionais, onde predomina a emoção. Práticas emotivas que não eliminam o caráter político e cultural dos Ocupes desenvolvidos pelo Direitos Urbanos que destacamos acima. Como pontua Gomes (2011, p. 159-160):

Nossa ideia é que a relação entre valores – que são aparentemente contraditórios – pode manifestar-se em certos e em determinados lugares na cidade contemporânea. Estes lugares marcam e são marcados por novos valores que criam novos significados que são veiculados através das imagens. Assim, determinados espaços públicos da cidade são transformados pelas festividades e, ao mesmo tempo, estas os transformam. Em outras palavras, estes espaços

⁹⁸ RAFAEL, Rud. Desmistificando os impactos e as posições em relação à Copa. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: < <http://direitosurbanos.wordpress.com/2014/01/15/desmistificando-os-impactos-e-as-posicoes-em-relacao-a-copa/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

públicos criam novos valores que mesclam ou integram a ação cidadã à festa, delimitam a embriaguez dionisíaca e, simultaneamente, produzem imagens do sublime apolíneo, que associam tudo isto a um espaço público singular. Estes valores passam então a significar lugares⁹⁹.

Quando instalados para a ocupação do espaço, esses grupos passaram a atribuir uma nova relação entre corpos pouco acostumados a aquele espaço e as paisagens em disputa. Mostraram-se presentes através de diversas atividades: atividades esportivas (bicicletas, skates, futebol); dança, yoga e atividades de circo no meio da Avenida José Estelita; brincadeiras infantis; música ao vivo; pinturas, grafites e colagens nas paredes dos antigos armazéns de açúcar; confecção de cartazes, faixas e pinturas para camisetas; rodas de diálogo; exposição de fotografias, maquetes, filmes e outras iconografias; produção de um jardim com plantas nativas; além de reunião entre amigos para conversas diversas.

As atividades oferecidas a contemplação e envolvimento dos presentes eram múltiplas, indo da simples observação dos fatos até o envolvimento direto na organização das ações. Entretanto a mensagem era uma única: A cidade é nossa. Ocupe-a! Ocupe-a se divertindo, contemplando a paisagem, mas exigindo a garantia de que o interesse e o bem-estar públicos sejam garantidos na escolha de projetos de transformação dos espaços do centro da cidade do Recife. São assim práticas de ocupação do espaço que não eliminam o caráter político e cultural de apropriação espacial (GOMES, 2011).

Alguns críticos dessas ocupações festivas do espaço público – em São Paulo, por exemplo, ocorreu uma ocupação parecida ao Ocupe Estelita, o nomeado “Festival Baixo-Centro” e que fazia oposição ao projeto de ‘revitalização’ de parte do centro histórico da capital paulista – afirmam que essas ações se caracterizam como uma ocupação sem propósitos, uma festa pela festa compreendida mais como uma visita de curiosidade dessa gente diferenciada aos espaços celebrados¹⁰⁰.

Pensamos que, além de uma festa pela festa, o Ocupe Estelita se caracteriza enquanto um “comportamento social vivido” (GOMES, 2011, p. 162) que apresenta um potencial de revelar outras opções de planejamento urbano que rompam com as ideias de

⁹⁹ Livre tradução de: “Nuestra idea es que la relación entre valores – que son aparentemente contradictorios – puede manifestarse en ciertos y en determinados lugares en la ciudad contemporánea. Estos lugares marcan y son marcados por nuevos valores que crean nuevos significados que son vehiculizados a través de imágenes. Así, determinados espacios públicos de la ciudad son transformados por las festividades y, al mismo tiempo, estas los transforman. En otras palabras, estos espacios públicos crean nuevos valores que mezclan o integran la acción ciudadana a la fiesta, delimitan la embriaguez dionisíaca y, simultáneamente, producen imágenes de lo sublime apolíneo, que asocian todo esto a un espacio público singular. Estos valores pasan, entonces, a significar lugares”.

¹⁰⁰ CARNEIRO, Silvio. BaixoCentro: uma festa e nada mais. Zagaia, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://zagaiaemrevista.com.br/baixocentro-uma-festa-e-nada-mais/>>. Acesso em: 09 abr. 2013

funcionalidade e rentabilidade, outorgando novas qualidades, formas, maneiras e elementos de ver, conviver e transformar os espaços em disputa, adotando o interesse público como base de intervenção. Tal como sugere Gomes (2011, p. 162), festas no espaço público, tal como o Ocupe Estelita, revelam duas questões centrais em suas dinâmicas: i) uma “emoção compartilhada” que pode se transformar em identidade coletiva; ii) são festividades onde os participantes são sujeito e objeto do espetáculo.

A ocupação sempre esteve baseada segundo o objetivo de tornar público que o Novo Recife foi proposto e colocado para votação no Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife com diversas irregularidades e sem uma discussão efetiva com a sociedade. Provando que o interesse dessas ações era mais política que festiva, o Direitos Urbanos organizou, durante as três tentativas de aprovação do Projeto Novo Recife no CDU, no último mês de mandato do prefeito João da Costa, o Ocupe Prefeitura, realizados nos dias 30/11/2012, 21/12/2012 e 28/12/2012.

FIGURAS 47 a 51 – Ocupe Estelita, 15 de abril de 2012



Figura 47 - Ocupe Estelita, 15/04/2012. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2012.



Figura 48 - Ocupe Estelita, 15/04/2012. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2012.



Figura 49 - Ocupe Estelita, 15/04/2012. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2012.



Figura 50 - Ocupação Estelita, 15/04/2012. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2012.



Figura 51 - Ocupação Estelita, 15/04/2012. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2012.

FIGURAS 52, 53, 54 – Ocupe Estelita +1, 28 de abril de 2013



Figura 52 - Ocupe Estelita +1, 28/04/2013. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2013.



Figura 53 - Ocupe Estelita +1, 28/04/2013. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2013.



Figura 54 - Ocupe Estelita +1, 28/04/2013. FONTE: BARBOSA, David Tavares. Abril de 2013.

O Ocupe Prefeitura ocorreu nos dias que o empreendimento foi colocado para debate e votação no CDU sem cumprir importantes requisitos formais¹⁰¹. Junto ao abaixo-assinado, o movimento de ocupação pedia o cumprimento das seguintes questões: i) reconhecimento do CDU da ilegítima composição não paritária do conselho, bem como as falhas no processo; ii) suspensão das atividades até a regularização do CDU e condução do processo para instâncias anteriores; iii) reinício da análise do projeto com ampla discussão com a sociedade. Quando o movimento chegou a Prefeitura, entretanto, encontraram uma reunião que ocorria a portas fechadas, sendo recepcionados por guardas da Brigada Ambiental ficando presos nas escadas do 12º andar da Prefeitura.

Contrário a todas as mobilizações desenvolvidas por esses grupos, a Prefeitura do Recife, a partir do Conselho de Desenvolvimento Urbano, aprovou no dia 28 de dezembro de 2012, o Projeto Novo Recife – clara manobra ao apagar das luzes de um ano marcado por crescente contestação. Para alguns movimentos da sociedade civil, essa aprovação foi irregular e até o começo de 2014 o empreendimento não começou sua construção, visto

¹⁰¹ Segundo o abaixo-assinado divulgado no período que solicitava a suspensão da reunião do dia 30 de novembro, as irregularidades e ausências do projeto colocado para votação eram as seguintes: i) anuência da FIDEM para parcelamento do solo; ii) pareceres favoráveis da FUNDARPE e do IPHAN sobre impactos no patrimônio histórico; iii) definições da ANTT e DNIT sobre possibilidade de construção junto à linha férrea; iv) A Prefeitura não exigiu Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Vizinhança (EIV); v) Prefeitura também não garantiu ampla publicidade e participação popular, exigência da legislação federal e municipal para empreendimentos desse porte; vi) Das quatro cadeiras destinadas a associações comunitárias no CDU, três estavam vagas (poder público e entidades associadas às construtoras com maior representação no conselho, violando a paridade estabelecida no Plano Diretor). Para ter acesso ao abaixo-assinado: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=NR>

que algumas liminares judiciais deferidas por representantes da sociedade civil conseguiram congelar o empreendimento.

FIGURAS 55 e 56 – Ocupe Prefeitura, 30 de novembro de 2012



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Novembro de 2012.



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Novembro de 2012.

Tais ocupações do espaço público foram tão importantes ao amadurecimento do Direitos Urbanos que, em 2013, se realizaram “Rodas de diálogo” em parques e praças públicas do Recife, que corresponde a reuniões de debate marcadas para acontecer em vários parques públicos da cidade, a partir da tentativa de criação de uma esfera de debate nos espaços públicos da cidade. Nesses debates, vislumbra-se um debate sobre a urbe, seus problemas e possíveis soluções.

As rodas de diálogo correspondem a mais uma das ferramentas adotadas para tentar fortalecer as trocas de ideias sobre formas de melhorar atuações, potencializar ações, ampliar resultados, agregar pessoas e qualificar os debates. Recebendo o nome de “Ágora Agora”, os debates foram propostos para acontecer em encontros mensais tendo a primeira roda de diálogo acontecido no mês de outubro, no Parque 13 de maio. Nestas reuniões, dentre outras questões, ficou evidente o fortalecimento nos debates da necessidade exposta de se pensar a cidade como uma totalidade, de pensar e buscar soluções à espacialidade pública do Recife a partir de reflexões constantes, integradas e críticas e pela junção de conhecimentos acadêmicos com as realidades e vivências cotidianas.

Assim, apesar da indecisão sobre o futuro do Cais José Estelita e do Projeto Novo Recife, acreditamos que as resistências desenvolvidas pelos grupos contra-hegemônicos devem ser analisadas segundo um olhar otimista, pois mesmo que tais ações não consigam barrar os atuais projetos, as representações e ações elencadas acenderam uma luz de alerta sobre o futuro da cidade e sobre como ela está sendo pensada desde agora. Além do mais, a mobilização destes grupos provocou a entrada de outros sujeitos sociais no debate sobre o planejamento urbano da cidade, que elencam outros “mundos” e justificações. Religou a (pelo menos parcialmente) solidariedade de classes e chamou atenção para as populações locais, lembrando ainda que as novas territorialidades propostas para transformar as paisagens da Bacia do Pina revelam formas de ocupação ilegítimas. Fortalecem assim uma economia e política urbanas a partir da produção e confronto de imagens que tentam criar sensações a partir de determinados olhares que refletem práticas sociais históricas e contextuais.

A opção de ocupar o Cais José Estelita, as Rodas de Diálogo e as demais formas de ocupações e atividades nos espaços públicos se apresentam como ações desenvolvidas por atores contra-hegemônicos que criam novas imagens da/na cidade a partir da “radicalização” da ação. Essas ocupações possibilitam que a luta contra o Novo Recife deixe de ser uma disputa ideológica, porque os problemas e as mobilizações são mostrados de forma real no espaço e segundo uma problematização dos problemas que vai além da escala local. Aproximam a contestação da transformação da paisagem local com as ações radicais de fora do lugar: enquanto os discursos hegemônicos vinculam-se aos discursos exteriores através dos projetos estratégicos, os discursos contra-hegemônicos buscam se aproximar dos movimentos “*Occupy*” e de indignados expandidos no mundo ocidental e oriental.

As visualidades e discursos produzidos por esses grupos se apresentam como importantes produtos sociais que criticam as escolhas e os projetos que se escondem nesses Novos Recifes, da mesma forma que propõem outros usos do espaço e tornam públicas questões que são silenciadas pelos discursos hegemônicos. Tal como afirmou Kleber Mendonça Filho, alguns temas sensíveis da dinâmica urbana recifense não chegam aos meios de comunicação tradicionais porque há um esconde-esconde que oculta os debates com teor mais crítico para não prejudicar os anseios dominantes¹⁰².

Surge aqui a importância das visualidades contra-hegemônicas que elencamos. Estas imagens popularizam o debate que é abafado pelos meios tradicionais de acesso à informação, possibilitando que atores sem relações de proximidade aparente consigam, a partir de um vídeo na internet, de um filme na sala de cinema, de folders produzidos para distribuição pública, se juntar em torno da possibilidade de discutir, se manifestar e repensar a cidade.

Durante os Ocupes Estelita desenvolvidos, uma produção visual desses grupos nos atraiu pela sua eficiência na hora de comunicar as resistências e estimular a reflexão das pessoas sobre o Recife: os grafites, pichações e colagens feitas nas paredes dos armazéns do Cais José Estelita. Alguns trabalhos apenas contemplativos. Outros com uma mensagem política direta. Mas ambos, independente dos métodos que escolhiam para passar suas mensagens, contribuíram para tornar pública as insatisfações.

Grafites e pichações têm sido amplamente estudadas pela geografia, onde alguns interpretam-nos enquanto expressão cultural que demarca territórios de resistência a partir de “grafias da contra-racionalidade” (MONDARDO, GOETTERT, 2010). Segundo Mondardo e Goetttert (2010), a produção de grafites e pichações possibilita a criação de marcas e expressões que afirmam presenças, resistências, sobrevivência simbólica e política de grupos através de discursos grafados. São grafias que expressam ideias, modos de ser e de pensar de seus produtores (expressão política) e que re-apresentam o invisível ao visível.

¹⁰² Afirmação realizada no debate ocorrido no Cinema São Luiz, durante a IV Janela Internacional de Cinema do Recife, realizada entre 04 e 13 de novembro de 2011, na sessão “O Cinema e o Espaço Urbano do Recife”.

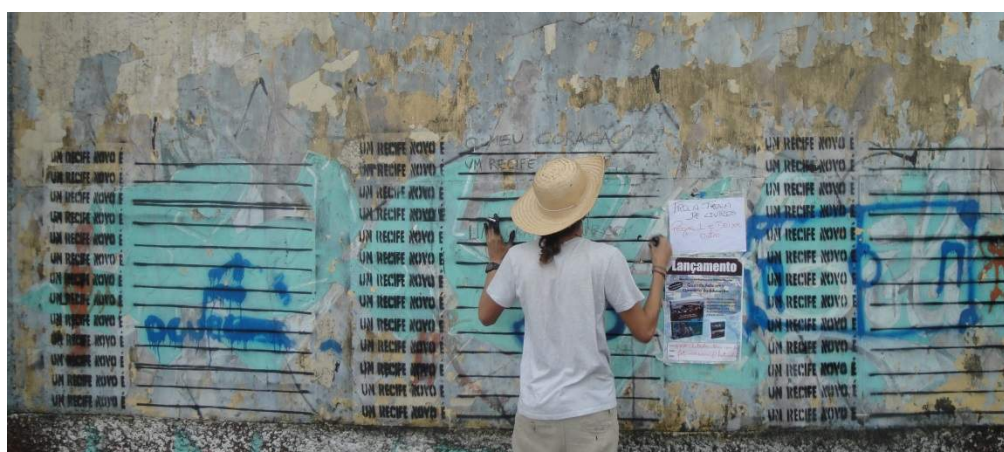
FIGURAS 57, 58 e 59 – Poética e política nos muros do Cais José Estelita



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Ocupe Estelita, abril de 2013.



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Ocupe Estelita, abril de 2012.



FONTE: BARBOSA, David Tavares. Ocupe Estelita, abril de 2013.

Pensamos assim, que as grafias deixadas nos Ocupes se utilizam de uma “*retórica-poética*” ou “*retórica-política*”¹⁰³ no processo de marcar esses espaços ocupados com a sua visão e sua experiência retirada do cotidiano das cidades, afrontando ordens hegemônicas e chamando atenção aos outros cidadãos da cidade a partir da transgressão¹⁰⁴.

Um dos grafites produzidos no Ocupe Estelita de 28 de abril de 2013 dizia “Ocupar é permanecer num instante...”. Se a permanência foi efêmera, o resultado obtido, talvez, pode ter sido mais amplo: a prática de ocupar o espaço público e, a partir daí, criar novas visualidades aos espaços, possibilitou circular a informação da existência de uma visão crítica ao discurso hegemônico de construção novos Recifes segundo a retórica vazia do progresso. Uma prática que busca, a partir da ação, alcançar o consenso de que todo planejamento urbano que queira ser integrativo deve operar a partir do debate entre os conjuntos de atores que compõem a cidade em sua multiplicidade.

A mensagem passada por tais ocupações foi mais profunda que a “permanência num instante”, visto que demonstrou a possibilidade de facilitar outras (geo)grafias ao Cais José Estelita, de padrões de ocupação diferentes às paisagens e espaços públicos do Recife. Tal como os grafites fixados nas paredes, uma mensagem educativa parece ter ficado gravada em algumas mentes da cidade: outro Recife é possível.

3.2.3. Da crise à contestação: Outros novos Recifes são possíveis

Neste ponto do debate acreditamos ser evidente que o Novo Recife, apesar dos aspectos negativos que seu modelo de intervenção apresenta, corresponde a um evento de extrema importância ao fortalecimento da postura reativa de alguns grupos na cidade. O desejo anunciado pelo Consórcio Novo Recife de construção desse empreendimento possibilitou que grupos, aparentemente desconexos, tenham se permitido incrementar rodas de diálogo, exercitar o poder da dúvida, sonhar e dispor energias para construir ações para transformar a realidade contemporânea da cidade. Tal como afirmou Norma Lacerda no debate sobre o Novo Recife desenvolvido pelo Cineclube LECgeo, em 17 de maio de 2012:

¹⁰³ Termos considerados a partir da exposição de José Lira na mesa redonda “Cultura, identidades e conservação: espaço público, sociabilidades e patrimônio cultural”. In: XV ENANPUR, Recife, 20 a 24 de maio de 2013.

¹⁰⁴ Agradecemos as valiosas observações expostas pelos grafiteiros/pichadores Boony, Luther e Azul de Barros sobre esta expressão cultural quando da participação destes no debate promovido pelo Cineclube LECgeo do filme “Pixo” (João Wainer e Roberto T. Oliveira, 2010, 61’), no CFCH-UFPE, em 10 setembro de 2013.

Então, eu acho que, a minha, o meu contentamento nesse momento, eu vejo uma luz no fundo do poço. E essa luz não tá me vindo através de partidos políticos e de políticos. Ela está vindo através de um movimento. Aliás, eu não conheço ainda nenhum político que abertamente, abertamente, tenha abraçado esse movimento. O movimento ele surgiu e eu acredito que ele surgiu porque estamos em crise. A nossa cidade está vivenciando uma imensa crise. Crise de destruição da identidade, de homogeneização dos nossos espaços e, exatamente porque é uma crise, tem um lado positivo, porque é com crises que a gente começa a vislumbrar uma luz no fundo do poço.

Assim, interpretamos o Novo Recife como um “mal necessário” ao Recife que reforçou a necessidade da sociedade civil se reaproximar do processo de planejamento urbano, bem como assumir uma atitude proativa de ocupar os espaços públicos, valorizar as paisagens da cidade e se contrapor aos discursos hegemônicos, utilizando do debate do Novo Recife não para discutir projetos, mas para pensar a cidade e o direito à cidade. Possibilitou a criação de “pontes imaginárias” entre grupos com interesses próximos, fortalecendo discursos contestatórios e tornando o confronto contra a hegemonia mais coeso. Retórica das pontes simbolizada em folder do Direitos Urbanos, produzido para ser distribuído a população, com explicações sobre o motivo da oposição do grupo ao empreendimento Novo Recife e com convocação para ocupar a prefeitura durante a reunião de votação do empreendimento no Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Como destacado em outras pesquisas, as pontes, os rios e os mangues do Recife apresentam-se enquanto geossímbolos carregados de um poder metonímico que consegue ser capaz de separar e/ou unir as classes sociais distintas da cidade. Como paisagens de importância histórica e cultural para a cidade, os corpos líquidos e seus ambientes naturais e construídos (mangues, pontes, cais) apresentam, acima de tudo, um poder metafórico de “re-ligar” os pedaços da cidade cindida (BARBOSA, 2011a; MACIEL, 2012; MACIEL e BARBOSA 2013). Esta representação se aproxima bastante da logomarca da Prefeitura do Recife (2005/2008) que simbolizava uma ponte transformada em corrente de indivíduos com as mãos dadas, destacando assim, o potencial destas construções em aproximar as diferentes classes de cidadãos da cidade.

Esta imagem metonímica representada pelas pontes evoca de forma bastante contundente aquela necessidade de negociação para o desenvolvimento local de uma consciência cívica exposta por Bitoun (1993) num centro histórico como o recifense, onde as múltiplas e contraditórias identidades e classes sociais presentes coexistem, sendo que muitas vezes, de forma nada pacífica. Novamente queremos aqui dizer que a representação das pontes adotada por esse grupo representa, mesmo que de forma inconsciente, uma

resistência ao urbanismo reformista sinalizado por torres, apropriação de espaços e paisagens públicas, só possível a partir da aproximação e construção coletivas de estratégias de amplificação das lutas, das vozes e das redes de indignação e esperança, tal como o termo exposto por Castells (2013).

FIGURA 60 – Folder Ocupe Prefeitura (21/12/2012)¹⁰⁵

RECIFE MANDOU ME CHAMAR

Dia 21 de dezembro Ocupe a Prefeitura!

A Prefeitura do Recife e empresários da construção querem aprovar o Projeto “Novo Recife” no apagar das luzes do mandato do prefeito João da Costa, sem o consentimento dos órgãos de patrimônio, sem estudos de impacto exigidos por lei e sem a participação popular, também garantida por lei.

Se até agora não se chegou a pareceres favoráveis, por que vamos atropelar o processo? Mas, afinal, o que é o Projeto “Novo Recife”?

É um projeto proposto pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, que prevê a construção de 15 edifícios de alto padrão de 20 a 40 pavimentos, num trecho de 1,3 quilômetro de extensão do Cais José Estelita, em plena Baía do Pina, área central do Recife.

Quais são os problemas deste projeto?

O Projeto Novo Recife vem sendo alvo de várias críticas da sociedade devido aos diversos impactos – sociais, paisagísticos, ambientais, ao patrimônio histórico e ao trânsito – que causará se vier a ser feito.

O projeto do paredão de prédios não se integra com a vizinhança, ao contrário, dá as costas aos bairros de São José e Santo Antônio, dificultando o acesso à Baía do Pina e favorecendo a segregação entre antigos e novos moradores. E as comunidades de baixa renda, moradores de outras localidades vizinhas, poderão também se sentir donas do Cais através deste “Novo Recife”?

As 15 torres vão impactar todas as perspectivas do lugar. O traçado urbano é parte do patrimônio histórico e cultural da cidade e seu povo. Não adianta preservar objetos isoladamente, como a Igreja de São José e o Forte das Cinco Pontas, como estão prometendo as construtoras, e não valorizar a dinâmica cultural em que estão inseridos.

E como vai ficar o trânsito gerado pelas 15 torres na mobilidade do centro?

Só para a área do empreendimento, estão previstas 5.000 vagas de garagem para automóveis. E cadê as condições para o transporte público coletivo? Além disso as 15 torres trarão impactos para Baía do Pina em relação a esgoto, e propiciarão a formação de ilhas de calor, devido a grande quantidade de concreto e ao impedimento da ventilação.

Apesar da ausência de pareceres favoráveis, o CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano – do Recife realiza no dia 21 de dezembro uma segunda reunião para deliberar sobre a posição deste órgão em relação ao empreendimento. Porém este conselho está funcionando de forma irregular, pois o poder público e as entidades associadas às construtoras estão com maior representação do que a sociedade civil organizada.

As construtoras são donas do terreno, não da cidade! O terreno é particular, mas as construtoras não tem direito absoluto sobre a área, pois toda propriedade precisa atender funções sociais previstas na Constituição. A Prefeitura pode e deve exigir que as construtoras implantem um projeto que interesse à cidade como um todo!

Participe desta luta para construirmos juntos a cidade que queremos!

Assine o abaixo-assinado contra as irregularidades da análise do Projeto “Novo Recife” e por uma discussão de verdade com a sociedade!

<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=NR>

Para saber mais acesse:

grupo Direitos Urbanos www.direitosurbanos.wordpress.com

FONTE: Material impresso.

Redes de indignação, por exemplo, que já se encontrava presente na construção do filme [projetotorresgemeas], onde a partir do debate sobre as torres localizadas no centro histórico do Recife, o filme propôs o olhar de diversos realizadores sobre diversas temáticas relacionadas com os arranha-céus de São José. Longe de ter uma mensagem única a passar, o filme parece expor inquietações e sentimentos deste coletivo diante da realidade contemporânea da cidade do Recife, inquietações estas nutridas a partir de suas vivências cotidianas da cidade. Tal como expôs o cineasta pernambucano Kleber Mendonça Filho, o cinema corresponde a um instrumento de exposição de sentimentos e posicionamentos políticos. Em suas palavras:

¹⁰⁵ Para melhor observar esta imagem, ver a reprodução deste Folder adicionado nos Anexos.

[...] eu acho que o cinema é um instrumento poderosíssimo de passar ideias, de transmitir um sentimento, principalmente quando você faz parte de uma comunidade como Recife, [...] porque a cidade parece muito presa dentro de uma rede de pequenos poderes, de grandes poderes, e toda nossa carga histórica, cultural, genética do engenho e do patrão, então Recife tem, e Pernambuco tem muito isso. Então alguns temas não vem à tona, não saem no jornal. Não sai no jornal porque o maior anunciante são as construtoras. Então é “isso aqui não! Aquilo ali não! Isso aqui não”. E o cinema, quando você transforma isso num filme, e você faz esse filme forte, você traz uma mensagem, e de repente você oficializa aquela ideia, aquele pensamento político¹⁰⁶.

O [projeto Torres Gêmeas] se apresenta como um desses filmes produzidos que mais expõe essas inquietações. Algumas dessas inquietações que o filme expõe, pensamos ser centrais as seguintes: i) relação entre verticalização excessiva e expansão dos problemas de trânsito e mobilidade da cidade; ii) a relação, ou mais especificamente, a falta de preocupação destas torres com o espaço público, a partir de uma opção construtiva que prioriza o fechamento das construções e uma autosegregação dos seus moradores; iii) uma reflexão sobre o papel central da Justiça na autorização da construção das torres. A justiça é apresentada no filme segundo a figura de uma mulher, vendada e vestida de branco, que apresenta uma balança com dois pratos que carregam, no lugar dos dois pesos da justiça, as duas torres como próprio peso de medida; iv) a desigualdade social presente na cidade, perceptível, principalmente, segundo a desigual oportunidade de acesso à habitação e os padrões construtivos do centro do Recife.

Neste sentido, interpretamos o filme como a exposição de um conjunto de imagens interligadas segundo a reflexão de um problema urbanístico da cidade, nutrido a partir das experiências cotidianas nestes espaços, sendo assim, imagens da cidade articuladas com os referentes ideológicos deste grupo. Imagens e ideologias que procuram estabelecer um *continuum*, um diálogo e um pensamento crítico entre produtores e receptores deste produto audiovisual. Tal como afirma Vincent Berdoulay, as imagens são sempre uma apresentação do mundo, segundo a escolha pessoal daquele que a produz, a partir de um conhecimento e de uma ação sobre a realidade apresentada¹⁰⁷.

Quanto à percepção exposta sobre as Torres Gêmeas, o filme propõe uma reflexão que busca demonstrar que a construção dessas torres encontra-se vinculada à construção de um novo modelo de cidade, a partir de velhas relações de poder fortalecidas. Para isto, o

¹⁰⁶ Kleber Mendonça Filho durante o debate realizado no Cinema São Luiz durante a IV Janela Internacional de Cinema do Recife, realizada entre 04 e 13 de novembro de 2011. O debate foi posterior a sessão “O Cinema e o Espaço Urbano do Recife”, onde esteve em exibição os filmes Menino Aranha, Praça Walt Disney; Quarteto Simbólico; Eiffel; Recife md e [projeto Torres Gêmeas].

¹⁰⁷ Conferência de Abertura do II Seminário Nacional do LECgeo, realizada na cidade do Recife no dia 27 de setembro de 2010, segundo o título “Imagens e Perspectivas da Geografia Cultural”.

coletivo propõe uma reflexão sobre para qual papel serve esta cidade excessivamente verticalizada, reconhecendo que por trás deste modelo de cidade existem grupos hegemônicos que estão transformando a cidade numa grande feira de negócios, um grande mercado imobiliário, minando assim, cada vez mais a possibilidade da cidade reforçar seu caráter de lugar de encontro, confronto das diferenças e construção coletiva.

Neste sentido, o filme se inicia demonstrando exatamente esta crítica mais direta a este projeto de transformação da cidade segundo fortalecimento do mercado imobiliário. Na cena inicial, uma voz feminina se apresenta como corretora imobiliária preocupada em ganhar dinheiro no curto prazo e que reflete um pouco sobre as relações de poder a partir das Torres Gêmeas. A mesma voz que discursa volta perto do fim do filme e conclui seu pensamento sobre essa questão. Eis a fala presente no filme:

Eu resolvi ganhar dinheiro no curto prazo né?! Deixei de lado o movimento social. Ideologia parece mais uma marca saudosista do que qualquer outra coisa nessa cidade. Hoje eu sou corretora imobiliária. De repente, depois de tanto tempo, me liga um amigo de longa data e me deparo com esse convite pra discutir relação de poder na cidade sobre o foco das torres gêmeas. [...] E o que dizer delas [as Torres Gêmeas]? Ah, são retrato de um espaço novo, um Recife de empreendimentos, né, que se abre pra confortar o bolso de alguns, como eu, e pra concentrar ainda mais poder nessa meia dúzia de magnata né, que definem como será a vida da cidade. Uma sociedade civil desorganizada, despolitizada não reivindica nada. Aceita todo prejuízo coletivo em troca de qualquer ilusão de favorecimento pessoal. Que importa né se vamos construir um *skyline* de arranha-céus apenas pros eleitos no meio de um bairro histórico cheio de vestígios arqueológicos? As vezes penso que nada mudou. As casas grandes, sobrados, continuam por essa cidade, esmagando escravos, comprimindo senzalas e mocambos.

A fala desta senhora, acompanhada de uma câmera que vaga de forma desordenada pelos espaços verticais e históricos da cidade, como que em desequilíbrio apresenta, para nós, uma reflexão importante: a interligação entre as torres gêmeas e um processo mais amplo de transformação deste espaço, bem como uma ligação entre a visualidade dos espaços, representada pelas torres, com questões sociais e políticas da cidade.

Entretanto, uma das passagens mais comentadas do filme corresponde ao seu final, onde por cerca de dois minutos uma cena mostra dois homens nus, que se masturbam ao som de uma sequência de sinais sonoros que se intensifica, finalizando apenas quando os dois personagens, com os seus pênis eretos e em *close-up*, transformam seus órgãos sexuais numa analogia das torres gêmeas do bairro de São José. A cena se aproxima bastante da intervenção realizada pelo artista plástico Jeims Duarte, no Spa das Artes de 2011, onde as torres gêmeas do Recife eram substituídas numa gravura por dois prédios no

formato de pênis eretos (ver Imagens abaixo). Também Kléber Mendonça Filho, em Recife Frio (2009), utilizou-se dessa mesma metáfora fálica para criticar os rumos da cidade.

Duas questões devem ser consideradas a partir dessa cena. Primeiro, o filme já na sua sinopse esclarece que a temática vincula-se ao debate sobre as relações de poder na cidade. Como algumas teorias da Psicologia afirmam, existe uma relação entre o pênis, verticalização e relações de poder numa sociedade patriarcal, sendo a cena, talvez, uma opção artística que reforça o desejo de vincular a verticalidade das torres, quer dizer, sua morfologia, com as relações de poder hegemônicas da cidade. Outra questão é que a representação se apresenta como uma referência ao incômodo sentido por alguns cidadãos com a violência que a construção das torres naquele importante espaço do bairro histórico de São José significou. As torres, pela sua posição, sítio e características arquitetônicas, são *brutal buildings* (prédios brutais) que remetem a um poder masculino. Como comentou Ana Lira, uma das realizadoras do filme:

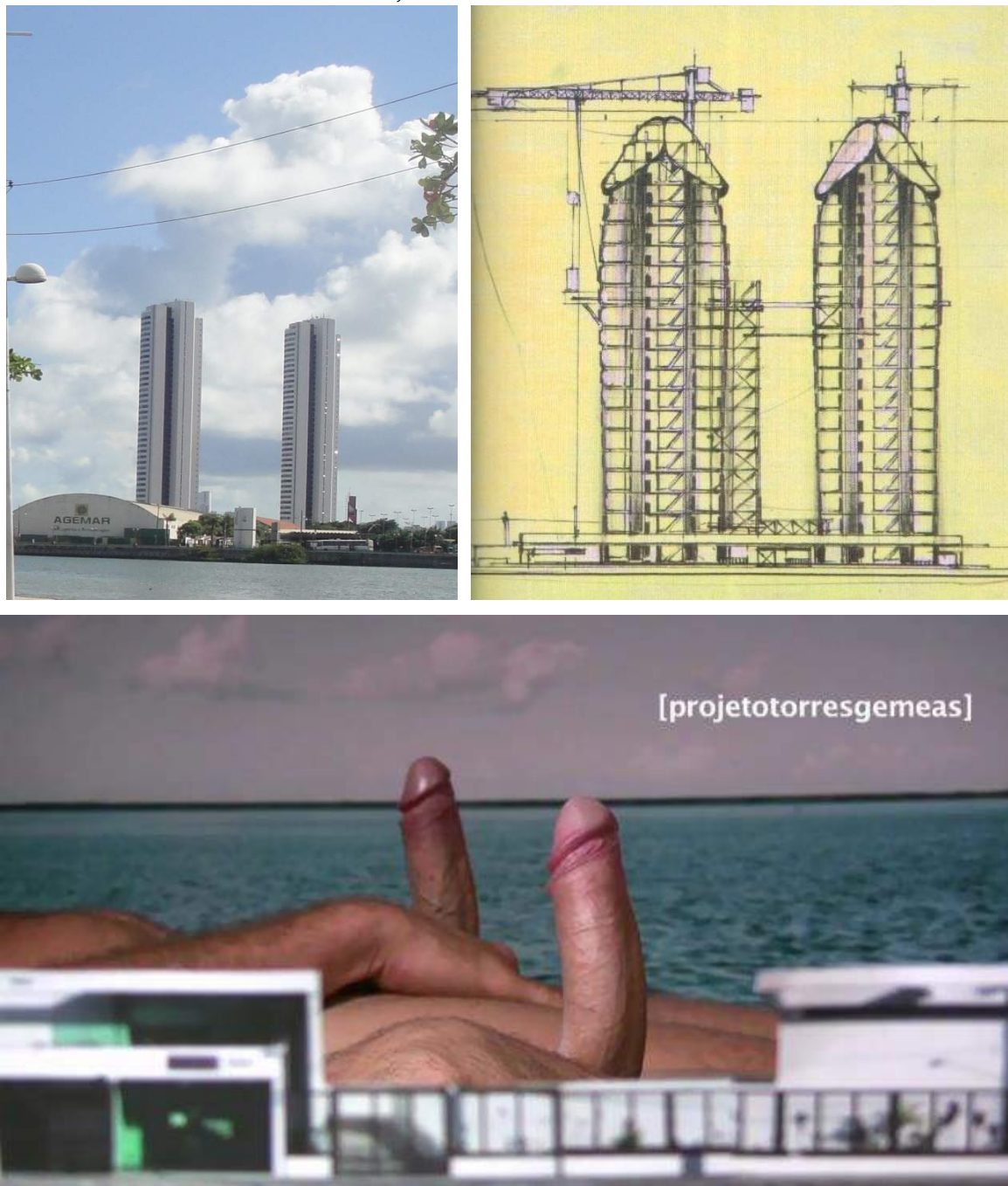
Eu acho que a cena final do filme ela é um incômodo da gente, ela é a representação, na verdade, de um incômodo de certas vozes que estão se expressando no Recife, principalmente como essa do cara da Moura Dubeux quando ele chega e diz que ‘Brasília Teimosa só vai ser um espaço de serventia à cidade, a partir do momento que aja uma intervenção do poder público que tire as pessoas dali e desocupe o espaço’, porque a gente tem visto esse pensamento, distribuído na cidade, em vários outros lugares [...] Então a gente não pode apenas parar e fingir que essas intervenções não afetam a vida da gente. Afetam. E a cena final do filme é uma representação desse incômodo, certo. [...] O [projetotorresgemeas] ele não se encerra aqui. O objetivo desse coletivo é discutir as relações de poder da cidade do Recife. A gente começou por isso. A gente vai continuar, e a gente espera que as pessoas aqui presentes colaborem, inclusive trazer pontos de vistas diferentes, como tá ocorrendo com o Vimeo e com tá ocorrendo no blog do coletivo. Mas simplesmente partir da ideia assim de que o filme que a gente fez não se preocupa com essas outras questões porque a gente tem uma cena como essa no final, eu acho que é bem complicado¹⁰⁸.

Analisando sobre a forma como os filmes foram selecionados para a sessão “Câmera-Cidadã” do Festival V Janela Internacional de Cinema, Lacerda (2012), afirma que as obras unicamente realizados para a Internet, tanto para exibição quanto para disseminação, representam uma transformação na produção cinematográfica da cidade. Isto porque, ao terem como suporte principal os espaços virtuais, possibilitam que a discussão se desenvolva de forma mais imediata e efetiva, misturando os filmes a uma maior quantidade de conteúdos relacionados ao tema em debate. Neste sentido, o uso das imagens, do meio audiovisual passa a promover uma discussão ampliada dos temas

¹⁰⁸ Depoimento realizado no debate do Cinema São Luiz durante a IV Janela Internacional de Cinema do Recife, realizada entre 04 e 13 de novembro de 2011, posterior a sessão “O Cinema e o Espaço Urbano do Recife”.

selecionados, afirmando um sentido de urgência dos filmes frente ao acirramento da discussão urbana.

FIGURA 61, 62 e 63 – Novos Recifes fálcos



FONTES: Figura 61 – BARBOSA, David Tavares. Trabalho de Campo, dez. 2012; Figura 62 – Material impresso; 63 – Foto tirada do filme [projetotorresgemeas], disponível em: <<http://projetotorresgemeas.wordpress.com/projeto/>>.

A partir da consciência da crise do planejamento urbano recifense se organiza essa rede de coletivos do audiovisual e de usuários de plataformas da internet para pautar ações e debates públicos sobre o urbanismo contemporâneo da cidade, proposta essa que já

estava presente no círculo audiovisual pernambucano desde, pelo menos, os últimos 10 anos. Os grupos e seus respectivos produtos e discursos contribuem para trazer a tona questões silenciadas na esfera pública e política, desenvolvendo ações (ocupações, festivais e mostras de cinema) para estimular novas adesões ao debate, buscando reafirmar com a sociedade recifense que determinadas ações de intervenção na/da cidade precisam ser construídas, pensadas e vividas coletivamente¹⁰⁹.

Além disso, são ações que possibilitaram um compartilhamento de experiências e uma reaproximação entre arte e ciência, mostrando que a reação ao projetos hegemônicos exige uma complexidade de frentes de atuação, uma interligação entre os saberes que fortaleça a percepção da cidade. Tal como explicou Marcelo Pedroso:

Eu acho que tem uma coisa assim da exterioridade. A academia que se coloca como exterior, porque o saber requer uma posição de exterioridade em relação ao objeto. E aí eu acho que tem uma noção de que é preciso reestabelecer a continuidade, saca? O filme, a academia, a cidade tá tudo numa cartografia de conexões e não nessa exterioridade que supõe o lugar do saber. Aí fudeu, velho. Aí fudeu. Porque aí se a gente for refletir sobre a cidade ou sobre os filmes enquanto objeto, se a gente não tiver uma apropriação que tem um comum entre a gente e eles, se a gente não se sentir implicado por aquilo, parte daquilo, a gente vai tá sempre, realmente, criando cada vez mais essa separação, essa clivagem dos espaços, do que é dado para um lado e o que é dado para o outro, e eu acho que é mais uma tentativa disso assim, de não operar a partir de rupturas mas sim de um *continuum* entre esses, o que é dado a perceber e a sentir a partir do filme, a partir da vivência da cidade, saca? Tipo, vamos estudar a cidade, mas porque é que eu tenho que falar na terceira pessoa, a cidade ali e eu aqui e o filme acolá como a mediação entre mim e a cidade... Caralho! Eu sou parte da cidade, a cidade é parte de mim e o filme também. Tá tudo junto assim. Então esse lugar de fala que a academia, historicamente, enquanto ciência constituída, a partir da racionalidade lá, positivista, isso tudo, é foda pô. Isso aí a gente tem de começar a quebrar¹¹⁰.

Neste sentido, há que se considerar que as representações aqui expostas devem ser compreendidas enquanto um meio através do qual os sujeitos que vivenciam a cidade do Recife enunciam suas visões de mundo, afinal. São representações que se configuram como pontos de vista interligados aos referentes ideológicos que procuram estabelecer um diálogo com aqueles que as veem, afinal “o que se vive não se diz sem que se constitua um ponto de vista” (BOSI, 1992, p. 382). Correspondem assim a uma atividade retórica contundente onde se confrontam argumentos e se produzem disputas políticas (MACIEL, 2009).

¹⁰⁹ Reflexão presente no filme *Velho Recife Novo* (Recife, 2012, 16'). Direção: Luís Henrique Leal, Caio Zatti, Cristiano Borba e Livia Nóbrega.

¹¹⁰ Declaração no Cineclube LECgeo, ocorrido no CFCH-UFPE, em 28 de janeiro de 2014. Na atividade ocorreu um debate sobre os filmes “Em Trânsito” (Marcelo Pedroso, 2013, 17’), e “Praça Walt Disney” (Sérgio Oliveira e Renata Pinheiro, 2011, 21’).

Além de promover o debate via plataforma de internet, há que se considerar também que estes vídeos passaram a estimular uma série de discussões presenciais, onde destacamos, dentro outras atividades, a promovida pelo Cineclube LECgeo¹¹¹, realizado em maio de 2012, no Departamento de Geografia da UFPE, buscando aproximar o debate da Geografia Urbana com abordagem cultural dos debates do cinema pernambucano e das ações de vídeo-ativismo. Para Lacerda (2012),

Os debates presenciais, junto com os virtuais, integraram-se a várias ações, de protestos (Ocupe Estelita, Ocupe Agamenon) a participações em audiências públicas (do projeto Novo Recife, dos Viadutos da Agamenon, da mobilidade), que por sua vez deram origem a mais filmes e assim por diante, num processo contínuo de retroalimentação do debate em suas várias formas.

Assim, pensamos ser evidente que o debate exposto pelos filmes desenvolvidos para a internet no momento atual da urbanização recifense promove uma pertinente reflexão acerca dos projetos de renovação do centro histórico recifense, por denunciar ao grande público a formação de "grupos de pressão", em parte do corpo técnico a serviço dos órgãos estatais e nas grandes construtoras, criadores de "uma sistemática onde a relação humana com o espaço e com outros homens é menos importante que as relações de poder implicadas na apropriação e no uso desses espaços" (JUBERT, 2011, p. 21).

Segundo os fundadores do Vurto, que corresponde a um projeto de Felipe Peres Calheiros e Marcelo Pedroso, a sua finalidade corresponde a lançar na internet alguns pequenos vídeos cujo objetivo corresponderia não a "pregar para os convertidos", mas "causar incômodo, reflexão e, por fim, conscientização, em espectadores ainda sem posição definida dentro das questões propostas", atingindo assim, efeitos políticos claros (LACERDA, 2012). Em uma outra entrevista, o Felipe Peres Calheiros, ao ser questionado sobre o papel do "cinema político e social" pernambucano, caracterizado por produções cada vez menos ficcionais, que buscam em elementos do cotidiano suas narrativas sobre os problemas da sociedade contemporânea, ele admite que os filmes do Vurto correspondem a "filmes que falam do que nos inquieta no mundo que nos cerca".

Além do mais, estes vídeos, ao se difundirem na internet, nos festivais de cinema da cidade e em eventos científicos e culturais, corresponderam a um dos principais argumentos que justificaram a ocupação do Cais José Estelita, evento que possibilitou criar

¹¹¹ Cineclube do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política, LECgeo-UFPE, que apresenta como finalidade promover e divulgar filmes e documentários que reflitam as áreas de estudos e atuação concernentes à geografia cultural, articulando debates entre os pesquisadores do grupo, alunos da graduação, pós-graduação e demais interessados no debate entre geografia e cinema. Maiores informações: <http://www.ufpe.br/lecgeo>; <http://cineclubelecgeo.blogspot.com.br/>.

novas imagens a partir da ação contestatória dos movimentos críticos dos megaprojetos em questão. Ao “radicalizarem” a ação, mostrando-se “ao vivo” nos espaços em disputa do centro do Recife, possibilitando que a luta pelo Cais José Estelita deixe de ser uma disputa ideológica, pois os problemas e as mobilizações contrárias aparecem de forma real.

Neste sentido, compreendemos que é factível estudar este tipo de cinema no âmbito das ciências humanas enquanto artefato artístico, pois este permite a compreensão nas relações do homem quando representante de uma cultura, sociedade, natureza. A relação ciência-arte percola por caminhos próximos quando se busca entender ou exprimir sentidos, símbolos e metamorfoses nas relações entre o homem e os espaços (BARBOSA e QUEIROZ, 2013).

A relação estreita entre as artes e a geografia surge como uma nova ferramenta para a compreensão do espaço geográfico, principalmente nos estudos da Geografia Cultural (MAIA FILHO, 2008). Sendo assim, o cinema insere-se ao que se refere no estudo da paisagem geográfica como intermediador de um debate sobre a ação de sujeitos sociais na construção da paisagem, ou seja, modificação do espaço.

Todavia, entendendo a obra cinematográfica como elemento crucial para o objeto desta análise, seguimos o entendimento de Turner (1997), ao analisarmos o cinema a partir dos seus símbolos e artefatos narrativos enquanto evidências do modo de reprodução de uma cultura em seu sentido próprio. Corroboram nessa perspectiva os três momentos expostos por Pierre Bourdieu (2006) na perspectiva sociológica para os estudos de imagem. Ou seja, na obtenção da imagem de um respectivo lugar pondera-se, na prática científica, o momento vivido no ato da foto captado através de expressões em que revelam o sentido obtido na captura desta imagem e ao mesmo tempo se revelam como objetos de análise sociológica; as significações objetivas e as condições sociais possíveis de significação; e a construção da relação entre as personagens e suas respectivas condutas (BOURDIEU, 2006).

Tal como a paisagem compreendida por Cosgrove (2004) enquanto uma ‘maneira de ver’, devemos compreender suas representações enquanto uma composição formada no conjunto de símbolos e valores que a perspectivam num contexto que podemos considerar de “alienante”, quando relacionado à escala proposta para a pesquisa (cidade do Recife), ao referirmos à reprodução resultante na paisagem urbana da cidade. Mas tal caráter alienante apenas se reporta aos discursos dominantes, aos véus políticos dos donos da cidade – ao se considerar outros “pontos de vista”, o poder contestatório da representação paisagística

vem à tona. Dessa forma, a interpretação pelo cinema, como artefato cultural, contribui na compreensão do papel da memória e dos diferentes imaginários geográficos na criação das imagens de lugar na construção das paisagens culturais (AZEVEDO, 2009), levando em conta o que o olhar do realizador e sua gama de valores disponíveis em sua cultura, ou referentes ideológicos (BERDOULAY, 2012), na construção da narrativa fílmica, reflete diretamente no comportamento do espectador quanto consumidor do produto cultural (BARBOSA e QUEIROZ, 2013). Conforme destacamos em outro momento, ao falarmos sobre o papel do cinema diante das transformações espaciais:

A realidade vista nos filmes geralmente nos remete a interrogar a questão paisagística, não importando qual conotação discutida. Como em alguns casos, o cidadão, vivente do espaço urbano, só percebe esta paisagem ao seu entorno quando se depara com representações dessa paisagem em dispositivos de massa, como o cinema. Portanto, o cinema ao mesmo tempo em que constitui-se como prática social, reflete novos olhares quanto à reprodução do espaço em suas narrativas, conduzindo através de dispositivos sensoriais (imagem, som) percepções daquele espaço que, em alguns momentos, é diluído pelo espectador, fruto da reprodução intensa do espaço (BARBOSA e QUEIROZ, 2013, p. 18).

Assim sendo, a câmera, através de uma visão imparcial, têm sido desde o início, esclarecedora e modificadora da compreensão ecológica e humana. Os homens sempre usaram as imagens para dar forma aos seus conceitos de realidade (COLLIER, 1973). Então, os referentes ideológicos atribuídos por Berdoulay convergem naquilo que concebemos como “paisagem simbólica” (COSGROVE, 2004), decodificadas por meios das experiências de vida e de lugar daquele que concebe a imagem, atribuindo suas significações em torno de uma narrativa visual. Portanto, ao pensarmos o objeto em discussão nessa análise, entendemos que o papel da imagem, mediado pelo cinema, se faz necessário pelo momento atual a qual a paisagem recifense percorre com suas intensas modificações urbanísticas, modificando estruturas sociais e culturais da sociedade (BARBOSA e QUEIROZ, 2013).

Assim sendo, as percepções acerca da imagem audiovisual, aliada ao estudo das imagens do espaço urbano recifense torna palpável a utilização do conceito de cenário proposto por Gomes (2008) na interpretação das imagens pela geografia. O emprego de tal conceito serve como instrumento capaz de desvendar as figurações espaciais, bem como das suas relações com o enredo, com a trama, com a estrutura narrativa (GOMES, 2008), não se abstendo da análise sobre vida social cotidiana, por esta integrar outro conjunto de significados que são resultados de uma cultura presente no processo histórico da cidade,

permitindo uma pesquisa mais profunda dos enredos propiciados no estudo da paisagem BARBOSA e QUEIROZ, 2013).

Além do mais, nos vídeos dos coletivos audiovisuais e nas representações e debates do Direitos Urbanos a partir de 2013, percebe-se um debate sobre a paisagem que vai além da consideração isolada desse conceito, dessa maneira dever. A paisagem é entendida como uma totalidade que está inserida dentro do contexto da cidade, revelando que projetos como o Novo Recife sinalizam a implantação de um modelo de cidade que fragmenta seu território e articula-o através dos empreendimentos e pelos processos de valorização imobiliária.

Essa mensagem que a transformação da paisagem representa uma totalidade ligada ao desenvolvimento desse modelo de cidade encontra-se presente, por exemplo, na fala inicial do filme [projetotorresgemeas] destacada acima, no folder de convocação ao Ocupe Prefeitura distribuído pelo Direitos Urbanos e em inúmeros artigos publicados pelo blog deste grupo. São assim representações que distribuem uma informação sobre esses projetos hegemônicos de cidade, possibilitando que indivíduos tomem consciência dos problemas e, conforme argumenta Marcelo Pedroso, possa então operar um deslocamento na ordem de como as pessoas sentem a cidade¹¹².

Por fim, esses coletivos contra-hegemônicos demonstram-se importantes pois reforçam a necessidade de, tanto na arte quanto na ciência, buscar formas de viabilizar outras representações (paisagísticas e territoriais) para além das hegemônicas. Desenvolver representações que, em dialética com a realidade, recoloque sujeitos sociais, formas urbanas e comunidades para fora do filtro de invisibilidade presente em representações oficiais. Essas representações que denunciam e/ou contestam interesses hegemônicos, além de estimular a imaginação sobre outros novos recifes possíveis devem então, ser compreendidas enquanto expressões criativas do diálogo público de resistência desenvolvido por coletivos e redes horizontais criativas, propagadas através das redes (sociais e virtuais) que criam contra-racionalidades e se organizam para desorganizar a ordem vigente¹¹³.

¹¹² Declaração de Marcelo Pedroso no Cineclube LECgeo, ocorrido no CFCH-UFPE, em 28 de janeiro de 2014, em debate sobre os filmes “Em Trânsito” e “Praça Walt Disney”, de Renata Pinheiro e Sérgio Oliveira.

¹¹³ Reflexões fortalecidas nos diálogos estabelecidos durante o Grupo de Trabalho “Práticas Culturais na produção da cidade”, ocorrido durante a programação do XIII SIMPURB, com a coordenação dos(as) professores(as) Anita Loureiro de Oliveira, Aureanice de Mello Corrêa e Nécio Turra Neto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comentando sobre a paisagem, Wylie (2007) afirma que discursos da paisagem, construídos em um dado lugar e dada época, podem permitir e endossar certas maneiras de comportamento, percepção, descrição e representação, ao mesmo tempo que podem, pelo seu bel-prazer, censurar ou prescrever outras maneiras de lidar com o espaço. Tal como afirmou Bosi (1992, p. 317-318):

A neutralização de todas as possíveis dissidências em um amplo e flexível processo modernizante parece ser um recurso quase fisiológico das sociedades neocapitalistas que às vezes punem, aleatoriamente, algumas expressões ou atitudes mais *inconvenientes*, isto é, mais capazes de despertar ou aguçar a consciência das contradições.

Neste sentido, considerando o pensamento destes dois autores, compreendemos que ao debater a paisagem em períodos de grandes transformações urbanas devemos considerar que discursos sobre a paisagem sempre buscarão estabelecer quais paisagens são ou não são desejáveis. Wylie (2007) desenvolve suas abordagens a partir de influências de Foucault. A ascendência do filósofo contribuiu para que Wylie desenvolvesse uma interpretação da paisagem para além de uma simples representação/interpretação da cultura dominante, optando por um entendimento mais nuançado e próximo da vida cotidiana, preocupando-se em compreender como relações de poder em várias escalas *conformam* a paisagem e modos de ver esse espaço.

Segundo a concepção desse autor, a paisagem seria *conformada* não apenas a partir de textos, imagens, documentos e escrituras, mas também a partir de falas, diálogos, modos de pensar e ações (incluindo práticas espaciais, corporais e hábitos). A concepção de Wylie (*Idem*) nos parece fundamental para esclarecer uma primeira conclusão a partir das análises dos discursos e representação aqui apresentados: um discurso da paisagem não pode ser considerado como um conjunto de coisas ditas e produzidas frente a paisagem existente e imutável. Pelo contrário, discursos criam a própria paisagem, fazendo-a real. Sua contribuição nos ajudou a perceber que a paisagem existe como uma consequência, um conjunto de crenças e atitudes carregadas de significados pelas práticas cotidianas (WYLIE, 2007, p. 110-111). Ao interagirem umas com as outras através de narrativas paisagísticas, ao atuarem numa prospectiva das paisagens, as pessoas então implicadas com seus espaços de vida, seu cotidiano, a realidade imediata e futura das cidades em que vivem – não com um objeto congelado e exterior a sua existência enquanto sujeitos sociais, cidadãos enfim.

Assim, percebemos um primeiro fato nas relações entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos desses novos Recifes que se configuram e/ou se apresentam: a percepção de que a paisagem do estuário do Pina encontra-se envolvida numa “política da paisagem” relacionada a diferentes usos, representações e significações, e discursos atribuídos por diferentes sujeitos anunciadores que expõem seus modo de ver a paisagem. Pensamos que as representações da paisagem destacadas acima apresentam algumas significações e funções distintas, pois revela os sentimentos e objetivos daqueles que a representam. Não que existam dois padrões de paisagem independentes, mas na verdade, ocorre um conflito de interesses na transformação/apropriação das paisagens do estuário recifense, cujo reflexo se dá, de forma direta, nas representações e discursos desta.

Numa sociedade fragmentada e desigual socialmente, como a cidade do Recife, a consideração do imbróglio público que se tornou a implantação do empreendimento Novo Recife demonstra que argumentação e justificação estão no cerne da **retórica da paisagem** (portanto a paisagem tanto informa quanto é influenciada pelos referentes ideológicos).

Há, assim, a *paisagem-retórica* (modo de ver, modo de fazer ver, modo de convencer e modo de vender) dos grupos hegemônicos se contrapondo à *paisagem-lugar* (materialidade do espaço, com histórias, significados e identidades) através dos quais os grupos contra-hegemônicos buscam se vincular em seus debates, discursos, reivindicações e representações. Como buscamos demonstrar acima, a paisagem é contextual, pois ela conta histórias, sentimentos, personalidades e desígnios daqueles que a representam.

As representações das paisagens elencadas por estes dois grupos de atores sociais aqui considerados reafirmam que a paisagem se caracteriza enquanto um cruzamento entre formas (fisionomias) e conteúdos (significados), quer dizer, uma ideia que aproxima “a materialidade do espaço com os valores simbólicos que emergem da relação homem/meio” (MACIEL, 2009, p. 43-44). Possibilitam assim perceber o elo existente entre a geografia cultural e política, pois a análise da paisagem sempre envolverá um estudo da relação entre um “modo paisagístico de ver” (COSGROVE, 1999), os referentes ideológicos e as práticas sociais. Neste sentido, há que se reforçar a ideia de paisagem tal como define Maciel (2009, p. 44), sob inspiração de Berque (2012):

Sendo uma marca impressa na superfície da terra pela relação homem-meio, a paisagem funciona simultaneamente como um molde ou perspectiva que condiciona, em parte, a nossa visão: ela é a matriz de onde brotam pensamentos, atitudes e ações sobre o espaço [...] Trata-se, por conseguinte, de tomar a paisagem como expressão mediadora que aproxima conjuntos sociais através de seu apelo curioso aos sujeitos envolvidos para que penetrem no espírito do que

seja aquele lugar, naquele contexto histórico. **Desde que há mediação, há conflito de posições, visões, interesses, isto é, há política.**

A atividade imaginativa inerente à exploração concreta do espaço necessita ser compartilhada com (ou imposta aos) outros, não sendo por isso nem arbitrária, nem aleatória; diferente, portanto, das atividades estéticas orientadas expressamente para o ilusório. **A imaginação paisagística opera como um instrumento retórico para tornar mais efetiva, clara e convincente a exposição e transmissão desta verdade percebida intersubjetivamente** (grifos nosso).

Tais modos de ver as paisagens do Cais José Estelita, apoiadas nessas imaginações paisagísticas, tem participado de embates entre referentes ideológicos dos grupos distintos, segundo um repertório de imagens e discursos: repertórios de imagens antigas, aspectos da memória e das sociabilidades históricas; imagens que se colocam em jogo na atualidade; e as imagens que almejam construir num cenário prospectivo, de transformações espaciais desenhadas segundo seus desígnios.

Visto a partir dessa abordagem, a paisagem assume na contemporaneidade um grande potencial político de possibilitar uma visualização das diferenças. Entretanto, justamente porque a paisagem apresenta esse potencial, observa-se que os administradores do espaço urbano, cientes da sua importância imagética, mobilizam esta potência tanto para a promoção de planos de competição e atratividade do território, quanto para legitimar ações junto à população local. Para Fort-Jacques e Fricau (2008), muitos desses projetos e ações encontram nos centros históricos e nas imagens destes um importante local de aplicação de seus anseios, visto que esses territórios históricos apresentam uma “eficiência retórica do espaço que se confunde com o da imagem no sentido de tornar visível a ação do planejamento urbano e assegurar aos discursos um efeito de autenticidade baseada na materialidade dos lugares” (FORT-JACQUES, FRICAU, 2008, p. 110).

A consciência dessa importância política da paisagem na contemporaneidade, segundo os interesses mercadológicos do turismo de lazer, pode promover então, longe da valorização das diferenças, uma reconstituição das singularidades histórico-culturais para a produção de um “*remake* da paisagem” (BARBOSA, 1999b). Essas paisagem tidas como “marca impressa na superfície da terra pela relação homem-meio”, se apresentam no contexto de transformações paisagísticas que são marca dos Novos Recifes, apenas com um sentido “bucólico e *retrô*” enquanto um “processo de *museificação* mercantil de ruas e bairros, cujo propósito maior é servir como *self-service* cultural para o turismo do que propriamente revitalizar tradições populares” (BARBOSA, 1999b, p. 62).

Outrossim, faz-se necessário que nos afastemos, ao menos momentaneamente, desta interpretação da paisagem enquanto uma “tela” que serve para reproduzir as normas culturais e valores dos grupos dominantes, para destacar que as paisagens, a partir de seu intrínseco potencial estético e político, assumem o papel de mediatizar de maneira sensível a relação estabelecida entre sujeito e espaço, pois apresentam aspectos da materialidade que possibilitam a esta imagem funcionar como “veículos de símbolos e entrar nos processos complexos de simbolização de elementos do meio ambiente” (BERDOULAY, 2012, p. 123). Foi com base nessa consideração que pudemos acionar e entender a importância dos discursos contra-hegemônicos e seus processos de resistência.

Esta escolha foi a que tornou capaz aproximar a abordagem cultural da análise dos sentidos e valores que os sujeitos utilizam para modificar seus espaços, aproximando assim as preocupações da abordagem cultural da geografia política, da geografia social, e logo, de uma geografia integradora, preocupada em revelar tanto uma interpretação que integre as múltiplas dimensões do espaço, quanto reconhecer o “caráter híbrido ou múltiplo de muitos dos próprios fenômenos geográficos que efetivamente estamos abordando” (HAESBAERT, 2008, p.398).

Reconhecer a interconexão dos fenômenos aqui trabalhados através da abordagem cultural integradora possibilita que se afirme que “toda Geografia é Geografia Cultural”, pois “não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem”, já que “não há como dissociar as perspectivas materiais/funcionais e imateriais/simbólicas da espacialidade”, pois esta pode ser entendida como o “próprio real objetiva e ‘coexistencialmente’ produzido” (HAESBAERT, 2008, p. 396). Da mesma maneira, retomando Teixeira Coelho (2008) e Berdoulay (2012), cultura se trata de um tipo de engajamento dos sujeitos sociais que renova o próprio imaginário, ou seja, os referentes ideológicos.

Há que se considerar então, algumas premissas aqui desenvolvidas que foram capazes de conduzir o trabalho numa abordagem cultural capaz de compreender esta espacialidade complexa: i) considerar o papel ativo dos sujeitos sociais na elaboração da retórica da paisagem (MACIEL, 2009); ii) ao analisar a paisagem, compreende-la, ao invés de explica-la, buscando não apenas estudar a morfologia do espaço no seu entendimento científico, mas abrangendo sua atividade espiritual (mentalidades) por meio da qual é construído um mundo (MACIEL, 2004). Afinal, os grupos hegemônicos não são deuses e as pessoas não são simples marionetes.

Pensamos então deixar claro que o primeiro grande papel a se exercer de contestação à ordem instituída corresponde a reforçar e amplificar formas de contestação da ideia difundida por esta gestão empresarialista da cidade de que o direito à cidade se faria presente a partir do acesso da população aos objetos, empreendimentos e símbolos do progresso apontados em projetos como “Via Mangue”, reformas do porto, construção de grandes centros comerciais, dentre outros novos recifes que só revelam velhas dinâmicas de comercialização dos espaços da cidade e negação do uso das classes menos favorecidas deste. Há que se reforçar que o direito à cidade advém de uma maior participação de todas as classes sociais das dinâmicas, processos e escolhas de ações e planejamento da cidade.

Além do mais, as críticas dos movimentos contra-hegemônicos parecem nos direcionar até a necessidade urgente de retomar a cidade (enquanto conceito e espaço de vida) como uma construção coletiva da sociedade, reafirmando a sua função social, melhorando a qualidade das relações sociais e da cidade com o seu sítio, bem como fortalecendo os valores sociais que norteiam as ações individuais e o planejamento da cidade. Da mesma forma, apontam para a necessidade de acabar com a dinâmica de um processo de construção da cidade a partir da eleição de quais os “vazios” especulativos serão o próximo a ocupar a partir de um projeto de cidade fundamentado na simples ideia do desenvolvimento econômico como um fim em si.

Há ainda que considerar a necessidade de repensar a construção da cidade segundo formas de intervenção pensadas para o médio e longo prazo, cabendo ao Estado o importante papel de regular a forma como a cidade é construída, evitando assim que interesses particulares se sobreponham ao bem-estar comum. Neste sentido, deve-se reconhecer que assegurar o direito a cidade a todos perpassa a ampliação da consciência da diversidade (de referentes ideológicos, de ocupações habitacionais, de identidades, de práticas urbanas) nas ações de intervenção urbana.

Por isso nossa análise não se restringiu ao debate sobre qual forma os grupos hegemônicos utilizam para conformar suas imagens de cartão-postal. Acreditamos ser mais importante reconhecer que na cidade ampliaram-se formas de representações paisagísticas e territoriais contra-hegemônicas, que contestam maneiras hegemônicas de ver a realidade. Como afirmamos logo no começo deste trabalho, parte do objetivo desta pesquisa consistiu em reforçar que a cultura não serve **apenas** como instrumento manipulável a serviço dos planejadores e gestores do espaço (nem das classes “dominantes”), mas corresponde a importante aspecto de análise do espaço social, visto que os espaços são realidades

concretas co-construídos pelos referentes ideológicos presentes nas práticas cotidianas de vivência e apropriação do espaço (Berdoulay, 2012).

Percebemos que o debate sobre a multiplicação dos produtos imagéticos se ampliaram grandemente na geografia. Destaca-se, por exemplo, que Barbosa (2012, p. 19) afirma o desenvolvimento de uma “nova forma de percepção do espaço e do tempo que se instaura em nossas existências”, ou ainda, conforme Maciel (2009, p. 41) que lembra em artigo sobre os estereótipos regionais do sertão nordestino o fato de vivermos numa “civilização da imagem” que “tem popularizado e naturalizado uma série de ‘modernas paisagens arquetípicas’”. Neste sentido, torna-se central reforçar que a produção imagética de sensações e novas percepções espaciais correspondem a um dos mais fortes componentes da sociedade atual. Buscamos reforçar esta afirmação a partir da análise de algumas representações espaciais lançadas pelos discursos contra-hegemônicos observados na cidade do Recife, vinculados ao processo contemporâneo de transformação do centro histórico recifense a partir de renovações na área do porto e desenvolvimento de projetos imobiliários em espaços “ociosos”.

Por fim, queremos admitir que a análise das imagens elencadas pelos discursos aqui considerados vai além da constatação de uma mera reprodução e produção de imagens descritivas. Buscou-se aqui apontar a necessidade de se promover/valorizar um uso das imagens que se preocupe em mostrar o invisível, como bem mostrou Barbosa (2000b, p. 84-85). Deve-se, a partir das reflexões deste autor, confrontar a *mise-en-scène* imagética com as *mises-en-scènes* sociais, para reinterpretar e retraduzir as questões vigentes na representação, pois conforme nos informou Barbosa (2000b, p. 85-86):

Novas práticas estéticas são reclamadas para o reconhecimento da realidade social diante da forma de visualidade urbana dominante. Novas concepções de registros tornam-se necessárias para aprimorar as interrogações a respeito dos outros, de nós mesmos e da própria cidade. Isto significa a exigência da estética como uma ética criadora *não apenas de um objeto para o sujeito, mas de um sujeito para o objeto*.

Recorrer à criação estética cinematográfica que supere a condição de mera reprodução de imagens banalizadas e assuma a condição de potência reveladora da experiência social significa construir um *artifício* de representações *do obscuro e do ausente*: **poiésis** que cria o mundo e decifra a vida.

Outro ponto de sua reflexão também merece ser destacado em sua integridade. Eis o seu arremate sobre as representações:

E, se considerarmos que a representação é mais do que uma mera duplicação mimética do real, nela o pensamento tem lugar privilegiado para formular o sentido do representado e indagar os propósitos de sua existência. A

arte de representar nos oferece um caminho de reconhecimento do mundo, da vida, da memória e dos sonhos que pulsam do/no espaço geográfico (BARBOSA, 2000b, p. 86).

Ao propor estas reflexões, este autor pretende estimular a construção de um “contra-campo do visível”, pois acredita que se faz necessário formular estratégias de reconhecimento do espaço geográfico enquanto diversidade de formas de existir, além de possibilitar um retorno das representações do espaço ao plano do vivido, ao espaço das representações e das práticas sociais (BARBOSA, 2000, p. 85-86). Há que se concordar assim que “a leitura de imagens implica significados múltiplos, e não verdades absolutas”, (SEERMANN, 2009, p. 58).

Neste sentido, esta reabilitação imagética fornece grande subsídio ao trabalho da geografia, permitindo que, através deste estudo voltado ao urbano, possamos apresentar à geografia novas possibilidades de (re)trabalhar o conceito de paisagem numa concepção integradora, e de suas possíveis representações como cenários de exposição da diversidade dos espaços, e dos modos de viver e querer viver este espaço. Por isto acreditamos que há de se reconsiderar a produção de imagens como fator impulsor de um debate renovado das paisagens, pois aprimorar formas de representações diversas, que mostre a polifonia que emana destes espaços, é possibilitar o direitos aos diferentes grupos que estão co-presentes nos espaços de que todos eles sejam paisagem, e estejam nas suas representações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 5-26, 1998. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf. Acesso em: 30 out. de 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim; MENDES, Geisa Flores. Territórios, Paisagens e Representações: um diálogo em construção. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 22, p.23-35, mai./ago. 2011. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/550/346>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A Segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.

ALVES, Henrique Vitorino Souza. *Et al.* Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda: Ideologia do planejamento. In: 4º Semana do Servidor e 5º Semana Acadêmica, 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008, 10p. Disponível em: < <https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-21029.PDF>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. **A Capital da Saudade: Destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austragésilo**. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

AZEVEDO, Ana Francisca de. Cinema e geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. 95-127.

BARBOSA, David Tavares. **Pontes Imaginárias sob o céu da Manguetown: Influências do Manguê Beat sobre as políticas públicas no entorno do Rio Capibaribe – Uma análise do Circuito da Poesia e do Carnaval Multicultural**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011a.

_____. Da cidade quase-ilha à Veneza esclerosada: A geografia líquida da cidade do Recife. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012a, p. 176-194.

_____. MACIEL, Caio Augusto Amorim. Pontes imaginárias sob o céu da Manguetown: O Manguê Beat e os novos olhares sobre o Recife. **Para Onde!?**. Vol. 06, nº 02, jul./dez. 2012, p. 69-80. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/36483>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. QUEIROZ, Pietro Renato Felix de. Um Novo Recife em Cena: Paisagem, política e direito à cidade no cine-ativismo pernambucano. In: XIII Simpósio Nacional de

Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2013, 22p. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT11-1327-David.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

BARBOSA, Jorge Luiz. O Caos com *Imago Urbis*: Um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. In: **GEOgraphia**, Ano. 1, Nº 1, 1999b, p. 59-69. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/6/5>>. Acesso em: 13 out. 2011.

_____. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. **GEOgraphia**, Ano II, Nº 3, 2000b, p. 69-88. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/30/28>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como *cidade maravilhosa*. Biblio 3W: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XV, nº 865, 2010b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>>. Acesso em: 01 outubro 2012.

_____. Espaço e Representação, Arte e Tecnologia: A paisagem das imagens do Contemporâneo. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Brito. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012b, p. 11-25.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Quatro Comentários sobre Paisagem e Região. In: SÁ, Alcindo José de; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. (Org.). **Regionalização e Análise Regional: Perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: EdUFPE, 2006, p. 23-31.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

BERDOULAY, Vincent. Sujeto y acción en la Geografía Cultural: el sin concluir. In: **Boletín de la A.G.E.** Num. 34, 2002, p. 51-61. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/des/carga/articulo/660032.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. La Historia de la Geografía en el Desafío de la Prospectiva. In: **Boletín de la A.G.E.** Num. 51, 2009, p. 09-23. Disponível em: <<http://age.ieg.csic.es/boletin/51/01-BERDOULAY.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 101-131.

_____. SAULE-SORBÉ, Hélène. Franz Schrader face à Gavarnie, ou le géographe peintre de paysage. **Mappemonde**, nº55, 1999.3, p. 33-37. Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M399/Berdoulay.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Uma antologia (Volume 1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 239-243.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BITOUN, Jan. Centro Histórico e Identidade Territorial. In: SARINHO, B.; BORGES, W. (Orgs.). **Memória do Seminário Recife, Cidadania e Revitalização**. Recife: Inojosa Editores, 1993, p. 49-58.

_____. Recife, uma Interpretação Geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os Caminhos da Reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 27-45.

_____. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: 2001, p.291-309.

_____. Impactos socioambientais e desigualdade social: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infra-estrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife. In: MENDONÇA, Francisco (Org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: EdUFPR, 2004, p. 255-269.

_____. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 299-307.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre; BORDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 26, Jun. 2006, p.31-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100004>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BRANDÃO, Zeca. **Núcleo Técnico de Operações Urbanas: Estudos 2007 – 2010**. Recife: CEPE, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda**. No território do passado, a construção do futuro. s/d.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Mapa, texto e contexto num império em movimento. In: LEMOS, Amalia Inês Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Mombeig**. Buenos Aires, São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009, p. 231-246.

CANCLINI, Nestor Garcia. Imaginários Culturais da Cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO TEIXEIRA, José. (Org.). **A Cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 15-31.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. **Os Descaminhos das Águas no Recife**: os canais, os moradores e a gestão. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.CASTELLS e BORJA, 1996

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____.; BORJA, Jordi. As Cidades como atores políticos. In: **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, nº 45, julho 1996, pp. 152-166.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e Turismo: de estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002a, p. 121-140.

CASTRO, Iná Elias de. Um modelo geográfico para pensar o espaço e a política na geografia cultural. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012a, p. 163-175.

CASTRO, Josué de. **Ensaios de Geografia Humana**. 4º ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966a, p. 153-226.

_____. **Homens e Caranguejos**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

_____. “A Volta do Cultural” na Geografia. In: **Revista Mercator**, Fortaleza, Ano 01, número 01, jan/jun de 2002, p. 19-28. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/192/158>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na Geografia Humana?. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: Edufba, 2008, p. 13-29.

_____. ¿Geografía Cultural o abordaje cultural en Geografía? In: ZUSMAN, Perla; HAESBAERT, Rogério; CASTRO, Hortensia; ADAMO, Susana (Coord.). **Geografías Culturales: Aproximaciones, intersecciones y desafíos**. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011, p. 293-313.

_____. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

COLLIER, John. **Antropologia visual: A fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EdUSP, 1973, 208p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: Passado e futuro – uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 49-58.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

_____. Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 15-47.

_____. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. **Revista da ANPEGE**. Vol. 07, nº 01, número especial, out. 2011, p. 59-65. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/170/RAE6>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. ROSENDAHL, Zeny. Apresentação – Geografia Cultural: um século. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: Um Século(2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

_____. _____. A Geografia Cultural no Brasil. In: **Revista da ANPEGE**. Volume 1, nº2, 2005, p.97-102. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/85/45>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. _____. Geografia Cultural: apresentando uma antologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Uma antologia (Volume 1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 07-14.

COSGROVE, Denis. Geografia Cultural do Milênio. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 17-46.

_____. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

_____. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-123.

_____. JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: um Século(2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 15-32.

DUNCAN, James S. Após a Guerra Civil: reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: um Século(2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 61-83.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.

EAGLETON, Terry. A Idéia de Cultura. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of the American Geographers**, vol.66, n.4, december, 1976, p. 615-632.

FERREIRA, Francisco Ludermir. **Dos Alagados à Especulação Imobiliária**. Fragmentos da luta pela terra na Comunidade do Coque. Monografia (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011a.

FERREIRA, Alvaro. **A Cidade no século XXI: Segregação e banalização do espaço**. 2º ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011b.

FREITAS, Alexandre Simão *et al.* A “memória do medo”: mídia, especulação imobiliária e trauma em um bairro do Recife. In: *Diversidad y Poder en America Latina*, 2009, Buenos Aires. **Anais...** Disponível em: <http://www.coquevive.org/admin/pdf/01201022143659_A%20memoria%20do%20medo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

FORT-JACQUES, Théo; FRICAU, Baptiste. O que o espelho deixa ver... In: **Revista Cidades**, Volume 5, número 7, 2008, p.109-122.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano – edição comemorativa 70 anos. 16º edição. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. 5º ed. São Paulo: Global, 2007.

GEORGE, Pierre. **O Homem na Terra**: A geografia em acção. Lisboa: Edições 70, 1989.

GOMES, Paulo César da Costa. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 99-123.

_____. "Versalhes não tem Banheiros!" As Vocações da Geografia Cultural. In: **Espaço e Cultura**: Rio de Janeiro, nº 19-20, Jan./Dez. de 2005, P.41-49. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3490>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Espaço e cultura**: Pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 187-210.

_____. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Orgs.). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p. 13-30.

_____. Ciudadanos de fiesta: los espacios públicos entre la razón y la emoción. In: ZUSMAN, Perla; HAESBAERT, Rogério; CASTRO, Hortensia; ADAMO, Susana (Coord.). **Geografías Culturales**: Aproximaciones, intersecciones y desafíos. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011, p. 155-173.

_____. BERDOULAY, Vincent. Apresentação – Cenários da Vida Urbana: imagens, espaços e representações. **Revista Cidades**: vol. 05, número 07, 2008, p. 09-14.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. Introdução: A geografia humana, mudança social e ciência social. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). **Geografia Humana**: Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Identidades Territoriais: Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico

Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades Territoriais: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

_____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 393-419.

HARVEY, David. Do Administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 163-190.

_____. **Condição Pós-Moderna**. 18º ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

_____. Entrevista. **Boletim Campineiro de Geografia**. Vol. 02, Num. 01, 2012, p. 180–194. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/52/2012-1-harvey>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

HOLZER, Werther. O Método Fenomenológico: Humanismo e a construção de uma nova Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 37-71.

JUBERT, Simone. Depoimento 03. In: **ReviSPA 2011: SPA das Artes 10 anos (2011). E 2021?** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2011.

LACERDA, Norma. “Mundos” Distintos: Conflitos pela apropriação do litoral nordestino do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 12, n. 02, Novembro de 2010. 2010, p. 39-52. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/252>>. Acesso em: 24 out. 2012.

LAPA, Tomás de Albuquerque. **Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?** Recife: EdUFPE, 2011.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Empresarialismo competitivo e produção imobiliária no processo de organização do espaço metropolitano do Recife. In: X Colóquio Internacional sobre poder local, desenvolvimento e gestão dos territórios, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: 2006, 16p.

LOPES, José Rogério. **Cultura e Ideologia**. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. Vestindo a pele do cordeiro: requalificação versus gentrificação no Recife. **Urbana** - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. I, p. s/n, 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo1.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2012.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Metonímias Geográficas: Imaginação e Retórica da paisagem no semi-árido pernambucano**. 2004. 527p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Espaços Públicos e geo-simbolismos na “cidade estuário”: rios pontes e paisagens do Recife. **Revista de Geografia da UFPE**. Recife, v. 22, nº1, JAN/JUL, 2005, p. 10-18.

_____. Discutindo áreas culturais e estereótipos regionais. In: III Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações – NEER, 2009, Porto Velho. **Anais...** Porto Velho: EDUFRO, 2009, p. 39-45.

_____. A Geografia Política da Paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012, p. 26-41.

_____. BARBOSA, David Tavares. Democracia, Espaço público e Imagens Simbólicas da Cidade do Recife. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. (Org.). **Espaços da Democracia: Para a agenda da Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 261-293.

_____. GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Apresentação. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012, p. 05-07.

MAGAROTTO, Mateus Georgenes. Sistemas de Informação Geográfica orientados para o ordenamento do litoral. O caso da Boa Viagem – Recife – PE – Brasil. 2012, 113p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012.

MAIA FILHO, Pedro Paulo Pinto. **Interpretação das paisagens do semiárido nas produções fílmicas brasileiras (1996-2006)**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MARANDOLA JR., Eduardo José. Imagem enquanto fenômeno: Forma e experiência urbana. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012, p. 51-62.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1 / 2, p. 113-130, jan./dez. 1997.

MARINHO, Geraldo; LEITÃO, Lúcia; LACERDA, Norma. Transformações Urbanísticas na Região Metropolitana do Recife: um estudo prospectivo. **Cadernos Metrôpole**, nº 17, 1º sem. 2007, p. 193-217. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8770>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

MARQUEZ, Renata Moreira. Arte e Geografia. In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da (Org.). **Imagens Marginais**. Natal: EdUFRN, 2006, p.11-22.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Territórios simbólicos e de resistência na cidade: grafias da pichação e do grafite. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2(2): jul./dez. 2008, p. 293-308. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1181/893>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MORAES, Demóstenes; MIRANDA, Livia. O Direito a Cidade e a Regula(riza)ção de Assentamentos Precários no Recife. In: **Cadernos Observatório PE** – Políticas Públicas e Gestão Local na Região Metropolitana do Recife. Recife: 2007, p. 74- 81.

McDOWELL, Linda. A Transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). **Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

_____. Economy, Culture, Difference and Justice. In: COOK, Ian; CROUCH, David; NAYLOR, Simon; RYAN, James R. **Geographical Turns: Perspectives on Cultural Geography**. Harlow: Pearson Education, 2000, p. 182-195.

MERCIER, Guy; BETHEMONT Jacques; BÉDARD, Mario. Le paysage au risque de la politique. **Cahiers de Géographie du Québec**. Vol. 46, nº129, décembre 2002, p. 275-278.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ocidentalismo e história da geografia brasileira. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Mombeig**. Buenos Aires, São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009, p. 215-230.

MUSCARÀ, Luca. A heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 37-56.

NOVO RECIFE, Consórcio. **Relatório de empreendimento de impacto: Empreendimento Novo Recife**. Recife: setembro/2011.

PECKHAM, Robert Shannan. Landscape in Film. In: DUNCAN, James S.; JOHNSON, Nuala C.; SCHEIN, Richard H. (Eds.) **A Companion to Cultural Geography**. Blackwell Publishing: Oxford, 2008, p. 420-429.

PONTUAL, Virgínia. O antigo e o moderno no Recife: As práticas e a construção de identidades urbanísticas. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2007, Belém. **Anais...** Belém: 2007, 30p.

RAFFESTIN, Claude, 1993, **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. E se a representação fosse apenas a invenção da moeda fiduciária do real? In: **Revista Formação**, nº 14, Volume 2, 2007, p. 08-13. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/641/655>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

_____.; LÉVY, Bertrand. Épistémologie de la Géographie Humaine. In: BAILLY, Antoine. (Coord.). **Les Concepts de la Géographie Humaine**. Armand Colin, 5^e edition, 2005, p. 25-36.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. **Projeto Capital**. Recife: 1999.

_____. **Plano Municipal de Cultura do Recife – 2009/2019**. 2008.

_____.; PNUD/Brasil. Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana do Recife. Recife: 2010.

SAHR, Wolf Dietrich Gustav Johannes. Ação e EspaçoMUNDOS – a concretização de espacialidades na Geografia Cultural. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: Edufba, 2008, p. 33-57.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2º edição. Chapecó: ARGOS, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHEIN, Richard H. Cultural traditions. In: DUNCAN, James S.; JOHNSON, Nuala C.; SCHEIN, Richard H. (Eds.) **A Companion to Cultural Geography**. Blackwell Publishing: Oxford, 2008, p. 11-23.

SEEMANN, Jörn. Arte, conhecimento geográfico e leitura de imagens: O geógrafo, de Vermeer. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 43-60, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n3/v20n3a04.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

SERAFIM, Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha. **Transformações do espaço urbano da cidade do Recife-PE como produto e condição de reprodução das intervenções urbanas: Análise dos projetos de requalificação**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2012.

SERPA, Ângelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 169-188.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina: Povo, cultura, memória**. 2ª ed. Recife: Funcultura, 2008.

SMITH, Neil. Of Yuppies and Housing: Gentrification, social restructuring, and the urban dream. **Environment and Planning**, Society and Space, 1987, vol. 5, p. 151-172.

_____. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP**, Espaço e Tempo, nº 21, São Paulo, 2007, p. 15-31. Disponível em: <http://www.geografia.ufflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo_Neil.pdf>. Acesso em 10 fev. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

_____. Semântica Urbana e Segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato;

PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 127-146.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para Pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras**. Belém: FASE/ICSA-UFPA/Observatório Comova, 2009.

TEIXEIRA COELHO, José. A cidade e os avatares da cultura. In: TEIXEIRA COELHO, José. (Org.). **A Cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 63-68.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. 2011, 566 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, MDU-UFPE, Recife, 2011.

TURNER, G; SILVA, M. **Cinema como pratica social**. São Paulo: Summus, 1997. 174 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Como Estudar a Cidade na longa duração (A noção do tempo na Geografia). In: **Revista Formação**: vol. 1, número 6, 1999, p. 75-90. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1169/1170>>. Acesso em 21 dez. 2012.

_____. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: **GeoTextos**: vol. 5, número 2, dez. 2009, p. 147-157. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791/2768>>. Acesso em 13 dez. 2012.

VILANOVA NETA, Maria Amélia. **Geografia e Literatura: decifrando a paisagem dos mocambos do Recife**, 2005, 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

WYLIE, John. **Landscape**. London: Routledge, 2007.

ZUSMAN, Perla. Perspectivas críticas del paisaje en la cultura contemporánea. In: NOGUÉ, Joan (Ed.). **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008, p. 275-296.

_____. Negociando las imágenes de la nación. Representaciones geográficas y participación Argentina en dos Exposiciones Universales Estadounidenses (1876-1893). In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Mombeig**. Buenos Aires, São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009, p. 269-290.

Principais Artigos e Sites de Internet Consultados

ABAIXO-ASSINADO Contra o Projeto Novo Recife! Petição Pública. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=PNRNAO>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

ABAIXO-ASSINADO cobra espaços de participação popular na discussão do projeto Novo Recife. Blog da Raquel Rolnik, 14/12/12. Disponível em: Acesso em: 28 dez. 2012.

ABAIXO-ASSINADO Contra as irregularidades da análise do Projeto Novo Recife e por uma discussão de verdade com a sociedade. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 11 de dez. 2012. Acesso em: 20 dez. 2012.

ANDRADE, Érico. O projeto Novo Recife: a urbanização da província. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 19 de dez. de 2012. Acesso em: 19 dez. 2012.

ARQUITETO desmente que projeto Novo Recife vá prejudicar mobilidade no Cais José Estelita. In: Blog do Jamildo, 21 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/02/21/arquiteto-desmente-que-projeto-novo-recife-va-prejudicar-mobilidade-no-cais-jose-estelita/>>. Acesso em: 23 fev. 2013;

AS Cidades Rebeldes de David Harvey. Entrevista a John Brissenden e Ed Lewis, do New Left Project. Outras Palavras. Tradução de Daniela Frabasile e Laís Bellini. Disponível em: <outraspalavras.net/2012/07/13/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BAHIA, Alexandre. Fim de uma era: breve comentários sobre um parecer técnico. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 25 de nov. 2012. Acesso em: 25 nov. 2012.

BAIRRO de São José terá complexo de serviços e lazer. Folha de Pernambuco, 04/10/2008. In: AsBEA (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura). Disponível em: <http://www.asbea.com.br/asbea/assuntos/le_na_midia.asp?cid=1881>. Acesso em: 30 jan. 2013.

CARNEIRO, Silvio. BaixoCentro: uma festa e nada mais. Zagaia, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://zagaiaemrevista.com.br/baixocentro-uma-festa-e-nada-mais/>>. Acesso em: 09 abr. 2013

CISNEIROS, Leonardo. Nota de repúdio: o estado de direito está em xeque. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 02 de mar. 2013. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. Entrevista sobre o DU e a Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 30 de maio de 2013. Acesso em: 03 abr. 2013.

_____. A falácia do “é melhor do que não fazer nada” e o custo de oportunidade do Novo Recife. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 06 de dez. 2012. Acesso em: 01 fev. 2013.

_____. O ciberativismo do Direitos Urbanos | Recife. Disponível em: <www.advivo.com.br/blog/antonio-nelson/o-ciberativismo-do-direitos-urbanos-i-recife>. Acesso em 18 jul. 2013.

_____. O Despreparo e Destempero de João da Costa. Disponível em: Blog Direitos Urbanos. 28 nov. 2012. Acesso em: 01 dez. 2012.

_____. Pequena contribuição a uma sociologia mequetrefe do Recife contemporâneo: Sobre playboys de “facu”, o desenvolvimento do fascismo e o fascismo do desenvolvimento. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 21 mar. de 2013. Acesso em: 24 mar. 2013.

_____. Recife: crescimento urbano na ausência de leis – comentários ao editorial do JC. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 07 jun. de 2012. Acesso em: 09 jun. 2012.

_____. A Moral e a bioética do Recife em questão (Entrevista de Leonardo Cisneiros no portal de Luís Nassif). Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 03 de abr. 2013. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. Centro do Recife: quando a cidade é sua casa. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 16 de dez. 2012. Acesso em: 18 dez. 2012.

CONSTRUTORA Rio Ave planeja construir hotel Renaissance em pleno bairro do Pina. Blog do Jamildo. Publicado em 08 fev. 2013. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/02/08/construtora_rio_ave_planeja_construir_hotel_renaissance_em_pleno_bairro_do_pina_145797.php>. Acesso em 08 fev. 2013.

FAQ – Projeto Novo Recife. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GOUVÊA, Cristina. Carta em defesa do cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 23 abr. de 2012. Acesso em: 25 abr. 2012.

_____. Sobre a entrega da carta do Direitos Urbanos aos órgãos de patrimônio em defesa do Cais José Estelita. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 25 abr. de 2012. Acesso em: 06 maio 2012.

GRUPOS se mobilizam no Recife contra projeto imobiliário no cais José Estelita”. Blog Raquel Rolnik. 19/03/12. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/>

[grupos-se-mobilizam-no-recife-contra-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/](http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/grupos-se-mobilizam-no-recife-contra-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/)>. Acesso em 01 abr. 2012.

HÁ muito tempo que o Recife fez uma opção por ser uma cidade vertical. Blog do Jamildo. Publicado em 21 fev. 2013. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/02/21/ha_muito_tempo_que_o_recife_fez_uma_opcao_por_ser_uma_cidade_vertical_146469.php>. Acessado em 13 mar. 2013.

HOLMES, Pablo. O “Ocupeestelita” e o direito à cidade: Afinal, de que lado estamos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 13 de maio 2012. Acesso em: 13 maio 2012.

LACERDA, Chico. **Vídeo-ativismo sobre questões urbanas do Recife:** mapeamento inicial. Disponível em: <<http://www.janeladecinema.com.br/2012/cinema-e-espaco-urbano-a-camera-cidada-no-recife/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LOS espacios están llenos de poder, son um producto de las relaciones sociales. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-206595-2012-10-29.html>>. Acesso em: 30 maio 2013.

MOURA Dubeux diz que projeto Novo Recife vai mudar a face da metrópole. Blog do Jamildo, 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/12/28/moura-dubeux-diz-que-projeto-novo-recife-vai-mudar-a-face-da-metropole/>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

MPF requisitou inquérito sobre irregularidade em venda de galpão no Cais José Estelita”. In: Diário de Pernambuco, 16/06/12. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/cadernos/vida-urbana/capa_>. Acesso em 16 jun. 2012.

NO RioMar, Eduardo Campos anuncia que área do aeroclube será novo polo de desenvolvimento do Pina. Blog do Jamildo. Postado em 30 out. 2012. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/10/30/no-riomar-eduardo-campos-anuncia-que-area-do-aeroclube-sera-novo-polo-de-desenvolvimento-do-pina/>>. Acesso em 13 mar. 2013.

OS bairros mais caros das principais cidades do país. Época Negócios. Publicado em: 04 fev. 2013. Por Elisa Campos. Disponível em: <<http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/financasdebolso/2013/02/04/os-bairros-mais-caros-das-principais-cidades-do-pais/>>. Acesso em 13 mar. 2013.

POLÍTICA urbana não é uma soma de obras. Entrevista com Ermínia Maricato. Disponível em: Blog da Raquel Rolnik, 25 abr. 2012. Publicado originalmente em: Jornal Tribuna do Norte, 22 abr. 2012. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/politica-urbana-nao-e-uma-somade-obras/218295>>. Acesso em: 06 maio 2012.

RAFAEL, Rud. Desmistificando os impactos e as posições em relação à Copa. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2014/01/15/desmistificando-os-impactos-e-as-posicoes-em-relacao-a-copa/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

SILVA FILHO, João Paulo Lima e. O Direitos Urbanos e a política partidária: para muito além da lógica dos partidos, mas não sem eles. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 03 de abr. 2013. Acesso em: 09 abr. 2013.

_____. Quanto do mar, quanto da terra... (Resposta à tréplica de Luce Pereira, do Diário de Pernambuco). Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 04 de dez. 2012. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Depoimento pessoal: A didática prática do Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 16 de jul. 2012. Acesso em: 17 jul. 2012.

TEIMOSA e cobiçada: Bairro recifense revitalizado após uma promessa de Lula , onde ele e Dilma são soberanos, Brasília Teimosa é alvo da especulação imobiliária. In: Folha de São Paulo 09/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0909201041.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

VERAS, Lúcia. Por que a paisagem é importante? Por que conservar a paisagem histórica do centro do Recife? Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>>. Publicado em: 29 de jan. 2013. Acesso em: 09 fev. 2013.

Filmografia Básica

[projetotorresgemeas]. Direção coletiva. Recife. 19', 2011. Disponível em: <<http://projetotorresgemeas.wordpress.com/projeto/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

Acordeuns. Direção coletiva (Vurto). Recife. 4', 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lZEKv4fs_IQ>. Acesso em: 17 jun. 2012.

Blade Runner. Direção: Ridley Scott. Los Angeles. 120', 1982.

Concreto Armado. Direção: Felipe Peres Calheiros e Luis Henrique Leal. Recife. 3', 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WfOfEUPFxbY>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

Desconstrução Civil. Direção: Felipe Peres Calheiros e Guma Farias. Recife. 9', 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-xSX9yBTi-k>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

Desurbanismo #1. Direção: Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Livia Nóbrega e Caio Zatti. Recife. 3', 2012. Disponível em: <<http://vimeo.com/44360432>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Desurbanismo #2. Direção: Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Livia Nóbrega e Caio Zatti. Recife. 16', 2012. Disponível em: <<http://vimeo.com/44360432>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Eiffel. Direção: Luiz Joaquim. Recife. 3', 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VGTGIWG9VSc>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

Em Trânsito. Direção: Marcelo Pedroso. 17', 2013.

Emboladas. Direção: Felipe Peres Calheiros e Luís Henrique Leal. Recife. 1', 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4h-vDeN-MSk>>. Acesso em: 24 out. 2011.

Recife MD. Direção: Gabriela Alcântara e Marcelo Pedroso (Vurto). Recife. 4', 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRYHdRi9QRc>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

Praça Walt Disney. Direção: Sérgio Oliveira e Renata Pinheiro. Recife. 21', 2011.

Privados. Direção: Felipe Peres Calheiros e Paulo Sano. Recife. 4', 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m2rAMhuR8J8>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

Velho Recife Novo. Direção: Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Livia Nóbrega e Caio Zatti. Recife. 16', 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HlYNmG1G3d8>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

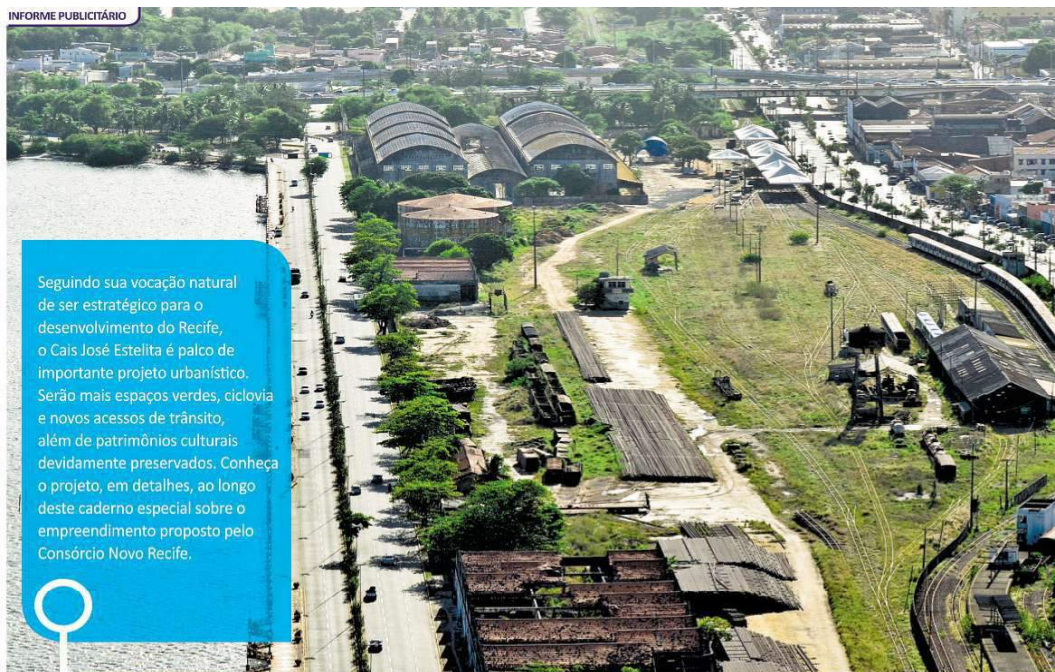
ANEXOS

ANEXO A – Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”

INFORME PUBLICITÁRIO

Seguindo sua vocação natural de ser estratégico para o desenvolvimento do Recife, o Cais José Estelita é palco de importante projeto urbanístico. Serão mais espaços verdes, ciclovia e novos acessos de trânsito, além de patrimônios culturais devidamente preservados. Conheça o projeto, em detalhes, ao longo deste caderno especial sobre o empreendimento proposto pelo Consórcio Novo Recife.

PRESENTE E FUTURO NO CAIS JOSÉ ESTELITA




MUDANÇAS DARÃO NOVA VIDA À ÁREA ————— **3**

PROJETO DÁ ATENÇÃO ESPECIAL À MOBILIDADE ————— **8**

PATRIMÔNIO CULTURAL A SERVIÇO DE TODOS ————— **12**

EDITORIAL

Um projeto voltado para o desenvolvimento do Recife

O momento econômico que Pernambuco e o Recife vêm passando reflete-se no cotidiano dos pernambucanos. Números vistosos demonstram a força do desenvolvimento e pressionam a capital a pensar em soluções para as questões do crescimento, como a ocupação de áreas que hoje estejam degradadas e que precisam voltar a fazer parte da cidade. Dentro desse contexto, o projeto proposto pelo Consórcio Novo Recife para o Cais José Estelita se torna uma referência de como a cidade pode evoluir sem perder sua conexão com as boas referências do passado. Resgatando a vida em uma das áreas mais belas e abandonadas do Recife.

Dados econômicos levantados pelo IBGE e pela agência Condepe/Fidem demonstram que o estado está em seu melhor momento. O PIB de Pernambuco voltou a superar o do Brasil desde 2009, com pico em

2010, quando aumentou 7,7% em relação ao ano anterior, acima da média nacional (7,5%) e do Nordeste (7,2%). Naquele ano, a economia pernambucana atingiu a maior participação no PIB nacional. Embora o ritmo do país e da região tenha desacelerado, o estado continua em evidência.

E o Recife acompanha essa expansão. O último levantamento do IBGE revela que a taxa de desocupação na Região Metropolitana do Recife foi de 6% em 2012, a menor da série histórica, iniciada em 2003. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de empresas na capital pernambucana cresceu 9,8% entre 2008 e 2010, chegando a 32.915 unidades comerciais de diversos setores.

Mas essa evolução econômica cobra o seu preço: a cidade relegou ao esquecimento algumas de suas mais belas áreas. Os reflexos desta conjuntura são sentidos por todos

os setores da sociedade e da economia. O Projeto Novo Recife, com seus edifícios residenciais, hoteleiro e empresariais, surge como uma alternativa viável entre o desenvolvimento dos diversos pólos da cidade (ilhas do Leite e Joana Bezerra) e a oferta de moradia e negócios. O Novo Recife vai resgatar a vida, com a presença de moradores, ao entorno do bairro de São José. Um projeto voltado para a sustentabilidade do crescimento da cidade.

Com investimentos previstos em R\$ 600 milhões, o Novo Recife tem um diferencial importante: o conceito de sustentabilidade. O Consórcio vai buscar certificações para dotar o empreendimento de equipamentos sustentáveis, que coloquem a cidade em uma nova etapa de desenvolvimento. Um dos destaques desse conceito será a construção, dentro da área do terreno e junto aos empreendimentos, de uma grande área

verde no Cais José Estelita.

Mais de 45 mil metros quadrados serão de espaço público, onde os moradores dos bairros de São José, Cabanga, Coelho e Joana Bezerra poderão usufruir de ciclovia, pista de Cooper e espaços arborizados. O projeto contempla acessos que permitirão a pedestres, ciclistas e carros circular do Cais para diversas outras vias, dando uma importante contribuição para a melhoria da mobilidade dos recifenses.

A capital está em franca expansão e precisa de soluções—privadas e públicas—que ajudem a se desenvolver de forma sustentável. E é nesse contexto que o Projeto Novo Recife vem se inserir. Como uma proposta que visa preservar a história, de olho no presente e vislumbrando o futuro do Recife.

Consórcio Novo Recife



Bairro que já foi um dos espaços mais pulsantes do Recife hoje é marcado pelo descaso e violência. Os poucos moradores que ainda restam anseiam por mudanças

Basta uma volta no bairro de São José, onde o Cais José Estelita está situado, para perceber o fruto da falta de investimentos públicos e privados nas últimas décadas. A baixa densidade demográfica no local e a ausência de equipamentos comerciais e de lazer — que garantiriam circulação naquelas ruas — tornou a comunidade reduzida a poucas pessoas e contribuiu para que São José se tornasse um recanto de usuários de drogas e um ponto de prostituição.

Morando há 42 anos no bairro de São José, o padre José Augusto é enfático em mensurar a degradação do local. “Só restaram a igreja e o Forte das Cinco Pontas para serem restaurados. Todo o resto não tem mais possibilidade de ser salvo. Hoje, essas ruas são lugar de venda de drogas, esconderijo de marginais, além de ser conhecido pela prostituição. A reurbanização da comunidade é necessária”, defende.

Também morador do bairro, José Bezerra da Silva, 55 anos, reclama que não existe praticamente nada para servir os poucos que mantêm residência no local. “Não há uma sorveteria, uma padaria, uma lanchonete. Sempre que se precisa de qualquer coisa é necessário se deslocar para comprar. Isso reduziu muito a qualidade de vida das pessoas daqui”, lamenta. Considerado praticamente uma unanimidade, quando se coloca a beleza da vista, o Cais José Estelita é frequentado praticamente apenas por carros e ônibus. Os moradores de São José, Cabanga, Coque e comunidades vizinhas têm receio de atravessar o local pela falta de segurança. Vários moradores e trabalhadores da região disseram presenciar assaltos e tráfico de drogas no espaço.

VAZIO

Segundo o presidente da Compesa, Roberto Tavares, o vazio do bairro faz com que não haja qualquer atratividade para o seu desenvolvimento. “Essa é uma área que não tem utilidade nenhuma para a cidade, apesar de ser belíssima. Com o tempo se tornou um espaço de passagem, que do ponto de vista de negócios não tem clientes, nem mesmo para a Compesa ou Celpe”, diz. Tavares afirma que hoje a empresa já tem condições de atender o novo empreendimento, tanto a distribuição de água, quanto o esgotamento sanitário.

SÃO JOSÉ SOFRE COM ABANDONO

OPINIÃO



Berta Lins, 55 anos, moradora do bairro de São José, aposentada.

“Nossa comunidade tem tudo e não tem nada ao mesmo tempo. Está muito perto do Centro do Recife, mas não tem um supermercado, farmácia, igreja, nada”.



Denize Farias, 50 anos, líder comunitária do Cabanga.

“Lá hoje é um ponto de tráfico de drogas, assaltos e até mesmo assassinato. A população local tem uma expectativa grande de melhorias, com mais empregos e oportunidades”.



José Bezerra, 55 anos, morador do bairro de São José.

“O bairro já era. Está completamente descaracterizado e abandonado. A violência afastou todos os serviços e estabelecimentos comerciais daqui”.

EXPEDIENTE

Informe publicitário sobre o projeto do Consórcio Novo Recife. Circula encartado nas edições do Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Emília Felipe - DRT 1276 RN

TEXTOS
Emília Felipe e Rafael Dantas

EDIÇÃO
Emília Felipe

PROJETO GRÁFICO
Ira Oliveira

FOTOS
Kela Castro/AgRV
IMAGENS VIRTUAIS
Work Viz

O Consórcio Novo Recife é formado pelas empresas:

ARA
ARQUITETURA
EMPREENHIMENTOS

GL EMPREENHIMENTOS

MD
Moreira
Duarte
Engenharia

queiroz galvão
CORRETORES IMOBILIÁRIOS



Visão de parte da área pública do empreendimento, que representa 45% do terreno. Além da construção de calçadas, haverá jardins e alamedas, com livre circulação, que receberão tratamento paisagístico

MELHORIAS LEVARÃO NOVA VIDA AO CAIS

Mudanças propostas pelo Consórcio Novo Recife vão contribuir para facilitar a rotina de moradores da cidade e visitantes, com aspectos positivos em diversas áreas, como a cultural e a social

Desde o século 19, são feitos planos de desenvolvimento urbano para o Cais José Estelita, que há quase 20 anos, depois de perder importância na economia do estado, espera por uma nova injeção de ânimo. A mais recente iniciativa é projeto proposto pelo Consórcio Novo Recife, o primeiro vindo exclusivamente da iniciativa privada e que leva soluções comerciais e residenciais com preservação do patrimônio histórico e valorização cultural. Reservando quase metade do espaço para o uso público, o empreendimento será erguido entre a Avenida Engenheiro José Estelita e o terreno da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

Em elaboração há mais de quatro anos e com investimentos previstos em R\$ 600 milhões, o projeto tem como principal diferencial o modo como o espaço é ocupado. Dos mais de 100 mil metros quadrados do terreno, 7,7% são ocupados pelas torres e 45% de uso público (45,4 mil m² - quase duas vezes a área do Parque Dona Lindu). Nela estão incluídos os

acessos que permitirão que pedestres, ciclistas e carros circulem da Avenida Engenheiro José Estelita a diversas outras vias (leia mais sobre as intervenções para melhoria da mobilidade nas páginas 8 e 9). Junto com a área pública já existente, serão 81 mil m² de livre circulação no Cais.

AREIAMENTO

As edificações serão erguidas sem prejuízo à circulação de vento e brisa nos bairros próximos. "A sequência das torres traça uma linha sinuosa leste-oeste, que é o sentido da brisa predominante, sem constituir obstáculo para ventilação da vizinhança", esclarece o arquiteto Jerônimo da Cunha Lima. Para se ter uma ideia do arranjo do projeto do Consórcio Novo Recife, se fosse usado no Cais o mesmo nível de ocupação que existe na Avenida Boa Viagem, seriam erguidos não 12, mas 50 prédios.

O conjunto de edifícios é composto de 12 torres, com edifícios-garagem, que respeitam o limite de altura estabelecido na legislação municipal.

Os prédios, todos cercados de área verde com projeto paisagístico, terão até 100 metros de distância entre eles e não serão murados. Nos residenciais, haverá apenas um gradil próximo ao edifício para evitar acidentes com as crianças das famílias que vão morar no local.

Os quatro edifícios comerciais serão voltados a escritórios, hospedagem e comércio: duas torres com espaços empresariais; dois hotéis, com 479 leitos no total; e 15 lojas. Haverá ainda três lojas nas três antigas casas de trabalhadores da linha férrea, que serão preservadas.

Outra conexão com a cidade é a cultural. As negociações entre o consórcio e órgãos públicos garantiram que serão preservadas estruturas antigas, que ganharão nova função social. É o caso dos 12 galpões que fazem parte do projeto e que foram doados à Prefeitura: o consórcio vai transformá-los em um espaço cultural que servirá de continuação do corredor artístico e histórico iniciado no Recife Antigo (leia mais na página 12).

MELHORIAS NA ÁREA

Investimentos a serem feitos pelo Consórcio Novo Recife, resultantes da análise do projeto pelos órgãos públicos

MOBILIDADE

- Ciclovia na orla do Cais
- Novos acessos para pedestres e veículos da Av. Eng. José Estelita à Av. Sul, à Rua Imperial e à Av. Dantas Barreto
- Ligação com a ponte Joaquim Cardozo, com requalificação de vias
- Viaduto de acesso a partir do Cabanga late Clube
- Demolição do Viaduto das Cinco Pontas (em avaliação pela PCR)
- Novas faixas de rolamento na Av. Eng. José Estelita
- Complexo viário na nova área pública do empreendimento

VEJA MAIS NAS PÁGINAS 8 E 9

CULTURA E PATRIMÔNIO

- Recuperação da Igreja Matriz de São José
- Preservação e recuperação
 - dos galpões
 - de parte da fachada do armazém de açúcar
 - do silo de melaço
 - dos três imóveis residenciais que existem no local
 - de parte dos trilhos
- Prospeção arqueológica da área

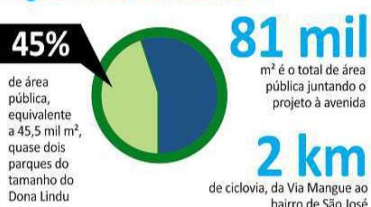
VEJA MAIS NA PÁGINA 12

O PROJETO

A ESTRUTURA



BENEFÍCIOS URBANOS



AMPLIAÇÕES POSSÍVEIS

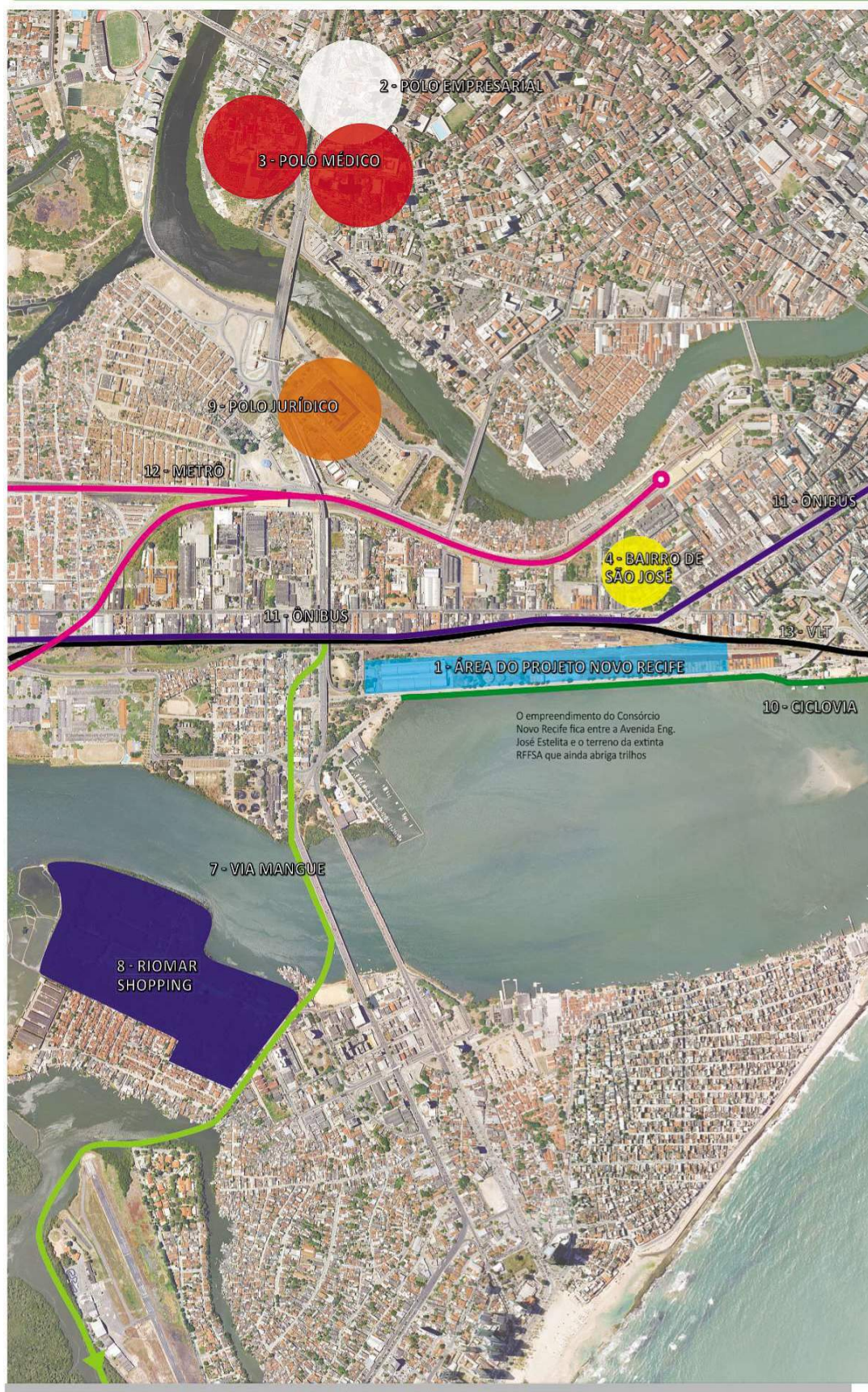
Instalação de estação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), usando ferrovia da extinta RFFSA

Pier para futuro transporte coletivo marítimo e para passeios turísticos

Passarela sobre a Avenida José Estelita

LEIA MAIS NA PÁGINA 9

UMA REGIÃO EM TRANSFORMAÇÃO





DETALHAMENTO DO PROJETO



ESPAÇO PÚBLICO E ÁREA VERDE

Dos 101 mil m² do empreendimento, 45% serão de uso público - o equivalente a quase dois parques do tamanho do Dona Lindu -, com tratamento paisagístico e que serão entregues pelo Consórcio Novo Recife antes dos prédios. Somada à área da Av. Eng. José Estelita, serão 81 mil m² de livre circulação, incluindo pista de cooper para a população. Nos edifícios residenciais, haverá apenas um gradil próximo às entradas, integrando-os à área pública.



CENTRO CULTURAL

Dos 26 galpões da extinta RFFSA, 12 fazem parte do empreendimento e serão transformados em um Centro Cultural, que será operado pelo poder público e deverá se transformar em um museu ferroviário.



CICLOVIA

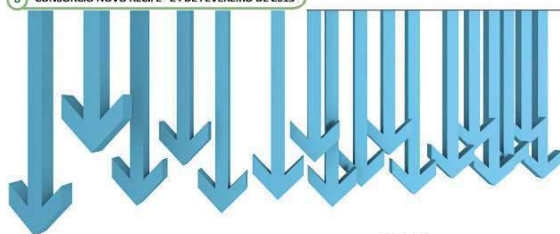
Na Av. Eng. José Estelita, no sentido Zona Sul-Centro, será implantada uma ciclovia de 2km, saindo da futura Via Mangue, passando pelo Cais e seguindo até o bairro de São José. Quando a Via Mangue estiver implantada, esse acesso será integrado, permitindo que os ciclistas tenham livre circulação em um caminho alternativo indo ou vindo da Zona Sul ou do Centro.



MOBILIDADE

Além dos acesso para pedestres, o empreendimento terá vias locais, permitindo que a circulação de veículos não impacte no tráfego da Av. Eng. José Estelita. A via ganhará uma faixa no sentido Centro-Zona Sul. E as ligações do empreendimento com a Avenida Sul permitirão tráfego alternativo para o Centro e para a Ilha do Leite.





Novas vias, alargamento de avenida, estacionamento, ciclovia e acessos para pedestres fazem parte do projeto. Estrutura viária permitirá absorção da demanda de tráfego e mudanças no entorno darão novas opções de trânsito para outras áreas do Recife

ATENÇÃO ESPECIAL



Ciclovias se estenderão por toda a orla, até o bairro de São José. Em breve, será conectada ao Recife Antigo pelo poder público e outros empreendedores

Professor de Educação Física e morador do Cabanga, Adriano Melo reclama que os deslocamentos no bairro de São José e comunidades vizinhas são complicados e que uma grande parte dos moradores perde muito tempo para chegar em casa. As soluções de trânsito equivocadas e a ausência de circulação de pessoas no Cais José Estelita são os motivos responsáveis pela grande "volta" que a população local faz para retornar para sua residência diariamente.

São problemas que se estendem nos arredores, como no bairro de São José. O aposentado Rildo de Souza Wanderley, 59 anos, que frequenta a área, diz que os entraves de mobilidade e de segurança são graves, principalmente para pedestres. "As calçadas do bairro são muito ruins e inseguras, pela falta de movimentação. Além disso, a circulação de ônibus no bairro é ruim para quem vem para o Centro e o metrô chega em poucos lugares".

Para passantes e moradores locais, o projeto proposto pelo Consórcio Novo Recife significa ocupação do espaço e menos violência, o que os permitirá transitar a pé sem maiores problemas.

NOVOS ACESSOS
permitirão vias alternativas para carros e ônibus que se dirigem entre bairros centrais e a Zona Sul da cidade

Para os demais moradores do Recife, o empreendimento representará novas alternativas para acessos a áreas como Ilha do Leite e Centro. O consórcio ainda abrirá ruas para fazer a ligação de acesso do Cais José Estelita à Avenida Dantas Barreto e à Avenida Sul.

Além de a estrutura absorver a nova demanda de veículos que virá com o empreendimento, o projeto cria novos acessos que facilitarão o trânsito entre a

Zona Sul, bairro de São José e Ilha do Leite.

Haverá vias de circulação de veículos entre os prédios, além de alargamento na Avenida Engenheiro José Estelita. Na maior parte do trajeto, a via estará com quatro faixas no sentido Centro-Zona Sul. E em dois pontos ela chegará a ter cinco faixas, devido às aberturas que serão usadas para desaceleração para entrada e para saída da avenida.

CICLOVIA

Outra alternativa de deslocamento será a bicicleta. Os ciclistas terão uma ciclovia de 2 quilômetros de extensão, ligando o início da futura Via Mangue até ao bairro de São José. O transporte coletivo também poderá ser incrementado. Com a urbanização da área, novas linhas de ônibus poderão circular.

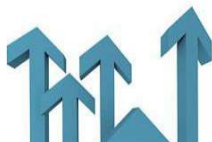
Há ainda outro ponto de destaque: a área de estacionamento. Serão 834 vagas rotativas, considerando os espaços nos edifícios-garagem dos prédios empresariais e os disponíveis ao longo da via.



Av. Eng. José Estelita terá quatro faixas que, unidas às vias locais e às novas ligações com avenidas próximas, darão mais fluidez ao tráfego



Na área pública do empreendimento, há calçadas, vagas de estacionamento e pista de cooper com acesso livre à população



SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE

2km
4

de ciclovia

novos acessos da Av. Eng. José Estelita para outras vias

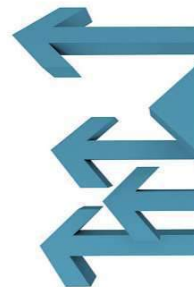
834
4

vagas de estacionamento rotativo

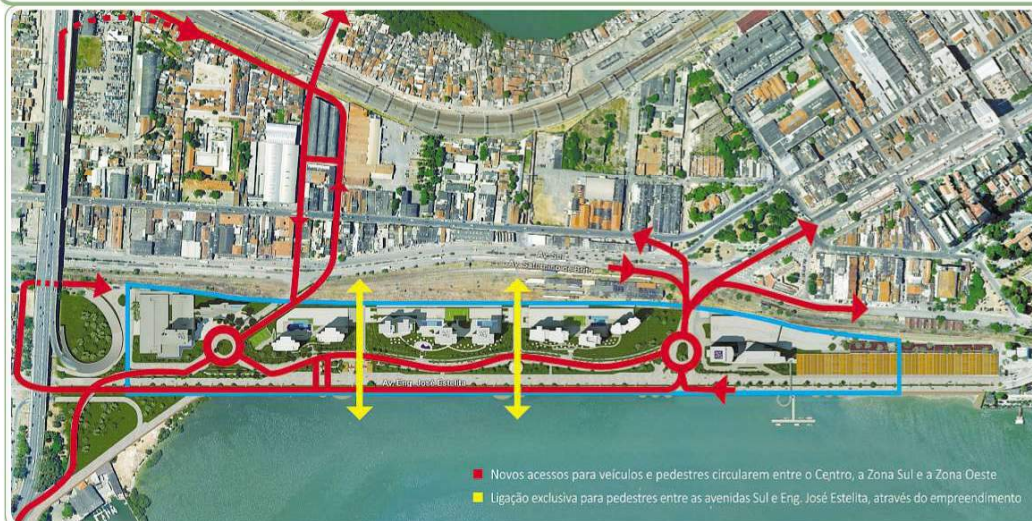
faixas de rolamento na maior parte da Av. Eng. José Estelita



À MOBILIDADE



MAIS ALTERNATIVAS DE LOCOMOÇÃO



OPINIÃO



Adriano Melo, 40 anos, professor de Educação Física

"Acredito que esse projeto irá melhorar a mobilidade do bairro, que é um dos nossos maiores problemas. Perdemos muito tempo para retornar para casa, precisando fazer uma grande volta na cidade, para fugir de áreas escuras que tem muitos assaltos."



Inácio de Lima, 38 anos, taxista no Recife há 7 anos

"O trânsito no bairro é péssimo. Não apenas a falta de estacionamento, mas principalmente a falta de sinalização e a desordem criam e agravam os engarrafamentos no bairro. Sou taxista e vejo diariamente os problemas na mobilidade daqui principalmente nos horários de pico."



Com até 100 metros de espaçamento entre eles, prédios terão edifícios-garagem para atender nova demanda de estacionamento



Projeto dá abertura para um pier, que pode ser usado tanto para turismo quanto pelo transporte público que virá do Rio Capibaribe

Mais opções de transporte coletivo

Mais soluções de transporte poderão ser adequadas ao projeto no futuro. O transporte não motorizado e marítimo também irão compor o complexo de mobilidade do local. Já estão no projeto aberturas para que a área se torne um ponto de interseção de diversas modalidades de transporte coletivo, tanto para moradores do Recife quanto para turistas.

Sobre os trilhos da extinta RFF-SA, no terreno atrás do empreendimento, é possível instalar uma linha de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), conectando o Recife Antigo a pontos importantes como São Lourenço da Mata e Cabo de Santo Agostinho. Com a urbanização da área, o acesso ao VLT seria facilitado e fortalecido por linhas de ônibus e táxi. Poderá se somar a este circuito o acesso marítimo, com possibilidade de construção de um pier na altura do futuro Centro Cultural, que poderia receber cidadãos recifenses e visitantes – especialmente considerando o projeto de navegabilidade do Rio Capibaribe. Aliada ao pier, uma passarela levaria as pessoas da Bacia do Pina à área urbanizada, sobre a Avenida José Estelita.

Esses equipamentos não fazem parte do projeto, mas o empreendimento deixa espaço para que eles sejam realizados no futuro. Assim como a demolição do Viaduto das Cinco Pontas, cuja necessidade está em avaliação pela Prefeitura do Recife. Caso o poder público municipal conclua que a estrutura pode ser substituída por outras vias, o Consórcio Novo Recife patrocinará essa requalificação. Do contrário, os empreendedores disponibilizarão R\$ 2 milhões para que a PCR use em outras ações de mobilidade.

VIZINHANÇA SERÁ BENEFICIADA

Além de novas oportunidades para microempreendedores, projeto trará mais reflexos positivos à população do entorno, como acesso a uma ciclovia e uma pista de cooper

Mais do que ofertar um novo polo de moradia na área central da capital pernambucana, há uma grande expectativa acerca da dinâmica que o empreendimento projetado pelo Consórcio Novo Recife poderá trazer à região. As 960 novas unidades habitacionais do bairro de São José, que hoje tem uma densidade populacional baixa e com reduzido poder de consumo, têm uma tendência de forte atração de estabelecimentos comerciais na localidade, além de novas infraestruturas de lazer e cultura que irão movimentar essa área central do Recife.

Atualmente, com suas principais vias – Rua Imperial e Rua Cais José Estelita – abandonadas, servindo praticamente de passagem de carros e ônibus, o bairro sinaliza que é chegado o momento de revitalização. Para o ex-presidente da Associação do Desenvolvimento Imobiliário (Ademi-PE), Marcelo Gomes, o empreendimento irá induzir um crescimento do mercado local para atender a nova demanda de consumidores do bairro. “O projeto abre a possibilidade de resgatar essa região da cidade, criando uma nova centralidade comercial. A expansão do Pina, por exemplo, com a instalação do RioMar, em poucos meses já promoveu um ressurgimento de empreendimentos no seu entorno”, compara o empresário. Para Denize Farias, líder comunitária do Cabanga, comunidade vizinha do empreendimento, o projeto representa uma oportunidade sólida de progresso no bairro e defende que os moradores também apoiam a iniciativa. “Posso dizer que 90% da população que vive nos bairros vizinhos apoiam o projeto. Precisamos de espaços de lazer, principalmente para os idosos, e os jovens necessitam de oportunidade de emprego. O lugar tem uma paisagem muito bonita, mas o abandono de décadas faz com as pessoas se afastem, com medo de assaltos e do tráfico”, comenta.

Parte da área de convivência almejada por Denize ficará pronta antes mesmo de os edifícios do empreendimento ficarem prontos. A ciclovia e a pista de cooper estão entre eles, uma vez que toda a área pública será a primeira etapa a ser entregue pelo Consórcio Novo Recife. O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife, Eduardo Catão, comenta que a interação futura com a Avenida Dantas Barreto irá trazer mais movimentação para o local. “Devem chegar novas lojas, mais qualificadas, e serviços que irão atender as necessidades dos novos moradores, como padarias”, afirma.



Pe. José Augusto anseia pela restauração da Igreja de São José, para movimentar a paróquia

Outro reflexo da implantação do empreendimento na vizinhança será na Igreja de São José. Com 165 anos de atividades, parte do templo está interditada há dois anos por riscos de desabamento. Ela está incluída nas ações de integração com os bairros do entorno: serão investidos cerca de R\$ 3 milhões pelo Consórcio Novo Recife na recuperação estrutural da igreja, que, entre outras melhorias, contemplará a revisão do telhado, uma nova pintura e melhorias na fachada e portas. “Estamos ansiosos”, diz o padre José Augusto, morador do bairro há 42 anos. Segundo ele, a frequência de paróquianos está concentrada nos dias de semana e no sábado devido à ausência de movimentação da comunidade nos domingos e feriados. “Como não existe vida residencial no bairro, a maioria das pessoas que frequenta a igreja vem de outras localidades da cidade”.

IGREJA

Outro reflexo da implantação do empreendimento na vizinhança será na Igreja de São José. Com 165 anos de atividades, parte do templo está interditada há dois anos por riscos de desabamento. Ela está incluída nas ações de integração com os bairros do entorno: serão investidos cerca de R\$ 3 milhões pelo Consórcio Novo Recife na recuperação estrutural da igreja, que, entre outras melhorias, contemplará a revisão do telhado, uma nova pintura e melhorias na fachada e portas. “Estamos ansiosos”, diz o padre José Augusto, morador do bairro há 42 anos. Segundo ele, a frequência de paróquianos está concentrada nos dias de semana e no sábado devido à ausência de movimentação da comunidade nos domingos e feriados. “Como não existe vida residencial no bairro, a maioria das pessoas que frequenta a igreja vem de outras localidades da cidade”.

Projeto tramita há quatro anos

O projeto foi aprovado no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), no dia 28 de dezembro do ano passado, por 18 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. O primeiro passo dado pelo Consórcio Novo Recife foi em outubro de 2008, com a compra da área de 101.754 metros quadrados entre a Avenida Engenheiro José Estelita e o terreno da extinta Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA). Ficaram de fora apenas 14 dos 26 galpões, localizados próximo ao Forte das Cinco Pontas. Em novembro, a proposta começou a tramitação junto aos órgãos públicos, como a Diretoria de Controle Urbano (Dircon) da Prefeitura da Cidade do Recife.

Entre janeiro de 2009 e junho de 2012 foram realizadas diversas reuniões entre as instituições públicas interessadas e o Consórcio, que resultaram em melhorias como colocação da ciclovia na orla e definição de novo acesso à Ilha do Leite utilizando a alça já construída do Viaduto Capitão Temudo. “Um projeto dessa magnitude e com tantos reflexos positivos para a cidade precisa de muita atenção do poder público e da sociedade”, comenta um dos representantes do Consórcio Novo Recife, Eduardo Moura.

ADEQUAÇÕES foram feitas no projeto do empreendimento durante o processo de análise pelos órgãos públicos

Ele assegura que o Consórcio sempre esteve disponível para explicar os detalhes e fazer as adequações necessárias. “Nosso objetivo é que o empreendimento seja um marco na evolução do Recife e estamos trabalhando para que todos os aspectos – sociais, patrimoniais, econômicos, comerciais, culturais e estruturais – sejam abordados da melhor forma possível”.

Um desses encontros foi em outubro de 2010, em uma audiência no Ministério Público de Pernambuco (MPPE), na 35ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Habitação e Urbanismo, com presença de representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Pelópidas da Silveira (IPS), Diretoria de Urbanismo do Recife (Dirurb) e Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Na linha do tempo ao lado, é possível ver os detalhes da tramitação ao longo dos anos.



Igreja de São José, fechada há dois anos por riscos de desabamento, será revitalizada com R\$ 3 milhões investidos pelo consórcio

OPINIÃO



Eurides Andrade, 55, coordenadora geral da Associação de Mães, Pais e Adolescentes do Coque.

“No meu ponto de vista essa mudança no bairro será ótima. Terá como crianças, jovens e idosos ocuparem a cabeça, com lazer e cultura. A terceira idade terá mais espaço para caminhadas, o que é bom para a saúde.”



Idinéia Freitas, 60 anos, moradora do bairro de São José, aposentada.

“Por mim o projeto está aprovado. Irá valorizar o bairro que está desprezado há muito tempo. Com a modernidade tende a melhorar e trazer oportunidade de trabalho para os jovens e mulheres”

CRONOLOGIA

OUTUBRO

Área é adquirida em leilão da Caixa Econômica Federal.

2008

NOVEMBRO

Projeto é inscrito na Diretoria de Controle Urbano (Dircon).

DEZEMBRO

Projeto é apresentado à Diretoria de Urbanismo do Recife (Dirurb).

JANEIRO

Coordenadoria do Complexo Turístico e Cultural Recife-Oldina recebe o projeto. É iniciada série de reuniões com órgãos públicos envolvidos.

2009

JANEIRO

Instituto do Recife Engenheiro Pelópidas da Silveira (IPS) absorve as atribuições do Recife-Oldina e a coordenação do Plano Urbanístico dos empreendimentos.

2010

OUTUBRO

Realizada audiência com o MPPE, com presença de representantes do Iphan, Dirurb e Prefeitura do Recife (PCR)

DEZEMBRO

PCR define recomendações para aprovação dos projetos.

FEVEREIRO

Reunião de acompanhamento com técnicos da PCR.

2011

MARÇO

Compesa aprova projeto e mostra interesse na área para novas ligações entre a estação de tratamento Cabanga e o Recife Antigo.

ABRIL

Celpe garante fornecimento de energia.

JULHO

Projeto é apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU).

AGOSTO

Emurb assegura atendimento da demanda de coleta de lixo e varrição pública.

SETEMBRO

Exigências de analistas da PCR são adequadas ao projeto.

MARÇO

Realizada Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, com MPPE, MDU, Fundarpe e PCR. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) concorda com o projeto e exige ações mitigadoras.

2012

JUNHO

Realizada reunião na Dircon, com presença dos técnicos da prefeitura e autores do projeto.

NOVEMBRO

Processos são analisados pelo Colegiado Técnico da Dircon, que os encaminha para a Comissão de Controle Urbano (CCU), que aprova por 9 votos a favor e uma abstenção. Projeto é analisado pelo CDU, por solicitação de vistas ao processo. As deliberações ficaram adiantadas para a próxima reunião, tendo sido antecipados 8 votos favoráveis e nenhum contra.

DEZEMBRO

No dia 28, o projeto foi aprovado no CDU, por 18 votos a favor, nenhum voto contra e uma abstenção.

SEGUNDO SEMESTRE

Com todas as etapas concluídas, previsão para início das obras.

2013



Área abandonada terá nova função social, com moradias e atividades comerciais

OPERAÇÃO VAI TRAZER RETORNO ECONÔMICO

Novo fluxo de habitantes e de pessoas que trabalharão nos prédios residenciais e empresariais trará novas oportunidades de negócio e acréscimo de arrecadação de impostos

Quando o complexo turístico, comercial e habitacional do Cais José Estelita for entregue pelo Consórcio Novo Recife, serão gerados dois mil empregos diretos e permanentes. Na fase de construção, as empresas construtoras afirmam que seis mil pessoas trabalharão nas obras. Em operação, o empreendimento vai gerar cerca de duas mil novas vagas de emprego. Além das oportunidades de trabalho, que são o principal interesse da população local, os cofres municipais também serão beneficiados com os impostos gerados.

Para a coordenadora geral da Associação de Mães, Pais e Adolescentes do Coque (Ampac), Eudes Andrade, a possibilidade de emprego para os jovens das comunidades vizinhas ao empreendimento é um fator importante para a redução da marginalidade e violência na região. "A falta de oportunidades acaba levando muitos adolescentes para o uso de drogas e assaltos. Acredito que os jovens com trabalho e a mente ocupada abrem um novo horizonte para as comunidades daqui", diz.

Além dos empregos diretos, os

empreendedores acreditam que o comércio local será requalificado, criando uma rede de serviços para atender os novos moradores e consequentemente gerando mais postos de trabalho. Tanto os novos estabelecimentos, como as oportunidades de trabalho também estão sendo vistas com otimismo pelos moradores. "Acreditamos que haverá um grande avanço no bairro. É um lugar que tem tudo e não tem nada. Está pertinho do Centro, mas não tem padaria, supermercado, farmácias. Se realmente lojas chegarem por aqui, será muito bom para a população", diz a dona de casa Berta Lins, 55 anos.

RECEITA

Há uma estimativa que a operação do complexo gere por ano R\$ 100 milhões em impostos e previdência. Deste valor, só em IPTU serão arrecadados aproximadamente R\$ 5 milhões, segundo informações do Consórcio Novo Recife. Outra projeção é que os negócios gerados a partir da nova centralidade comercial e turística injetem R\$ 1,2 bilhão na economia municipal e estadual.

MOVIMENTO



ARTIGO

O espírito do lugar

Marco Antonio Borsoi

Professor do Depto. de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e arquiteto coautor do projeto.

Novo Recife se constitui em um dos mais importantes projetos urbanos do país. As circunstâncias reforçam o fato. Nunca uma confluência de ações partilhadas, entre a iniciativa privada e o poder público, conseguiu que um projeto de tal magnitude e visibilidade coincidissem o respeito ao espaço público com o desejo e o desafio de transformação, modernização e criação de uma nova centralidade em uma cidade.

Acreditamos no espírito do lugar. E na arquitetura e no urbanismo como manifestação do pensamento.

No início, só havia uma estreita faixa de terra, que os holandeses transforma-

ram em dique, uma marcante construção em linha reta, elevada, ligando os Fortes Cinco Pontas e Guilherme. Depois, com os portugueses, virou o leito da Rua Imperial, e, mediante aterros, o começo do arruado e do casario. Da leitura dos elementos históricos que deram forma à cidade, impõe-se, desde o início, a forte linearidade de sua ocupação e composição urbana. A implantação gradativa do parque ferroviário de apoio ao porto, em seguida, expandiu o aterro e consolidou a atual configuração. E se constituiu em uma grande barreira à continuidade da sua integração territorial.

No projeto do Consórcio Novo Recife, destaca-se o resgate histórico deste lugar para a trama cotidiana de uma cidade com a atual densidade populacional. Na arquitetura, havia a interpretação de uma aura que emanava do solo. O componente físico não permanecia, mas se podia sen-

tir a presença de suas estruturas. Desse modo, o Partido Arquitetônico naturalmente foi se aproximando a uma concepção fortemente linear, tridimensional e dinâmica da implantação dos volumes/torres, colocando em prática o conceito de Paisagem Projetada, ou seja, o controle da forma urbana proposta. Assim, o projeto se apresenta em condição de articular as duas escalas fundamentais: a cotidiana, vivenciada, da celebração da vida cidadã, e a monumental, significativa, da imagética do lugar.

Esta concepção, ao lado da opção pelo modelo da avenida parque linear, dispõe todas as edificações voltadas para a vista da Baía de Pina, e corresponde a uma vocação, a uma maneira de ser, de morar e de viver no Recife. Os atrativos da via margeada de vegetação e sombras estão em plena integração com o térreo, as varandas e a frontalidade dos prédios, de

modo a ser um local propício à convivência e registro dos acontecimentos da vida cotidiana, atributos da urbanidade.

Os edifícios projetados se relacionam entre si em intervalos programados e gabaritos diferentes, para formar a nova paisagem e, por sua escala, definir a nova imagem da borda do estuário, de absoluta visibilidade na orientação e na construção do Recife contemporâneo. A identidade visual e o tratamento plástico estão inscritos no pensamento estético e na cultura arquitetônica desenvolvida na cidade.

Acreditamos que o projeto do Consórcio Novo Recife se constitui em uma proposta concreta, de significativa transformação do espaço urbano, no país, pelo modelo de gestão e pela contribuição para uma discussão positiva sobre a forma da cidade, em uma região tropical, e que consegue ir além das tão comuns generalidades e superficialidades.



Doze dos 26 galpões abandonados serão preservados e reformados para dar lugar a um memorial da história ferroviária do estado e do Pátio das Cinco Pontas. Esse e outros equipamentos serão geridos pelo poder público

PATRIMÔNIO CULTURAL A SERVIÇO DE TODOS

Transformação de estruturas abandonadas em equipamentos de uso público fomentará fluxo de visitantes e moradores da capital, além de integrar o Cais com o Recife Antigo

Se esquecer que estará situado em uma área que carrega traços da história do açúcar e da ferrovia em Pernambuco, o projeto do Consórcio Novo Recife preservará os resquícios da segunda linha férrea brasileira, dos galpões, dos silos de melão e de parte da fachada do armazém de açúcar. Eles se transformarão em elementos turísticos e culturais, integrando o corredor cultural da área central da capital pernambucana. Entre as ações acordadas com o poder público em benefício do patrimônio cultural pernambucano, estão a criação de um conjunto histórico, valorizando a antiga ferrovia, e a instalação de um Espaço Cultural, em memória do pátio das Cinco Pontas, nos galpões do Cais.

De acordo com a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), as antigas casas do chefe do porto, do inspetor e do chefe de estação serão preservadas e transformadas em loja, café e lanchonete. A Fundarpe prevê também que em um dos silos - aquelas estruturas circulares que lembram enormes tonéis, ainda erguidos no Cais - deverá ser construído o chamado "silo cultural", com a implantação de um espaço interativo, unindo vídeo, áudio e a experiência sensorial para contar as histórias do lugar. O Espaço Cultural será instalado nos galpões que fazem parte do empreendimento. Eles abrigarão a história do lugar, destacando, através de painéis e fotografias, os momentos mais importantes da memória da região. Para reunir mais elementos que contem com fidelidade a história do lugar, a Fundação recomendou que a área receba um tratamento arqueológico, para levantamento de possíveis objetos antigos no local.

REFERÊNCIAS

culturais e históricas
serão preservadas
segundo orientações
do poder público, que
vai operar o museu
e o silo cultural

O presidente do Galo da Madrugada, Rômulo Menezes, acredita que o empreendimento se somará aos espaços culturais que estão se formando no Recife Antigo, como o Centro do Artesanato Pernambucano e da própria sede do bloco. "O bairro passará a ter um grande potencial para o turismo cultural. São José tem paisagens belíssimas e um patrimônio arquitetônico importante, como o Forte e as várias igrejas vizinhas", aponta Rômulo, que foi morador do bairro na infância e adolescência.

Para a pesquisadora social Semira Adler, o desenvolvimento de um espaço cultural no bairro do São José é importante para a preservação da história e dos costumes pernambucanos de outrora. "A cultura é a maior riqueza de um povo. Infelizmente pouco valo-

rizamos. Conheci muito dos melhores dias das ruas da região central do Recife, que hoje estão acabadas", comenta a pesquisadora aposentada da Fundação Joaquim Nabuco. Para criar um ambiente atrativo aos turistas e recifenses de qualquer idade, Semira Adler sugere que o espaço não apenas preserve a memória do bairro, como faça reviver algumas tradições pernambucanas de décadas atrás. "Um centro cultural desses, com a presença de monitores, seria uma boa oportunidade para oferecer cultura às crianças de baixa renda das vizinhas ao local", sugere a pesquisadora.

NEGÓCIOS

Além do turismo histórico, que ganha força no bairro por conta da rota cultural, o polo hoteleiro do projeto do Consórcio Novo Recife promete incrementar o já aquecido turismo de negócios da cidade. A construção de dois empreendimentos hoteleiros contará com uma infraestrutura de auditórios adequada para grandes eventos empresariais. Um entusiasta do empreendimento é o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Hotéis em Pernambuco (ABIH-PE), Eduardo Cavalcanti. "O empreendimento será, sem sombra de dúvidas, a revitalização da área, trazendo o desenvolvimento turístico e econômico de volta, juntamente com o Centro de Artesanato e o Museu Luiz Gonzaga. A preservação dos antigos galpões, fortalecerá o corredor cultural. A programação permanente atrai o turismo, além de novos hotéis, restaurantes e casa de show", afirma.



Ex-morador do bairro de São José, Rômulo Menezes vê o potencial turístico do projeto



Acima, desenho mostra como antigas residências de funcionários da RFFSA se tornarão pontos comerciais

Fundarpe solicitou que parte da fachada do armazém de açúcar fosse mantida e preservada

ANEXO B – Folder Ocupe Prefeitura



Dia 21 de dezembro Ocupe a Prefeitura!

A Prefeitura do Recife e empresários da construção querem aprovar o Projeto “Novo Recife” no apagar das luzes do mandato do prefeito João da Costa, **sem o consentimento dos órgãos de patrimônio, sem estudos de impacto exigidos por lei e sem a participação popular, também garantida por lei.**

Se até agora não se chegou a pareceres favoráveis, por que vamos atropelar o processo?
Mas, afinal, o que é o Projeto “Novo Recife”?

É um projeto proposto pelas construtoras **Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos**, que prevê a construção de 15 edifícios de alto padrão de 20 a 40 pavimentos, num trecho de 1,3 quilômetro de extensão do Cais José Estelita, em plena Baía do Pina, área central do Recife.

Quais são os problemas deste projeto?

O Projeto Novo Recife vem sendo alvo de várias críticas da sociedade devido aos diversos impactos – sociais, paisagísticos, ambientais, ao patrimônio histórico e ao trânsito – que causará se vier a ser feito.

O projeto do paredão de prédios **não se integra com a vizinhança**, ao contrário, **dá as costas aos bairros de São José e Santo Antônio, dificultando o acesso à Bacia do Pina e favorecendo a segregação** entre antigos e novos moradores. E as comunidades de baixa renda, moradores de outras localidades vizinhas, poderão também se sentir donas do Cais através deste “Novo Recife”?

As 15 torres vão impactar todas as perspectivas do lugar. O traçado urbano é parte do patrimônio histórico e cultural da cidade e seu povo. **Não adianta preservar objetos isoladamente**, como a Igreja de São José e o Forte das Cinco Pontas, como estão prometendo as construtoras, e **não valorizar a dinâmica cultural em que estão inseridos.**

E como vai ficar o trânsito gerado pelas 15 torres na mobilidade do centro?

Só para a área do empreendimento, estão previstas 5.000 vagas de garagem para automóveis. E cadê as condições para o transporte público coletivo? Além disso as 15 torres trarão impactos para Bacia do Pina em relação a esgoto, e propiciarão a formação de ilhas de calor, devido a grande quantidade de concreto e ao impedimento da ventilação.

Apesar da ausência de pareceres favoráveis, o CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano – do Recife realiza no dia **21 de dezembro** uma **segunda reunião** para deliberar sobre a posição deste órgão em relação ao empreendimento. Porém **este conselho está funcionando de forma irregular**, pois o poder público e as entidades associadas às construtoras estão com maior representação do que a sociedade civil organizada.

As construtoras são donas do terreno, não da cidade! **O terreno é particular, mas as construtoras não tem direito absoluto sobre a área, pois toda propriedade precisa atender funções sociais previstas na Constituição.** A Prefeitura pode e deve exigir que as construtoras implantem um projeto que interesse à cidade como um todo!

Participe desta luta para construirmos juntos a cidade que queremos!

Assine o [abaixo-assinado](#) contra as irregularidades da análise do Projeto “Novo Recife” e por uma discussão de verdade com a sociedade!

<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=NR>

Para saber mais acesse:



grupo Direitos Urbanos



www.direitosurbanos.wordpress.com